ISSN: 2318-4817

ALTUS CIÊNCIA

REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR
DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

FCJP
FACULDADE
CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

V.11
N.11
JAN a DEZ
2020

ALTUS CIÊNCIA

Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN: 2318-4817

Estrutura Organizacional

Direção Geral:

Dr. Paulo Cesar de Sousa

Instituição de Ensino

Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

Diretorias

Direção de Projetos: Dr. Sandro Pereira de Carvalho

Direção Jurídica: Dr. Cláudio Márcio Pessoa Giansanti

Coordenação Administrativa: Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges

Direção de Clínicas: Dr. Paulo César Segundo de Sousa

Coordenação do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica: Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves

ALTUS CIÊNCIA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

ISSN 2318-4817

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

ALTUS CIÊNCIA - ISSN 2318-4817
Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP

EDITORA RESPONSÁVEL
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves –FCJP

CONSELHO EDITORIAL:
Profa. Alexandra Maria Pereira – Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP/Universidade de São Paulo- USP
Prof. Dr. André Vasconcelos da Silva- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Adriana Santos Prado Sadoyama- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Alice Fátima Martins- Universidade Federal de Goiás -UFG
Profa. Dra. Anna Christina de Almeida- Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Profa. Dra. Antónia Fialho Cnde- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. César Francisco de Moura Couto- Instituto Federal do Trinagulo Mineiro- IFTM
Profa. Dra. Cláudia Matos Pereira- Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, FBAUL – Portugal
Profa. Dr. Cláudio Márcio Campos de Mendonça- Universidade Federal do Amapá- UNIFAP
Profa. Dra. Daniela Cristina Silva Borges- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP.
Profa. Dra. Elizângela de Jesus Oliveira- Universidade Federal do Amazonas-UFAM
Prof.Dr. Enoque Pereira, da Silva- Universidade Federal de Viçosa-UFV
Profa. Ms. Giselda Shirley da Silva- Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Profa. Dra. Helen Ulhoa Pimentel- Universidade Estadual de Montes Calros- UNIMONTES
Profa. Dra. Jaqueline Santos Barradas- Escola superior de Guerra-ESG
Profa. Dra. Jeane Medeiros Silva –Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN
Prof. Dr. João Brigola- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. José Alberto Carvalho dos Santos Claro –Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Karla Denise Martins- Universidade Federal de Viçosa -UFV
Prof. Dr. Leonardo Valandro Zanetti- Universidade Federal do Espírito Santo-UFES
Profa. Dra. Letícia Costa Rodrigues Vianna - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Prof. Dr. Luiz Síveres - Universidade Católica de Brasília – UCB
Profa. Dra. Magda Fonseca Queiroz Mota- Universidade de Salamanca- Espanha
Profa. Dra. Magda Rita Ribeiro de Almeida Duarte- Instituto Federal do Triangulo Mineiro IFTM -Brasil
Prof. Dr. Marcelo Marques Araújo- Universidade Federal de Uberlândia- UFU
Prof. Dr. Marcelo Santiago Berriel- Universidade Feral Rural do Rio de Janeiro- UFRRJ
Profa. Dra. Maria Célia da Silva Gonçalves – Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP
Profa. Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCG)
Prof. Dra. Marilena Aparecida de Souza Rosalen- Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP
Profa. Dra. Margareth Vetis Zaganelli-Universidade Federal do Espírito Santos-UFES
Prof. Dr. Manoel Ramírez Sánchez – Universidade de Las Palmas de Gran Canaria -España
Profa. Dra. Priscilla Cardoso Rodrigues- UFRR

Profa. Dra. Olga Magalhães- Universidade de Évora (EU) - Portugal
Prof. Dr. Raimundo Márcio Mota de Castro- Universidade Estadual de Goías - UEG
Prof. Dr. Rafael Reis Ferreira- UFRR
Profa. Dra. Rosa Jussara Bonfim Silva- Universidade Católica de Brasília-UCB
Profa. Dra. Rose Elke Debiasi- Universidade Federal do Santa Catarina- UFSC
Profa. Dra. Rossella Del Prete - Università degli Studi del Sannio- Benevento –Italia
Prof. Dr. Samuel, de Jesus Duarte- Instituto Federal do Triangulo Mineiro –IFTM
Prof. Dr. Saulo Gonçalves Pereira- Faculdade Patos de Minas-FPM-Brasil
Profa. Dra. Silvia Salardi- Università degli Studi di Milano-Bicocca- Milão –Itália
Profa. Dra. Soeli Regina Lima- Universidade do Contestado- UNC
Prof. Ms. Vandeir José da Silva - Faculdade Cidade de João Pinheiro-FCJP
Prof. Dr. Vaston Gonçalves da Costa- Universidade Federal de Goias- UFG
Profa. Dra.Vera Lúcia Caixeta –Universidade Federal do Tocantis- UFT

CAPA:
Marcelo Araújo

Correspondências e artigos para a publicação deverão ser encaminhados a

ALTUS CIÊNCIA

Av. Zico Dornelas, 380 - Santa Cruz II - CEP 38770-000 - João Pinheiro/MG - Fone: (38) 3561-3900

E-mail: altusciencia.fcjp@gmail.com

INDEXAÇÕES

FICHA CATALOGRÁFICA

Catalogação na fonte: Biblioteca central da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP

H918

ALTUS CIÊNCIA -Revista Acadêmica Multidisciplinar da Faculdade Cidade de João Pinheiro - FCJP, ano 7 n 10 v.10 Jan a dez.2020

353p.

Periodicidade: Anual- **ISSN 2318-4817**

1. Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais
CDU: 3+ 61

1.Ciências da Saúde 2. Ciências Sociais

SUMÁRIO

EDITORIAL 13

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE 20

BIOMEDICINA 21

USO DA TOXINA BOTULÍNICA E DO ÁCIDO HIALURÔNICO NA HARMONIZAÇÃO FACIAL 22
USE OF BOTULINIC TOXIN AND HYALURONIC ACID IN FACIAL HARMONIZATION 22
Lorrane Elias de Oliveira Silva 22
Taciano dos Reis Cardoso 22

MENINGITE BACTERIANA NA REGIÃO DE PATOS DE MINAS 35
BACTERIAL MENINGITIS IN THE PATOS DE MINAS REGION 35
Nayara Martins dos Santos 35
Taciano dos Reis Cardoso 35

BIOLOGIA 48

A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO CONTROLE ALIMENTAR: uma abordagem positiva no ambiente escolar 49
THE IMPORTANCE OF SANITARY SURVEILLANCE IN FOOD CONTROL: a positive approach in the school environment 49
Helen Cristina Araújo 49
Nayara Maria de Oliveira 49
Saulo Gonçalves Pereira 49

ENFERMAGEM 65

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO DIANTE A ALTA HOSPITALAR NO SETOR CLÍNICA MÉDICA DE UM HOSPITAL MUNICIPAL DA CIDADE DE JOÃO PINHEIRO MG 66
NURSES 'ASSISTANCE AT HIGH HOSPITALS IN THE MEDICAL CLINICAL SECTOR OF A MUNICIPAL HOSPITAL IN THE CITY OF JOÃO PINHEIRO MG 66
Júnia Lopes Barbosa 66
Cristiana Mourão Fonseca 66

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO ESTÉTICO: competências, conquistas e avanços 80
AESTHETIC NURSE'S PERFORMANCE: skills, achievements and advances 80
Mariana Rodrigues Branquinho 80
Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho 80

O ENVOLVIMENTO AFETIVO DA ENFERMAGEM FRENTE A PACIENTES EM LONGOS PERÍODOS DE INTERNAÇÃO EM UMA CLÍNICA MÉDICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO – MG 95
THE AFFECTIVE INVOLVEMENT OF NURSING TOWARDS PATIENTS IN LONG HOSPITAL STAYS AT A MEDICAL CLINIC IN THE CITY OF JOÃO PINHEIRO - MG 95
Wender Randolfo Pereira Gomes 95
Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira 95
Karenyne Thacylla de Paiva Oliveira 95

FISIOTERAPIA 112

OS BENEFÍCIOS DA FISIOTERAPIA NO PÓS-OPERATÓRIO DE ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO 113
THE BENEFITS OF PHYSIOTHERAPY IN THE POST-OPERATIVE TOTAL KNEE ARTHROPLASTY 113
Carolina de Oliveira Paz Ribeiro 113
Eliana da Conceição Martins Vinha 113
Alex Rodrigo Borges 113

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA REABILITAÇÃO DE MULHERES NO PÓS-OPERATÓRIO DE MASTECTOMIA RADICAL MODIFICADA DE MADDEN 127
PHYSIOTHERAPEUTIC PERFORMANCE IN THE REHABILITATION OF WOMEN IN THE POST-OPERATIVE MODIFIED RADICAL MASTECTOMY OF MADDEN 127
Lorena Caroline Gonçalves 127
Eliana da Conceição Martins Vinha 127

MEDICINA 142

EMPECILHOS E ESTRATÉGIAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE AOS DEFICIENTES VISUAIS 143
PACKAGES AND STRATEGIES IN PROMOTING HEALTH TO VISUALLY DISABLED PEOPLE 143
Mariana Melo Martins 143
Maiara Melo Alves 143

PSICOLOGIA 155

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL 156
NA GESTÃO DAS EMPRESAS 156
THE IMPORTANCE OF THE ORGANIZATIONAL PSYCHOLOGIST 156
IN BUSINESS MANAGEMENT 156
Juliana Aparecida de Araújo 156
Bráulio Emílio Maciel Faria 156

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: REFLEXÕES A RESPEITO DA GESTÃO DO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO 170
THE PROVISION OF SERVICES IN CLINICAL PSYCHOLOGY: REFLECTIONS REGARDING THE MANAGEMENT OF THE PSYCHOTHERAPEUTIC PROCESS 170
Lucas de Moura Lima 170
Yohanna Lawanda Bringel Araújo 170
André Vasconcelos da Silva 170

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 182

ADMINISTRAÇÃO 183

ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO: O papel do Programa Minha Casa Minha Vida na dinâmica do mercado habitacional de João Pinheiro-MG 184
CREDIT ADMINISTRATION: The role of the Minha Casa Minha Vida Program in the dynamics of the housing market in João Pinheiro-MG 184
Bianca Dias Oliveira 184
Érica Teixeira 184
Unilson Gomes Soares 184

CIÊNCIAS CONTÁBEIS 208

ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA EM UMA EMPRESA COMERCIAL DO SETOR DE PAPELARIA 209
STUDY ON THE PROCESS OF FORMING THE PRICE OF SALE IN A COMMERCIAL COMPANY IN THE STATIONERY SECTOR 209
Isabela Karen Costa 209
Cleyde Cristina Rodrigues 209
Ana Clara Fonseca do Amaral 209

O IMPACTO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NAS RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS 226
THE IMPACT OF THE INDIVIDUAL MICRO ENTREPRENEUR ON SOCIAL SECURITY DISCLAIMERS 226
Nayana Silvério Silva 226
Cleyde Cristina Rodrigues 226
Ana Clara Fonseca do Amaral 226

DIREITO 240

CONSUBSTANCIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE CESSÃO TEMPORÁRIA DE ÚTERO NA UNIÃO EUROPEIA: ENTRE UNIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA 241
CONSUBSTANCING LEGISLATION ON TEMPORARY CESSION OF UTERUS IN THE EUROPEAN UNION: BETWEEN UNIFICATION AND RESISTANCE 241
Margareth Vetis Zagnelli 241

Jullia Caliman Vilela 241
Victória Santos Frizzera 241

EDUCAÇÃO 258

TRACKER COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DE FÍSICA: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE CINEMÁTICA 259
TRACKER AS A TOOL FOR PHYSICS TEACHING: A PROPOSAL FOR KINEMATICS TEACHING 259
Anna Julia de Oliveira 259
Diego de Oliveira Lombardi 259
Gabriel da Cruz Dias 259

GESTÃO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PEDAGÓGICO E DO TRABALHO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA 274
SCHOOL MANAGEMENT: THE IMPORTANCE OF PEDAGOGICAL WORK AND TEACHING WORK IN BASIC EDUCATION 274
Roseline Martins Sabião 274
Cílson César Fagiani 274

A INTERAÇÃO FENOMENOLÓGICA NAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS 287
THE PHENOMENOLOGICAL INTERACTION IN EDUCATIONAL EXPERIENCES 287
Rosa Jussara Bonfim Silva 287

HISTÓRIA 309

SANTANA DO ALEGRE NAS REPRESENTAÇÕES DO VIAJANTE JOHANN E. POHL 310
SANTANA DO ALEGRE IN THE REPRESENTATIONS OF TRAVELER JOHANN E. POHL 310
Giselda Shirley da Silva 310
Vandeir José da Silva 310

CADERNO DE RESENHAS 322

INTERAÇÃO DE JOGOS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO 323
INTERACTION OF GAMES IN HUMAN DEVELOPMENT 323
Resenhado por / *Reviewed by*: **Aline de Freitas Coutinho** 323
Pablo Nobre de Oliveira 323
Alberson David Garrido Ribeiro 323
Illgner Anderson Moraes De Souza 323
Elizangela de Jesus Oliveira 323

QUALIDADE, LIDERANÇA E CULTURA ORGANIZACIONAL 327

QUALITY, LEADERSHIP AND ORGANIZATIONAL CULTURE 327
Resenhado por / *Reviewed by*: **Daiana Pinheiro Farias** 327
Gustavo Grana Ramos 327
Igor Viana dos Santos 327
Nádia Araújo Gomes 327
Elizangela de Jesus Oliveira 327

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NO GERENCIAMENTO DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS ENTRE GERAÇÕES 331
THE IMPORTANCE OF PEOPLE MANAGEMENT IN THE MANAGEMENT OF ORGANIZATIONAL CONFLICTS BETWEEN GENERATIONS 331
Resenhado por / *Reviewed by* **Emilly Felipe de Lima e Lima** 331
Alice Nascimento Teixeira Rocha 331
Ayane Kérollen Souza de Azevedo 331
Lindara Hage Dessimoni Anunciação de Pinto 331
Elizangela de Jesus Oliveira 331

A INFLUÊNCIA DA APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO NO AMBIENTE CORPORATIVO 335
THE INFLUENCE OF LEARNING AND INNOVATION IN THE CORPORATE ENVIRONMENT 335
Resenhado por / *Reviewed by* **Larissa Pena Trovão** 335
Adriane Castro da Silva 335
Roberta Vilar da Cunha 335
Elizangela de Jesus Oliveira 335

ESTUDOS REALIZADOS SOBRE O CLIMA ORIGANIZACIONAL EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS 340
STUDIES PERFORMED ON ORIGANIZATIONAL CLIMATE IN BRAZILIAN UNIVERSITIES 340
Resenhado por / *Reviewed by* **Keith Anny Borges Pereira** 340
Priscila Ribeiro Maia 340
Ayane Kérollen Souza de Azevedo 340
Elizangela de Jesus Oliveira 340

EXPRESSÕES DE FELICIDADE NO TRABALHO ORGANIZACIONAL: estudo com executivos, profissionais graduados e não graduados 345
EXPRESSIONS OF HAPPINESS IN ORGANIZATIONAL WORK: study with executives, graduated and non-graduated professionals 345
Resenhado por / *Reviewed by* **Késsia Kiss Braga Freire** 345
Raimunda Elzilene Nunes da Silva 345
Elizangela de Jesus Oliveira 345

A NEGAÇÃO DO HOLOCAUSTO EM "TEMPOS SOMBRIOS" 349
HOLOCAUST DENIAL IN "DARK TIMES" 349
Gustavo Henrique Gonçalves Gomes 349
Maria Célia da Silva Gonçalves 349

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 352

EDITORIAL

É com grande alegria que apresentamos à comunidade científica e acadêmica o décimo primeiro volume da **Revista Altus Ciência**, primeiro o do ano de 2020.

Altus Ciência é uma revista multidisciplinar e está composta por três Cadernos: ciências da Saúde, Ciências e Sociais e o Caderno de Resenhas.

A primeira seção é de **Ciências da Saúde** e contém onze artigos assim dispostos:

A primeira seção é da **Biomedicina** e está composta por dois artigos, assim dispostos: o primeiro é de autoria de **Lorrane Elias de Oliveira Silva e Taciano dos Reis Cardoso,** o estudo baseou-se no levantamento bibliográfico de forma qualitativa e exploratória, abordando o uso da toxina botulínica e do ácido hialurônico no processo de harmonização facial. Com isso os autores concluíram que cada paciente reage de forma única aos procedimentos e que eles podem trazer mudanças na autoestima, psicologicamente e socialmente na vida desse indivíduo. Fato que para eles nos mostra ainda mais a necessidade de profissionais habilitados para se fizer tais procedimentos.

Nayara Martins dos Santos e Taciano dos Reis Cardoso o objetivo desse trabalho foi mencionar as principais causas da Meningite Bacteriana bem como sua definição seu modo de prevenção e tratamento e também os dados que mostram a prevalência da meningite no município de Patos de Minas justificando a importância desse trabalho. O artigo em questão trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática sobre o tema, confeccionada com base em artigos, teses e dissertações, disponíveis no acervo eletrônico, publicados entre os anos de 2010 a 2018, disponíveis em locais, como: bireme, pubmed, scielo e periódicos de revistas e jornais, utilizando como palavras-chave: Meningite Vacina Bacteriana Criança.

A segunda seção está filiada à **Biologia** e é composta por um artigo de autoria de **Helen Cristina Araújo e Saulo Gonçalves Pereira,** de acordo com os autores este estudo de revisão literária teve como objetivo analisar a importância da fiscalização do serviço de vigilância sanitária, levando em conta a necessidade de prevenção de doenças relacionadas ao consumo da carne comercializada sem o devido registro no ministério da saúde, e aplicabilidade dos conceitos no contexto escolar. O trabalho evidenciou-se a necessidade que os estabelecimentos destinados à venda de produtos alimentícios têm em cumprir à risca as legislações que regem o trabalho da VISA garantindo, assim, a integridade dos alimentos ali manipulados. As medidas a serem adotadas para incentivar práticas saudáveis devem ser introduzidas dentro do contexto escolar com o objetivo de promover a união entre saúde e educação, levando em conta que professores são formadores de opinião.

A terceira seção é da **Enfermagem** e contém três artigos:

Júnia Lopes Barbosa e Cristiana Mourão Fonseca afirmaram que este artigo investiga como é realizada a assistência do enfermeiro diante a alta hospitalar no setor clínica médica em um hospital municipal na cidade de João Pinheiro - MG no período de abril a novembro de 2018, enfatizando quais sãos as principais dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro para colocar em prática um planejamento diante a alta hospitalar. O presente estudo foi realizado em um hospital municipal da cidade de João Pinheiro no setor clínica médica, no período de abril a novembro de 2018, tendo como participantes desta pesquisa dez enfermeiros que atuam na instituição e dez pacientes com idade superior a treze anos. Pesquisa de caráter exploratório de campo que apresenta dados qualitativos que foram embasados em questionários semiestruturados aplicados aos enfermeiros, com perguntas diretas e objetivas, referindo - se como é realizada a assistência do enfermeiro ao paciente diante o momento da alta hospitalar, também foram direcionados questionários aos pacientes com perguntas de múltipla escolha diante da sua satisfação e compreensão acerca da alta hospitalar.

Mariana Rodrigues Branquinho e Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho objetivaram analisar o campo de atuação do enfermeiro esteta, debatendo as conquistas e avanços da profissão, descrevendo suas atribuições e as resoluções que regulamentam a enfermagem estética. Para tanto, verificou-se através de pesquisas de campo que dentre enfermeiros (as), estudantes e técnicos de enfermagem, o conhecimento e posicionamento sobre a temática. Utilizou-se de aplicação de formulário *online,* no qual profissionais e estudantes que residiam em Patos de Minas/MG, responderam perguntas com fim de identificar seu posicionamento sobre o tema. Os resultados foram avaliados quantitativamente e alguns e os dados foram organizados em gráficos. Foi realizada discussão dos resultados com base na fundamentação teórica e revisão bibliográfica. Os resultados coletados representam uma amostra referente aos profissionais e estudantes da região do Alto Paranaíba, procurou-se compará-los aos dados de pesquisas já existentes. Conclui-se que apesar de restrito a realização de alguns procedimentos, os profissionais de Enfermagem ainda podem atuar na área e ocupar este espaço ocupacional com maior representatividade.

Wender Randolfo Pereira Gomes, Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira e Karenyne Thacylla de Paiva Oliveira afirmaram que o presente estudo tem como importância investigar a visão do enfermeiro frente à extrema sensibilidade emocional e às formas afetivas que o profissional de enfermagem presencia durante os processos de cuidados com o paciente, bem como a importância na modalidade afetiva no processo de recuperação em uma clínica médica de um hospital do Noroeste de Minas Gerais.

A quarta seção se filia à **Fisioterapia e** está composta por dois artigos, a saber:

Carolina de Oliveira Paz Ribeiro, Eliana da Conceição Martins Vinha e Alex Rodrigo Borges estabeleceram como o objetivo desse estudo descrever os benefícios que a fisioterapia traz ao paciente no pós-operatório de ATJ. A pesquisa foi realizada em um viés qualitativo por meio da revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses. Os autores afirmam que os benefícios que a fisioterapia traz para os pacientes que passam pela ATJ é a melhora na deambulação, ganho de flexibilidade e força muscular, além de promover a independência do paciente. Portanto, o tratamento fisioterapêutico torna-se o melhor caminho para que o paciente possa realizar as AVD's com segurança. Segundo eles a fisioterapia é uma aliada do paciente para que o mesmo se recupere com maior segurança e de modo eficaz.

Lorena Caroline Gonçalves e Eliana da Conceição Martins Vinha afirmaram que o câncer de mama causa alterações significativas para a mulher, principalmente se forem submetidas a mastectomia. De acordo com as autoras após questionar quais são as vantagens de se iniciar fisioterapia logo após a cirurgia de mastectomia, o presente estudo tem como objetivo demonstrar a necessidade da fisioterapia na reabilitação do pós-operatório de mastectomia radical modificada em mulheres. Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica, que consiste na análise de trabalhos publicados no período de 1998 a 2018, com abordagem qualitativa.

A quinta seção contém um artigo da **Medicina** de autoria de **Mariana Melo Martins e Maiara Melo Alves,** para elas a visão é um sistema-guia, um relevante canal para o relacionamento interpessoal e para a comunicação social. Como esse sentido é uma importante ferramenta de interação social, os indivíduos que apresentam um declínio nessa capacidade estão mais expostos aos vieses do preconceito e à maior necessidade de intervenção nos serviços de saúde. Conforme as autoras dessa maneira, esta revisão literária analisou recursos que abordam a acessibilidade na promoção da saúde aos deficientes visuais. Isso direciona um subsídio ao cuidado assistencial, além de que ampara a garantia de equidade e de resolutividade.

A sexta seção contém dois artigos de Psicologia, o primeiro foi escrito por **Juliana Aparecida de Araújo e Bráulio Emílio Maciel Faria,** conforme os autores o presente estudo objetivou investigar as contribuições dos psicólogos organizacionais no implemento de gestões produtivas, considerando as atribuições do papel organizacional do psicólogo e as alterações desta profissão na contemporaneidade. Também intencionou oferecer um maior entendimento da importância do profissional dentro das empresas e compreender os principais desafios que circundam tal profissão no contexto atual, além de servir como material de estudo para pesquisadores e demais interessados no assunto. Para tanto, foi realizada uma revisão conceitual

de literatura acerca da área estudada, fundamentando o estudo em artigos e livros relacionados à Psicologia.

E o segundo é de autoria de **Lucas de Moura Lima, Yohanna Lawanda Bringel Araújo e André Vasconcelos da Silva,** conforme os autores este estudo objetivo refletir acerca da psicoterapia como um processo organizacional. Devido a intencionalidade encontrada intrinsecamente na prática psicológica, é possível pensar uma comparação da atividade psicoterápica e o conceito de organização, com o objetivo de pensar uma prática involucrada com as ferramentas de gestão. Nesse sentido, foi realizado algumas análises de conceitos e componentes dentro dos estudos organizacionais, os quais possam auxiliar no entendimento das atividades do psicólogo no contexto clínico e do serviço de psicoterapia enquanto uma organização.

O segundo caderno é o de Ciências Sociais. Ele também foi subdividido em seções de acordo com as ciências as quais os artigos se filiam, com o objetivo de facilitar a leitura.

A primeira seção é de **Administração** e contém um artigo de autoria de **Bianca Dias Oliveira, Érica Teixeira e Unilson Gomes Soares** os pesquisadores enfatizaram que a pesquisa foi desenvolvida na cidade de João Pinheiro - MG no decorrer de 2018 com o objetivo de analisar o papel das linhas de crédito destinadas ao financiamento habitacional devido à escassez de informação sobre o tema, especificamente sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, que facilita a aquisição da casa própria aos cidadãos de baixa e média renda. A pesquisa de campo se pautou na metodologia qualitativa e utilização de instrumentos quantitativos. Foram aplicados questionários com o intuito de traçar o perfil dos clientes e avaliar a percepção dos mesmos sobre o programa.

A segunda seção está composta por dois artigos de **Ciências Contábeis.** O primeiro foi elaborado por **Isabela Karen Costa, Cleyde Cristina Rodrigues e Ana Clara Fonseca do Amaral** e afirma que um dos problemas enfrentados pelos gestores sem dúvida é a identificação da composição do preço correto, de forma que satisfaça todos os custos e despesas e ainda desfrute lucro. É preciso compreender os elementos e a estrutura que constitui esta formação. Conforme as autoras o objetivo deste estudo foi analisar quais os processos devem ser considerados para a formação do preço de venda na empresa comercial do setor de papelaria, com base na metodologia proposta pelo Sebrae.

O segundo artigo dessa seção é fruto de uma pesquisa realizada por **Nayana Silvério Silva, Cleyde Cristina Rodrigues e Ana Clara Fonseca do Amaral.** Para as autoras o desenvolvimento das atividades empreendedoras diante da informalidade dificilmente proporciona oportunidade para evolução dos negócios, sendo neste momento, incluído pelo

governo federal, a opção de estar se tornando um microempreendedor individual (MEI). Esse fato propicia novas oportunidades de desenvolvimento dos negócios diante um mercado cada vez mais exigente e acirrado, além de novas possibilidades para crescimento profissional. A inscrição na categoria do MEI gera outros benefícios para o inscrito sob a categoria, como menor tributação de impostos, emissão de nota fiscal e os benefícios cedidos pelo governo federal através da previdência social.

A terceira seção é do **Direito** e contém um artigo escrito por **Margareth Vetis Zagnelli, Jullia Caliman Vilela e Victória Santos Frizzera.** Nele as pesquisadoras enfatizam que o artigo tem por escopo a cessão temporária de útero e a divergência entre as legislações dos países membros da União Europeia acerca da legalização e regulamentação da prática da maternidade de substituição. Segundo elas com esse intento, analisa o posicionamento do Parlamento e Conselho europeu sobre uma proposta de unificação da legislação da maternidade sub-rogada entre os países-membro, bem como os efeitos e conflitos desse panorama normativo no âmbito da União Europeia, por meio de metodologia qualitativa e pesquisa bibliográfica e documental.

A quarta seção está composta por três artigos da **Educação:**

Anna Julia de Oliveira, Diego de Oliveira Lombardi e Gabriel da Cruz Dias, neste trabalho apresentaram uma proposta viável para o ensino de cinemática, a utilização de vídeos de quaisquer espécies para tratamento e análise dos dados experimentais a partir do uso do software livre de vídeo-análise denominado Tracker.

Roseline Martins Sabião e Cílson César Fagiani ressaltam que, o objetivo dessa pesquisa, é contribuir de maneira significativa ao processo ensino e aprendizagem, pois, atualmente na área da Educação, depreende-se discussões referentes aos conhecimentos didáticos específicos, pedagógicos e tecnológicos e é exigido ao professor exercer um ofício voltado para competências e habilidades, com atitudes, práticas democráticas e renovadoras. Para os autores a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB (1996), com toda complexidade que apresentam, aponta a possibilidade de inovação às instituições de ensino, porem a questão do ‘tempo’ ainda é um problema sério.

Rosa Jussara Bonfim Silva fez uma discussão acerca do sentido e do significado da educação dentro de um viés fenomenológico e subjetivo. Conforme a autora o artigo trazraz como método de pesquisa o Grupo Focal, tendo como membros da pesquisa professores dos Anos Iniciais da Educação Básica. A dinâmica utilizada, busca fazer uma analogia entre as frutas apresentadas na dinâmica com os sentimentos que as mesmas geram ao ser comparadas

com a educação. O trabalho está embasado nas teorias de Hurssel e Vygotsky, e retrata o pensar interativo entre sentido e significado na educação.

A quinta seção foi composta por um artigo de **História** fruto de pesquisa dos historiadores **Giselda Shirley da Silva e Vandeir José da Silva.** O objetivo deles foi analisar a forma como o viajante registrou em seu diário a região de Santana do Alegre, no sertão de Minas Gerais, visando contribuir também com a escrita da história local e regional por meio do estudo desses relatos. O objeto foi analisado fundamentando em teóricos da História Cultural e elencando as narrativas de Johann Pohl como documento e fonte de pesquisa.

O terceiro Caderno desse volume de Altus Ciência é o de **Resenhas e** está constituído por cinco resenhas, a saber:

Aline de Freitas Coutinho, Pablo Nobre de Oliveira, Alberson David Garrido Ribeiro. Ilgner Anderson Moraes de Souza e Elizangela de Jesus Oliveira, os autores resenharam o artigo intitulado "Jogos digitais/eletrônicos em sala de aula: uma revisão sistemática" dos autores Hochsprung e Cruz, teve como objetivo levantar experiências de uso de *softwares* ou jogos eletrônico-digitais comerciais em sala de aula, a fim de identificar os três contextos propostos pela mídia-educação: educar sobre/para os meios, a partir de uma abordagem crítica da mídia; educar, envolvendo uma visão instrumental dessa mídia; e educar através dos meios, tendo por base a perspectiva expressivo-produtiva.

Daiana Pinheiro Farias, Gustavo Grana Ramos, Igor Viana dos Santos, Nádia Araújo Gomes e Elizangela de Jesus Oliveira resenharam um artigo desenvolvido por Ruffatto, Pauli e Ferrão (2017), foi realizada uma abordagem da relação liderança-conflitos-motivação em empresas que possuem em sua administração o próprio fundador e no quadro funcional membros da família. Conforme os resenhistas o estudo buscou identificar características de atuação da liderança na motivação dos funcionários e gestão de conflitos intragrupal em empresas familiares. O estudo resenhado foi realizado em nove empresas de pequeno e médio porte cujo líder é proprietário, com uma amostra de 156 funcionários (com ou sem vínculo familiar) de diferentes setores.

Emilly Felipe de Lima e Lima, Alice Nascimento Teixeira Rocha, Ayane Kérollen Souza de Azevedo, Lindara Hage Dessimoni Anunciação de Pinto e Elizangela de Jesus Oliveira enfatizam que nesta resenha dar-se-á foco ao artigo "A importância da gestão de recursos humanos nas organizações" que tem como autora principal Maria Luzia Lomba de Sousa do ano de 2017. Aborda-se ainda, o artigo sobre "Os desafios da gestão estratégica de pessoas no conflito de gerações nas organizações" dos autores Mario Marcos Lopes e Domingos Sávio de Mecenas do ano de 2019.

Larissa Pena Trovão, Adriane Castro da Silva, Roberta Vilar da Cunha e Elizangela de Jesus Oliveira enfatizam que no artigo estudado, os autores buscaram apresentar a partir de uma revisão bibliométrica, como a gestão do conhecimento pode impulsionar na criação e implantação da inovação e da aprendizagem organizacional no ambiente corporativo.

Gustavo Henrique Gonçalves Gomes e Maria Célia da Silva Gonçalves resenharam o filme Negação que tem como diretor Mick Jackson conforme os resenhistas, em meio ao contexto negacionista, o filme nos mostra como ações e sentimentos intoleráveis ainda permanecem sobre a humanidade. O filme é baseado em fatos reais, contando a história do processo movido por David Irving contra Deborah Lipstadt, a acusando de difamação, pela citação que ela fez em seu livro, sobre o comportamento negacionista em relação ao holocausto que David tinha.

Agradecemos a valiosa colaboração dos autores desse volume, e, reafirmamos a importância do debate acadêmico/científico provocado por esses diálogos interdisciplinares promovido pela revista da Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Convidamos toda a comunidade acadêmica a participar deste projeto editorial e desejamos a todos uma boa leitura.

CADERNO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

BIOMEDICINA

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

USO DA TOXINA BOTULÍNICA E DO ÁCIDO HIALURÔNICO NA HARMONIZAÇÃO FACIAL

USE OF BOTULINIC TOXIN AND HYALURONIC ACID IN FACIAL HARMONIZATION

Lorrane Elias de Oliveira Silva[1]
Taciano dos Reis Cardoso[2]

Resumo: A harmonização facial trata-se de um conjunto de procedimentos estéticos, com o objetivo trazer um equilíbrio à face. A utilização na harmonização da toxina botulínica e do ácido hialurônico está crescendo a cada dia, e a valorização do aspecto facial na sociedade induz a necessidade de evolução dos profissionais da área da estética. Dessa forma tais procedimentos buscam elevar a autoestima das pessoas, corrigindo imperfeições de forma rápida, eficaz, menos invasiva, duradoura e de forma que traga equilíbrio à face. Além de levar sempre em conta a saúde e o bem-estar do paciente, ressaltando as propriedades dos materiais utilizados, fisiológicas do paciente. Para tanto os objetivos foram demonstrar o que acontece durante o envelhecimento facial e as medidas a serem tomadas no processo de harmonização, considerando suas vantagens e complicações. Este estudo baseou-se no levantamento bibliográfico de forma qualitativa e exploratória, abordando o uso da toxina botulínica e do ácido hialurônico no processo de harmonização facial. Com isso pode-se concluir que cada paciente reage de forma única aos procedimentos e que eles podem trazer mudanças na autoestima, psicologicamente e socialmente na vida desse indivíduo. O que nos mostra ainda mais a necessidade de profissionais habilitados para se fizer tais procedimentos.

Palavras chave: Harmonização facial. Toxina botulínica. Ácido hialurônico. Preenchedores faciais. Complicações na Harmonização Facial.

Abstract: Facial harmonization is a set of aesthetic procedures that aims to bring a balance to the face. The use of botulinum toxin and hyaluronic acid in harmonization is increasing every day, and the appreciation of the facial aspect in society induces the need for evolution of aesthetic professionals. Thus these procedures seek to raise people's self-esteem, correcting imperfections quickly, effectively, less invasively, lasting and in a way that brings balance to the face. In addition to always taking into account the health and well-being of the patient,

[1]Graduanda em Biomedicina pela Faculdade Patos de Minas (FPM) 2019. E-mail: lanaelias03@gmail.com.

[2] Docente e Coordenador do curso de Biomedicina pela Faculdade Patos de Minas (FPM), com graduação em Biomedicina pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Mestre em Biopatologia pelo curso de Pós-graduação em Odontologia pela UNIUBE, Doutor em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: tacianoreis@hotmail.com.

Recebido 10/04/2020
Aprovado15 /05/2020

highlighting the characteristics of the materials used, physiological patient. To this end, the objectives were to demonstrate what happens during facial aging and the measures to be taken in the harmonization process, considering its advantages and complications. This study was based on a qualitative and exploratory literature review, addressing the use of botulinum toxin and hyaluronic acid in the process of facial harmonization. Thus, it can be concluded that each patient reacts uniquely to the procedures and that they can bring about changes in self-esteem, psychologically and socially in that individual's life. This further shows us the need for qualified professionals to perform such procedures.

Keywords: Aesthetic Procedures. Facial Aging. Advantages of Facial Harmonization. Facial Fillers. Complications in Facial Harmonization.

1. INTRODUÇÃO

A utilização de meios que possam trazer harmonização a face, de modo que preserve a saúde e o bem-estar do paciente está em constante crescimento. A valorização visual do aspecto facial na sociedade vem trazendo uma maior necessidade de evolução dos profissionais da área da estética, para que eles possam suprir as necessidades que seus pacientes estabelecem. No entanto, esses profissionais além de ter a capacidade de contornar o que o tempo faz com a pele, são capazes também de prevenir e tratar alguns efeitos adversos analisando cuidadosamente a face do paciente (SILVA, 2012).

A análise facial antes de qualquer procedimento exige do profissional conhecimento e habilidade, pois os resultados desses tratamentos podem mudar a autoestima do paciente, o que está relacionado diretamente com sua autoconfiança. Devido ao padrão de beleza cada vez mais rigoroso imposto pela sociedade, algumas pessoas se submetem a procedimentos exagerados, o que lhes pode causar complicações, afetando-as negativamente em sua vida social, profissional ou psicológica (GUILHARDI 2002; MOREIRA-JUNIOR, 2018).

Por serem menos invasivos e complexos que cirurgias, a utilização de tratamentos com Toxina Botulínica e o Ácido Hialurônico vêm crescendo constantemente. Com sua utilização adequada são capazes de corrigir a exposição gengival acentuada e a simetria do sorriso, consegue preencher linhas e sulcos, amenizar rugas, e vários outros procedimentos estéticos. Assim, se consegue promover o rejuvenescimento da face, recuperando os ângulos e delineando a face de modo harmonioso (PAPAZIAN, et at., 2018).

O presente trabalho se justifica, pelo uso da Toxina Botulínica e do Ácido Hialurônico no tratamento estético realizado por profissionais da saúde. Que visa elevar a autoestima das pessoas, corrigindo imperfeições de forma rápida, eficaz, menos invasiva, duradoura e de forma que traga equilíbrio à face. E também prevenindo possíveis complicações que podem ocorrer

nesse processo, que provavelmente afetarão o paciente de forma emocional, física e funcional (ALMEIDA; SAMPAIO; QUEIROZ, 2017).

Objetivou-se apresentar a importância do uso da Toxina Botulínica e do Ácido Hialurônico no processo de Harmonização Facial, falando suas características e considerando suas vantagens e complicações. Ressaltou-se também, que esse processo visa resultados harmônicos, beleza e jovialidade, mas que para que isso ocorra necessita-se que o procedimento estético seja feito por um profissional habilitado.

A metodologia deste trabalho baseou-se no levantamento bibliográfico de forma qualitativa e exploratória, abordando o uso da toxina botulínica e do ácido hialurônico no processo de harmonização facial. Nele, foram levantadas referências em sítios da internet como: Bireme, PUBMED, Scielo, Google acadêmico, livros, periódicos de revistas e jornais, utilizando como levantamento palavras-chave: harmonização facial, ácido hialurônico, toxina botulínica, preenchedores faciais, complicações na harmonização facial.

Com isso pôde-se observar durante a pesquisa, que a quantidade de material literário existente ainda é escassa, pois se trata de um assunto respectivamente recente. Observou-se também que a área da estética na Biomedicina, e em outros cursos como na Odontologia e Fisioterapia, está em crescimento rápido e constante.

2. HARMONIZAÇÃO FACIAL

A harmonização facial é um conjunto de procedimentos estéticos, que tem por objetivo trazer um equilíbrio à face. Com uma sociedade bastante exigente, nota-se que as pessoas estão seguindo cada vez mais o que se é imposto pelos padrões de beleza, onde não satisfeitas com a própria imagem procuram se enquadrar no modelo ideal estético. Assim, acontecem também alterações psicológicas, sociais e profissionais desse indivíduo, que após a realização desses procedimentos estéticos se sentem mais realizados consigo mesmos (GUILHARDI, 2002; PAPAZIAN, 2018).

Apesar de ainda ser uma área recente, a harmonização facial na Biomedicina Estética está em constante crescimento, principalmente pela utilização de técnicas não invasivas, por ter uma segurança e acessibilidade mais fácil que procedimentos cirúrgicos, e por conseguir proporcionar às pessoas resultados relativamente duradouros e imediatos (ALMEIDA; SAMPAIO; QUEIROZ, 2017). Por esse motivo, deve-se ter um cuidado por completo, pois esse tipo de procedimento pode alterar toda a qualidade de vida desse paciente.

De acordo com Boueri (2017), diversos fatores podem contribuir para as mudanças faciais. Eles podem estar associados à genética, idade, fatores ambientais, cronológicos, emocionais e algumas vezes a perda de peso acentuada.

Portanto, a chamada Harmonização Facial consiste em um conjunto de procedimentos estéticos que tem como finalidade recuperar a harmonia, simetria, firmeza e jovialidade perdida do rosto, repondo volumes, fazendo contornos faciais e amenizando flacidez e rugas. Isso faz com que o paciente fique mais confiante em relação ao seu bem-estar e sua beleza. Dentre estes procedimentos estéticos, estão a Toxina Botulínica e o Ácido Hialurônico.

2.1 Toxina Botulínica

A toxina botulínica é uma exotoxina protease que é sintetizada pela *Clostridium botulinum*, que é uma bactéria móvel Gram-positiva, com forma de bastonete, anaeróbia e formadora de esporos, que foi uma descoberta relativamente recente. No fim do século XVIII e início do século XIX ocorreu uma devastação causada pelas guerras na Europa, onde ocasionou condições precárias de higiene, que permitiu o entendimento das muitas mortes que já aconteciam devido ao botulismo. O que os fez chegar a essa conclusão, foi que diante das condições ideais, como a manipulação incorreta dos alimentos 'embutidos', principalmente as carnes causaram um aumento nas infecções de vários tipos, ocasionando a disseminação do botulismo a ponto de ser descoberto (MATOS, *et al.*, 2007).

Existiram vários casos de intoxicação alimentar por esse motivo, e inicialmente se alegava que seria pelo alimento não estar cozido ou fervido. Porém, um médico chamado Justinus Kerner (1786-1862) fez a ligação entre o botulismo e os alimentos embutidos, observando que se tratava de um problema de condução nervosa dos estímulos para os músculos, e que essa estimulação no sistema nervoso simpático e parassimpático se interrompia sem danos sensoriais. Ele publicou suas descrições sobre os sintomas do botulismo alimentar entre os anos de 1817 e 1822. Kerner não conseguiu definir o "veneno biológico" que paralisava e matava as pessoas, mas desenvolveu uma possível ideia de uso terapêutico (ERBGUTH, 2004).

A primeira pessoa a isolar e observar essa bactéria foi o microbiologista alemão Emile Pierre Van Ermengem (1851-1922), no ano de 1897. Onde conseguiu identificar um bacilo anaeróbio, formador de esporos e Gram-positivo e o nomeou como 'bacilo botulínico'. Esta exotoxina quando injetada no músculo, age nas terminações nervosas colinérgicas bloqueando a liberação da acetilcolina, o que causa a inativação destes temporariamente. E embora esses efeitos fiquem presentes por um curto período, os hábitos do paciente, a dosagem que se é

administrada e sua frequência interfere diretamente nos resultados obtidos (ERBGUTH, 2004; AWAN, 2017).

É importante destacar que se possuem sete tipos, do tipo A ao tipo G, cada uma delas com diferentes toxicidades, potenciais e persistência nas células nervosas. No entanto, a inibição da liberação da acetilcolina acontece em todos os sorotipos de Toxina Botulínica. A toxina botulínica tipo A conhecida comercialmente como "Botox" foi a primeira aprovada para esse fim terapêutico, sendo também a mais utilizada atualmente (PAPAZIAN, et at., 2018). Ela é muito eficaz no tratamento de grandes áreas que se encontram na parte superior da face, onde estão as rugas hipercinéticas. Sua utilização possui vantagens como: rápida recuperação e o paciente têm suas atividades pouco limitadas, o que faz com que sua procura seja ainda maior. (MELLO, 2004).

Assim como a Toxina Botulínica, o uso do Ácido Hialurônico se destaca no tratamento facial.

2.2 Ácido Hialurônico

O ácido hialurônico se trata de um componente da matriz extracelular de tecidos conjuntivos, humores aquoso, vítreo e fluido sinovial. Essa matriz elastoviscosa na pele se envolve em torno das fibras colágenas, estruturas intercelulares e elásticas, que com o passar do tempo irão se diminuir. Isso faz com que a pele fique menos volumosa e forme rugas, já que a hidratação local na pele declina com a queda do AH (CROCCO; ALVES; ALESSI, 2012).

Quimicamente falando, ele se trata de um polissacarídeo glicosaminoglicano formado por alternados resíduos de ácido d-glucurônico e N-acetil-d-glucosamina, os quais se encontram no nosso corpo. Produz-se através de células sinoviais, endoteliais, musculares lisas, fibroblastos dérmicos, oócitos e células adventícias. O AH consegue captar água, tem grande importância na eliminação de radicais livres, e pode ativar a formação de fibroblastos dérmicos, o que ajuda na lubrificação das articulações e cicatrização (REQUENA, et al, 2011; CASEMIRO, 2018).

Ele exerce funções muito importantes na formação e reparo tecidual, e por ser um componente natural presente em várias das nossas células, consegue dar sustentabilidade e elasticidade à pele devido a sua associação a síntese de colágeno. Atualmente, ele é considerado o meio de tratamento estético não invasivo mais utilizado para substituir o volume que se foi perdido no processo de envelhecimento, e por ser uma substância orgânica que já se apresenta

no nosso corpo, é também considerado o método mais seguro (ABDULJABBAR, BASENDWH, 2016; PAPAZIAN, 2018).

Os primeiros estudos do ácido hialurônico aconteceram em 1934 por Karl Meyer e John Palmer no Laboratório de Bioquímica do Departamento de Oftalmologia na Universidade da Columbia. Mas sua estrutura molecular e propriedades foram definidas apenas em 1950. Sua nomenclatura surgiu a partir dos termos hialóide (termo grego que significa vítreo) e ácido urônico (denominado de uma molécula que o compõe de monossacarídeo). Nos dias atuais ele se classifica como hialuronato, por se apresentar em condições fisiológicas ou na natureza, sendo na forma de poliânion e não de ácido (MORAES, *et al.*, 2017; MAIA, FREITAS; SALVI, 2018).

Diante de tudo isso, pode-se observar que o ácido hialurônico é um fator de muita importância em relação ao processo de envelhecimento, e que seu uso pode prevenir e tratar alguns processos que ocorrem ao longo dos anos na pele.

3. ENVELHECIMENTO FACIAL

O processo de envelhecimento facial é uma consequência de vários fatores importantes, que auxiliam nas alterações associadas à diminuição gradual da elasticidade e espessura da pele ao longo do tempo. Além da perda gradativa de colágeno cutâneo, elastina e do ácido hialurônico (AH). Esse processo de envelhecimento intrínseco pode ser acelerado por diversos fatores extrínsecos, como exposição solar, tabagismo, contração dos músculos durante a expressão facial e diversos outros fatores (MONTEIRO; PARADA, 2017).

Tais fatores podem colaborar para o aparecimento de linhas faciais e rugas, perda de elasticidade, melasma e perda de volume, conhecido também como redução biométrica. O que causa um remodelamento ósseo, a degradação e o reposicionamento do tecido subcutâneo. Com todas essas alterações, a face deixa de ter uma aparência jovial e passa a ser mais pesada, com mandíbula aparentemente proeminente e com bochechas planas, que é o resultado da queda e da falta de elasticidade dos tecidos em regiões específicas da face. (MAIO, 2015; SMALL, R. *et al.*, 2018).

Percebeu-se ao longo do tempo, que o envelhecimento facial é um tema de interesse geral e de estudos técnicos devido à insatisfação pessoal. Por esse motivo, estudiosos têm buscado sempre novas técnicas para a minimização das rugas e linhas de expressão (NOGUEIRA, *et al.*, 2018). Ainda segundo o mesmo autor, relata-se que em tempos passados foram utilizados silicone, ácido poli-láctico, polimetilmetacrilato e hidroxiapatita de cálcio para

contorno dos lábios e da face, o que provocou muitas complicações graves e fez com que fossem contraindicados para essas regiões.

Com vontade de aperfeiçoar mais as técnicas nos efeitos dos procedimentos estéticos, profissionais se qualificam e buscam métodos mais eficazes e seguros. Entretanto, apesar de se ter um grande avanço tecnológico ainda continua surgindo materiais que são inadequados para esses procedimentos, além de profissionais que não estão capacitados a realizá-los. Isso faz com que as pessoas fiquem com receio de se submeterem a esses métodos e acabarem ficando "deformadas". (NOGUEIRA, *et al.*, 2018).

Para tanto, o aperfeiçoamento das técnicas e o entendimento do modo de se manusear a Toxina Botulínica e o Ácido Hialurônico pelos profissionais da área da saúde é de extrema necessidade.

4. VANTAGENS DA UTILIZAÇÃO DO ÁCIDO HIALURÔNICO E DA TOXINA BOTULÍNICA NA HARMONIZAÇÃO FACIAL

Sabe-se que a pele é um dos órgãos mais afetados por fatores extrínsecos e intrínsecos, e que com o passar dos anos ela vai perdendo sua hidratação. Devido a isso, faz-se a utilização de produtos como a toxina botulínica e o ácido hialurônico na reposição adequada da elasticidade, firmeza e hidratação da pele. A utilização da toxina botulínica na harmonização facial é feita em rugas dinâmicas, que são finas e superficiais, sendo necessária a paralisação do músculo para depois corrigir a ruga. Já no caso do ácido hialurônico, essa harmonização é feita em rugas estáticas, que já existem por causa das repetições de expressões faciais, pode também ser utilizada em preenchimentos labiais, onde o objetivo é dar volume aos lábios e estimulação de produção de colágeno (MORAES; BONAMI; ROMUALDO, 2017).

Pode ser feita a aplicação da toxina botulínica em vários músculos faciais, e necessita-se de um amplo conhecimento nos mesmos. Apesar de ser usada também em tratamentos terapêuticos, como estrabismo, bruxismo, vaginismo, enxaqueca, sequelas de acidente vascular cerebral, hiperidrose, e vários outros procedimentos, a toxina botulínica aplicada na área da face, possui uma maior utilização quando o tratamento está relacionado à estética. Os músculos onde são aplicados essa toxina são paralisados e a partir daí as rugas presentes naquela região somem. Dentre os locais que ela pode ser aplicada estão as rugas sobre a testa, glabela, os "pés de galinha", as que estão em torno dos olhos, na linha do sorriso, em torno da boca e sobre o nariz, as rugas no pescoço, no queixo e várias outras (SILVA, 2012).

Já a aplicação do ácido hialurônico na estética pode ser utilizada em procedimentos como preenchimento labial, preenchimento facial onde se consegue definir o contorno da face destacando as maçãs do rosto, queixo e mandíbula. Com ele se consegue também preencher as rugas e sulcos permanentes, como o "bigode chinês" e as rugas que aparecem no canto dos lábios, além de auxiliar no tratamento de olheiras profundas e na hidratação da pele. Ele pode ser empregado na medicina clínica, assim como a toxina botulínica. Serve também de marcador em diversas doenças, como artrite reumatoide, problemas hepáticos, suplemento de fluido sinovial para pacientes com artrite e vários outros tratamentos, apesar de estar sendo atualmente muito utilizado em procedimentos estéticos. (KOGAN; SOLTÉS; STERN; GEMEINER, 2007; PEPINO, 2017).

Nos casos a seguir, pode-se observar o local a se tratar e os resultados de alguns procedimentos estéticos realizados com o uso da Toxina Botulínica e outros com Ácido Hialurônico.

Figura 1: (A) Lábios antes do preenchimento com ácido hialurônico; (B) Pós-imediato do contorno e volumização labial; (C) Resultado após 10 dias do procedimento.

Fonte: (GUIDONI, 2019)

Figura 2: (A) Testa antes da aplicação de Toxina Botulínica A; (B) Resultado após a aplicação.

Fonte: (FISZBAUM, 2018)

5. COMPLICAÇÕES RESULTANTES DO USO DE TOXINA BOTULÍNICA E ÁCIDO HIALURÔNICO

Antes de se fazer qualquer procedimento facial, é preciso destacar que o indivíduo deve procurar um profissional habilitado para a prática deste. Na harmonização facial esses procedimentos necessitam de uma avaliação precisa, a fim de não comprometer a saúde e estética desse paciente, já que essas técnicas não estão livres de complicações. Pois, apesar de atualmente se ter produtos com um maior grau de pureza, o que faz com que as aplicações sejam mais seguras, ainda é comum que os profissionais se deparam com alguns eventos adversos (EA) (MONTEIRO, 2017; 4).

Segundo algumas pesquisas, as reações adversas como eritema, infecção, sangramentos, equimose, inchaço, cefaleia, letargia, ptose, efeito Tyndall, presença de nódulo ou caroço e dor são algumas das complicações mais comuns. Contudo, existem casos raros onde os efeitos são mais graves, como aparecimento de necrose na pele e até mesmo causar cegueira. Entretanto essas complicações podem ser prevenidas fazendo-se uma avaliação detalhada da correção que o paciente deseja fazer, da experiência técnica do profissional para o procedimento e utilização dos produtos mais adequados em cada situação (PARADA, 2016).

Elas podem ser avaliadas de acordo com o tempo de surgimento dos sinais e sintomas, podendo ser classificadas em complicações iniciais, que geralmente aparece em horas ou dias após o procedimento, e em tardias, que surge semanas ou até mesmo anos depois. Essa classificação pode ser considerada a mais importante. Pois ajuda o profissional a detectar precocemente a reação adversa e iniciar o tratamento terapêutico adequado, que minimizará a gravidade desses efeitos e o desconforto. Além disso, pode prevenir sequelas, cegueira e necrose. (CASEMIRO, 2018).

Existem algumas diferenças entre o motivo dos problemas que se pode encontrar em uma harmonização facial. Dentre elas têm-se as complicações por erros técnicos, como aplicação incorreta, falta de exames, diluição incorreta, dentre outros, onde total responsabilidade é do profissional. Elas podem ocorrer também por reações adversas, onde acontece uma reação inesperada ou exagerada, devido a algumas alterações patológicas ou fisiológicas do paciente, que poderiam ser evitadas em algumas circunstâncias. Nesse caso, o problema não é intencional, mas pode gerar responsabilidade ao profissional. Há também a possibilidade de efeito colateral, onde a técnica foi feita corretamente, mas surgiu um problema temporário, o que não é responsabilidade direta do profissional (MAIO, 2015).

Nos casos abaixo, observa-se complicações que foram causadas pelo uso do ácido hialurônico e pela toxina botulínica A.

Figura 3: Tindalização em sulco nasojugal direito depois da utilização do ácido hialurônico.

Fonte: (BALASSIANO; BRAVO, 2014)

Figura 4: Demonstração da Ptose palpebral após a utilização da toxina botulínica A.

Fonte: (SADICK, 2001).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, foi possível concluir que, são grandes as vantagens estéticas em relação à harmonização facial tais como a amenização de rugas dinâmicas e estáticas, além de preencher os lábios, face, e gerar contorno ao rosto. O uso da toxina botulínica e do ácido Hialurônico podem proporcionar os resultados desejados, desde que, sejam aplicados por profissionais qualificados e competentes, pois estes são produtos que necessitam de um maior cuidado e cautela durante seu manuseio. Isso para que não ocorra nenhum efeito colateral ou indesejado, tais como ptose, efeito Tyndall, eritema, nódulos, e vários outros agravantes.

7. REFERÊNCIAS

ABDULJABBAR, M. H.; BASENDWH, M. A. Complications of hyaluronic acid fillers and their managements - **Journal of Dermatology & Dermatologic Surgery 2**0 (2016) 100–106

ALMEIDA, A. R. T; SAMPAIO, G. A. A; QUEIROZ, N. P. L. Ácido hialurônico sem rejuvenescimento do terço superior da face: revisão e atualização. Parte 2: regiões temporal e supraorbitária. **Educação Médica Continuada, Dermatologia Cirúrgica e Cosmética**, São Paulo, v.2, n.9 p.113-121, abr. 2017. Disponível em http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265551922001, ISSN 1984-5510. Acesso em: 05 mar. 2019.

AWAN, K. H. O uso terapêutico da toxina botulínica (Botox) em condições não estéticas de cabeça e pescoço – Uma revisão baseada em evidências. National Center for Biotechnology, **Arabia Pharm J**, Arábia Saudita, v.1, p.18-24, jan. 2017.

BALASSIANO, L. K. de A.; BRAVO, B. S. F. Hialuronidase: uma necessidade de todo dermatologista que aplica ácido hialurônico injetável. **Surg Cosmet Dermatol**, Rio de Janeiro, v.6, n. 4. p. 338-343, Dez 2014.

BOUERI, P. Harmonização facial traz de volta a jovialidade da pele. O Estado do Maranhão, 2017. V 10. 147. Disponível em: https://imirante.com/oestadoma/online/10022017/pdf/P08.PDF. Acesso em 22 jul. 2019.

CASEMIRO, R. C. **PREENCHIMENTO COM ÁCIDO HIALURÔNICO NA FACE, POSSÍVEIS COMPLICAÇÕES E MANEJOS. 2018.** https://monografias.brasilescola.uol.com.br/saude/preenchimento-com-acido-hialuronico-na-face-possiveis-complicacoes-manejos.htm. Acesso em: 25 jun. 2019.

CROCCO, E. I.; ALVES, R. O.; ALESSI, C. Eventos adversos do ácido hialurônico injetável - **Surg Cosmet Dermatol** 2012;4(3):259-63.

ERBGUTH, F.J. **Historical notes on botulismo, Clostridium botulinum, botulinum toxin, and the idea of the therapeutic use of the toxin.** Mov Discord. 2004 Mar; 19 Suppl 8: S2-6.

GUIDONI, Gabriela Oliveira *et al.* ANATOMIA DO LÁBIO E PREENCHIMENTO LABIAL COM MICRO CÂNULA PARA MELHORIA ESTÉTICA: RELATO DE CASO. **REVISTA UNINGÁ**, [S.l.], v. 56, n. S3, p. 24-32, mar. 2019. ISSN 2318-0579. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/2558>. Acesso em: 02 nov. 2019.

GUILHARDI, H. JOSÉ. Autoestima, autoconfiança e responsabilidade. Santo André, SP, 2002.

KOGAN, G.; SOLTÉS, L.; STERN, R.; GEMEINER, P. Hyaluronic acid: a natural biopolymer with a broad range of biomedical and industrial applications. **Biotechnol Lett,** v.29, n.1, p.17–25, 2007. Disponível em: < https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17091377>. Acesso em: 10 out 2019.

MOREIRA JUNIOR, R. et al. Fundamentos da análise facial para harmonização estética na odontologia brasileira. **Clipe Odonto**: Unitau, Bauru, v. 9, n. 1, p.59-65, 2018.

PAPAZIAN, M. F. et al. Principais aspectos dos preenchedores faciais. **REVISTA FAIPE**, v. 8, n. 1, p. 101-116, sep. 2018. Disponível em: http://revistafaipe.com.br/index.php/RFAIPE/article/view/106.

MAIA, I; FREITAS, E; SALVI, J.O. O Uso do ácido hialurônico na harmonização facial: Uma breve revisão. **Brazilian Journal Of Surgery And Clinical Research Bjscr**: BJSCR, Paraná, v. 23, n. 2, p.135-139, jun. /ago. 2018. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20180704_092807.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

MAIO, M. de. **Desvendando os códigos para rejuvenescimento facial: uma abordagem passo a passo para o uso de injetáveis** – Editora Allergan – 2015.

MATOS, M. B. et al. Uso da toxina botulínica na correção do sorriso gengival: Revisão de Literatura. **Sobrape**, Salvador, v. 27, n. 03, p.29-36, set. 2007. Periodontia.

MELLO, S. M.; Toxina botulínica tipo A - propriedades farmacológicas e uso clínico, **ACTA FISIÁTR**., Spp. 01, 2004, pg S11-12

MONTEIRO, E. O. **Complicações imediatas com preenchimento cutâneo** – RB. Ago. 14 V 71. 2017

MONTEIRO, E. O.; PARADA, M. O. B. **Preenchimentos faciais** - parte um - RBM Jul. 2018. 10 V 67 Especial Dermatologia.

MORAES, B. R. *et al*. Ácido Hialurônico dentro da área estética e cosmética. **Revista Saúde em Foco**, São Paulo, n. 9, p.552-562, 2017. Disponível em: http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2017/062_acidohialuronico.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

MORAES, B. R. de; BONAMI, J. A.; ROMUALDO, L. Ácido hialurônico dentro da área da estética e cosmética. **Revista Saúde em Foco, São Paulo**, v. 9, p. 552 – 562, 2017. Disponível em: http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/062_acidohialuronico.pdf. Acesso em: 15 set 2019.

NOGUEIRA, Izabela Bernardes *et al*. PREENCHIMENTO COM ÁCIDO HIALURÔNICO – REVISÃO DE LITERATURA. **Preenchimento Com Ácido Hialurônico – Revisão de Literatura**, São Paulo, v. 1, n. 10, p.603-612, 2018.

PARADA, M. B.; *et al*. **Manejo de complicações de preenchedores dérmicos** - Surg Cosmet Dermatol - 2016; 8(4): 342-51.

PEPINO, L. L. **Tudo o que você precisa saber sobre o Ácido Hialurônico**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.lucianapepino.com.br/blog/beleza/procedimentos-esteticos/tudo-sobre-acido-hialuronico/. Acesso em: 03 out 2019.

REQUENA, L.; et al - Adverse reactions to injectable soft tissue fillers – J. Am. Acad. Dermatol – **Journal of the Americam Academy of Dermatology**-2011; 64 (1): 1-34.

SADICK, Neli S. Overview of complications of non cirurgical facial rejuvenation procerures. **Clin Plast Surg**, V.1, p.109-120, 2001.

SILVA, J. F. N. A **aplicação da Toxina Botulínica e suas complicações: Revisão Bibliográfica**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina Legal, Ciências Biomédicas de Abel Salazar, Universidade do Porto, Porto, 2012.

SMALL, R. *et al*, (ed.). **Guia prático de procedimentos com preenchimentos cutâneos**. Rio de Janeiro: Di Livros, 2013. 2013 p.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

MENINGITE BACTERIANA NA REGIÃO DE PATOS DE MINAS

BACTERIAL MENINGITIS IN THE PATOS DE MINAS REGION

Nayara Martins dos Santos[1]
Taciano dos Reis Cardoso [2]

Resumo: Meningites Bacterianas é a formação do processo inflamatório do espaço subaracnóideo e das membranas leptomeninges que também se envolvem o encéfalo e a medula espinhal. A meningite, entretanto, é também muito associada à infecção das meninges cerebrais, pelas quais não atingem o parênquima cerebral. Seus principais sintomas certamente irão se variar de acordo com a idade do paciente, mas se consistem principalmente de febres normalmente altas procedendo de dores de cabeça, vômitos, níveis variados de consciência, convulsões, *rash* purpúrico e petéquias. Rigidez de nuca é um sintoma muito comum e em crianças com até 2 anos de idade. As Meningites Bacterianas, consequentemente, continuam sendo um preocupante problema na saúde pública. Para o domínio da doença, a medida mais eficiente desde a entrada dos antimicrobianos foi incluída no fim da década de 80, porém não está associado à terapêutica, e sim na diligencia, mais estritamente, e também ao uso das vacinas contra o Haemophilus influenzae b (Hib). O objetivo desse trabalho foi mencionar as principais causas da Meningite Bacteriana bem como sua definição seu modo de prevenção e tratamento e também os dados que mostram a prevalência da meningite no município de Patos de Minas justificando a importância desse trabalho. O artigo em questão trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática sobre o tema, confeccionada com base em artigos, teses e dissertações, disponíveis no acervo eletrônico, publicados entre os anos de 2010 a 2018, disponíveis em locais, como: bireme, pubmed, scielo e periódicos de revistas e jornais, utilizando como palavras-chave: Meningite Vacina Bacteriana Criança.

Palavras-Chave: Meningite. Bactérias

Abstract: Bacterial meningitis is the formation of the inflammatory process of the subarachnoid space and leptomeningeal membranes that also surrounds the brain and spinal cord. Meningitis, however, is also closely associated with infection of the cerebral meninges, which do not reach the brain parenchyma. Its main symptoms will certainly vary according to the age of the patient, but they consist mainly of usually high fevers from headaches, vomiting, varying levels of consciousness, seizures, purpuric rash and petechiae. Neck stiffness is a very common symptom and in children up to 2 years old. Bacterial meningitis, therefore, remains a worrying problem in public health. For the disease domain, the most efficient measure since the entry of

[1] Bacharel em Biomedicina pela Faculdade Patos de Minas. E-mail: naymartinssantos23@gmail.com

[2] Doutorado em Microbiologia. Professor do curso de Biomedicina na Faculdade Patos de Minas – FPM.

Recebido 14/04/2020
Aprovado 26/05/2020

antimicrobials was included in the late 1980s, but it is not associated with therapy, but rather with diligence, and also with the use of Haemophilus influenzae b vaccines. (Hib) The objective of this work was to mention the main causes of Bacterial Meningitis as well as its definition of its prevention and treatment mode and also the data showing the prevalence of meningitis in the city of Patos de Minas justifying the importance of this work. The article in question is a systematic literature review on the subject, made based on articles, theses and dissertations, available in the electronic archive, published between 2010 and 2018, available in places such as: bireme, pubmed, scielo and periodicals of magazines and newspapers, using as keywords: Meningitis Vaccine Bacterial Child.

Keywords: Meningitis. Bacteria

1. INTRODUÇÃO

Dentre uma das principais características das Meningites Bacterianas é a formação do processo inflamatório do espaço subaracnóideo e das membranas leptomeninges (aracnoide e pia-máter) que também se envolvem o encéfalo e a medula espinhal. Faria et al. (1999).

Devido ao grande aumento da resistência bacteriana nos últimos anos tem dificultado o controle da doença. No entanto a busca de especificidade terapêuticas com ao intuito de melhorar o prognóstico das meningites tem dado a procedência a vários estudos sobre a resposta inflamatória meníngea provocada pelas bactérias. (FARIA et al., 1999).

As Meningites Bacterianas, consequentemente, continuam sendo um preocupante problema na saúde pública. Para o domínio da doença, a medida mais eficiente desde a entrada dos antimicrobianos foi incluída no fim da década de 80, porém não está associado à terapêutica, e sim na diligencia, mais estritamente, e também ao uso das vacinas contra o Haemophilus influenzae b (Hib). (FARIA et al., 1999).

No Brasil, notasse uma grande prevalência da meningocócica como agente etiológico das meningites bacterianas, portanto, o Haemophilus b permanece como importante agente nas crianças menores de cinco anos de idade11, Já que a vacina contra o Hib não é tanto aplicada no nosso país. (FARIA et al., 1999).

O objetivo desse trabalho foi mencionar as principais causas da Meningite Bacteriana bem como sua definição seu modo de prevenção e tratamento e também os dados que mostram a prevalência da meningite no município de Patos de Minas justificando a importância desse trabalho.

O artigo em questão trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática sobre o tema, confeccionada com base em artigos, teses e dissertações, disponíveis no acervo eletrônico, publicados entre os anos de 2010 a 2018, disponíveis em locais, como: bireme, pubmed, scielo

e periódicos de revistas e jornais, utilizando como palavras-chave: Meningite Vacina Bacteriana Criança.

2. O QUE É MENINGINTE?

A meningite, entretanto, é também muito associada à infecção das meninges cerebrais, pelas quais não atingem o parênquima cerebral. Seus principais sintomas certamente irão se variar de acordo com a idade do paciente, mas se consistem principalmente de febres normalmente altas procedendo de dores de cabeça, vômitos, níveis variados de consciência, convulsões, *rash* purpúrico e petéquias. Rigidez de nuca é um sintoma muito comum e em crianças com ate 2 anos de idade. (BRANCO; AMORETTI; TASKER, 2007)

Dentre as faixas etárias as de maiores perigos estão pertencentes entre crianças de até aproximadamente 5 anos em especial as menores de 01. Se causada pela *Neisseria meningitidis* adolescentes e adultos jovens não descartam também a possibilidade contagio da doença, podendo ocorrer em possíveis epidemias. Na meningite pneumocócica (causada pelo *Streptococcus pneumoniae*) idosos e pessoas portadoras de quadros crônicos e doenças imunossupressoras de terem o maior risco de contagio da doença.

Possuem atualmente três grandes importantes agentes causadores da meningite bacteriana dentre elas as principais estão a Neisseria meningitidis, Streptococus pneumonie e Haemophius influenzae. Segundo um estudo realizado na Bahia reveou-se que a N.meningitidis como a mais importante procedendo-se da S.pneumonie,Mycobacterium tuberculosis e H.influenzae A meningite meningocócica e a mais ocorrente dentre as outras á a meningococcemia pela qua e a mais severa dente todos elas. (TEIXEIRA et al., 2018).

Seus sintomas clínicos se variam de acordo, com a gravidade da doença as manifestações mais comuns é a síndrome séptica e/ou meningite. Nas formas mais graves da doença geralmente ocorre que a internação do paciente na unidade de tratamento intensivo. (BRANCO; AMORETTI; TASKER, 2007).

3- FISIOPATOLOGIA

A sua fisiopatologia irá ocorrer da meningite bacteriana de forma aguda começa inicialmente pela nasofaringe aonde irá levara a multiplicação da bactéria que vai acontecer no espaço subaracnóideo e também vai ocasionar a liberação das bactérias que vai abranger o endotélio cerebral e consequentemente podendo também ocorrer a um processo inflamatório juntamente com a liberação de citocinas. (TEIXEIRA et al., 2018).

> Os agentes patogénicos da meningite bacteriana se beneficiam de características do sistema imune do SNC, que se multiplicam. Pela qual a sua principal característica é o seu grupo de leucócitos altamente ativados no LCR. (Faria et al., 1999).

Quando acontece a invasão da mucosa, as bactérias começam a soltar algumas enzimas específicas, como IgA proteases, que vai se clivar e inativar a molécula IgA e que logo vai agredir as células epiteliais do aparelho respiratório levando a que ocorra a perda de atividade ciliar desse epitélio, então a IgA proteases inativa os anticorpos do hospedeiro, facilitando a aderência da bactéria à mucosa. Muitos dos microrganismos também possuem características de superfície que aumentam a colonização da mucosa, por exemplo, o N. meningitidis tem a capacidade de se prender às células epiteliais com a ajuda de fimbrias. (Faria et al., 1999).

> Uma vez ultrapassada a barreira mucosa da nasofaringe, as bactérias entram na corrente sanguínea, e aí precisam vencer os mecanismos de defesa do hospedeiro para sobreviverem e assim conseguirem atingir o SNC. (McPhee et al., 2007).

Passando já pela barreira da mucosa da nasofaringe, as bactérias entram na corrente sanguínea, precisando passar pelos mecanismos de defesa do hospedeiro para sobreviverem e assim conseguirem atingir o SNC. (McPhee et al., 2007).

Após as bactérias invadirem o SNC, estudos que sugerem que estas acedem ao SNC através do plexo coroide uma vez que se julga que as células do plexo coroide e os capilares cerebrais possuem receptores para a aderência das bactérias de forma a que estas possam ser transportadas para o espaço subaracnóideo. No espaço subaracnóideo as bactérias encontram condições mais do que favoráveis para a sua replicação, uma vez que este espaço se encontra desprovido de mecanismos de defesa com capacidade para controlar a infeção. (McPhee et al., 2007) ao mesmo tempo, há uma redução na biodisponibilidade de anticoagulantes naturais. (BRAIDA, 2013). gg.

3.1 DIAGNÓSTICO

A análise laboratorial é a melhor forma de diagnosticar a meningite, confirmando os casos clínicos ou de possíveis suspeitas de meningite. A análise que vai se iniciar pela contagem das células brancas do sangue periférico, sendo observada uma leucopenia. Caso o paciente receba um pré-tratamento antecipadamente, o rendimento pode diminuir por volta de 20%, não constutindo uma confirmação com eficácia. (TEIXEIRA et al., 2018).

A LCR continua sendo a melhor forma para se constatar a meningite, possibilitando assim, diferenciar as formas de meningite bacteriana e a viral.

> Sendo aos principais exames para esclarecer diagnósticos suspeitos são: cultura, exame quimiocitológico do LCR, bacterioscopia direta, aglutinação pelo látex e reação em cadeia da polimerase. (TEIXEIRA et al., 2018).

Durante o exame físico alguns profissionais da saúde procuram sinais que indicam um desses principais sinais indicativos esta a rigidez no pescoço, erupções cutâneas também podem ser sinais indicativos da doença, mas o exame e o principal exame confirmatório da doença.

Após a suspeita da meningite e até a confirmação do exame começa inicialmente a inserção de antibióticos e corticosteroides, pois a meningite pode progredir rapidamente A punção lombar exame este mais indicado e eito pela é introdução uma agulha fina entre as vértebras na parte inferior da coluna vertebral, com o objetivo de obter uma amostra de líquido cefalorraquidiano.

Em seguida, são feitos os seguintes procedimentos:

- Exame atento do líquido cefalorraquidiano: O líquido normalmente é límpido, mas pode estar turvo em pessoas com meningite.
- Medição da pressão no espaço subaracnóideo (que contém o líquido cefalorraquidiano) à medida que o líquido cefalorraquidiano é retirado: A pressão arterial é geralmente elevada na meningite.
- Análise do líquido cefalorraquidiano em um laboratório: Os níveis de glicose e proteínas e a quantidade e o tipo de glóbulos brancos no líquido são determinados. Essas informações ajudam os médicos a diagnosticar a meningite e a distinguir entre meningite bacteriana e viral.
- Exame do líquido cefalorraquidiano ao microscópio para detectar e identificar as bactérias. Uma coloração especial (coloração de Gram) é usada para mostrar as bactérias mais nitidamente e ajudar a identificá-las.

O exame do LCR tem sido muito usado como principal diagnóstico desde o final do século XIX, colaborando expressivamente para a confirmação da meningite. (Comar et al., 2009). Em caso de meningite bacteriana o LCR irá apresentar-se turvo e com acrescente número de células às custas de leucócitos polimorfo nucleares; os achados no LCR incluem também aumento marcado das proteínas, diminuição da glicose (uma vez que é consumida pelos microrganismos) e pleocitose com predomínio de neutrófilos. (Fonseca et al., 2010).

4. TRATAMENTO

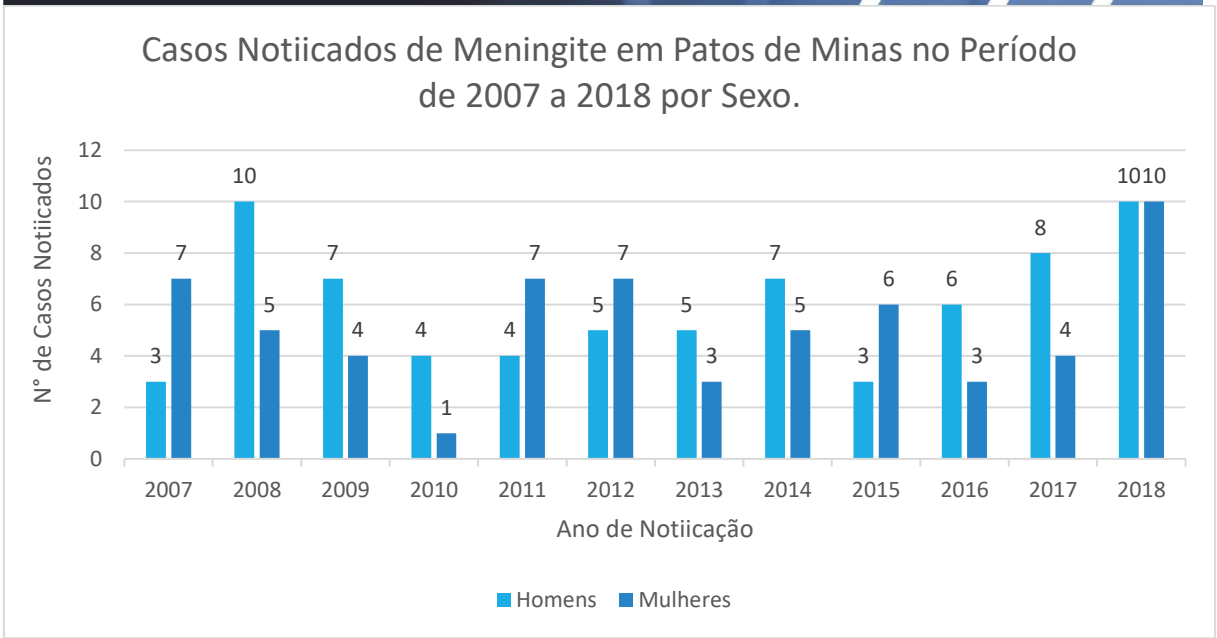
O melhor tratamento da meningite bacteriana possui várias medidas destinadas contra a infeção, o choque, coagulação intravascular disseminada, desequilíbrios eletrolíticos, hipertermia, convulsões, hipertensão intracraniana e edema cerebral. O bom prognóstico antimicrobiano sugere uma preferência a antibióticos que consistem mais contra os prováveis microrganismos. (Faria et al., 1999; Lin e Sá, 2002).

> A melhor preferência para a escolha inicial do(s) antibiótico(s) é feita de uma forma baseado na experiência, tendo como baseamento a incidência bacteriana provável de acordo com a idade e outras características do paciente. A antibioterapia para esta doença tem passado por diversas mudanças e nos últimos anos. Estiveram frequentemente usando várias concepções de antibioterapia, os próximos a terapias adjuvantes, designadamente a corticoterapia, o número de antibióticos disponíveis contém vindo a aumentar ao longo dos tempos, entretanto não permanece a sua conformidade quanto à duração ideal do tratamento. (Pereira et al., 2013).

Há anos, a associação da ampicilina com um amino glicosídeo no período neonatal e ampicilina com cloranfenicol após os dois meses de idade foram os esquemas antimicrobianos de escolha para o tratamento empírico inicial das meningites bacterianas. Com a ampliação de novas cefalosporinas e outros antibióticos com excelente atividade bactericida no SNC e com o aumento das resistências aos esquemas convencionais, o tratamento foi sofrendo alterações. Nos dias de hoje, dentre as novas opções terapêuticas temos as cefalosporinas de 3ª geração, nomeadamente a ceftriaxona. (Faria et al., 1999; Hoffman et al., 2009).

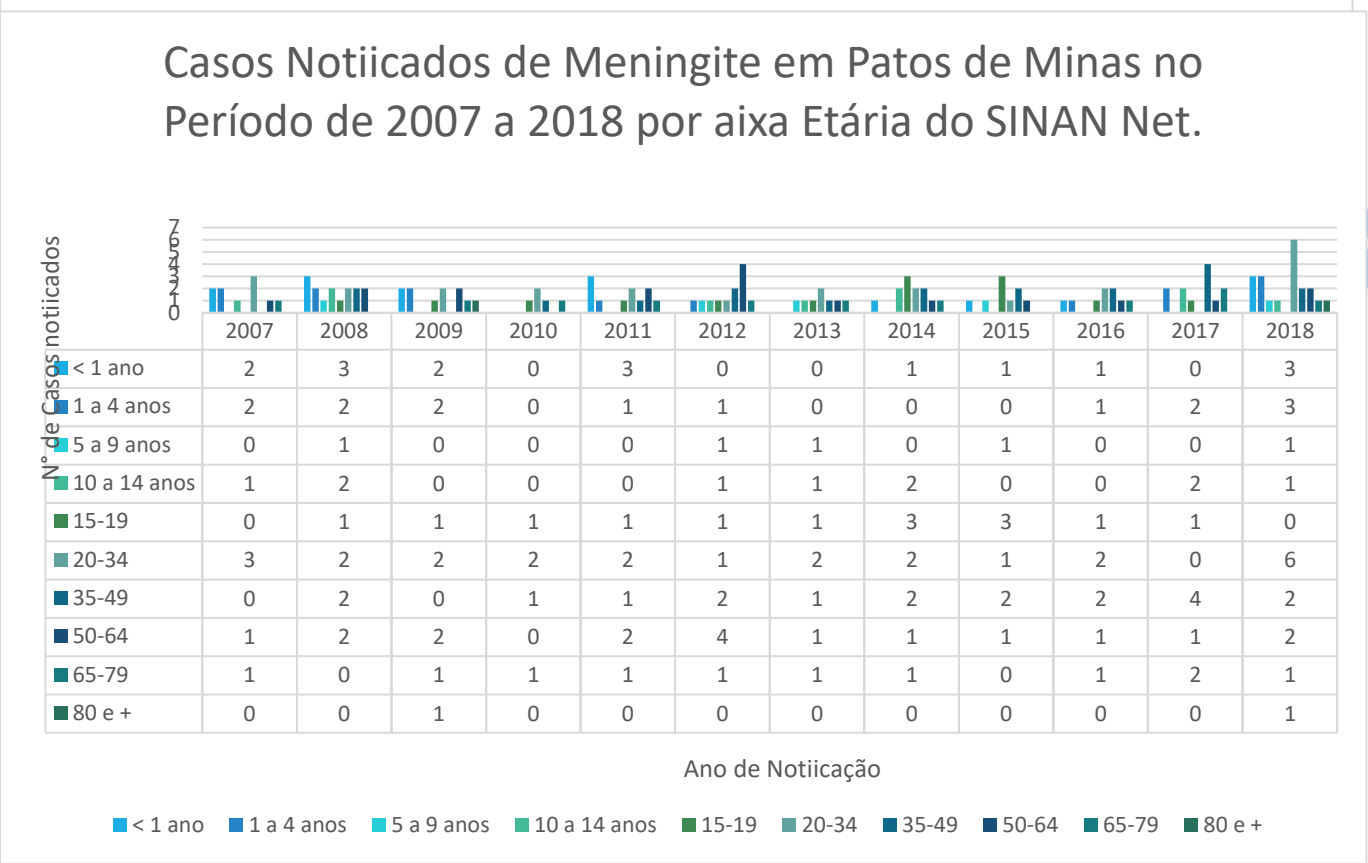
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 01: Número de casos registrados por gênero feminino e masculino em Patos de Minas – Minas Gerais - Brasil



No gráfico 01, nota-se de modo geral que entre o período de 2007 á 2018, os homens apresentaram um maior índice de casos, totalizando 72 casos de um total de 134.
Por meio do gráfico ficou nítido que a maior taxa registrada de meningite é evidente em homens.

Gráfico 02: Número de casos registrados por faixa etária em Patos de Minas – Minas Gerais - Brasil



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
< 1 ano	2	3	2	0	3	0	0	1	1	1	0	3
1 a 4 anos	2	2	2	0	1	1	0	0	0	1	2	3
5 a 9 anos	0	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1
10 a 14 anos	1	2	0	0	0	1	1	2	0	0	2	1
15-19	0	1	1	1	1	1	1	3	3	1	1	0
20-34	3	2	2	2	2	1	2	2	1	2	0	6
35-49	0	2	0	1	1	2	1	2	2	2	4	2
50-64	1	2	2	0	2	4	1	1	1	1	1	2
65-79	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	2	1
80 e +	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

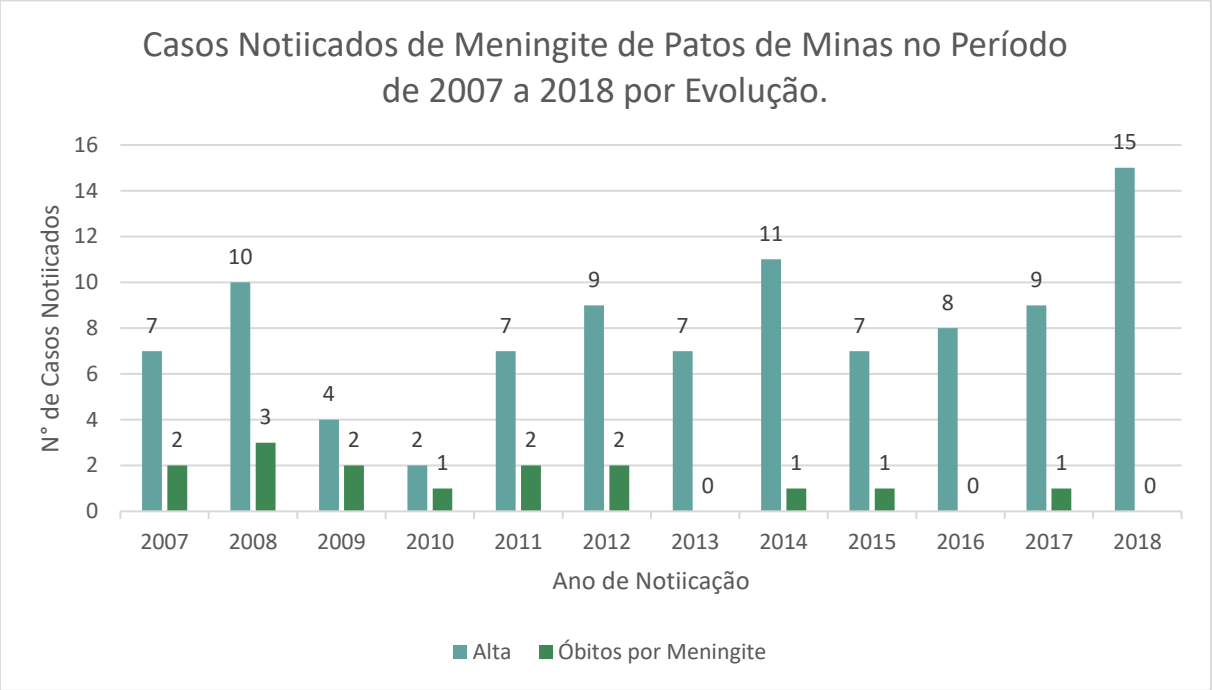
No gráfico 02, foi possível observar que a faixa etária de 20 – 34 anos foi a que apresentou o maior número de casos de um modo geral entre os anos de 2007 á 2018, foi registrado 25 casos de um total de 134 casos. Nota-se através do gráfico que a faixa etária de 20 – 34 anos também foi a que apresentou a maior quantidade de casos constatados no período de somente um ano, sendo 6 casos registrados no ano de 2018.

A doença meningocócica acomete indivíduos de todas as faixas etárias, porém aproximadamente 50% dos casos notificados no país ocorrem em crianças menores de 5 anos de idade, sendo que os maiores coeficientes de incidência da doença são consistentemente observados em lactentes, no primeiro ano de vida.

Em controvérsia aos dados apontados em Patos de Minas, pesquisas apontam que a doença meningocócica afeta seres de todas as idades, porém no país cerca de 52% dos casos notificados são em crianças com a faixa etária inferior á 5 anos.

Os maiores fatores de incidência da meningite são frequentemente observados em lactantes, logo no seu primeiro ano de vida.

Gráfico 03: Número de casos registrados por evolução da doença em Patos de Minas – Minas Gerais - Brasil

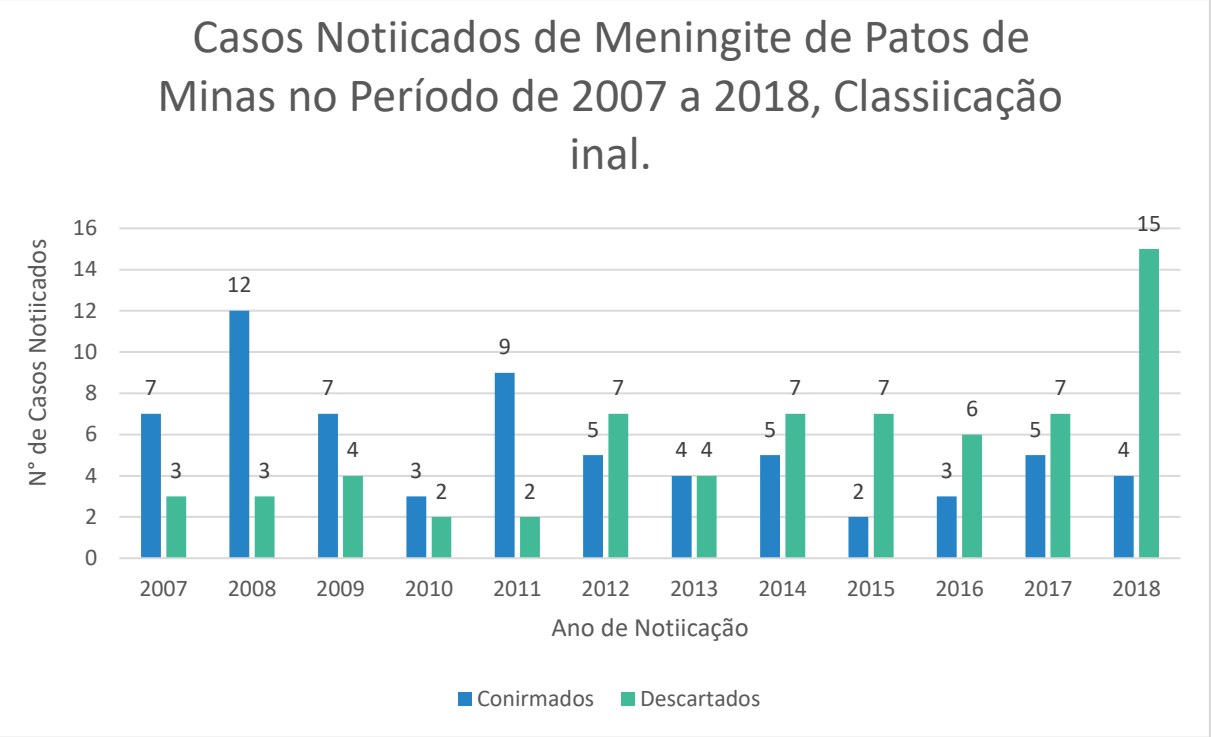


No gráfico 03, nota-se que o número de altas médicas recebidas é bem maior do que o números de óbitos.

De acordo com Ministério da Saúde, no ano de 2018, se teve o registro de 1.072 casos da doença meningocócica (meningite) no Brasil, ocasionando 218 mortes. Já em 2017, durante o mesmo período, foram registrados 1.138 casos, sendo que 266 destes vieram á óbito.

Com relação a meningite pneumocócica, em 2017 tivemos o registro de 1.030 casos, com 321 óbitos. Em 2018, foram 934 casos com 282 mortes. A meningite viral foi registrada pelo governo em 2017, 7.924 casos e 107 óbitos. Em 2018, os registros constataram 169 mortes dentre 796 casos.

Gráfico 04: Número de casos confirmados e descartados Patos de Minas – Minas Gerais - Brasil



No gráfico 04, pode-se perceber que os maiores números de incidências de meningite são descartados. Durante o período de 2007 – 2018, o número de casos é de 67 dos 133 casos, enquanto os casos confirmados da doença é de 66 dos 133.

6. CONCLUSÃO

.

Conclui-se que a meningite bacteriana é uma das principais meningites existentes. Ela é a formação do processo inflamatório do espaço subaracnóideo e das membranas leptomeninges. Também se associa á infecção das meninges cerebrais, nas quais não atingem o parênquima cerebral.

Consequentemente, a doença meningocócica bacteriana continua sendo um problema preocupante para a saúde. As crianças com aproximadamente até 5 anos, são as mais vulneráveis.

A meningite bacteriana pode ser tratada de diversas formas contra a sua infecção. Há uma preferência a antibióticos.

Pode-se notar com as pesquisas realizadas que na cidade de Patos de Minas – MG, os homens são mais propensos à doença meningocócica, principalmente na faixa etária de 20 – 34 anos, apesar de que 50% dos casos no país ocorrem em crianças com idade inferior a 5 anos.

Independentemente de a doença ter relativamente um alto índice de mortalidade, em Patos de Minas – MG, o número de recuperação é bem superior, tendo uma alta porcentagem positiva em relação á óbitos.

Assim, fica evidente que mesmo sendo uma doença preocupante e perigosa, a meningite pode ser altamente corrompida, tratada, desde que se tenha ou faça um tratamento correto e eficaz, priorizando sempre o melhor para a saúde.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R. L. C.; BIRD, R. J. Review article: Coagulation cascade and therapeutics update: relevance to nephrology. Part 1: Overview of coagulation, thrombophilias and history of anticoagulants. **Nephrology**, Queensland, v. 14, n. 5, p. 462-470. 2009.

BARROS, V. I. P. V. L. et al. Resultados gestacionais e trombofilias em mulheres com história de óbito fetal de repetição. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [s.l.], v. 36, n. 2, p. 50-55, 2014.

BRAIDA, T. **Síndrome Hellp E As Alterações Na Coagulação**. 2013. 16 f. TCC (Graduação) – Curso de Curso de Pós-graduação em Hematologia Laboratorial, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2013. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2223/TCC_S%C3%ADndrome%20HELLP%20e%20as%20Altera%C3%A7%C3%B5es%20na%20Coagula%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CAMPOS, M.; GONÇALVES, I. O Sistema Hemostático. **Revista Portuguesa de Cardiologia**, Portugal, v. 29, supl. 2, p. 7-13, 2010.

COTT, E. M. V.; KHOR, B.; ZEHNDER, J. L. Factor VLeiden. **American Journal of Hematology**, Massachusetts, v. 91, n. 1, p. 46-49, 2015.

DURAN, M. S. Terapia Hemostática Farmacológica – Factor VII Ativado. 2006. Disponível em: <http://www.saj.med.br/uploaded/File/novos_artigos/41.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

FERREIRA, C. M. **Desfechos Materno-Fetais Das Gestações Subsequentes À Intervenção Com Enoxaparina Em Gestantes Com Marcadores Séricos Para Trombofilias E Antecedente De Complicações Obstétricas**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pósgraduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhoarquivos/download/1695>. Acesso em: 16 set. 2018.

FIGUEIRÓ-FILHO, E. A. et al. Marcadores séricos de trombofilias hereditárias e anticorpos antifosfolípides em gestantes com histórico de pré-eclâmpsia grave. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [s.l.], v. 34, n. 1, p. 40-46, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v34n1/a08v34n1>. Acesso em: 14 jul. 2018.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2006.

HERKENHOFF, M. E. et al. Análise da mutação G20210A no gene da protrombina (fator II) em pacientes com suspeita de trombofilia no sul do Brasil. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 85-89, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3935/393541965003.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

HILLMANN, B. R.; STEFFENS, S. M.; TRAPANI JUNIOR, A. Trombose de veia renal no puerpério: relato de caso. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [s.l.], v. 37, n. 12, p. 593-597, 2015.

LALAN, D. M.; JASSAWALLA, M. J.; BHALERAO, S. A. Successful Pregnancy Outcome in a Case of Protein S Deficiency. **The Journal of Obstetrics and Gynecology Of India**, Índia, v. 62, n. 1, p. 21-22. 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3632677/>. Acesso em: 26 mar. 2018.

LIMA, J.; BORGES, A. Rastreio de Trombofilias. 2012. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/39260063/02 _BSPHM_274__ Artigo_de_Revisao.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=15 34369095 &Signature=MqNHNSd4EXSLmsR%2BvjbKOi4Ze3k%3D&responseconten tdisposition=inline%3B%20filename%3D02_BSPHM_274__Artigo_de_Revisao.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

LIMA, R. P.; MOREIRA, M. Trombofilia hereditária: um caso, várias questões. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, Lisboa, v. 31, n. 5, p. 334-340, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpmgf/v31n5/v31n5a07.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2018.

MACHADO, S. A. A. **Terapêutica Anticoagulante.** 2014. 91 f. Monografia (Especialização) – Curso de Farmácia, Universidade do Porto, Porto, 2014. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77116/2/33171.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2018.

MICHEL, C. A. et al. Prevalence of factor V Leiden in patients with venous thrombosis. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, [s.l.], v. 52, n. 4, p. 227-232, 2016.

MORALES, I.; RODRÍGUEZ, F. **Factores de riesgo associados a tromboses venosa profunda em mujeres em edad fértil atendidas por el servicio de cirurgia del Hospital Escuela Cesar Amador Molina, Matagalpa em el período compreendido de enero 2010- enero 2015**. 2017. 99 f. Monografia (Medicina) - Facultad Regional Multidisciplinaria, Universidad Nacional Autónoma De Nicaragua, Matagalpa, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unan.edu.ni/4846/1/6014.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

OKOYE, H. C. et al. Associations between pre-eclampsia and protein C and protein S levels among pregnant Nigerian women. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, [s.l.], v. 137, n. 1, p. 26-30, 2017.

OLIVEIRA, I. V. P. M.; DIAS, R. V. C. Cicatrização de feridas: fases e fatores de influência. **Acta Veterinária Brasílica**, v. 6, n. 4, p. 267-271, 2012.

ORSI, F. L. A. **"Avaliação da hemostasia primária, coagulação e fibrinolise em pacientes com complicações hemorrágicas da dengue"**. 2013. 55 f. Dissertação (Doutorado em Medicina) – Faculdade De Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstrea m/REPOSIP/310169/1/Orsi_FernandaLoureirodeAndrade_D.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

PEREIRA, A. F.; RIBEIRO, C. Z; PARODI, T. V. **Fatores Predisponentes e Avaliação Laboratorial na Formação de Trombos e Êmbolos: Pré-disposição a Trombose e Embolia.** 2018. Disponível em: <http://urisantiago.br/multicienciaonline /adm/upload/v1/n1/2174d93bf0a3eaa2a65305e25e69e391.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PONTES, D. M.; PIMENTEL, L. G. B.; CARVALHO, F. H. C. Eventos tromboembólicos na gestação e puerpério: revisão sistemática e recomendação atual. **Femina**, [s.l.], v. 41, n. 1, p. 01-16, 2013.

REZENDE FILHO, J. de; MONTENEGRO, C. A. B. **Rezende:** Obstetrícia Fundamental. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 1088 p.

RIBEIRO, J. J. **A trombose no pós-operatório.** 2013. 27p. Monografia (Biomedicina) – Universidade Católica de Brasília, Distrito Federal, 2013.

RODRIGUES, E. S. et al. Novos conceitos sobre a fisiologia da Hemostasia. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. Três Corações, v. 10, n. 1, p. 218-233, 2012.

SANTOS, F. C. dos et al. Anticoagulação na gravidez. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 71-77, 2015.

SANTOS, L. F. dos et al. Tromboembolismo pulmonar agudo na gravidez. A propósito de um caso clínico. **Revista Portuguesa de Cardiologia**, [s.l.], v. 31, n. 5, p. 389-394, 2012.

SIGNOR, A. B. **ALINE BIANCHESSI SIGNOR TROMBOFILIA S NA GESTAÇÃO.** 2013. 19 f. Monografia (Especialização) – Curso de Pós-Graduação Hematologia
Laboratorial, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2013. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1660/Artigo%20TCC%20POS%20Aline%20FINAL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 jul. 2018.

TRONINA, O. et al. Pregnancy in a Patient With Hepatic Artery Thrombosis After Liver Transplantation: A Case Report. **Transplantation Proceedings**, [s.l.], v. 46, n. 8, p. 2929-2931, 2014.

VERSTEEG, H. H.; HEEMSKERK, J. W. M.; LEVI, M.; REITSMA, P. H. New
Fundamentals in Hemostasis. **Physiol**, [s.l.], v. 93, n. 1, p. 327-358. 2013.

BIOLOGIA

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA NO CONTROLE ALIMENTAR: uma abordagem positiva no ambiente escolar

THE IMPORTANCE OF SANITARY SURVEILLANCE IN FOOD CONTROL: a positive approach in the school environment

Helen Cristina Araújo[1]
Nayara Maria de Oliveira[2]
Saulo Gonçalves Pereira[3]

Resumo: Diante da necessidade em reduzir o consumo de alimentos contaminados provenientes de uma má conduta de manipulação, a Vigilância Sanitária (VISA) busca ações de intervenção e educação a fim de prevenir doenças e adotar medidas socioeducativas com o intuito de conscientizar sobre a importância do consumo de alimentos saudáveis e de procedência confiável. Este estudo de revisão literária teve como objetivo analisar a importância da fiscalização do serviço de vigilância sanitária, levando em conta a necessidade de prevenção de doenças relacionadas ao consumo da carne comercializada sem o devido registro no ministério da saúde, e aplicabilidade dos conceitos no contexto escolar. Evidenciou-se a necessidade que os estabelecimentos destinados à venda de produtos alimentícios têm em cumprir à risca as legislações que regem o trabalho da VISA garantindo, assim, a integridade dos alimentos ali manipulados. As medidas a serem adotadas para incentivar práticas saudáveis devem ser introduzidas dentro do contexto escolar com o objetivo de promover a união entre saúde e educação, levando em conta que professores são formadores de opinião.

Palavras-chave: Vigilância sanitária. Fiscalização. Prevenção de doenças. Educação.

Abstract: Faced with the need to reduce the consumption of contaminated food from misconduct manipulation, Sanitary Surveillance (VISA) seeks intervention and education actions to prevent diseases and adopt educational measures in order to raise awareness about the importance of consuming healthy and reliable food origin. This literature review study aimed to analyze the importance of monitoring the health surveillance service, taking into account the need for prevention of diseases related to the consumption of meat sold absent registration in the health ministry, and applicability of the concepts in the school context .

[1] Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade Patos de Minas (FPM). hellemvarjao@yahoo.com.br.

[2] Graduada em Ciências Biológicas licenciatura e bacharelado, Especialista em Gestão e Educação Ambiental e Produção de Alimentos; Bacharel em Medicina Veterinária.

[3] Biólogo, Pedagogo; Doutor em Ciências Veterinárias, Mestre em Saúde Animal pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), especialista em Didática do Ensino Superior (FPM) e Gestão Ambiental (CRBio4) . Professor orientador da Faculdade Patos de Minas (FPM) e FCJP. saulobiologo@yahoo.com.br.

Recebido em 24/04/2020
Aprovado em 20/05/2020

Showed the need that establishments for the sale of food products have to comply to the letter the laws governing the work of VISA thus ensuring the integrity of the food there handled. The measures to be adopted to encourage healthy behaviors should be introduced within the school context in order to promote unity between health and education, taking into account that teachers are opinion leaders.

Keywords: health monitoring. Supervisio. Prevention of diseases. Education.

1 INTRODUÇÃO

A Vigilância Sanitária (VISA) desenvolve um papel importante em seu trabalho de fiscalização, onde aplica ações estratégicas no sistema de saúde, tendo como base as atividades relacionadas à produção/consumo de bens e serviços de interesse da saúde. Tendo como foco principal, a função de regular e manter um trabalho efetivo da VISA (COSTA, 2009).

Sem a devida fiscalização da VISA, os comércios destinados à venda de alimentos bem como o preparo desses produtos ficam sem quaisquer tipos de orientação adequada. Sendo assim, o comércio faz a venda de produtos sem o devido registro dos órgãos competentes, afetando diretamente a saúde do consumidor (POSSAMAI *et al.*, 2011).

A VISA, por ser um órgão público, encontra várias dificuldades para trabalhar. Uma das maiores dificuldades é a desorganização administrativa e descompromisso dos gestores. Além da dificuldade de aplicação do dinheiro público em ações que deveriam ser priorizadas. Também existe a dificuldade em aplicar as legislações em comércios, devido ao descaso de comerciantes em relação à idoneidade dos serviços prestados. Como visto, não é considerado a importância dos serviços prestados, podendo causar desmotivação perante o trabalho das pessoas envolvidas e afetar a produtividade (RESENDE; SANTOS, 2012).

Levando em conta a necessidade de ter as medidas de prevenção, Azambuja afirma que:

> A situação do comércio de carnes clandestinas proveniente de abates sem a fiscalização dos órgãos competentes, nada mais é do que uma calamidade pública, pois os malefícios deste comércio clandestino atingem a mesa do consumidor se reproduzindo ao leite e derivados, na carne suína e em outros produtos de origem animal. Por exemplo, nos laticínios, a clandestinidade impera, pois a fiscalização é ineficiente. Lamentavelmente, os casos de tuberculose no Estado são crescentes (AZAMBUJA, p. 8,2011).

As condições higiênicas encontradas nos estabelecimentos fiscalizados podem não ser favoráveis para o armazenamento e consumo das carnes. Em decorrência desta situação há a

proliferação de microrganismos na carne, que provém do próprio animal ou que podem ser contaminada durante os processos de abate (LUNDGREN *et al.*, 2009).

Complementando o exposto, faz-se referência à Costa (2009) que salienta que quando ocorrem ameaças à saúde, em situações de risco iminente ou dano, por nocividade de produtos, onde há suspeita de contaminação ou é comprovado com certeza que existem riscos às infecções e a algum tipo de doenças, a VISA terá papel fundamental para sanar este problema. Com isso, são desenvolvidas normas e medidas para serem cumpridas, com suspensão ou cancelamento do registro de produtos, a fim de evitar a contaminação e aparecimento de doenças que venham a afetar a saúde dos consumidores.

A prática da VISA abrange um conjunto de ações que tem como objetivo desenvolver a prevenção de doenças. Nesse enfoque, é necessária uma abordagem do referido tema no contexto escolar visando à promoção da saúde tendo como foco principal o controle de riscos. Cabe-lhe avaliar, gerenciar e informar sobre os riscos reais referentes a produtos sem inspeção, bem como dos serviços prestados (RESENDE; SANTOS, 2012).

Por tudo que foi dito, observa-se que o consumo de carnes sem inspeção sanitária é crime e prejudicial à saúde do consumidor, pois pode levar a óbito. Os órgãos responsáveis pelo referido setor devem ter mais apoio de governantes criando legislações mais severas. Agindo com maior rigor na fiscalização e oferecendo condições favoráveis de trabalho para os mesmos, de acordo com as conformidades das legislações que regem o trabalho.

Tais questões objetivaram-se analisar a importância da VISA, levando em conta a necessidade de prevenção de doenças relacionadas ao consumo de alimentos comercializados sem as devidas condições higiênicas estabelecidas em legislações; aplicabilidade dos conceitos dos serviços da VISA no contexto escolar.

Foi realizado um estudo por meio de revisão literária, de natureza qualitativa, buscando fontes em livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, revistas. Tais fontes foram adquiridas por meio de empréstimos de livros da biblioteca, sites da internet como o scielo e google, utilizando-se de palavras chaves como: vigilância sanitária; fiscalização; prevenção de doenças; educação. Os materiais publicados ou registrados foram do período do ano de 2000 a 2014.

Nesse sentido, justificou-se pela necessidade da abordagem do tema em questão, tendo como foco principal a redução de incidências de doenças, além de prevenir e conscientizar sobre a importância da VISA.

Considerando-se todo o exposto, o presente artigo, foi estruturado em três seções: inicialmente foi abordada a importância do serviço da VISA; em seguida, foram apresentadas

medidas de prevenção, que devem ser adotadas para reduzir os riscos de contaminação dos alimentos; e finalmente, citada a necessidade da educação alimentar e nutricional no contexto da promoção das práticas alimentares saudáveis.

2 A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Observa-se que é indispensável o serviço de vigilância sanitária, tendo em vista a necessidade de reduzir o consumo de alimentos contaminados por meio de microrganismos, Nota-se também que os consumidores estão a cada vez mais exigentes quando vão adquirir algum alimento, levando em conta não só a qualidade do produto, mais certas características como pesquisa de preço, e em muitos casos, procuram estabelecimentos que oferecem uma maior comodidade e que estão próximos às suas residências (GOMES; RODRIGUES, 2009).

Com o crescimento desordenado da sociedade moderna, torna-se mais difícil controlar novas rotinas e costumes que são inseridos no meio em que vivemos, onde é visto que uma enorme quantidade de produtos é colocada no dia a dia dos cidadãos. Deve haver um cuidado em relação à proteção contra doenças, devido ao fato de estar propenso ao surgimento de irregularidades na venda, armazenamento, etc (NICOLETTI E *et al.*, 2007).

Nesse sentido, o serviço de VISA possui um conjunto de ações com o intuito de diminuir e prevenir doenças, além de adotar medidas socioeducativas e conscientizar sobre importância do trabalho que os profissionais desta área desenvolvem (RIOS, 2009).

Diante das inúmeras atividades desenvolvidas pela VISA, também em destaque tem-se a investigação de surtos de intoxicação alimentar devido à ingestão de alimentos contaminados. A investigação geralmente é realizada em conjunto a vigilância epidemiológica, sendo recolhidas amostras de alimentos e encaminhados a laboratórios de saúde pública para que seja feito análise dos mesmos (NICOLETTI *et al.*, 2007).

Além disso, a VISA busca resultados positivos em suas ações adotadas, priorizando principalmente à saúde do consumidor, conscientizando sobre a importância do consumo de alimentos saudáveis levando em conta a necessidade de obter alimentos de procedência confiável e que estejam devidamente registrados em órgãos competentes, com rótulos originais, que não foram violados e nem manipulados de forma que possam contaminar o produto (ALMEIDA *et al.*, 2013).

Costa (2009) afirma que o serviço de VISA abrange ações no sistema de saúde a fim de controlar as atividades desempenhadas que estão relacionadas à produção e consumo de bens e serviços de interesse da população.

A VISA não se limita à sua função fiscalizadora, devendo estender suas ações para que, respeitando os princípios da equidade, integralidade e universalidade, possa atuar nesse processo de mudança, promovendo saúde e prevenindo doenças (MOUTINHO *et al.*, 2012).

Abrange medidas estratégicas e adota uma postura preventiva e indispensável para a saúde, atuando na diminuição das doenças transmitidas por alimentos que possam estar contaminados e que estão sendo comercializados sem a devida fiscalização (ALMEIDA *et al.*, 2013).

Os estabelecimentos que armazenam alimentos precisam ser devidamente inspecionados. Devem possuir pisos, tetos e paredes em bom estado de conservação, livre de trincas, rachaduras, infiltrações, mofos e descascamentos; fazer a remoção de lixos sempre que necessário e ao final das atividades de trabalho, pois o acúmulo de sujidades é ideal para a multiplicação de microrganismo (GOMES; RODRIGUES, 2009).

Um estabelecimento pode apresentar uma estrutura física que se mostre adequada, no entanto, apenas isto não assegura a preservação dos alimentos ali manipulados. Com isso, é importante focalizar a inspeção e capacitar os profissionais que irão fiscalizar para verificar, além das questões estruturais, os perigos que podem levar algum tipo de contaminação. Também é necessário analisar os processos corretos de higienização das superfícies que entram em atrito direto com os alimentos. O estabelecimento deve ser dedetizado e desratizado para que seja feito o controle de pragas, chegando a um bom resultado. Todos estes pontos listados devem estar implantados e devidamente registrados, a fim de identificar se o local possui um controle de qualidade satisfatório para a comercialização de produtos fabricados e/ou comercializados (ALMEIDA *et al.*, 2013).

Sendo assim, é fundamental à inserção de normas de higiene durante a manipulação dos alimentos e da pratica correta de conservação, uma vez que alguns alimentos de origem animal são meios de cultura para um grande número de microrganismos patogênicos, facilitando assim, a proliferação destes (PIOVESAN *et al.*, 2005).

O preparo das ações estipuladas pelo setor de VISA muitas vezes depende de ações interligadas com outros setores, exemplo disso seria o trabalho em conjunto com o Programa da Saúde da Família (PSF), uma vez que esses profissionais podem fazer levantamentos de perfis produtivos, ambientes onde se manipulam alimentos e que vigilância sanitária não pode chegar, são locais diretamente dentro de residências, fabricação de doces e embutidos, cabe aos setores informar sobre os possíveis riscos ao se manipular ou armazenar produtos sem quaisquer orientações (NICOLETTI *et al.*, 2007).

Por isso a importância que a vigilância sanitária conheça seu campo de atuação, bem como os fatores relacionados às condições econômicas, social e cultural. Além disso, é necessário que tenha condições de identificar as áreas que ofereçam mais riscos, tornando possível reduzir fatores que estão diretamente relacionados a problemas sanitários, diminuindo os agravos (PIOVESAN *et al.*, 2005).

Porém, a vigilância sanitária em seu pleno papel de fiscalização no controle do consumo de alimentos que garantem a qualidade dos mesmos, consequentemente, atua na saúde de grupos com sistema imunológico mais baixo, crianças, idosos e imunodeprimidos onde os mesmo são mais beneficiados com a atuação plena do serviço de vigilância sanitária reduzindo assim a mortalidade (NICOLETTI *et al.*, 2007).

Um dos problemas de maior destaque seria o abate clandestino de animais. Mais uma vez a importância de se trabalhar em conjunto com outros setores como o Ministério da Agricultura, pois grande maioria dos municípios não trabalha em condições adequadas para o abatimento de animais, podendo contaminar as carnes durante o processo de abate e levar a sérios problemas a saúde pública. Transmitindo doenças parasitarias que podem levar o individuo a óbito (NICOLETTI *et al.*, 2007). Salientando o exposto, a ANVISA (2005, p. 12) afirma que:

> Boas práticas de fabricação e manipulação são procedimentos de higiene que devem ser obedecidas pelos manipuladores, desde a escolha e compra dos produtos a serem utilizados no preparo do alimento, até a venda para o consumidor, e tem como objetivo evitar a ocorrência de doenças provocadas pelo consumo de alimentos contaminados.

Toda abordagem do serviço da vigilância sanitária deve-se especificar as legislações que regem o trabalho e tendo a necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos, bem como as mudanças que podem ocorrer dentro da população (ALMEIDA *et al.*, 2013).

Contudo que foi dito, observa-se que a VISA tem papel importante na vida das pessoas. Todos os produtos utilizados no dia a dia devem passar por sua fiscalização para que se possa garantir a integridade dos mesmos. Neste sentido, percebe-se a importância desse órgão para a saúde, uma vez que seu objetivo básico é promover e proteger a saúde da população e assim, buscar uma melhoria na qualidade de vida da população.

3 MEDIDAS DE PREVENÇÃO QUE DEVEM SER ADOTADAS PARA REDUZIR OS RISCOS DE CONTAMINAÇÃO DOS ALIMENTOS

É de suma importância que estabelecimentos sujeitos a venda de alimentos cumpram à risca as exigências da vigilância sanitária estabelecidas em legislações afim, de garantir que a saúde do consumidor seja sempre priorizada, minimizando os riscos de surtos alimentares e preservando a integridade de produtos ali manipulados.

A propósito, o crescimento de setores alimentícios e a competitividade neste meio preocupam a vigilância sanitária e nutricional dos alimentos. Os estabelecimentos devem se destacar por meio da qualidade dos serviços prestados. Para isso, os proprietários devem manter a integridade dos produtos ali manipulados afim de que não ofereçam riscos aos consumidores e cumpra suas expectativas, adquirindo alimentos saudáveis e com boas condições higiênicas. Tais produtos devem ser selecionados, levando em conta o registro em órgãos competentes (FONSECA *et al.*, 2010).

Diante disto, existe uma grande preocupação com a qualidade e a garantia dos alimentos. Com a profissionalização da mulher e o desenvolvimento industrial surgiu o habito de "comer fora", pois a necessidade de realizar refeições em curto prazo, devido ás longas e extensas jornadas de trabalho, contribui para que a alimentação seja realizada fora de seus domicílios, acarretando assim, o crescimento da transição nutricional (NERI; ARAÚJO; SILVA, 2012).

Porém, estes novos hábitos têm cada vez mais destaque na epidemiologia, em decorrência de surtos de doenças transmitidas por alimentos. Isto ocorre principalmente pelo despreparo de comerciantes, maus hábitos de higiene e de práticas inadequadas na manipulação de alimentos (BADARÓ, 2007).

Tendo em vista a diminuição de doenças causadas por substâncias tóxicas e prejudiciais à saúde, é indispensável que as superfícies e equipamentos utilizados sejam criteriosamente limpos, visto que os mesmos sem a devida higienização estão propícios a uma maior infestação. É recomendável a cada troca de atividade a higienização correta das mãos que fica em contato direto com o alimento (GOMES; RODRIGUES, 2009).

Além disso, diante de uma boa manipulação não deve faltar um sistema de abastecimento de água tratada, pois a principal fonte de contaminação seria a utilização de água não potável, desempenhando um grande risco de contaminação durante o preparo de alimentos e higienização de modo geral (NERI; ARAÚJO; SILVA, 2012).

Com esta postura de cautela, manuseio correto dos alimentos e a infiltração de uma garantia da segurança alimentar, é notado à importância da qualidade e controle que incluam princípios gerais de higiene de alimentos e as boas práticas de fabricação (BADARÓ, 2007).

O APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle) é um método que busca o controle alimentar e deve ser utilizado para a prevenção de contaminação dos alimentos, com

o objetivo de garantir a inocuidade nos processos de produção até a comercialização dos produtos. Utilizando este método diminui ao máximo os riscos do surgimento de bactérias e toxinas que irão causar algum mal para a saúde (PINZON; FISCHER; NOSKOSKI, 2011).

Não se pode deixar de mencionar a importância da higienização do abastecimento de água. É imprescindível que seja feita a limpeza e desinfeção a cada seis meses do reservatório de água com produtos adequados. Vale ressaltar a importância de que a caixa d`água seja devidamente tampada e que a mesma seja de material liso, resistente, fácil limpeza e desinfeção. A água utilizada é à base de uma boa higienização, portanto deve oferecer todas as condições necessárias de segurança (GOMES; RODRIGUES, 2009).

A alimentação saudável e a nutrição são categorias fundamentais para uma boa proteção à saúde do consumidor, permitindo o crescimento e desenvolvimento de uma população com melhor qualidade aumentando sua expetativa de vida (BADARÓ, 2007).

A *Taenia Solium*, *Taenia Saginata* e *Clostridium Botulinum* são nocivos à saúde, os alimentos provenientes de abatedouros clandestinos e de má conduta durante o processo de manipulação podem estar contaminados com tais agentes patogênicos. Devido a isso, pode ocorrer proliferação tendo o risco de transmitir doenças ao consumidor. E estas podem trazer danos graves à saúde e desencadeiam uma serie de sintomas que vão desde vômitos e diarreias, dores abdominais, dor de cabeça, febre, alteração da visão, olhos inchados, dentre outros, e em crianças, grávidas, idosos e pessoas já doentes, os efeitos podem ser mais sérios, levando o individuo até mesmo a óbito (GOMES; RODRIGUES, 2009).

Para que haja o controle durante o processo de manipulação, é necessário que se faça inspeções a fim de verificar a qualidade dos alimentos que estão sendo comercializados (GALVÃO, 2007).

Complementando o exposto, Gomes e Rodrigues (2009) salientam que as boas práticas de higienização durante o processo de preparo dos alimentos reduzem as chances de proliferação destes microrganismos. No entanto, a VISA trabalha com ações que tem o intuito de diminuir quaisquer tipos de riscos biológicos que possam surgir.

4 AS PRINCIPAIS DOENÇAS QUE O CONSUMO DE ALIMENTOS SEM A DEVIDA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA PODE TRAZER PARA OS CONSUMIDORES

Muitos comerciantes ignoram o trabalho de vigilância sanitária sendo assim faz venda de alimentos sem quaisquer conhecimentos sobre boas praticas de manipulação levando até o consumidor produtos possivelmente contaminados.

Várias doenças podem ser transmitidas pela ingestão de alimentos contaminados. Algumas doenças estão tendo um crescimento considerável em todos os países. Fato este que se torna preocupante e com isso, há a necessidade que se faça um trabalho de vigilância sanitária, a fim de reduzir este crescimento, que ocorre não somente em países subdesenvolvidos (BADARÓ, 2007).

Dentre as principais doenças que podem ser contraídas por alimentos contaminados, o platelminto *Taenia Solium* e *Taenia Saginata* bovina e suína esta entre elas, provocada pela fase larval de cisticercos ao consumir carne crua ou mal cozida. Platelminto que vem provocando grandes danos à saúde de um modo geral. A contaminação é feita através da carne bovina infectada pelo *Cysticercus bovis*, o homem ingere o cisticerco que se fixa, por meio do escólex, na mucosa da parede do intestino delgado, onde se desenvolve e se transforma em tênia adulta. A infestação desta doença se dá através do consumo da carne contaminada imprópria ao consumo e que não são aprovados pela VISA (GALVÃO, 2007).

Outra doença que se destaca é o botulismo, do gênero *Clostridium Botulinum*, bactéria que pode contaminar produtos enlatados de baixo teor ácido. Os surtos da bactéria podem ocorrer a qualquer momento, principalmente em locais sem condições higiênicas sanitárias. Conservas sem rótulos tem sido a principal fonte de contaminação por tal bactéria (LARENTIS, 2010).

Também por fonte de contaminação pode ser diagnosticada a *Staphylococcus aureus*, bactéria esta que pode ser observada em áreas cutâneas humanas. É indispensável salientar o potencial de risco que esta doença tem em relação à saúde, pois apresenta enterotoxina estafilocócica, que podem ser evitadas durante o processo de manipulação correta dos alimentos e procedimentos adequados dos fabricantes envolvidos (ROSSI, 2006).

A salmonela, do gênero *Salmonela spp.* Também se destaca por ser um microrganismo abundantemente distribuído na natureza, levando em consideração que o homem e animais são seus reservatórios naturais. Está propensa a contaminação por salmonela alimentos mal cozidos, água não potável, locais que não possui saneamento básico adequado. Porém a principal fonte de contaminação ainda é a ingestão de alimentos infectados (LARENTIS, 2010).

Os agentes que podem estar relacionados com as doenças transmitidas por alimentos apresentam algumas características em relação aos sintomas, início e duração das toxinfecções causadas pelos respectivos agentes infectantes. Os fungos toxigênicos também apresentam participação importante no processo de transmissão de doenças de origem alimentar, principalmente os produtores de aflatoxinas que podem causar sérios riscos à saúde. Estão geralmente relacionados ao consumo de amendoim, milho, feijão, arroz e trigo (ROSSI, 2006).

Tais contaminações poderiam ser evitadas se os manipuladores obedecem às normas estabelecidas pela vigilância sanitária. A população deve enxergar a vigilância sanitária como um órgão que trabalha em prol da saúde humana e previne a ocorrência de agravos e seu papel vai muito além de fiscalizar e cobrar mudanças em estabelecimentos.

5 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CONTEXTO DA PROMOÇÃO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

O comprometimento em gerar uma alimentação benéfica dentro do ambiente escolar é de extrema importância, gerando cautela a ser abordado nas políticas públicas pautadas às áreas de saúde e de educação, buscando proporcionar uma refeição mais saudável para os alunos, além de procurar reduzir os riscos de contaminação através de alimentos que estejam sendo fornecidos sem inspeção ou que não cumpram os requisitos exigidos nas legislações.

Nesse aspecto, as secretarias da saúde e da educação tem o objetivo de conciliar a alimentação e a nutrição no parâmetro escolar. A escola, que é o lugar favorável à constituição de costumes saudáveis, é uma importante referência (ASSAO; MANCUSO, 2008).

É necessário inserir e abordar este conteúdo por meio da transversalidade, buscando melhor condição na categoria de vida sanitária, inicialmente em alunos envolvidos, e assim, formando uma consciência sanitária em coletividade (LIMA, 2010).

Quando se fala em saúde, alimentação, moradia, saneamento básico e condições adequadas de imóveis escolares, dentre outros serviços ativos e favoráveis à saúde, a atuação da vigilância sanitária é categórica colaborando sempre com ações que promova a saúde, favorecendo assim, melhorias na vida das pessoas e agindo no aumento da qualidade de vida do ser humano, em defesa do desenvolvimento (FONTANA, 2007).

Não há outro setor mais apropriado para abordagem de ações de promoção à saúde que o campo da educação. A escola tem seu papel pedagógico específico, mais também tem a função de trabalhar o desenvolvimento e habilidade de cada indivíduo a fim de se modificar a sociedade no que se refere a propostas relacionadas à promoção de saúde, tornando-os formadores de opiniões que favoreçam a sua saúde e a sociedade, para a concepção de espaços saudáveis, visando uma civilização de vida melhor, construindo inovação na cultura e na saúde (SAÚDE PÚBLICA, 2002).

Dessa forma, ao abordar o assunto higiene e saúde, não há como não deixar de associá-lo a VISA, órgão este que busca o controle dos produtos alimentícios que chega até a merenda escolar, tal como a carne consumida pelos alunos, que deve ser fiscalizada e registrada em

órgãos competentes, com o objetivo de promover a proteção da saúde. Através disso, espera-se que o educando seja um multiplicador de conhecimento na constituição da educação sanitária coletiva (LIMA, 2010).

Dentro do âmbito educativo, o trabalho de promoção da saúde com os alunos e ainda com educadores e demais servidores, necessita existir um alvo de partida. Com isso, é necessário que se desenvolva atividades, a fim de que melhorem a condição de vida. Nessa perspectiva, os alicerces são a mudança de comportamento de cada um e o empenho desses profissionais. Causando dessa forma, mudanças quando se trata de promoção à saúde e aprendizado, visando aprimorar suas funções desenvolvidas, para que se assuma um papel de habilitação em professores, alunos e funcionários (BRASIL, 2009).

Uma das tarefas escolares é lidar de forma compreensiva com os valores, crenças e mitos de cada aluno, trabalhando de forma abrangente a estimular situações de aprendizado à saúde na qual possa ser abordada de forma a promover melhoria no direito de cidadania. Com isso, torna se extremamente importante que se aplique o conteúdo em sala de aula e consiga incentivar de forma que possa ser entendido com clareza, respeitando as situações de aprendizagem de cada aluno. Dessa forma, irá aumentar as práticas higiênicas e estimular os hábitos saudáveis de alimentação. Gerar saúde é aproximar-se de diferentes extensões humanas, é demostrar a cordialidade trabalhando com os alunos discussões sobre temas adversos à saúde e que são problemas atuais vivenciados por eles e pela comunidade escolar (SAÚDE PÚBLICA, 2002).

Para que tal fato não ocorra, é importante a atuação da vigilância sanitária em divulgações em setores públicos, para conscientização e conhecimento e concepção das dificuldades em ter uma boa higienização durante o preparo de alimentos, bem como a prevenção de um possível surto de DTAs - doenças transmitidas por alimentos (PINHEIRO; LIMA; DANTAS, 2001).

Os adequados procedimentos de manipulação de alimentos são condutas que devem ser seguidas por legislações vigentes empregadas em todos os países do mundo, garantindo assim, a fabricação de alimentos seguros. As escolas necessitam possuir um profissional nutricionista para que se elaborem Procedimentos Operacionais Padronizados (POPS). Estes documentos devem estar visíveis e apresentar formas de fácil entendimento e objetividade, para que profissionais leigos alcancem as normas e rotinas estabelecidas quanto aos procedimentos de manipulação de alimentos, limpeza e desinfeção de artigos, a fim de produzir alimentos seguros (AZEVEDO *et al.*, 2006).

O enfoque dos temas de forma transversal e interdisciplinar deve ser seguido no plano, fazendo com que o exercício de aprendizagem se torne eficaz, procurando a inclusão de temas relacionados ao cotidiano dos envolvidos, de maneira que se alcance um bom efeito, aperfeiçoando mais cidadãos para serem mais participativos e conscientes para adotar medidas preventivas. O papel da educação sanitária é agir e prevenir possíveis doenças transmitidas por alimentos (PINHEIRO; LIMA; DANTAS, 2001).

Tendo em vista os aspectos observados, a vigilância sanitária não é somente um órgão fiscalizador, trabalha em função de prevenir e diminuir riscos a saúde intervindo nas dificuldades sanitárias derivados do meio ambiente e na prestação de serviços de importância à saúde, estando de tal modo agindo no cotidiano de cada aluno, buscando assim, diminuir os riscos de uma alimentação inadequada. É de grande importância o trabalho de conscientização que acontece com o objetivo de aprimorar os saberes e diminuir os riscos apresentados em hábitos higiênicos de manipulação das cantinas escolares (FONTANA, 2007).

A noção de conhecimentos sobre os serviços de vigilância sanitária acarreta acentuados melhoramentos. A informação busca resolução das dificuldades vivenciadas no cotidiano e a conscientização é a melhor maneira que favorece as atitudes em benefício da sociedade. Portanto, há a necessidade de implementação do tema nas salas de aulas, buscando conscientizar por meio da educação sanitária. Os educadores devem desenvolver projetos e aplicar o tema para que haja uma sensibilização, empenho e consciência sanitária com destaque sobre o assunto abordado (PINHEIRO; LIMA; DANTAS, 2001).

Para manter a segurança alimentar e nutricional, o governo brasileiro criou legislações específicas para atender as necessidades essenciais nas práticas alimentares. Discorrendo sobre o assunto, Bruno (2010, p. 73) afirma que:

> É interessante notar que o Art. 4º, item IV, da Lei nº 11.346, ao descrever a abrangência da segurança alimentar e nutricional, aponta a questão da qualidade sanitária dos alimentos como um de seus elementos: a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população.

É importante elucidar que a VISA atua em prol da defesa dos consumidores, tendo em vista a má compreensão dos proprietários dos comércios inspecionados, a falta de informação das pessoas sobre o referido assunto passa a ver o órgão como um meio de punição e não dando o valor sobre sua verdadeira finalidade (AZEVEDO *et al.*, 2006).

Sendo assim, os boletins vêm destacando os variáveis problemas de saúde no Brasil, provenientes de mau procedimento de higiene e deficiência na informação sanitária, ligado também à necessidade da abrangência do tema no contexto escolar, relacionando saúde e educação, onde o tema é insuficientemente trabalhado. Um dos principais problemas da abordagem dá-se ao fato da escassez de material didático indisponível para ser usado dentro da temática de saúde no decorrer do ensino médio (LIMA, 2010).

Vale salientar que é indispensável que se desenvolva atividades desde as séries iniciais, porque não há lugar melhor para trabalhar sobre o assunto do que dentro do âmbito escolar. As crianças e adolescentes devem ser conscientizados sobre a importância dos serviços prestados pela VISA, das práticas de uma boa higienização e do consumo adequados, sendo que o ambiente escolar propícia o desenvolvimento destas ideias, tendo em vista que as atividades psicológicas do menor estão ainda em desenvolvimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita que não seja interessante consumir alimentos que não foram fiscalizados pela VISA em virtudes das DTAs. A escola é o local onde há maior facilidade para esclarecimentos e formação de opiniões. A união entre a VISA e a educação, a interligação entre os setores soma pontos positivos uma vez que o trabalho com alunos em series iniciais torna-os formadores de opinião que favorece uma melhoria a sua saúde e da sociedade.

Apesar de ser muito importante para o desenvolvimento de uma sociedade saudável ainda é pouco trabalhado. Possui uma insuficiência de materiais publicados, e a abordagem do referido tema dentro do âmbito escolar ainda é escassa, diante disso sugere-se que sejam realizados mais estudos na área e introduzido o tema saúde na escola com mais eficiência, devido sua importância na formação de uma saúde coletiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. et. al. **Principais ações em vigilância sanitária (VISA).** Secretaria de Estado de Saúde Coordenadora de Controle de Doenças GVE/GVS XXIV – Núcleo de Apoio às Operações Regionais, Ribeirão Preto, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/up/Cartilha%20VISA%202013_GVS%2024. pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. **5pontos-chave para uma alimentação segura.** 2009. Disponível em:

<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/cinco_pontos/conteudo/apresenta2.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ASSAO, T.; MANCUSO, A. Alimentação saudável: percepções dos educadores de instituições infantis. Universidade de São Paulo. **Rev. Bras. Crescimento Desenvolvim. Hum.** São Paulo, v. 18, n. 2, p. 126-134, fevereiro/2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v18n2/03.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

AZEVEDO, C. et. al. **Manual de boas práticas de manipulação de alimentos.** Secretaria Municipal de Saúde, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Manual_Alimentos_Seguros_1255033506.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

BADARÓ, A. **Boas práticas para serviços de alimentação:** um estudo em restaurantes comerciais do município de Ipatinga, Viçosa, Minas Gerais. 2007. Disponível em: <http://www.tede.ufv.br/tedesimplificado/tde_arquivos/34/TDE-2007-07-10T134714Z-634/Publico/01%20-%20capa_capitulo%203. pdf>. Acesso em: 1 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola, Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad24.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

BRUNO, P. alimentos seguros: a experiência do Sistema S. **Rev. Educ. Prof.**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/361/artigo7.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

COSTA, E. **Fundamentos da vigilância sanitária.** Salvador: EDUFBA, 2009. 237 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/6bmrk/pdf/costa-9788523208813-03.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FONSECA, M. *et al.* Avaliação das condições físico-funcionais de restaurantes comerciais para implementação das boas práticas. **Alim. Nutr.** Araraquara, v. 21, n. 2, p. 251-257, abr/jun. 2010. mar. 2009. Disponível em: <http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/615/a11v21n2.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

FONTANA, R. A vigilância sanitária no contexto escolar: um relato de experiência. Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões. Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. **Rev. Brasileira de Enfermagem.** Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 131-134, jan./fev. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n1/22.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

GALVÃO, G. **Importância da inspeção veterinária no abate de bovinos na detecção de Cysticercusbovis:** um levantamento em abatedouros com inspeção estadual no Estado do Espírito Santo, 2007. Disponível em:

<http://qualittas.com.br/uploads/documentos/Importancia%20da%20Inspecao%20Veterinaria%20no%20Abate%20de%20Bovinos%20naDeteccao%20-%20Georgina%20Perim%20Galvao.PDF>. Acesso em: 23 ago. 2016.

GOMES, C.; RODRIGUES, R.**A importância do controle higiênico-sanitário para a obtenção de alimentos seguros.** Universidade Federal do Ceará, 2009. Disponível em: <http://www.xxcbed.ufc.br/arqs/gt6/gt6_05.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

LARENTIS, B. **Diagnóstico das condições higiênico-sanitárias e das boas práticas de fabricação nos estabelecimentos de preparo e comercialização de alimentos no município de Bento Gonçalves**. Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves, 2010. Disponível em: <http://www.bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2012429101512203brunolarentis.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016.

LIMA, E. **Vigilância sanitária na sala de aula:** a importância da educação em saúde no contexto escolar. Brasília: Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2524/1/2011_EveraldoJunioCorreadeLima.pdf >. Acesso em: 15 set. 2016.

MOUTINHO, F. et. al. A importância da implementação de ações educativas em vigilância sanitária pelas equipes da estratégia saúde da família: breve revisão. **Rev. APS.** Rio de Janeiro, n.2, p. 206-2013, abr/ jun. 2012. Disponível em: <http://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/viewFile/865/633>. Acesso em: 12 jul. 2012.

NERI, H.; ARAÚJO, I.; SILVA, G. **Condições higiênico-sanitárias do comércio ambulante de alimentos na cidade de Uruaçu- GO.** Faculdade de Ceres, 2012. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fceres.facer.edu.br%2Fanais%2Findex.php%2Fjic%2Farticle%2Fdownload%2F20%2F19&ei=mP38U5b_NJHmsAS-4YLoDA&usg=AFQjCNEDxDXunadUkwR6Wi_00E3SZ1AbXQ&sig2=Hi629c50l5AWiPfMhNwA-g>. Acesso em: 23 ago. 2016.

NICOLETTI, R. *et al.* **Vigilância em Saúde.** Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS**,** 2007. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/conass_progestores/livro_6_tomo_1_vigilancia_em_saude.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

PEREIRA, E. *et al.* **Condições físicas e higiênico-sanitárias do abate bovino nas cidades de Araguanã e Zé Doca/MA.** Palmas, Tocantins, 2012.Disponível em: <http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/776/1809>. Acesso em: 12 jul. 2016.

PINHEIRO, J. LIMA, B. DANTAS, P. **A educação sanitária e ambiental como instrumento de participação popular, conscientização e controle social na regulação dos serviços de saneamento ambiental.** 2001. Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DqqLlF7WNi0J:https://www.natal.rn.gov.br/arsban/paginas/File/A_EDUCACAO_SANITARIA_AMBIENTAL_COMO_INSTRUMENTO.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 18 set. 2016.

PINZON, P. FISCHER, P. NOSKOSKI, L. **Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC)- revisão bibliográfica.** Curso de Medicina Veterinária, da Universidade de Cruz Alta, UNICRUZ, 2011. Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/seminario/artigos/saude/AN%C3%81LISE%20DE%20PERIGOS%20E%20PONTOS%20CRITICOS%20DE%20CONTROLE%20(APPCC)%20%E2%80%93%20REVIS%C3%83O%20BIBLIOGR%C3%81FICA.pdf>. Acesso em: 3 set. 2016.

PIOVESAN, M. *et al.* **Vigilância sanitária:** uma proposta de análise dos contextos locais. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v8n1/10.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. A promoção da saúde no contexto escolar. **Rev. Saúde Pública.** Brasília, DF. p. 533-550, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v36n4/11775.pdf>. Acesso em: 18 set.2016.

RIOS, U. **Aspectos da Gestão em Vigilância Sanitária a partir de um Plano de Ação.** Graduado em Física pela Universidade Federal de Goiás, Especialista Lato Sensu em Ciência Política e Estratégia Brasileira,Palmas, 2009. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/2bccf500474574e78324d73fbc4c6735/Aspectos+da+gestao.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ROSSI, C. **Condições higiênico-sanitárias de restaurantes comerciais do tipo self-service de Belo Horizonte – MG.** 2006. 96 f.Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MBSA-6WGNL9>. Acesso em: 26 ago. 2016.

ENFERMAGEM

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO DIANTE A ALTA HOSPITALAR NO SETOR CLÍNICA MÉDICA DE UM HOSPITAL MUNICIPAL DA CIDADE DE JOÃO PINHEIRO MG

NURSES 'ASSISTANCE AT HIGH HOSPITALS IN THE MEDICAL CLINICAL SECTOR OF A MUNICIPAL HOSPITAL IN THE CITY OF JOÃO PINHEIRO MG

Júnia Lopes Barbosa [1]
Cristiana Mourão Fonseca[2]

Resumo: Alta hospitalar é o momento em que o paciente é liberado pelo médico, orientado pelo enfermeiro quanto ao autocuidado e continuidade do tratamento em seu ambiente domiciliar. O momento para realização da alta é muito importante, deve ser bem planejado e elaborado, evitando assim descontinuidade do tratamento e quadros de reinternação. Este artigo investiga como é realizada a assistência do enfermeiro diante a alta hospitalar no setor clínica médica em um hospital municipal na cidade de João Pinheiro - MG no período de abril a novembro de 2018, enfatizando quais sãos as principais dificuldades enfrentadas pelo enfermeiro para colocar em prática um planejamento diante a alta hospitalar. O presente estudo foi realizado em um hospital municipal da cidade de João Pinheiro no setor clínica médica, no período de abril a novembro de 2018, tendo como participantes desta pesquisa dez enfermeiros que atuam na instituição e dez pacientes com idade superior a treze anos. Pesquisa de caráter exploratório de campo que apresenta dados qualitativos que foram embasados em questionários semiestruturados aplicados aos enfermeiros, com perguntas diretas e objetivas, referindo - se como é realizada a assistência do enfermeiro ao paciente diante o momento da alta hospitalar, também foram direcionados questionários aos pacientes com perguntas de múltipla escolha diante da sua satisfação e compreensão acerca da alta hospitalar. Através dos resultados obtidos espera - se alcançar uma mudança assistencial relacionada a alta hospitalar agregando assim, valores e qualidade ao serviço hospitalar prestado ao cidadão. Conclui- se que após a realização desse estudo, que o enfermeiro não realiza planejamento perante a alta hospitalar na instituição, ocasionando assim uma alta hospitalar imprecisa, contribuindo para insatisfação e retorno do paciente ao âmbito hospitalar.

[1] Bacharel em Enfermagem pela Faculdade cidade João Pinheiro MG e técnica em enfermagem imail:junialopesbarbosa99@gmail.com

[2] Enfermeira Especialista em Saúde pública com ênfase em saúde da família pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá no ano de 2009 e Docência e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro 2018. E-mail: Cris.mourao03@hotmail.com

Recebido em 30/12/2019
Aprovado em 22/03/2020

Palavras-chave: Alta hospitalar. Paciente. Assistência. Enfermeiro. Continuidade

Abstract: Hospital discharge is the moment when the patient is released by the doctor, guided by the nurse about their self care and continuity of treatment in their home environment. The time to discharge is very important, it should be well planned and elaborated to avoid discontinuation of treatment and rehospitalization charts. This article investigates how nursing care is performed before hospital discharge in the medical clinic at a municipal Hospital in the city of João Pinheiro, MG, from April to November 2018, emphasizing the main difficulties faced by nurses to planning before hospital discharge. The present study was carried out in a municipal Hospital of the city of João Pinheiro in the medical clinic from April to November 2018, with ten nurses who work in the institution and ten patients over the age of thirteen. Field exploratory research that presents qualitative data that were based on semi - structured questionnaires applied to nurses, with direct and objective questions, referring to how the nurse's assistance to the patient is performed before the moment of hospital discharge. Patients with multiple choice questions regarding their satisfaction and understanding about hospital discharge. Through the results obtained, it is expected to achieve a change in the care related to hospital discharge, thus adding values and quality to the hospital service provided to the citizen. It is concluded that after the study, that the nurse does not plan before hospital discharge, causing an inaccurate hospital discharge, contributing to patient dissatisfaction and return to the hospital scope.

Keyword: Hospital discharge. Patient. Assistance. Nurse. Continuity

1. INTRODUÇÃO

Alta hospitalar é o momento em que o paciente sai do ambiente hospitalar liberado pelo médico, retornando ao seu âmbito domiciliar, orientado pelo enfermeiro quanto ao seu autocuidado e continuidade de seu tratamento. Esse momento traz alegria e ao mesmo tempo insegurança, devido não terem mais assistência e cuidados prestados pela equipe de enfermagem, principalmente familiares de pacientes que são totalmente dependentes. (MARTINS; SILVA; FERRAZ, 2013).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) 2004, define ¨alta hospitalar como sendo a liberação de um paciente de um centro de cuidados, usualmente referindo - se à data em que o paciente deixa o hospital. ¨ A alta hospitalar deve ser bem planejada, as orientações devem ser bem claras e objetivas relacionadas ao paciente, para que o mesmo não saia com dúvidas realizando a continuidade do tratamento de forma correta e adquirindo qualidade de vida, sem risco de reinternações. (PARECER COREN – SP CAT Nº 023/2010, p.01)

A presente pesquisa tem por objetivos :pesquisar como é realizada a assistência do enfermeiro mediante a alta hospitalar no setor clínica médica, de um Hospital Municipal na cidade de João Pinheiro MG, no período de abril a novembro de 2018.Verificar ocorrência de casos relacionados à reinternações, devido aos pacientes não seguirem corretamente os cuidados relacionados à continuidade de seu tratamento no ambiente domiciliar, por não entenderem tantas informações passadas de uma só vez, ocasionando, assim, predisponentes aos mesmos como a infecção hospitalar, devido ao seu longo período de hospitalização . A alta hospitalar deve ser bem planejada e elaborada de forma precisa. O enfermeiro deve avaliar o paciente desde o momento de sua internação, avaliando quais são as suas dificuldades apresentadas em relação ao entendimento de seu tratamento, medo, ansiedade grau de dependência e dúvidas relacionadas ao seu diagnóstico, evitando assim que ocorra novas internações e o risco de adquirir infecção agravando seu quadro. Ou seja, a alta hospitalar deve ser planejada, bem antes de sua efetivação, uma vez que denota - se evento hospitalar muito esperado pela maioria dos pacientes e familiares, fazendo com que a alta possa ocorrer de maneira sucinta.

O enfermeiro diante de uma alta hospitalar deve proceder com responsabilidade e competência em suas ações, assegurando assim que o paciente realize a continuidade de seu tratamento em seu ambiente domiciliar.

O tema que foi estudado é de extrema importância, devido às evidências sobre a necessidade de uma assistência planejada e bem elaborada para o paciente diante a alta hospitalar.

A assistência elaborada pelo enfermeiro deve ser de acordo com o grau de dependência do paciente, para que não haja a descontinuidade do tratamento, contribuindo, assim, com a comunidade e trazendo qualidade de vida para a população, através das ações desenvolvidas pelo enfermeiro. Dessa forma, essa pesquisa apresenta relevância social e acadêmica, pois poderá contribuir para divulgação nos meios social e acadêmico, ressaltando a importância dos cuidados a serem tomados e executados durante a alta hospitalar.

2. METODOLOGIA

O presente estudo teve como cenário o um Hospital Municipal da cidade de João Pinheiro MG, no setor Clínica Médica, no período de abril a novembro de 2018, tendo como participantes desta pesquisa enfermeiros que atuam na instituição e pacientes com idade superior a treze anos.

Esta pesquisa de caráter exploratório de campo apresentará dados qualitativos que embasados em questionários semiestruturados aplicados a 10 (dez) enfermeiros, com perguntas diretas e objetivas, referindo - se como é realizada a assistência do enfermeiro ao paciente diante o momento da alta hospitalar, se acontece um planejamento preciso e eficiente no momento da mesma. Também entrevistados 10 pacientes através de questionários com perguntas de múltipla escolha diante a sua satisfação e compreensão acerca da alta hospitalar. O caráter exploratório da pesquisa de justifica pela investigação acerca da assistência de enfermagem ao paciente que recebe a ata hospital.

Pretende-se explorar como é a assistência do enfermeiro ao paciente diante a alta hospitalar, com o objetivo de pesquisar se ocorre planejamento para realização da mesma e a quantidade suficiente de profissionais para seu desenvolvimento.

3. DESENVOLVIMENTO

Alta hospitalar refere-se ao momento em que o paciente sai do ambiente hospitalar liberado pelo médico, retornando ao seu âmbito domiciliar, orientado pelo enfermeiro quanto aos cuidados necessários para a continuidade de seu tratamento. Esse momento é muito esperado, mas ao mesmo tempo traz muitas dúvidas e preocupações, principalmente aos familiares que tem pacientes totalmente dependentes de cuidados.

De acordo com GANZELLA, ¨ alta hospitalar é a transferência do cuidado do paciente do hospital para outros contextos de saúde. ¨ (GANZELLA; ZAGO,2008, p.352).

De acordo (MARTINS; SILVA; FERRAZ, 2013, p. 73) ¨ o plano de alta é o conjunto de orientações escritas, recomendadas ao paciente por ocasião da alta médica. ¨ É importante estar relacionada com os diagnósticos de enfermagem individualizado.

Segundo (CAMARGO et al. 2016, p. 39) ... ¨a alta hospitalar é um processo e não um evento isolado, que deve incluir o desenvolvimento e a implantação de um plano para facilitar a transferência do doente, do hospital para um local apropriado de reabilitação para continuidade da assistência por uma equipe multiprofissional ou a capacitação do cuidador para os cuidados necessários em domicilio, evitando assim novas reinternações. ¨

Segundo (PARECER COREN – SP CAT Nº 023/2010, p.01) a OMS (Organização mundial de saúde) ¨define alta como sendo a liberação de um paciente de um centro de cuidados, usualmente referindo-se a data em que o paciente deixa o hospital. ¨

Quando chega o momento para alta hospitalar, são muitas informações passadas ao mesmo tempo, muitas vezes o paciente apresenta dificuldades para entendimento, até mesmo nem sabem ler ou escrever.

Sendo assim, de extrema importância que o paciente tenha um familiar acompanhando e disposto a ajuda-lo diante as orientações relacionadas ao seu autocuidado e continuidade do tratamento em seu âmbito domiciliar.

¨... transição do paciente para o domicílio exige elaborado planejamento de alta pela equipe multidisciplinar valorizando a participação da família, a fim de garantir prosseguimento e qualidade do cuidado no domicilio¨. (DELATORRE et al 2013, p.7155).

Durante o momento para a alta hospitalar o profissional deve valorizar a presença de um familiar, que esteja disposto e empenhado a contribuir com os cuidados necessários à continuidade do tratamento do paciente em seu âmbito domiciliar, garantindo assim melhor qualidade de vida para o mesmo.

A alta hospitalar, na maioria das vezes, é passada rápida e imprecisa, devido ao aumento de pacientes nas unidades hospitalares a serem atendidos e poucos profissionais atuando para prestar a assistência necessária.

¨O baixo número de profissionais presentes nos hospitais é uma realidade que prejudica a assistência prestada aos pacientes no momento da alta hospitalar ¨. (CHESANI.F.H; G.F ,2017, p.94).

A presença de muitos pacientes e poucos profissionais para realizarem uma assistência de qualidade, acaba contribuindo para realização de uma alta rápida e imprecisa, ocasionado aos pacientes cuidados inadequados e imprecisos em seu ambiente domiciliar e retorno do mesmo ao ambiente hospitalar.

O enfermeiro tem papel importante diante da alta hospitalar, atua com competência, comprometimento e dedicação à assistência prestada ao paciente. Desde o início da internação do paciente deve colocar em prática a sistematização de enfermagem, prestando assistência de maneira adequada e de qualidade. A comunicação neste momento é essencial entre o profissional, paciente e familiares.

O preparo para alta hospitalar deve ser trabalhado a partir da admissão, prevendo encaminhamentos e contato com unidades de saúde de referência da pessoa para manutenção do cuidado no ambiente domiciliar demando um planejamento interdisciplinar e integral. (NUNES.E.C.D. A; N. A 2016, p.02).

O paciente ao sair do ambiente hospitalar após alta deve estar bem orientado sem apresentar dúvidas e carência de informações, relacionadas a continuidade de seu tratamento,

evitando assim que ocorra uma reinternação precoce. Quanto menor for o tempo de permanência do paciente no ambiente hospitalar, melhores serão as condições para se realizar uma alta eficiente.

Quando chega o momento da alta hospitalar, os pacientes apresentam insegurança e medo para enfrentarem essa situação, devido ao despreparo e carência de informações recebidas para continuidade do seu tratamento. É essencial que o enfermeiro realize um planejamento de alta eficiente, torne esse momento mais tranquilo e que o paciente possa retornar ao seu ambiente domiciliar bem orientado e sem apresentar dúvidas.

Muitos pacientes deixam o hospital com dúvidas, uma vez que a carência de entendimento pode ocasionar o desenvolvimento de cuidados incorretos e ineficientes.

O profissional de enfermagem durante o momento da alta, deve realizar a mesma com responsabilidade e compromisso, passando ao paciente e familiares orientações de maneira precisa e eficiente quanto a realização do seu autocuidado

Planejamento da alta é o momento em que o enfermeiro atua com competência, responsabilidade e comprometimento, orientando o paciente e familiares quanto à continuidade do tratamento em seu âmbito domiciliar.

Segundo (MOYET, 2016, p. 43) ¨ o planejamento para alta hospitalar é um processo sistemático de avaliação, preparação e coordenação feito para facilitar a prestação de cuidados de saúde e serviços sociais antes e depois da alta. ¨

É uma maneira que o profissional de enfermagem emprega para conhecer o paciente diante o momento da sua admissão na unidade hospitalar, objetivando facilidade na realização de um plano de cuidados a serem prestados.

O plano de alta hospitalar é uma maneira que o profissional emprega para realizar uma alta de forma organizada e com grau de necessidade de cada paciente.

O plano de alta é uma forma organizada de expressar as atividades determinadas pelas condições específicas de cada paciente, deve ser elaborada com a participação de todos os profissionais que atuam diretamente com o paciente, a partir da existência de um prognóstico diante do tratamento adotado. (MARTINS; SILVA; FERRAZ, 2013, p.73).

Desde o primeiro momento de internação do paciente na unidade hospitalar, o enfermeiro deve começar a elaborar um plano de alta eficiente e adequado, colocando em prática a realização precisa e objetiva da Sistematização da Assistência de Enfermagem.

Resolução COFEN – Nº 358/2009 considera que a Sistematização da Assistência de Enfermagem – SAE sendo atividade privativa do enfermeiro, utiliza método e estratégia de trabalho cientifico para a identificação de saúde doença, subsidiando ações de assistência de

enfermagem que possam contribuir para a promoção, prevenção e recuperação reabilitação da saúde do indivíduo, família e comunidade de saúde. (COFEN, 2009, p.01).

A realização da sistematização da assistência de enfermagem é uma atividade realizada exclusivamente pelo enfermeiro que atua colocando todo o seu conhecimento e técnicas em prática, priorizando todas as necessidades e limitações apresentadas pelo paciente.

Ao planejar a alta, portanto, faz-se necessário avaliar as habilidades do doente para o autocuidado, assim como o interesse e as condições da família em recebe-lo, visto que o plano de alta tem por finalidade tornar o paciente independente para seu cuidado no domicílio e, quando necessário, o adequado preparo da família para assumir tais cuidados. (TESTON; SILVA; GARANHANI; MARCON, 2016).

O plano de alta é individual e deve ser organizado de acordo com as condições específicas de cada paciente, a partir dos prognósticos do tratamento e da previsão de alta. O ideal é que o planejamento da alta seja iniciado logo após a admissão do cliente ou mesmo antes da internação, em nível ambulatorial, com a identificação das suas necessidades ou potenciais. (CHESANI; FONTANA, 2017).

O plano de alta para se desenvolver de maneira eficaz depende da comunicação e participação do paciente e seus familiares, o enfermeiro procura identificar quais são as necessidades específicas e limitações que cada um apresenta.

O plano de alta é uma forma organizada de expressar as atividades determinadas pelas condições específicas de cada paciente, deve ser elaborada com a participação de todos os profissionais que atuam diretamente com o paciente, a partir da existência de um prognóstico diante do tratamento adotado. (MARTINS; SILVA; FERRAZ, 2013)

Para desempenhar o papel de coordenador do processo de alta, é importante que o enfermeiro entenda a importância e a complexidade da colaboração entre os profissionais, pois, para trabalhar de forma interdisciplinar na área da saúde, é necessária competência, compromisso e cooperação. (PEREIRA; TASSARINI; PINTO; OLIVEIRA 2007)

Para realizar o desenvolvimento de um plano de alta eficiente e adequado depende da participação dos profissionais experientes, capacitados e compromissados em realizar tal função, focando o bem-estar do paciente.

A comunicação do enfermeiro com os pacientes e familiares é o ponto essencial para realização do plano de alta. Quando o paciente apresenta condições de alta tem direito de receber impressos orientando o mesmo quanto aos cuidados necessários e dieta adequada a serem seguidos na sua unidade domiciliar, na maioria das vezes, recebem encaminhamentos para outras especialidades.

A entrega de receituários, orientações e encaminhamentos devem ser realizados com antecedência para evitar falta de informações, trazendo assim um momento de tranquilidade no horário que o paciente sair do hospital.

O enfermeiro no momento da alta deve reforçar as orientações sobre o plano de alta a ser seguido e a importância do retorno para controle médico (caso seja solicitado). O paciente deve recebe-las antes do horário previsto para sua saída formal do hospital, evitando o acúmulo de informações e possibilitando a avaliação da compreensão quanto às informações fornecidas e o esclarecimento e dúvidas. (MARTINS; SILVA; FERRAZ, 2013)

O planejamento para a alta hospitalar é um momento muito importante, contribui para a realização de uma alta eficiente e bem planejada, ocasionando retorno do paciente ao seu âmbito domiciliar, com satisfação é bem preparado para realizar a continuidade ao seu tratamento.

Percebe-se que é de grande relevância o planejamento para alta hospitalar, quando bem direcionado aos pacientes desde o início de sua internação, proporcionando ao mesmo uma assistência de qualidade, garantindo que retorne ao seu ambiente domiciliar bem orientado quanto à realização de seu autocuidado.

3.2 REINTERNAÇÃO HOSPITALAR

Reinternação hospitalar ou readmissão é momento que ocasiona o retorno do paciente ao ambiente hospitalar, devido à descontinuidade do tratamento e realização de cuidados inadequados e insuficientes em seu ambiente domiciliar após a alta.

É considerada uma reinternação ou readmissão na instituição hospitalar até trinta dias após a primeira internação. Quando acontecem episódios de reinternação precoce, ocorre uma situação muito difícil e desconfortável para os pacientes e seus familiares, que apresentam insegurança, preocupação e medo diante da situação vivenciada, além de acarretar gastos ao sistema de saúde.

Devido altos custos referentes à hospitalização, os pacientes recebem alta precocemente, saem da unidade hospitalar apresentando carência de informações e despreparados, diante da realização de seu autocuidado e continuidade do tratamento em seu ambiente domiciliar, contribuindo assim para retorno do mesmo ao ambiente hospitalar.

¨O alto custo das internações para as instituições de saúde, o avanço tecnológico e as ciências médicas têm abreviado o período de hospitalização do paciente, levando a uma alta precoce¨. (POMPEO; PINTO; CESARINO et al, 2007, p.346).

A alta hospitalar acontece precocemente nos hospitais com o objetivo, diminuir gastos relacionados as internações, mas quando não realizada de maneira precisa e eficiente ao paciente, acaba trazendo mais custos, devido o retorno do paciente ao hospital pela descontinuidade do tratamento.

Existem muitos fatores que contribuem para o retorno do paciente ao âmbito hospitalar, devido às condições socioeconômicas do mesmo, na maioria das vezes residem em ambientes precários, sem infraestrutura adequada, até mesmo sem participação de familiares ou acompanhantes para ajudarem no seu processo de reabilitação e continuidade de seu tratamento.

Diante da internação do paciente na instituição, o enfermeiro deve ter um plano assistencial adequado e eficiente, que dê prioridade ao paciente em todas as suas necessidades apresentadas no momento.

¨A avaliação inicial das necessidades do cliente enquanto na admissão, permite prever as necessidades futuras que aquele paciente terá no domicilio. ¨ (MARTINS; SILVA; FERRAZ, p.75).

Através de uma avaliação precisa no momento da entrada do paciente na unidade hospitalar, o profissional avaliará quais são as necessidades e dificuldades evidenciadas pelo mesmo em relação ao seu tratamento, preparando assim um plano de alta adequado e eficiente que suprirá todas as necessidades apresentadas.

A ocorrência de readmissões não planejadas acontece devido a liberação do paciente da unidade hospitalar de forma imprecisa e inadequada, apresentando carência de informações relacionadas a continuidade do tratamento em âmbito domiciliar.

O aumento dos pacientes nas instituições hospitalares, o baixo número de profissionais capacitados para realizar um plano de alta eficiente e adequado acaba ocasionando retorno precocemente do paciente ao ambiente hospitalar, devido à carência de informações relacionadas ao seu tratamento e autocuidado.

4. ANALÍSE DOS DADOS

As entrevistas foram realizadas através de questionários semiestruturados direcionados a (10) enfermeiros e (10) pacientes em um hospital municipal na cidade de João Pinheiro MG, os dados foram coletados em outubro e tabulados em novembro do presente ano. Tiveram como proposito buscar dados referentes: como é realizada a assistência do enfermeiro diante a alta hospitalar na instituição, grau de satisfação do paciente diante a realização mesma e se ocorre quadros de reinternação. Os resultados encontram - se descritos abaixo:

A princípio a entrevista buscou categorizar o sexo dos profissionais entrevistados. Os resultados obtidos foram 60% do sexo feminino e 40% do sexo masculina e faixa etária foi de 70% têm entre 31 a 40 anos e 30% têm entre 41 a 49 anos.

Os resultados obtidos acerca da assistência de enfermagem relacionada a alta hospitalar mostraram que dentre os entrevistados, 80% responderam que a assistência do enfermeiro diante a alta hospitalar é realizada de maneira rápida, devido ao grande número de pacientes e poucos profissionais para prestarem assistência e 20% que a assistência é através de um planejamento adequado e eficiente para cada paciente. Assim pode-se perceber que a assistência do enfermeiro diante a alta hospitalar é realizada de maneira rápida e imprecisa.

¨O baixo número de profissionais presentes nos hospitais é uma realidade que prejudica a assistência prestada aos pacientes no momento da alta hospitalar ¨. (CHESANI.F.H; G.F ,2017, p.94).

Foi perguntado aos entrevistados: o que você profissional de enfermagem entende por alta hospitalar eficiente, ficando assim evidente nas entrevistas que alta hospitalar eficiente é aquela que deve ser planejada desde o início de internação do paciente na unidade, de maneira individualizada, utilizando linguagem que o mesmo entenda, para realização da continuidade do seu tratamento em âmbito domiciliar.

Os quadros de reinternações são majoritários entre os pacientes entrevistados, representando 90% dos entrevistados**.** Resultado que confirma a falta de um planejamento preciso e eficiente direcionado aos pacientes no momento da alta hospitalar, os pacientes saem da instituição apresentando dúvidas e carência de informações relacionadas a continuidade de seu tratamento. E assim os profissionais também foram investigados como atuam diante das reinternações e os dados foram na direção da literatura ¨...poderiam ser evitadas, mas houve carência de informações ao paciente no período da primeira internação, ocasionando ao mesmo o retorno ao ambiente domiciliar. Assim, as readmissões hospitalares quando não planejadas, podem representar deficiências no atendimento das necessidades correspondentes a determinadas doenças¨. (BORGES; TURRINI, p. 454).

Notou - se que a maioria dos enfermeiros participantes da entrevista ressaltam que para realização de uma alta hospitalar precisa e eficiente é necessário realizar um plano de alta individualizado para cada paciente verificando o grau de dependência de cada um, para que isso aconteça necessita contração de mais profissionais para prestarem uma assistência adequada. O que deixa evidente que o planejamento para alta hospitalar é um momento que deve ser bem programado, o enfermeiro deve atuar com compromisso, competência e responsabilidade, ao começar a trabalhar o mesmo, deve agir de maneira individualizada, referente a cada

diagnóstico e limitação apresentada pelo paciente, observando sempre quais serão os pontos que devem serem mais trabalhados, afim de realizar uma alta eficaz.

Os resultados obtidos através das entrevistas com os pacientes foram os seguintes:

Entre dez pacientes, 70% fora do sexo masculino e 30% do sexo feminino. A faixa etária foi de 80% apresentam idade maior que 50 anos e 20% com idade de 25 a 50 anos.

Um maior número de reinternações é observado nos pacientes com mais de 60 anos, devido à associação com doenças crônicas, o que apresenta maior complexidade de tratamento e custo ao sistema hospitalar. (BORGES, M. F; TURRINI, R.N. T,216, p.331)

O grau de escolaridade predominante entre os entrevistados, é o ensino fundamental incompleto, fator que contribui para descontinuação do tratamento, por vergonha omitem que não sabem ler, saem com receituários. Outra informação que mostra onde 70 % dos pacientes que ali estavam eram, provenientes de reinternações. Podendo ser notado que houve retorno do paciente a unidade de maneira precoce e os apresentavam desconforto e ansiedade diante a situação vivenciada. Sendo que pode-se perceber fatores determinantes para estas situações, como o despreparo do paciente e falta de orientações necessárias para continuidade do tratamento em seu âmbito domiciliar.

Percebeu - se que a maioria dos pacientes entrevistados ao receberem alta hospitalar sentem satisfação e alegria, mas alguns apresentam medo e insegurança pelo motivo de apresentarem um grau de dependência maior, não terem mais a assistência integral da enfermagem mediante ao seu autocuidado, ocasionando aos mesmos ansiedade e preocupação diante o momento vivenciado.

O grau de satisfação do paciente diante do momento de sua alta hospitalar é investigado e mostra-se diversificado, contudo notou - se que o grau de satisfação é satisfatório, mas a instituição deixa um pouco a desejar porque alguns acompanhantes dos pacientes totalmente dependentes saem apresentando dúvidas e insatisfeitos com as orientações recebidas no momento da alta hospitalar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse estudo em um hospital Municipal da Cidade de João Pinheiro MG, setor clínica médica apresentou grande relevância devido ressaltar a importância de uma assistência planejada e bem elaborada diante a alta hospitalar, trazendo qualidade de vida para população através de ações desenvolvidas pelo enfermeiro. A maioria dos enfermeiros entrevistados ressaltam que não ocorre um planejamento direcionado a alta hospitalar na

instituição, apresentam dificuldades para colocarem em pratica a assistência direcionada ao plano de alta desde a admissão do paciente, devido poucos profissionais capacitados para tal função e muitos pacientes aguardando assistência, ocasionando assim uma alta hospitalar imprecisa. Enfatizam que deveria acontecer um plano individualizado direcionado ao paciente englobando o grau de dependência de cada um, ocasionando assim a realização de uma alta precisa e eficiente, contribuindo para satisfação do paciente diante a assistência recebida. Os pacientes entrevistados diante o momento da realização da alta alguns ressaltam que sentem satisfação e alegria pelo motivo de retornarem para seu domicilio, mas relatam sentir também insegurança por não terem mais a assistência integral da enfermagem para sua total reabilitação.

Foi observado na realização deste estudo que acontecem alguns casos de reinternacão na instituição, devido o despreparo da família e a falta de informações relacionadas a continuidade do tratamento em âmbito domiciliar, fato este, que acontece principalmente com pacientes que são totalmente dependentes de cuidados, ocasiona a insatisfação da família mediante ao atendimento realizado anteriormente, proporcionando um quadro de depressão e ansiedade ao paciente por retornar a instituição de maneira precoce.

Conclui - se que através de ações direcionadas ao paciente diante ao momento da alta hospitalar é essencial, que a instituição implante um plano direcionado ao paciente desde a sua admissão, isso contribuirá efetivamente que o paciente seja preparado e seguro para realizar a continuidade de seu tratamento em âmbito domiciliar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3 390, dez, 2013.

BORGES.F. KB; SOLIMAN. F, PIRES, D.O et al. Reinternação hospitalar precoce: Avaliação de um indicador de qualidade assistencial**. Rev. HCPA**. Rio Grande, p.147-52, 2008. Disponível em < www.seer.ufrgs.br/hcpa/article/viewFile/5120/4599> Dta de acesso: 28/05/18

BORGES, M. F; TURRINI, R.N. T. Readmissão em serviço de emergência: perfil de morbidade dos pacientes. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, v .12, n. 3, p.453- 461, mai./jun.,2011. Disponível em < w ww.revistarene.ufc.br/vol12n3_html_site/a02v12n3.htm > Data de acesso: 21/06/18

CAMARGO, P. F; ANDRÉ, L. D; LAMARI, N.M. Orientações em saúde no processo de alta hospitalar em usuários reinternados do Sistema Único de Saúde. ACS **Arquivos de Ciências da saúde. Ciênc. Saúde**, São Paulo, v.23, n.3, p. 38-43, jul./set2016.Disponivel em:

< http://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/335. > Data de acesso 11/05/2018.

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. **Alta hospitalar**. PARECER COREN-SP CAT Nº 023/2010, São Paulo p.1- 6.

CHESANI, F. H; FONTANA, G. Limites e possibilidades no planejamento da alta hospitalar. **Revista. Conexão ciência**, Formiga MG, v.12, n.2, p. 92-98, agosto, 2017. Disponível em < https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/conexaociencia/article/.../653> Data de acesso: 05/06/18

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 358 /2009, out, 2009.

DELATORRE, P.G; SA, S.P.C; VALENTE, G.SC et al. Planejamento para alta hospitalar como estratégia de cuidado de enfe3rmagem.**UFPE on line,** Recife, p.7151-9, dez, 2013. Disponível em < https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/.../15149 > Data de acesso:18/06/18

GANZELLA, M; ZAGO.M.M.F. A alta hospitalar na avaliação de pacientes e cuidadores :uma revisão integrativa da literatura. **Acta Paul Enferm**, São Paulo, v.21, p351-355, out.2008.Disponível em:
< http: //www.scielo.br/pdf/ape/v21n2/pt_a19v21n2.pdf > Data de acesso: 05/06/2018.

MARTINS, A.C.S.M; SILVA, J.G; FERRAZ, L.M. Orientações de enfermagem na alta hospitalar: Contribuições para paciente e cuidadores. **Convibra,** p. 1-8, 2013.Disponivel em:
< www.convibra.com.br/dwp.asp?id=7857&ev=31 > Data de acesso 06/06/2018.

MARQUES, L. de. F.G et al. Orientação para alta hospitalar. **RPIF**, São Paulo, 36-42, 2011. Disponível em < www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/RPInF/article/download/59/54> Data de acesso: 20/05/18

MOYET, LYNDA JUALL CARPENITO**. Planos de cuidados de enfermagem e documentação: diagnósticos de enfermagem e problemas colaborativos .**4 ed, p.43, Porto Alegre, Artmed, 2006.

NUNES, E. C.; FILHO, N. A. de. M. Sistematização da Alta de Enfermagem: Uma análise fundamentada em Roy. **Revista Cogitare Enfermagem**, Vitória da Conquista - BA, Brasil, v.21, n. 2, p.01-09, abr./jun., 2016. Disponível em < www.saude.ufpr.br/portal/revistacogitare/wp-content/uploads/sites/... · > Data de acesso :21/06/18

PEREIRA, A.P. dos. S; et. al. Alta hospitalar: visão de um grupo de enfermeiras. **R. Enferm UERJ**, Rio de janeiro, p 40- 45, jan./març.2007.Disponivel em: < www.facenf.uerj.br/v15n1/v15n1a06.pdf >
Data de acesso:06/06/2018

POMPEO, D. A; et. al. Atuação do enfermeiro na alta hospitalar: reflexões a partir dos relatos dos pacientes. **Acta Paulista de Enfermagem (Online),** São Paulo, v.20, n.3, p.345-350, abril 2007. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/ape/v20n3/pt_a17v20n3.pdf > Data de acesso 11/05/2018.

SMELTZER, SUZANNE. C; BARE, BRENDA.G, **Brunner e suddarth: Tratado de enfermagem médico - cirúrgico**, Rio de Janeiro. 9.ed, v.1 p.17. Guanabara, 2002.

SOUZA, P.M.B.de; QUELICI, G. de. C. Considerações sobre os cuidados de enfermagem aos pacientes na alta hospitalar: Revisão integrativa. **Revista de Enfermagem UFPE On Line,** Recife, p. 62-38 out, 2013**.** Disponível em < https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/12262> Data de acesso: 20/06/18

TESTON, E.F; SILVA, J. P. DA; GARANHANI, M, L et al. Reinternação hospitalar precoce na perspectiva de doentes crônicos**. Rev. Rene**, Jandaia do Sul - PR, p330-7, mai./jun., 2016.Disponivel em < www.periodicos.ufc.br/rene/article/viewFile/3448/2684>
Data de acesso :29/05/18

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO ESTÉTICO: competências, conquistas e avanços

AESTHETIC NURSE'S PERFORMANCE: skills, achievements and advances

Mariana Rodrigues Branquinho[1]
Elizaine Aparecida Guimarães Bicalho[2]

Resumo: A Enfermagem Estética é uma prática do enfermeiro, para a promoção do conforto e bem-estar de seu cliente. Este instrumento torna-se valioso, pois possibilita ao profissional, além da "tradicional" intervenção, uma mudança de paradigma e a ampliação da sua autonomia. A atuação do enfermeiro esteta foi regulamentada, através da Resolução nº 529/2016 do Conselho Federal de Enfermagem que permitia aos enfermeiros com pós-graduação em estética, a prática de Micropuntura, Carboxiterapia, Criolipólise, Cosméticos, Depilação à laser, Dermo pigmentação, Drenagem Linfática, **Eletroterapia / Eletrotermofototerapia, Escleroterapia, Intrademoterapia / Mesoterapia,** Laserterapia, Peeling superficial e muito superficial, Ultrassom cavitacional, Vacuoterapia. Este é um campo que avançou desde sua abertura e permitiu conquistas a categoria de enfermagem. Objetivou-se analisar o campo de atuação do enfermeiro esteta, debatendo as conquistas e avanços da profissão, descrevendo suas atribuiçõese as resoluções que regulamentam a enfermagem estética. Para tanto, verificou-se através de pesquisas de campo que dentre enfermeiros (as), estudantes e técnicos de enfermagem, o conhecimento e posicionamento sobre a temática. Utilizou-se de aplicação de formulário *online,* no qual profissionais e estudantes que residiam em Patos de Minas/MG, responderam perguntas com fim de identificar seu posicionamento sobre o tema. Os resultados foram avaliados quantitativamente e alguns e os dados foram organizados em gráficos. Foi realizada discussão dos resultados com base na fundamentação teórica e revisão bibliográfica. Os resultados coletados representam uma amostra referente aos profissionais e estudantes da região do Alto Paranaíba, procurou-se compará-los aos dados de pesquisas já existentes. Conclui-se que apesar de restrito a realização de alguns procedimentos, os profissionais de Enfermagem ainda podem atuar na área e ocupar este espaço ocupacional com maior representatividade. A maioria dos pesquisados desejam que a questão da inserção do Enfermeiro na Estética seja resolvida. Foi possível discutir outras questões da categoria que enriqueceram esta pesquisa, tais como a feminização, a questão do reconhecimento profissional e salarial, as possibilidades de atuação diante do quadro atual e ainda os avanços, ainda que poucos.

[1]Bacharel em Enfermagem pela Faculdade Patos de Minas. E-mail: marirobranquinho@hotmail.com

[2]Docente do curso de enfermagem da Faculdade Patos de Minas. E-mail: elizainebicalho@yahoo.com.br

Recebido em 15/04/2020
Aprovado em 14/05/2020

Palavras-chave: Enfermagem. Estética. Resolução 529/2016. COFEN.

Abstract: Aesthetic Nursing is a practice of the nurse, to promote the comfort and well-being of its client. This instrument becomes valuable, enabling the professional, in addition to the "traditional" intervention, a paradigm shift and expansion of their autonomy. The nurse's performance is regulated by Resolution No. 529/2016 of the Federal Nursing Council, which allows nurses to graduate in aesthetics, a practice of Micropuncture, Carboxytherapy, Cryolipolysis, Cosmetics, Laser Hair Removal, Dermo Pigmentation, Lymphatic Drainage. , Electrotherapy / Electrothermophototherapy, Sclerotherapy, Intrademotherapy / Mesotherapy, Laser therapy, Superficial and very superficial peeling, Cavitational ultrasound, Vacuum therapy. This is a field that has advanced since its opening and allowed to achieve a nursing category. The objective of this study was to analyze or execute the nurse's field of action, debating as achievements and advances in the profession, describing their attributions as analyzes that regulate aesthetic nursing. Therefore, it was verified through field research that among nurses, students and nursing technicians, the knowledge and positioning on the subject. Used for online application form, there are no professionals and students residing in Patos de Minas / MG, answering questions with questions on how to identify your position on the topic. Results were reduced quantitatively and some and data were organized into graphs. A discussion of the results was based on the theoretical foundation and the literature review. The results collected represent a sample of professionals and students from the Alto Paranaíba region, compared to existing research data. In conclusion, despite restricting the execution of some procedures, nursing professionals can still work in the area and occupy this occupational space with greater representation. Most researchers involved in the problem of nurses' insertion in aesthetics are solved. It was possible to discuss other issues in the category that improved this research, such as feminization, a question of professional and salary recognition, such as the possibilities of acting in the current situation and even the advances, although few.

Keywords: Nursing.Aesthetics. Resolution 529/2016. COFEN.

1INTRODUÇÃO

Historicamente se estabelece a vinculação dos profissionais de Enfermagem, aos cuidados maternais, de sobrevivência e isto "é comprovado ao se analisar a palavra empregada no âmbito anglo-saxão para identificar "enfermagem", que é *nurse*, derivada de *nutrixenutrire*(ama de leite, nutrir)"González e Ruiz, p. 7, 2011). Atuam também na promoção da saúde, da prevenção e do cuidado, no atendimento das necessidades humanas (SOUZA, 2005 *apud* KAHLOW; OLIVEIRA, 2012).

Do ponto de vista de Kahlow e Oliveira (2012) a Enfermagem Estética é uma área de atuação do enfermeiro, para a promoção da saúde, conforto e bem-estar de seu cliente, no

sentido de que com aumento da qualidade de vida e da autoestima é possível um envelhecimento físico mais tardio, mais saudável e mais estético, e isto no nosso ponto de vista é promoção da saúde (KAHLOW; OLIVEIRA, 2012, p.3).

Bayer (2005), *apud*Kahlow; Oliveira (2012) diz que a palavra "estética tem surgimento na Grécia, relacionado à "percepção" do que é considerado belo, estando relacionada também as questões filosóficas, artísticas e literárias.

Nesse sentido, esta prática para a Enfermagem, torna-se valiosa, pois possibilita ao profissional, além da "tradicional" intervenção, um campo de atuação novo, uma mudança de paradigma e a ampliação da autonomia profissional, pois o processo de cuidar de pessoas em estética é um universo diversificado, que variam conforme a necessidade individual e os procedimentos pelos quais se é submetido (ORTOLAN, 2007).

Para realização dos procedimentos estéticos, há uma união entre o cuidado e tecnologia. Assim como afirma Monteiro (et.al, 2017) quando discorre sobre os ambientes que dispõem da tecnologia, nesse meio a Enfermagem e o cuidar do profissional, requer competência técnica para manejo do equipamento e além disto, a capacidade de decidir e tomar decisões. Isto implica em colocar-se no lugar no outro ao qual é dedicado o cuidado.

Ortolan (2007) em sua pesquisa sobre Enfermagem Estética argumenta sobre a nova clientela, as pessoas que estão em processo de envelhecimento e que, portanto, buscam por bem-estar, melhorias em sua aparência e enfatiza que o enfermeiro é parte essencial neste processo, nem que seja como participante de uma equipe multidisciplinar. O autor analisa ainda às percepções da categoria (enfermeiros estetas), e verifica que a satisfação dos profissionais no que tange ao reconhecimento profissional.

Santos (2017) ao pesquisar no Distrito Federal a percepção de docentes sobre a Enfermagem Estética de uma Universidade privada, destaca sobre a pouca vivência dos profissionais em relação a temática, seja ao domínio das resoluções e das questões teóricas. Eles concluem que isto restringe o enfermeiro na prática da Enfermagem Estética e que este profissional que ainda não conhece perde a oportunidade de enriquecimento profissional e de consequentemente expandir sua atuação e da Enfermagem como um todo.

A atuação do enfermeiro esteta é uma realidade no Brasil e foi regulamentada no ano de 2016, através da Resolução nº 529/2016 do Conselho Federal de Enfermagem. Esta normativa permitia aos enfermeiroscom pós-graduação lato sensu em estética, a prática de diversos procedimentos estéticos, tais como Micropuntura, Carboxiterapia, Criolipólise, Depilação a laser, Drenagem linfática, Laserterapia, dentre outros (COFEN, 2016).

Desde 1970 era permitida a categoria atuar na área de Dermatologia (KAHLOW; OLIVEIRA, 2012). Além disto, desde 1997, o Conselho Federal de Enfermagem, permite ao Enfermeiro a utilização de práticas alternativas por meio da Resolução 197, sendo reconhecido como terapeuta alternativo, utilizando-se de práticas como Acupuntura, Massoterapia, mediante curso de especialização (COFEN, 1997).

Há hoje no Brasil, associações que representam a interdisciplinaridade da Enfermagem e Estética, são elas, a Sociedade Brasileira de Enfermagem, Feridas e Estética, a Sociedade Brasileira de Enfermagem em Dermatologia e ainda a Sociedade Brasileira de Enfermeiros em Saúde Estética (ORTOLAN, 2007).

Pressupõe-se que este campo que avançou desde sua abertura e permitiu conquistas a categoria de enfermagem e entende-se que há uma questão mercadológica por detrás dos processos e ações judiciais que impugnaram temporariamente a atuação.

Este estudo se justifica pela a importância que este debate ganhou no cenário nacional após as liminares proferidas pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte e Distrito Federal que de certa forma, limitaram a atuação do enfermeiro esteta.

Pressupõe-se que a atuação do enfermeiro esteta, além de uma realidade, é um avanço na qualificação profissional. Cabe mencionar também, a questão mercadológica, pois a Enfermagem Estética emprega muitos profissionais no Brasil e se constitui como um campo de atuação amplo e diversificado. As práticas que unem a Enfermagem com a Estética proporcionam ao paciente bem-estar a autoestima. Daí também a relevância social de se estudar este campo.

Portanto é um debate atual, visto que ainda há por parte do Conselho Federal de Enfermagem e conselho estaduais e dos próprios profissionais, tentativas na forma de abaixo-assinados, petições públicas, notas de esclarecimento e proposição de projetos de leis, a fim de reaver a regulamentação e consequentemente a legalização da atuação destes profissionais.

Diante do exposto, espera responder sobre o posicionamento de enfermeiros e estudantes de enfermagem no que tange a atuação no campo da enfermagem estética e ainda contextualizar o debate a respeito do tema. Faz-se necessário colocar em pauta este debate, visto que já se passaram cerca de dois anos sem que a questão fosse totalmente resolvida.

1.2 Objetivo Geral

Analisar por meio de aplicação de questionário online, o posicionamento de profissionais e estudantes de enfermagem, acerca da atuação do enfermeiro na área de estética, bem como

contextualizar o debate a respeito deste campo de atuação, evidenciando as competências profissionais, conquistas e avanços da área

2 METODOLOGIA

Com base na natureza do método adotado para realização desta pesquisa, classificou-se como quantitativa, pois não empregou instrumental estatístico e se utilizou de uma amostra representativa da categoria de enfermagem para se compreender as questões levantadas. Em relação aos fins e objetivos propostos considerou-se como um estudo descritivo (BAUER, GASKELL E ALLUN,2002).

Isto significa que esta pesquisa se preocupou em descrever características de uma população ou fenômeno. Segundo Gil (2002), a característica marcante da pesquisa descritiva é a utilização de técnicas de coleta de dadoscomo o questionário e a observação e que tem como finalidade levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma determinada população ou amostra.

Em relação aos procedimentos técnicos, utilizou-se de aplicação de formulário *online,* no qual profissionais e estudantes responderam perguntas que permitiram identificar seu posicionamento sobre o tema.

O instrumento de coleta de dados, na forma de questionário foi elaborado pela autora deste estudo, utilizando-se da plataforma *Google Drive.*

Para Heidemann e Oliveira (2010), o Google Drive é considerado uma "evolução natural" do Google Docs. O pacote de aplicativos permite editar e disponibilizar conteúdos, realizar backup e portabilidade de arquivos.

O *Google Forms,* foi o aplicativo do Google Drive usado para a confecção de um questionário disponibilizado para profissionais de enfermagem de nível superior e técnico, além de estudantes. Estes profissionais devem residiam em Patos de Minas-MG.

Não houve discriminação na seleção dos indivíduos que responderam ao questionário. Desta forma, até mesmo profissionais que no momento estavam impedidos de atuar devido as liminares ou a não absorção dos mesmos pelo mercado de trabalho, puderam participar.

Na primeira parte do formulário os profissionais responderam sobre seu perfil, áreas de atuação e conhecimento sobre o tema. Na segunda os participantes responderam em questão aberta, sobre seu posicionamento a respeito da atuação do enfermeiro estético.

Os resultados obtidos com aplicação do questionário perguntas foram avaliados qualitativamente. Esse tipo de delineamento de pesquisa foi escolhido pois “as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de micro processos, através

do estudo das ações sociais individuais e grupais" (MARTINS, 2004, p.292). Assim, entende-se que a metodologia qualitativa se adequa a este estudo, pois é capaz de captar o problema da pesquisa, analisando melhor a profundidade relacionada à percepção subjetiva de cada um dos participantes desta.

Entende-se que os resultados coletados representaram uma amostra referente aos profissionais e estudantes da região do Alto Paranaíba. Alguns dados foram organizados por meio de gráficos de forma a apresentar os resultados para a discussão dos resultados com base na fundamentação teórica e revisão bibliográfica.

As fontes secundárias se constituíram de artigos de periódicos científicos, produções oficiais, resoluções e notas publicadas pelo Conselho Federal e Conselhos Estaduais de Enfermagem, seminários, adquiridas após a realização de levantamentos bibliográficos eletrônicos junto a bases de dados informatizadas nacionais.

Um modelo do instrumento de coleta de dados a ser utilizado está anexado a este Projeto de Pesquisa, assim como o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE(CNS, 2012)adaptado ao formato deste estudo. Foi mantido o devido sigilo das informações coletadas.

2.1 Local de realização da pesquisa

Não se utilizou de espaço físico para realização desta pesquisa, visto que a coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado aplicado de forma *online*, ou seja, virtual. No entanto, se limitou aos profissionais e estudantes, residentes e atuantes na cidade de Patos de Minas-MG.

A cidade de Patos de Minas está situada na região intermediária às regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e abrange uma área territorial em Km² de 3.189,769, com uma população de 140.950 habitantes. Os estabelecimentos de saúde são em sua maioria privados (55,1%), contando também com estabelecimentos 42,3% municipais (42,3%) e estaduais/federais (2,6%),incluindo hospitais, Unidades de Pronto Atendimento da saúde, Unidades Básicas de Saúde (IBGE, 2011).

2.3 População a ser estudada

Não foram considerados dados como faixa-etária, sexo, cor\raça e etnia para delimitação da população a ser estudada. A única característica esperada da população se refere a formação profissional em enfermagem, seja a nível técnico ou nível superior.

2.4 Garantias éticas aos participantes da pesquisa:

Foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLEatrelado ao questionário (anexos), a integridade do participante da pesquisa foi garantida, uma vez que o participante não respondeu questões que possibilitem sua identificação pessoal.

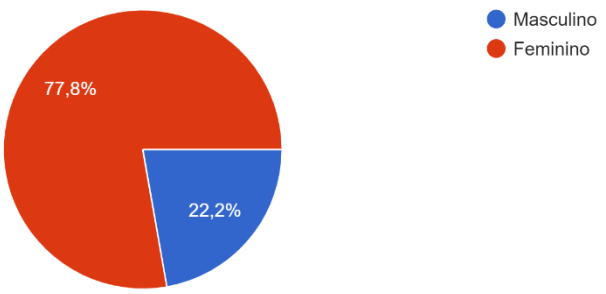
Ficou garantida a participação dos participantes que atendiam aos critérios estabelecidos na população a ser estudada, profissional e/ou estudante de enfermagem atuante e residente em Patos de Minas-MG.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com 18 participantes. As respostas individuais foram disponibilizadas a cada um no encerramento dos formulários, pois foram enviadas automaticamente como cópia por meio de e-mail cadastrado no momento de resposta ao questionário.

A gráfico 1, mostra que 77,8% dos participantes são mulheres e isto pode ser um reflexo da feminização da profissão. As mulheres são maioria mesmo em uma amostra relativamente pequena.

Gráfico 1 - Sexo dos participantes



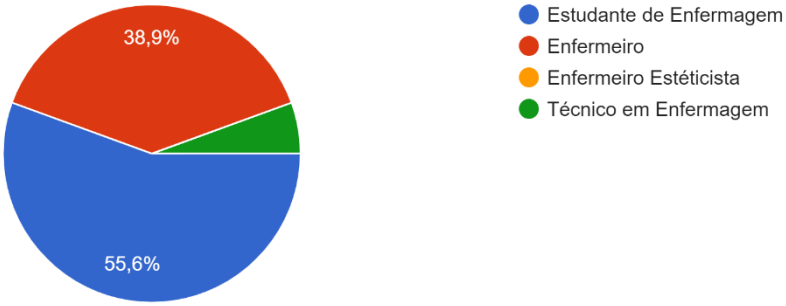
Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre a questão gênero, Lopes e Leal (2005) discutem a Enfermagem na perspectiva da divisão sexual do trabalho e apontam que as enfermeiras, técnicas e auxiliares nãosão maioria por acaso. Isto em sua concepção faz parte do processo de formação da profissão e é "resultado de esforços que lhe são exteriores e de interesses preocupados em manter a profissão em uma condição auxiliar, de desvalorização técnica e econômica (p. 124)", pois a enfermagem, enquanto prática do cuidado, tem apenas um sexo no imaginário social – o feminino (p. 119)".

Importante ressaltar isto neste momento, pois veremos a diante sobre o "cuidar", outra reflexão que vem de uma questão histórica e representada socialmente sobre a Enfermagem. Gonzáleze Ruiz (2011) argumentam também que a Enfermagem está vinculada historicamente aos cuidados maternais, ou seja, cuidados relacionados a figura feminina.

No gráfico2, vemos que a maioria dos participantes, mais da metade, são estudantes de enfermagem (55,6%), seguido de Enfermeiros (38,9%) e Técnico em Enfermagem (5,6%).

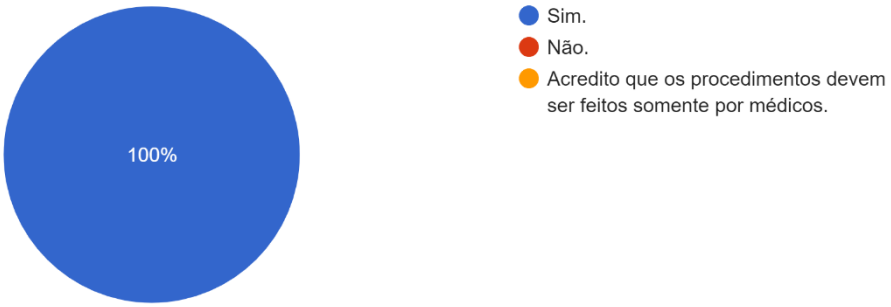
Figura 2- Perfil dos participantes



Fonte: Elaborado pelo autor

No gráfico 3, a percepção do enfermeiro especializado mostrou que 100% dos participantes acreditam que o Enfermeiro com especialização na área de Estética pode atuar tranquilamente, sem a interferência de outro profissional.

Gráfico 3- Percepção sobre a atuação do Enfermeiro especializado



Fonte: Elaborado pelo autor

A Resolução 0529/2016 do COFEN permitia aos profissionais especializados executar os seguintes procedimentos: Micropuntura, Carboxiterapia, Criolipólise, Cosméticos, Depilação à laser, Dermo pigmentação, Drenagem Linfática, **Eletroterapia/Eletrotermofototerapia, Escleroterapia, Intrademoterapia/Mesoterapia,** Laserterapia, Peeling superficial e muito superficial, Ultrassom cavitacional, Vacuoterapia.

Ao passo que tinham as competências de realizar a consulta de enfermagem, anamnese e estabelecer o tratamento mais adequado à pessoa; prescrever os cuidados domiciliares e orientações para o autocuidado aos pacientes submetidos aos procedimentos estéticos; registrar em prontuário todas as ocorrências e dados referentes ao procedimento; realizar processo de seleção de compra de materiais para uso estético, na instituição de saúde; estabelecer protocolos dos procedimentos estéticos; manter-se atualizado através de treinamentos, cursos específicos, capacitação, entre outros, (COFEN 2016).

Cerca de 60% disseram já ter ouvido falar deste campo de atuação, porém não sabem ao certo do que se trata, enquanto que 22,2% afirmaram ter conhecimento extenso sobre o tema. Importante ressaltar que 16,7 % nunca haviam ouvido falar e que nenhum dos participantes atua ou atuou na área, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4- Conhecimento sobre Enfermagem Estética

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com o gráfico 4 foi possível verificar que parte deste resultado se deve aos participantes não possuírem vivência e experiência na área de enfermagem esteta. Santos (2017) identificam este pouco conhecimento sobre a Enfermagem Estética, por parte dos docentes e sinaliza que isto limita sua atuação.

Outra pergunta realizada foi "Você acredita que a área de enfermagem estética é importante para os profissionais e pacientes? " E foi pedido para que explicassem o porquê de concordarem ou não. E partes dos entrevistados concordam da importância para ambos. Algumas respostas explicam seu posicionamento positivo.

Alguns acreditam que é uma ampliação do campo de atuação do enfermeiro e outros que esta é uma área "bem procurada", ou seja, um campo do qual o profissional poderia se beneficiar, no sentido financeiro. A pesquisa de Ortolan (2007) mostra algo similar, pois identifica que os enfermeiros estetas se sentem reconhecidos e veem este espaço como possibilidade de ascensão profissional. O autor revela ainda que 100% da amostra de clientes pesquisados opinam que é importante o acompanhamento do enfermeiro em clínicas de estética, no pré e pós-operatórios.

Tiveram participantes que defenderam a importância do profissional, pois ele "trata do paciente como um todo". Outros indicam que o Enfermeiro tem total importância, pois conhece a fisiologia do corpo humano.

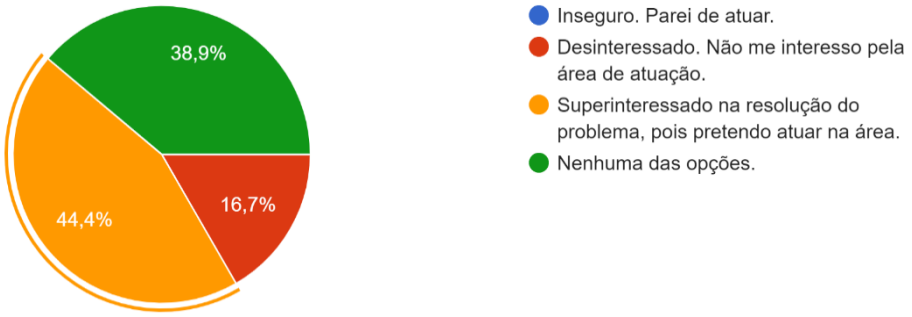
Dentro de hospitais é raro ver um enfermeiro cuidando de um paciente na área de estética. Geralmente este procedimento é realizado por profissionais.

Ortolan (2007) defende que o Enfermeiro é o "articulador" e o integrador no processo de cuidar, no que tange a questão de pacientes que realizaram procedimentos estéticos, pois ele consegue realizar uma abordagem "holística" de seu cliente.

Alguns participantes defendem que o conhecimento do Enfermeiro sobre a área de estética é básico e que a especialização faz se necessária. Yamada (2018) é necessário investimento na formação do enfermeiro no Brasil, pois nos países europeus a formação é mais rigorosa e ampla.

O questionamento a respeito à Resolução COFEN nº 0529/2016 que regulamentava a atuação do enfermeiro esteticista, informando que esta foi suspensa em 2017 por liminares proferidas pela Justiça Federal do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal. Procurou-se saber como o participante se sentia diante desta situação, enquanto profissional ou futuro profissional desta área.

Gráfico5- Posicionamento em relação a regulamentação da atuação do Enfermeiro Esteticista



Fonte: Elaborado pelo autor

O resultado aponta que uma parcela dos participantes (44, 4%) está interessada na resolução da situação, ou seja, na possibilidade de atuação na área. Há que se notar que 16,7% não se interessam pela área de atuação, enquanto que 38,9% se abstêm.

A Associação Brasileira de Enfermagem em Dermatologia (SOBENDE) se posicionou em nota intitulada “Atuação do Enfermeiro na área da Saúde Estética”, dizendo que atuação do enfermeiro em saúde estética já é uma realidade e que esta atuação “deve ser baseada pelos princípios da efetiva competência técnica, ética, científica, social e legal, que vise a uma assistência qualificada e segura para os cidadãos e profissionais.

Yamada (2018) acredita um profissional especializado, que trabalha com seriedade e comprometimento ético deveria ter autonomia para realizar procedimentos estéticos, tais como *peelings*, microagulhamento, lasers de depilação, eletroterapia facial e corporal, e ainda utilizar dos injetáveis assim como já acontece em países como os Estados Unidos, Canadá e Europa.

Ela informa que nestes países estes profissionais têm liberdade para exercer atividades estéticas invasivas, coisas que no Brasil não é mais autorizado.

No gráfico 6, foi perguntado por qual o motivo o participante atuava ou atuaria na área. Como já dito, nenhum dos participantes não atuam na área, porém os que desejam atuar demonstram que o retorno financeiro e a inserção no mercado de trabalho é um grande atrativo. O participante que respondeu que seria outro o motivo, não especificou qual, apesar de solicitado.

Gráfico6- Motivações para atuação

Fonte: Elaborado pelo autor

Wisniewski (2015) fala sobre a questão de salarial na Enfermagem, inferindo que isto influenciar no nível de satisfação do indivíduo enquanto profissional argumenta ainda que outro fator que interfere no reconhecimento salário e profissional é o desconhecimento acerca da formação, das atribuições e competências profissionais.

Poz; Perantoni e Girardi (2013) identificou que há uma dupla reivindicação no que tange a regulação das profissões de saúde. Estas por sua vez, se devem a questões de mercado, com intuito de expandir áreas de atuação, como é o caso da Enfermagem e Medicina aqui falados. As profissões através de seus respectivos conselhos e demais órgãos de representação, pedem por expansão de seus direitos a campos profissionais exclusivos.

Os autores acima ainda informam que dentre as profissões do trabalho em saúde no Brasil, a representante em maior número está a área de Enfermagem, sendo os auxiliares de enfermagem (355.824), médicos (240.428), técnicos em enfermagem (239.904), agentes comunitários de saúde (237.548) e enfermeiros (129.905). Isto acaba por gerar demanda por

vagas e competitividade dentro da profissão de Enfermagem (POZ; PERANTONI E GIRARDI, 2013)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o impacto deste estudo ou efeito foi social, pois possibilita a categoria compreender sobre a temática, desde as regulamentações, legislações ao posicionamento. Outros pesquisadores poderão utilizar desta amostra pesquisada como referência para posteriores estudos.

Compreende-se que este é um tema recente e ainda pouco discutido. Consequentemente, há poucos dados e pesquisas disponíveis. Parte disto, se deve a interrupção ou até mesmo limitação da atuação em decorrência das liminares.

Apesar de restrito a realização de alguns procedimentos, os profissionais de Enfermagem ainda podem atuar na área e ocupar este espaço ocupacional com maior representatividade.

Os projetos de lei apresentados neste estudo que podem ser uma saída para o acesso deste mercado (estético) com maior liberdade aos Enfermeiros, porém isto necessita de apoio institucional e pressão dos próprios profissionais organizados em articulação com demais profissionais da saúde.

Com intuito de saber sobre o posicionamento de profissionais e estudantes da área de Enfermagem sobre a atuação do Enfermeiro Esteta, foi possível discutir outras questões da categoria que enriqueceram esta pesquisa, tais como a feminização, a questão do reconhecimento profissional e salarial, as possibilidades de atuação diante do quadro atual e ainda os avanços, ainda que poucos.

REFERÊNCIAS

ALVES, KatiuceNogueira.Quais procedimentos estão liberados para enfermeiro esteta atuar. **Portal Enfermagem Estética.** Assessoria de imprensa. Julho, 2019. Disponível em: https://enfermagemestetica.com.br/quais-procedimentos-estao-liberados-para-enfermeiro-esteta-atuar/. Acesso em: 30 Jul. 2019

ASCOM – COFEN. **PL regulamenta atuação de profissionais de Saúde em Estética. 27/03/02019.** Disponível em: cofen.gov.br/pl-regulamenta-atuacao-de-profissionais-de-saude-em-estetica_69730.html. Acesso em 12 de outubro de 2019.

BAUER, M. W; GASKELL, G. e ALLUM, N. C. **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões.** In M.W. Bauer e G. Gaskell(Orgs). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som, 2002, p.17-36. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. Disponível em: https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/bauer-m-w-et-al-qualidade-quantidade-e-interesses-do-conhecimento-evitando-confusc3b5es.pdf. Acesso em 11 de Setembro de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2717/2019**. "Dispõe sobre o reconhecimento da Saúde Estética como área de atuação do profissional de Biologia, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Fonoaudiologia. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=18BF74FF028BC1F07B7D91BFDBAA6AAC.proposicoesWebExterno1?codteor=1743179&filename=PL+2717/2019. Acesso em 16 de Junho de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 529/2016**. Brasília - DF, 2016. Disponível em: <http://www.portalcofen.gov.br>. Acesso em 28 de Junho de 2019.

COFEN. **Nota de esclarecimento sobre Enfermagem e Estética de 20 de Agosto de 2018.** Disponível em: https://www.coren-df.gov.br/site/nota-de-esclarecimento-sobre-enfermagem-e-estetica/. Acesso em: 2 de Jul. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 197/97**. Estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem. Brasília (DF), 1997. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-1971997_4253.html. Acesso em 18 de Junho de 2019.

CNS - Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**. Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, 2013. Seção 1 p. 59. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>. Acesso em: 22 de Julho de 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º. Ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 21 de Jul. 2019.

GONZALEZ SILES, José; RUIZ SOLANO, Maria del Carmen. La historia cultural y la estética de los cuidados de enfermería. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 5, p. 1096-1105, Out. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010411692011000500006&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em 20 Junho de 2019.

HEIDEMANN, L. A; OLIVEIRA, A. M. M. Ferramentas on-line no ensino de ciências: uma proposta com o Google Docs. **Revista Física na Escola**, v. 111, n. 2, 2010. Disponível em: http://www.sbfisica.org.br/fne/Vol11/Num2/a09.pdf. Acesso em: 30 de Jun. 2019.

IBGE. Censo 2011. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/patos-de-minas/mg/unai.html. Acesso em: 28 de Julho de 2019.

KAHLOW Andrea; OLIVEIRA Ligia C**. A estética como Instrumento do enfermeiro na promoção e conforto e bem-estar**. p. 1-28, Ano 2012. Disponível em: http://siaibib01.univali.br/pdf/Andrea%20Kahlow,%20Ligia%20Colombo%20de%20Oliveira.pdf, Acesso em 22 de Julho de 2019.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educ. Pesquisa. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:10 de Julho de 2019.

MONTEIRO, Ana Paula Teixeira de Almeida et. al. Biotecnologia: revolução digital e conhecimento estético em enfermagem. **Revista de Enfermagem Referência**, n. 13, p. 139-146, 2017.

ORTOLAN, M. R. **Enfermagem Estética: Ações e atos do enfermeiro no processo de cuidar.** Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Enfermagem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107840/000647250.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 de Junho de 2019.

POZ, MRD. PERANTONI, CR.; GIRARDI, S. Formação, mercado de trabalho e regulação da força de trabalho em saúde no Brasil. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. p. 187-233. ISBN 978-85-8110-017-3. Disponível em: http://books.scielo.org/id/98kjw/pdf/noronha-9788581100173-07.pdf. Acesso em: 11 de Outubro de 2019.

SANTOS, NadjaThayresCantanhede. **Percepção de enfermeiros docentes sobre a Enfermagem Estética.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Ciências da Saúde, do Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11734. Acesso em 9 de julho de 2019.

WISNIEWSKI, Danielle et al. Satisfação profissional da equipe de enfermagem x condições e relações de trabalho: estudo relacional. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 850-858,2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072015000300850&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 21 de Outubro de 2019.

YAMADA, Beatriz. A autonomia do Enfermeiro na Dermatologia Estética. **Revista Pelle Sana**. SOBENDE. Disponível em: http://www.revistapellesana.com.br/a-autonomia-do-enfermeiro-na-dermatologia-estetica/. Acesso em 21 de Outubro de 2019.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O ENVOLVIMENTO AFETIVO DA ENFERMAGEM FRENTE A PACIENTES EM LONGOS PERÍODOS DE INTERNAÇÃO EM UMA CLÍNICA MÉDICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO – MG

THE AFFECTIVE INVOLVEMENT OF NURSING TOWARDS PATIENTS IN LONG HOSPITAL STAYS AT A MEDICAL CLINIC IN THE CITY OF JOÃO PINHEIRO - MG

Wender Randolfo Pereira Gomes[1]
Maria de Lourdes de Aguiar Ferreira[2]
Karenyne Thacylla de Paiva Oliveira[3]

Resumo: O presente estudo tem como importância investigar a visão do enfermeiro frente à extrema sensibilidade emocional e às formas afetivas que o profissional de enfermagem presencia durante os processos de cuidados com o paciente, bem como a importância na modalidade afetiva no processo de recuperação em uma clínica médica de um hospital do Noroeste de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa com métodos qualitativos, baseando-se em entrevistas e pesquisas realizadas para a execução do tema abordado. Informações complementares e importantes para o montante vieram por meio de levantamentos bibliográficos e artigos digitais. As informações em campo foram obtidas através de entrevistas com dois enfermeiros e quatro técnicos de enfermagem. Nos resultados obtidos durante o percurso notam-se grandes diferenciações de cuidados do profissional de enfermagem em lidar com o afeto e formas de reagir frente as diversas emoções dos diferentes pacientes.

Palavras-chave: Afeto. Sensibilidade. Emocional. Emoções.

Abstract: The present study is important to highlight the nurse's view of the extreme emotional sensitivity and affective forms that the nursing professional witnesses during the patient care processes, as well as the importance of the affective modality in the recovery process in a medical clinic. of a hospital in the northwest of Minas Gerais. This is a research with qualitative

[1] Graduando do curso de Bacharelado em Enfermagem. - Experiência como Monitor do Laboratório de Enfermagem da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP (2019). Autor da obra. E-mail: wenderlbs@outlook.com

[2] Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2000) Graduada. Graduada em História pela Faculdade do noroeste de Minas Gerais. --Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro- FCJP, da rede estadual do estado de Minas Gerais e colégio Cenecista. E-mail: lurdinhaaguiar1@gmail.com.

[3]Biomédica graduada pela Universidade de Uberaba – UNIUBE; Pós-Graduada em Acupuntura pela UNISAÚDE/CENTER FISIO – IMES, Brasília DF; Pós-Graduada em Análises Clínicas pela UNIASSELVI/ Instituto Máximo Passo 1. Patos de Minas, MG e Pós-Graduada em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Cidade de João Pinheiro - Pós-Graduada em Biomedicina Estética pelo Nepuga em Brasília DF . Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP; email:karenynepaiva@hotmail.com

Recebido em 30/03/2020
Aprovado em 11/05/2020

methods, based on interviews and research conducted for the execution of the theme addressed. Additional and important information for the amount came through bibliographic surveys and digital articles. Field information was obtained through interviews with two nurses and four nursing technicians. In the results obtained along the way, there are great differences of care of the nursing professional in dealing with affection and ways of reacting to different patients facing emotions.

Keywords: Affection. Emotional. Sensitivity. Emotions.

1. INTRODUÇÃO

O enfermeiro, mesmo não sobrepondo todos os sentimentos diante de determinadas situações, principalmente de forma excessiva durante o processo de recuperação, cura ou morte dos enfermos, depara-se, por vezes, em um "Tabuleiro de Xadrez" como marionetes, mecanicista e robotizado ao longo do processo do cuidar.

Ocasionalmente, por um lado observam-se diversos jogadores analisando de forma fria, inexorável e impulsiva o tabuleiro antes de iniciar qualquer jogada. Fazendo um paralelo entre a atuação do enfermeiro e o jogo de xadrez, percebemos que tal profissional provavelmente procura trabalhar seu emocional frente aos pacientes em longo período de internação da mesma forma que o jogador se posicional ao prosseguir com a próxima na próxima jogada.

Em algumas situações, particularmente quando um paciente se vê obrigado a ter uma permanência mais longa de internação, são gerados conceitos equivocados e inesperados. Fato este que, muitas vezes, cria paradoxos a respeito do envolvimento afetivo, ou não, do profissional de enfermagem com o enfermo, visto que o apego do paciente ao profissional de enfermagem nem sempre se dá de forma recíproca. Distintas situações podem alterar o contexto de cuidados. Ainda assim, para aperceber-se do afeto deve-se, no mínimo, haver reciprocidade, gerando-se desse ponto, níveis altos de aproximação entre eles.

Ao utilizarmos o termo afetividade concordamos com Ferreira (1975, p.44) quando diz que a afetividade é:

> Qualidade ou caráter de afetivo e conjunto de fenômenos psíquicos, que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagrado, de alegria ou tristeza. (FERREIRA, 1975, p. 44)

O afeto leva o processo do cuidar para além do minimizar a doença, pois na prática do enfermeiro deve estar incorporado o cuidar humanizado, o cuidar que faz o profissional subsumir-se no lugar do outro em uma matriz imprevisível, criando assim, variáveis formas de afetividade com o enfermo o que pode reduzir o período de internação.

O presente artigo justifica-se pelo apego afetivo, que a equipe de enfermagem presencia constantemente em pacientes em internação, sendo ele assunto pouco articulado, porém muito percebido por profissionais e não profissionais da área da saúde. Além disso, acredita-se que o estudo poderá realçar a visão acerca da extrema sensibilidade emocional e a importância do enfermeiro na modalidade afetiva no processo de recuperação de um paciente ou retrocesso de um processo conquistado previamente.

O trabalho levantou os seguintes questionamentos: quais tipos de afeto o profissional de enfermagem encontra em âmbito hospitalar? Que tipo de situações leva o profissional de enfermagem a ter maior sofrimento afetivo? O paciente também se apega ao profissional de enfermagem? Até que ponto o profissional de enfermagem consegue conter o sentimento diante das situações? Os profissionais de enfermagem têm o mesmo afeto diante de determinadas situações?

Para obtermos respostas para nossos questionamentos, traçamos como objetivo geral: Compreender quais formas afetivas o profissional de enfermagem presencia durante os processos de cuidados com o paciente e como ele lida com todas as variáveis em uma clínica médica de um hospital do Noroeste de Minas Gerais e como objetivos específicos: averiguar quais as situações que levam o profissional de enfermagem a culminantes sofrimentos afetivos; compreender se o paciente se apega ao profissional de enfermagem de forma recíproca; analisar na eminência de até que ponto o profissional de enfermagem consegue conter cada sentimento vivido diante de tais situações; compreender se os profissionais de enfermagem têm o mesmo afeto em determinadas situações.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo teve como universo de pesquisa um setor de clínica médica de internação de um hospital do Noroeste de Minas Gerais no ano de 2019, observando e compreendendo o profissional da enfermagem, sendo ele o Enfermeiro (a) e técnico de enfermagem frente a seus pacientes. Tais pacientes estão presentes em longos períodos de internação e as formas vivenciadas entre eles de afeto e afetividade bem como a maneira de lidar com as situações mais árduas, abordado diversos complementos relevantes para esta pesquisa, tais como: a percepção do profissional de enfermagem quanto à sua visão psicoativa em relação a inúmeras situações que acercam o paciente, afetos e a forma como sensibilizam a vida pessoal do enfermeiro.

2. O afeto e afetividade da enfermagem no contexto hospitalar

> [...] afeto é o conjunto de atos ou atitudes como a bondade, a benevolência, a proteção, a gratidão, a ternura, que no seu todo podem ser caracterizados como a situação em que uma pessoa cuida de outra e esta responde positivamente aos cuidados ou à preocupação de que foi objeto. [...] afeto compõe, juntamente com outros quesitos, a busca pela concretização do cuidado integralizado e humanizado que toda pessoa necessita. (PROCHET, SILVA, 2011, p.785- 789)

O afeto engloba ações e sentimentos positivos frente a situações emergentes, surge principalmente quando elevam os níveis de ligação entre os indivíduos fazendo com que crie novos sentimentos superiores aos anteriores, de forma que estejam em constante crescimento. [...] a afetividade envolve todos os sentimentos e emoções que, em seu conjunto, demandam disposições afirmativas ou negativas, que configuram uma afetividade em relação a esse espaço (Bomfim, 2003, p.54).

Afetividade vem através da fusão de todos os sentimentos, ações, retornos e afetos de forma comprimida, principalmente situações cujo afeto se prolonga à medida que o período de contato aumenta, evoluindo assim, de afeto para afetividade, de pouco para muito ou de necessário para imprevisível, onde a ligação se torna intensa e imersa no tempo de contato.

2.1 Tipos de afeto que o profissional de enfermagem encontra em âmbito hospitalar

O enfermeiro está suscetível a encarar variadas formas de afeto em sua prática do cuidar, encontra-as em diferentes panoramas, tanto físicos quanto emocionais. O contato com pacientes por tempo inespecífico os aproxima pouco a pouco, de forma imperceptível. O poder de afetar e ser afetado dos modos encontra-se, por essa razão, constantemente preenchido por diferentes afetos, fazendo-o passar, frequentemente, de uma perfeição menor a uma maior, ou de uma maior a uma menor. No primeiro caso, dizemos que há alegria, no segundo, tristeza (SILVA, 2012, p. 16). Os tipos de afetos podem também variar de acordo com a situação, tempo e espaço, organismo vivo em que de fato a afetividade está instalada, flui entre dois planos, sendo eles os reduzidos afetos, pouco aceitáveis, mas presente aos olhos de alguns profissionais, e o excesso dele, presente em outros. Em contrapartida, sendo ele de forma reduzida ou abundante, é de fato um sentimento afetivo que pode sofrer algumas diferenciações.

> Ter como referência o sentir para compreender essa relação com o ambiente hospitalar é estar implicado na experiência, no cotidiano, é ter o afeto e as emoções como palco mediador das construções e das descobertas. A forma como o paciente se implica com o ambiente já é um indicador de sua ação: "O que marca a implicação é algo que está presente e que pode se tornar figura ou fundo, dependendo do sentimento (implicação) que aflora de vez em

> quando no centro da consciência. Ela é parte estrutural do pensamento e da ação e pode ser positiva ou negativa, ativa ou reativa, direta ou indireta". (PINHEIRO; BOMFIM, 2009, p. 53).

Vivemos em um espaço onde afetar e ser afetado de diferentes formas é constante. Afetar sentimentos sobre um organismo influencia no processo de cuidar, tanto de forma negativa como positiva. Toda ação é movida por uma força, sendo ela intensa ou dispensável. Todo ser humano é inerente a sentimentos de formas complexas, pois isso faz parte de seus genes, as variáveis que o faz reagir em cada circunstância que o circunda.

> O pensamento não nasce de si mesmo, nem de outro pensamento, mas da esfera motivadora de nossa consciência, que abarca nossas inclinações e nossas necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções. (VYGOTSKY, 1993a, p. 343 *apud* SAWAIA, 2009, p. 368).

Contudo, encontramos os afetos negativos, que são antagônicos aos citados anteriormente. São eles que levam o paciente se afastar do cuidador ou despertar sentimento de angustia, desaprovação.

Segundo (ALVES et al., 2011) o afeto negativo é definido a um indivíduo desprovido de segurança, insatisfação ou constrangimento diante de determinadas situações, trazendo consigo o oposto de satisfação. A insatisfação do paciente é decorrente de um processo conquistado e perdido posteriormente devido a alguma ruptura nos cuidados. Para o profissional regressar esse tipo sentimento de insatisfação é, de fato, um processo árduo, por isso, deve-se fazer o extremo para maior satisfação do indivíduo.

2.2 Situações estimulam maior sofrimento afetivo dos profissionais de Enfermagem

A realidade em unidades hospitalares não é padronizada. A cada dia surge uma nova eventualidade ou até mesmo um sentimento pode sofrer grandes variações. Não é possível definir quais situações ou formas de sentimentos irão surgir em um dia de trabalho entre os profissionais, mas podemos indicar os tipos de sofrimento afetivo que, de fato, são mais corriqueiros.

> O processo de morrer e a morte do outro despertam sentimentos de medo, raiva, impotência, insegurança, estando mais relacionado à perda e à separação do que a um processo natural da vida. Entretanto, a não aceitação desse processo como parte do ciclo de vida tem relação com o medo do desconhecido, uma vez que ninguém sabe o que acontece após a morte. (LIMA; JÚNIOR, 2015, p. 26).

A morte está entre as passagens mais difíceis de enfrentamento para o ser humano. Até mesmo para o enfermeiro, que está apto, ou nem sempre, para lidar com este tipo de situação, mesmo sendo a ordem natural das coisas, ninguém está preparado, mesmo compreendendo que todos nascem para morrer, é desgastante e o sensibiliza de alguma maneira, particularmente para aquele que está começando a atuar na área, em comparação aos que já trabalham por mais tempo metaforicamente adquiriram certo "estado de entorpecimento" no quesito tribulações.

O apego afetivo entre paciente e enfermeiro se torna mais sofrível diante do definhamento do enfermo, caso em que o afeto ao extremo se torna evidente, principalmente quando se trata de um acompanhamento de duração prolongada.

A irradiação afetiva é a capacidade que a pessoa tem de transmitir, irradiar ou contaminar os outros com o seu estado afetivo momentâneo, estimulando os outros a sintonizarem com ele. (ALVES et al., 2011, p. 513). A piora de um quadro faz o profissional abalar-se, pois, na maioria das vezes, uma recaída não está nos planos de cuidado do enfermeiro. Este deve estar capacitado para contornar todas as situações, sendo muitas vezes falíveis e inevitáveis.

A dor é outro seguimento. Lidar com a dor extrema de um paciente culmina em angústia ao cuidador e interfere, principalmente, no processo de cuidados. Faz aumentar sua atenção para o paciente em especifico, levando-o a exercer todos os métodos de aproximação citados anteriormente. A dor faz surgir em todo ser humano um lado sentimental diante de determinadas situações. Todos sabem ou já passaram por episódios que os levam a se recordar de uma angústia pela qual se sentiram impotentes.

> Nesta perspectiva cuidar de alguém com dor não significa apenas realizar técnicas para deixá-lo "confortável", mas também, mostrar na relação profissional/cliente, interesse, compaixão, afetividade, consideração que têm o intuito de aliviar, confortar, apoiar, ajudar, favorecer, promover, restabelecer, e torná-lo satisfeito com o seu viver. (RIGOTTI; FERREIRA, 2005, p. 52).

Demonstrar sentimentos não significa se tornar menos profissional que o outro, mas sim mostrar o quanto a humanização está presente na sua profissão e no seu ser de modo generalizado que se dedica por aquilo que faz, com simpatia e não com aversão ou quaisquer outros fatores negativos.

2.3 A reciprocidade do afeto entre o profissional de enfermagem e o paciente

É preciso tomar certos cuidados com os tipos de informações transmitidas para o paciente e como ele absolverá, pois nem sempre o sentimento é recíproco como o profissional espera. Por vezes, o

paciente não está aberto a um afeto, e sim enfuriamento, angústia e sofrimento devido à internação, levando-o a níveis altos de desaprovações por qualquer sinal de boa ação.

> A reciprocidade é a dupla ação mútua, quando a palavra da invocação recebe a resposta. Ela vem do e no encontro face a face, quando nenhum meio se interpõe entre os parceiros, ideias prévias, fins ou antecipações. A relação é imediata, direta; portanto na presença e não na representação. (CORBANI; BRÊTAS; MATHEUS, 2009, p. 350).

Os cuidados do profissional de enfermagem refletem de forma demasiada nos sentimentos que emergem no enfermo. É onde aflora a aproximação. Deve-se peneirar todas as ações pensando no retorno das reações frente ao estímulo.

> Sabe-se que, na maioria das vezes, uma única palavra durante um atendimento representa um efeito devastador sobre o paciente, com recíproca verdadeira. Sendo assim, a relação entre a equipe de enfermagem e o paciente, na perspectiva da intersubjetividade, ao se desenrolar em situações de vulnerabilidade, expõe tanto quem cuida quanto quem é cuidado a uma gama de emoções e expectativas que entremeiam a competência e o profissionalismo deste profissional. (ALVES et al., 2011, p. 512).

O modo de cuidar, de articular e de tocar o paciente é resultado dessas variáveis, por isso é de suma importância modelar as palavras e a maneira como elas serão emitidas, pois até mesmo a tonalidade vocal influencia nos processos de cuidados.

A afeição em níveis extremos eleva a aproximação do enfermeiro com o paciente, fazendo com que em determinado momento recue para não surgir um sofrimento maior que influencie no processo de internação, o que muitas vezes é inevitável, principalmente quando o afeto, em níveis avançados, pode ser confundido, na visão do paciente, com paixão ou sentimento carnal, já os níveis baixos de afeto podem causar descontentamento e desaprovação. Ao contrario, causa paixão. “O doente tende a insistir que o objeto de amor é quem se apaixona primeiro e é ele quem faz as primeiras investidas amorosas, ou seja, é o objeto quem declara o interesse sexual inicial”.

Diferentemente da Síndrome de Estocolmo, definida como apego da pessoa sequestrada pelo malfeitor, a Síndrome de Clèrambault, ou também conhecida como Erotomania, definida em 1921 pelo psiquiatra francês Clèrambault, é de fato quando um paciente tem a convicção de que a pessoa na posição mais elevada o ama. Conforme Sampaio (2007, p. 213)

O toque é um dos métodos fundamentais que aumentam os níveis de afetividade. É através dele que é feita a troca de energias, o que leva a uma maior conexão. É de fato uma das principais vias de ligação de paciente com enfermeiro. É neste plano que os afetos transbordam. É algo necessário, porém, em abundância, gera certos impactos não previstos.

> O enfermeiro por ser o profissional que mais interage com o paciente deve, necessariamente, estabelecer uma forma de contato que transcende os procedimentos técnicos, buscando para tal estabelecer de forma empática (sentimento de identificação) a relação enfermeiro/paciente. Isso pode ser sinalizado pelo profissional de diversas formas, porém é através do toque que se proporciona conforto, calor humano e transmite-se a mensagem de que o paciente não esta só diante da dor e do sofrimento. (DIAS et al., 2008, p. 604).

Segundo (DELL'ACQUA et al., 1998) quando um indivíduo toca em outro é de fato acontecido quando se tem uma boa aproximação, reciprocidade, tocar para sentir algo ou para transmitir ao outro, sendo temperatura, afeto, compreensão ou emoção. O ato de tocar faz parte do cotidiano do enfermeiro, em todas as suas práticas. Ele já é destinado a isso em sua profissão, portanto, deve fazer jus a esse dever.

O toque transmite energias a qual em algumas situações se criam mais intensidade e isto é mais benéfico até mesmo que tratamento medicamentoso, principalmente aqueles pacientes que estão mais vulneráveis e carecidos de muitos outros sentimentos.

2.4. As variáveis afetivas vividas pelo profissional

O tempo de atuação modifica a visão afetiva de alguns profissionais da área ao lidar com determinadas situações. Isso é um fato. Muitos atuam de forma fria e, como citado anteriormente, criando assim, um paralelo entre sua atuação e um “Tabuleiro de Xadrez”.

> Devido à sobrecarga e ao estresse que o enfermeiro enfrenta dentro do seu trabalho, pode não apresentar uma comunicação satisfatória com as pessoas submetidas aos seus cuidados, passando assim a tratá-los como se fossem objetos e não sujeitos, esquecendo-se da humanização que obrigatoriamente deveria possuir, pelo fato de estarem trabalhando com pessoas possuidoras de sentimentos e opiniões próprias. Com a ênfase na humanização em saúde, ambos, enfermeiro-cliente-família, se beneficiarão, pois tanto o enfermeiro torna o seu trabalho mais prazeroso e gratificante, quanto o cliente-família obtém mais segurança em ter por cuidador alguém em quem possa confiar sua experiência de dor devido à doença. (BERTONE; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2007, p. 2).

Fatores internos e externos influenciam o enfermeiro durante a sua atuação, assim como: exaustão em geral, tempo de trabalho diário, falhas pessoais, problemas de saúde, principalmente os que comprometem seu bem-estar físico e emocional, e até frustações vivenciadas dentro ou fora dos hospitais.

É útil destacar o quanto é necessário estar em equilíbrio com a vida, pois, em oposição, podem-se causar certos impactos influenciadores na atuação profissional. Não há possibilidade de determinar a saúde física sem colocar em consideração a emocional. (ALVES et al., 2011).

A humanização no processo de cuidar deve estar presente em toda atuação do enfermeiro. O cuidar humanizado é de essência profissional na área da saúde, fundamental para o processo de cura ou melhora dos enfermos.

> A humanização deve fazer parte da filosofia de enfermagem, é preciso que o enfermeiro tome suas decisões com uma visão e um senso crítico das situações, sempre levando em consideração que a essência humana é mais importante que o ambiente físico e os recursos tecnológicos, tornando-o assim capaz de criticar e construir uma realidade mais humana, menos agressiva e hostil para os profissionais que diariamente vivenciam o setor. (ALVES, 2011, p. 21).

Todos os seres humanos são compostos de formas distintas, que os diferenciam uns dos outros, seja no cognitivo, nos reflexos, na locomoção e, até mesmo, no adoecer ou se reestabelecer. Nenhum ser é completamente idêntico ao outro e todas as suas singularidades devem ser respeitadas. O cuidado não é padronizado, não é o mesmo para todos, e sim individualizado de forma conceitual.

> Cuidar de um ser humano não é uma atividade simples, isto porque cada ser é único em sua essência e da particularidade vivida em situações que o tornam vulneráveis, tais como as situações de desequilíbrio, físico e/ou mental. Portanto, o cuidado de enfermagem, paradoxalmente, sempre se faz na dimensão da complexidade, multiplicidade e singularidade. Outrossim, não existe sequer um cuidado de enfermagem neutro, mas multidimensional. (ALVES et al., 2011, p. 512).

Toda espécie tem seu momento de vulnerabilidade e exposição a determinadas situações que mudam sua forma de agir mediante as circunstâncias que a envolve. Não seria diferente em se tratando de um paciente internado que, de certa forma, é obrigado a abandonar seus hábitos e confortos, submetendo-se a episódios onde ele e enfermeiro são testados. Entretanto, o profissional aqui citado sempre deve se fazer preparado para cada demonstração de instabilidade a surgir, pois [...] cada emoção é o resultado de uma soma de elementos, e cada elemento é causado por um tipo de processo fisiológico já bem conhecido. Todos os elementos são mudanças orgânicas, e cada uma delas é o efeito reflexo do objeto excitatório. (JAMES, 2008, p. 673).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa foi direcionada a enfermeiros (as) do setor de clínica médica de uma instituição hospitalar do município de João Pinheiro – MG, no ano de 2019. O estudo segue o caráter qualitativo, com resultados descritivos.

> A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos. (MAIA, 2010, p. 3).

O instrumento usado para a coleta de dados foi a entrevista oral estruturada, gravadas em aparelho e transcritas posteriormente, evidenciando a vivência do profissional na sua atuação com o paciente, sentimentos presenciados, forma de agir e lidar com cada variável no setor selecionado, posteriormente analisadas subsidiadas por autores que já estudaram sobre o tema proposto e transcritas do questionário contendo 12 questões, sendo elas 6 abertas e 6 fechadas para dar oportunidade aos entrevistados de expressarem seus sentimentos com relação a afetividade em seu âmbito de trabalho

A escolha da amostra decorreu de cinco enfermeiros e dois técnicos de enfermagem do setor de Clínica Médica. Os profissionais citados possuem maior aproximação e convívio em longo prazo com os internos, o que influenciou positivamente no processo de pesquisa, destacando as informações de seu ambiente de trabalho para o campo de estudo, assim determinando o tema abordado neste trabalho.

A entrevista buscou definir a Categoria Profissional de cada entrevistado, a qual foi computada em 29% de enfermeiros e 71% em técnico de enfermagem.

Para subsidiar, foi perguntado aos entrevistados quais as situações em seu ambiente de trabalho causaram maior sofrimento afetivo e que mais os abalou como profissional da área de enfermagem.

> *Entrevistado I: ver um paciente alí, principalmente os mais jovens, você gostaria de fazer tudo por ele, porém ele só cabe cuidados paliativos, não tem nada que você faça que vai solucionar o problema dele*
>
> *Entrevistado II: Foi um acidente que a gente atendeu que morreu a família toda e por se tratar de uma criança envolvida ne, pra mim foi o que mais me tocou, fizemos de tudo mas chegaram muito grave, tentamos muito, equipe muito boa, tentou vaga fora mas a criança não aguentou, e assim nos colocamos no lugar, para mim abalou bastante eu fiquei muito abalada nesse dia que eu me lembro, fiquei em choque, temos que controlar mas foi muito difícil.*
>
> *Entrevistado III: Cheguei na clinica medica, tinha um paciente bastante grave em estado em fase terminal, isso me emociona até hoje. Cheguei de cara*

fechada, séria porque eu estava dobrando e não queria fazer nada de errado, e não dei muita hora pra ninguém, não fui pro quarto, não dei boa noite ai só cheguei, fiz a medicação e ele disse: " Você é uma menina tão bonita chegando no plantão agora, você nem boa noite deu pra gente" e eu respondi " boa noite é porque eu estou cansada, tudo bem com vocês?" dai ele respondeu "eu to bem minha filha, eu to morrendo e você esta vivendo, você esta começando a sua vida, você esta cansada mas não esta doente, eu estou doente e mesmo doente estou alegre", naquela noite ele teve uma parada, e o medico disse que ele iria morrer, fizemos de tudo, ele voltou, no outro dia na passagem do plantão e disse pra ficar com Deus, e ele disse vai com deus, deus te acompanhe sempre em sua vida, no dia seguinte ele se foi, aqueles comentário mexeu comigo, fui embora, chorei muito , lavei o rosto e a partir daquele dia falei pra deus que eu não faço mais do que 24 horas, é extremamente desgastante, esse paciente mexeu comigo, ele deu um sorriso que nunca mais vou esquecer, eu cometi uma falta com eles e com todos daquela noite.

Entrevistado IV: Foi quando estávamos fazendo um procedimento de reanimação da BCR em uma criança que tinha sido envenenada, ela parou e não teve como reanimar e isso mexeu muito comigo pois era uma criança de 4 anos, a criança ingeriu veneno pq achou que era suco, mexeu muito comigo.

Entrevistado V: A situação que mais me abalou foi quando perdemos um amigo médico, fizemos várias tentativas para reanima-lo, mas não conseguimos

EntrevistadoVI: O momento em que eu pude carregar no colo e encaminhar ao necrotério um recém-nascido, foi a sensação de via crucies por que a gente lida com pessoas de 80 anos que entram com uma patologia e saem curados e uma mãe chegar de barrigão, ter seu bebê e ele sair morto em seus braços ou ela não sair com ele para casa para desfrutar essa beleza de maternidade, isso foi o que mais mexeu comigo.

Entrevistado VII: Situações de emergências pediátricas me causam sofrimento emocional. Principalmente se a criança vier a óbito

Os entrevistados passaram por situações jamais esquecidas e notou-se grande aprendizado acima dos acontecimentos, como sentir-se impotente frente a determinadas situações que elevam muito o sofrimento afetivo ,acontecimentos de óbito em grande proporção, experiências passadas que os sensibilizaram e serviu como lição para mudança drásticas nos cuidados profissionais que estava oferecendo, quando a idade do paciente é inferior ao comumente e vem a óbito ou quando se perde um profissional que trabalhava lado a lado.

Como lidar com altos níveis de sentimentos afetivos pelo paciente?

Entrevistado I: Tem que saber diferenciar, como nos somos os que estamos saudáveis, devemos ser profissionais responsáveis por eles, tem que mostrar o lado afetivo, porém sem deixar de ter a positividade, autoridade e jeito de falar com eles, não é por estar sofrendo que podemos entrar no meio com

desequilíbrio, deve se manter equilibrado, lido com a humanidade, porém equilibrada, sem enganação e sem piorar o lado emocional dele

Entrevistado II: Não é fácil não, mas eu falo que a gente tem que ter um controle muito grande e se colocar no lugar do paciente, cada pessoa tem uma natureza e com a doença instalada tem pessoas que já fica mais agressiva e nervosa justamente por tem que ficar hospitalizada, sair de casa e ficar longe dos familiares, justamente por isso fica assim, temos que aprender a lidar e se colocar no lugar do paciente.

Entrevistado III: Acabamos muito envolvidos com eles, eles veem na gente uma esperança e uma luz, quem esta ali com o paciente, no dia a dia somos nós, é muito bom quando chegamos no dia seguinte e escuta "eu estava com saudade de você, você fez falta' a gente acaba envolvida com ele, leva para casa é inviável chegar em casa e esquecer seu trabalho, leva para casa

Entrevistado IV: Procuro lidar com mais equilíbrio, procuro controlar e manter mais neutralizada, não me envolver muito na minha parte emocional sobre e não tentar absorver essa parte de sentimento e emocional, mas sempre ajudar a manter elas em equilíbrio.

Entrevistado V: Normalmente lido com tranquilidade, pois separo o sentimento profissional, para assim não interferir na minha vida emocional.

Entrevistado VI: Geralmente eu executo todas as ações que posso realizar pelo paciente e seus familiares no momento que estou na instituição e procuro me desligar quando saio do meu local de trabalho.

Entrevistado VII: A gente tem que saber separar essa questão, no inicio quando eu comecei a atuar no hospital eu não sabia separar essa questão de deixar aqui os pacientes e não levar os sentimentos de fraternidade, parceria no sofrimento pra casa e meu corpo pode somatizar muito essa questão e depois de certo tempo comecei a separar, deixar meus pacientes aqui não deixando é claro, o sentimento fraterno de companheirismo e relação enfermeiro/paciente mas pude separar e chegar em casa e não ficar me lembrando da lista de quadro de pacientes ou de cada um que estava no leito e que me vinha na memoria, é possível depois que a gente libera o paciente para sociedade novamente nos tornamos amigos, querendo ou não cria-se um vínculo, acho que de extrema importante chamar o paciente pelo o nome e não pela patologia

De acordo com as respostas, percebe-se que não é fácil lidar com esses sentimentos todos os dias, não levar para seu âmbito domiciliar os problemas rotineiros do trabalho, colocar-se no lugar do indivíduo, trabalhar com equilíbrio e deixar a mente no lugar certo para poder cuidar de forma certa, em observação e análise dos resultados notou-se grande semelhança nas respostas a esta questão.

Com relação à atuação dos profissionais registramos que 57% deles raramente, 14% sempre e 29% frequentemente se apegam afetivamente. Nesse ponto percebe-se que tudo isso depende de ponto de vista, de forma de ver os fatos e do ritmo de recuperação do paciente.

Nesse questionamento os resultados foram todos conforme o esperado, mostraram clareza quanto ao processo de recuperação dos pacientes frente a afetividade nos processos de cuidados, grande

parte alegou que eles se distanciam de muitas coisas frente a patologia e quando se tem afeto , é um sentimento ainda presente e que pode ser trabalhado e moldado.

O toque de mãos de um enfermeiro no paciente e a diferença no processo de cuidar pode transmitir força e segurança?

> *Entrevistado I: Com certeza, sempre! As vezes a pessoa esta largada até mesmo pela família ou a família presente, a pessoa não esta conseguindo nem falar mais,! Ai quando toca com certeza, o toque de pele vai muito além de só falar verbalmente, ajuda sim. Que mesmo que ainda a pessoa esteja assim é importante a gente tocar nela, conversar com ela, por mais que ela nem esteja de olhos abertos, além de fazer muito bem para a pessoa faz bem pra gente como ser humano, se não cuidar do nosso lado emocional acabamos ficando frio sabe, é uma forma de estar observando a nossa humanidade*
>
> *Entrevistado II: Sim, hoje em dia todo mundo tem carência de tudo inclusive de um pouco de afeto ne, as vezes a própria família , as vezes abandona .. eu acho que se olhar no olho, enxergar, pegar na mão, faz a diferença, ele ver que você esta ali e esta dando atenção pelo que ele quer falar, porque as vezes ele quer falar algo, e sabe que esta prestando atenção pelo que ele esta querendo.*
>
> *Entrevistado III: Pode, eles sabem que você não esta com nojo dele, que esta próxima e não tem vergonha, a situação já deixa eles bem constrangidos*
>
> *Entrevistado IV: Com certeza, as vezes o paciente esta com um sofrimento, se você tocar no paciente isso dar forças.*
>
> *Entrevistado V: Sim, faz a diferença quando passamos segurança ao paciente.*
>
> *Entrevistado VI: Com toda certeza, já houve casos aqui , eu ser solicitada no procedimento por transmitir segurança, eles dão as referências, costumo chegar e me apresentar a cada nos quartos, é sinal que meu trato, meu procedimento fez a diferença que fez ele me solicitar para que o próximo fosse realizado.*
>
> *Entrevistado VII: Claro! Acredito que a partir do momento que o paciente sente confiança no profissional ele pode gerar uma melhora significativa no quadro saúde-doença através do toque isso estar presente.*

Segundo todos os entrevistados, o toque influência de muitas formas no processo de recuperação, o tocar no paciente vai muito além do que se imagina, isso transmite segurança, respeito e carinho, o tocar com afeto é a ponta mais fina do lado humano da Enfermagem.

Há confusão por parte dos pacientes entre cuidados com afeto dos profissionais e amor?

Segundo resultados contidos nesse questionamento 29% dos profissionais afirmam que não é comum confundir afeto com amor, por outro lado, 71% afirmam que raramente, ou seja, há sim a possibilidade dos pacientes confundirem os sentimentos de afeto e amor. Assim como sentimento de afeto para afetividade o sentimento pode evoluir de afetividade para amor.

A morte de um paciente por quem sustentava grande apego afetivo em vida:

Entrevistado I: A morte é um tema muito difícil de lidar, a gente precisa entender que esse é o ciclo de vida, nascer, crescer, envelhecer e morrer, isso vai vim para todos nos. Procuro fazer o melhor enquanto a pessoa esta viva e depois que morre. Orar, pedir a Deus e conformar, eu não tenho muitos problemas com questão da morte, devemos viver bem.

Entrevistado II: Por mais que sabemos que o problema é difícil, pra Deus não é impossível, porque a medicina tem muita coisa que não explica, se for à vontade de Deus que o paciente recupera ne, dando uma luz aos médicos da uma reviravolta ainda mas quando acontece não é fácil, porque a gente apega muito ao paciente porque eles devolvem aquela afetividade pra gente com carinha boa, então a gente fica como se fosse da família, todo dia está ali, quando acontece da pessoa não conseguir é muito ruim a gente se coloca no lugar principalmente para o familiar, temos que ter estrutura para conseguir lidar com o emocional, tem que saber ter o controle das emoções da gente, no dia a dia vai adquirindo, não é que a gente é frio mas sabemos controlar.

Entrevistado III: Nunca consegui perder um paciente, peço todos os dias a Deus para não deixar ter óbito em meus plantões.

Entrevistado IV: A morte, todos nos passamos por ela, e a gente que trabalha na área da saúde vê a morte de perto, entendemos melhor, entende essa passagem, sabe que fez tudo que poderia ter feito. Procuro não me envolver muito nesta parte, com familiares, dou uma boa assistência, mas procuro não me envolver muito para não estar sofrendo, envolvo com isso frequentemente, se envolver todo dia com isso acaba adoecendo e entrando em depressão, deve agir com equilíbrio respeitando o sofrimento da pessoa.

Entrevistado V: Sofro aquele luto na hora, mas sem abalar minha vida pessoal.

Entrevistado VI: Eu sempre rezo para todos os pacientes que falecem durante meus plantões, acredito que seja a melhor forma de lidar com a sensação de perda.

Entrevistado VII: Eu nesse tempo meu que estive aqui, teve pacientes que me marcaram muito, a perda deles, a questão de acompanha-los no tratamento e chegar no próximo plantão o leito estar vazio ou eu participar dos momentos finais, você chega no plantão, conversa e três horas depois ele teve uma parada e fica na sua cabeça que estava conversando com ele a pouco tempo e nesse momento ele já esta na glória. Teve paciente que me marcaram e que me deixaram com essa dificuldade para processar essa questão de saúde/doença, morte/vida, pois queira ou não aqui temos que lidar com isso, há pessoas que estão vivendo outras morrendo , crianças que chegam aqui doentes e mesmo sendo crianças não saem com vida, idosos que chegam doentes e saem curados e tem muita vida pela frente ou aqueles que passam por um acidente , tem um segunda chance e vemos na rua, não deixa de refletir e mexer com você sobre o que é a vida o que quer dalí para frente e assim a gente vai levando as experiências para fazer um apanhado do que é bom e levar para sua vida

A este questionamento, notou-se grande emoção durante as respostas, percebemos diante de cada palavra, de cada sentimento que é difícil de lidar com a morte, pois muda a ordem natural das coisas.

Muitos usam o ortodoxo em todo o momento para saber lidar com quaisquer tipos de submissão momentânea, isso faz aumentar a importância no processo do cuidar, de continuarem todos os dias com aquele trabalho mesmo diante de vastas conjunturas.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de internação prolongada um paciente depara no âmbito hospitalar com profissionais que demonstram desde afeto, afetividade como alguns enfermeiros que não deixam se envolver com o internado, cuidam dentro dos aspectos técnicos.

O enfermeiro abala-se diante do paciente que está no processo de morte que exterioriza dores, angústias, sofrimento não apenas pela doença, mas por estar no internado longe de sua família que muitas vezes traz a sensação de abandono, e diante do abalo psicológico que deixa o enfermo instável psicologicamente.

Estando fragilizado o enfermo busca no enfermeiro força, acalanto para sua dor, vê nele sua salvação/cura e durante o cuidado tem a confiabilidade naquele que está ali para amenizar seu estado, sua fragilidade.

Por um lado, temos alguns enfermeiros que percebem que o afeto é o meio de minimizar a insegurança, a tristeza e a angústia do paciente que sofre por estar passando por momentos não esperados, que se poderia ter evitado. Confiam e esperam que as atitudes de afeto possam prolongar a vida ou dar mais confiança àquele e amparo protetor na passagem morte morrer ou cura.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Graton. Percepção do enfermeiro sobre a importância e a aplicabilidade do cuidado humanizado em UTI. **Revista Científica de Enfermagem**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/14/210>. Acesso em: 18 abril 2019.

ALVES, Selda Gomes de Sousa, et al. Aproximação à subjetividade de enfermeiros com a vida: afetividade e satisfação em foco. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, 2011. Disponível em: <http://revistaenfermagem.eean.edu.br/detalhe_artigo.asp?id=672>. Acesso em: 1 maio 2019.

BERTONE, Tássia Bruschini; RIBEIRO, Ana Paula Sousa; GUIMARÃES, Jacileide. Considerações sobre o relacionamento interpessoal enfermeiro-paciente. **Revista Fafibe Online**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/11/19042010141352.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

BOMFIM, Z. A. C. (2003). Cidade e afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo. Tese de doutorado não publicada, **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.**

CORBANI, Nilza Maria de Souza; BRÊTAS, Ana Cristina Passarela; MATHEUS, Maria Clara Cassuli. Humanização do cuidado de enfermagem: o que é isso? **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 62, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672009000300003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 27 abril 2019.

DELL'ACQUA, Magda Cristina Queiroz; ARAUJO, Vilanice Alves de; SILVA, Maria Júlia Paes. Toque: Qual o uso atual pelo enfermeiro? **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 6, n. 2, 1998. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/29792/S0104-11691998000200004.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 maio 2019.

DIAS, Andréa Basílio et al. O toque afetivo na visão do enfermeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 61, n. 5, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000500012&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20 abril 2019.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

GALLO, Bárbara; HUDAK, Carolyn; DENZ, Julie. **Cuidados intensivos de enfermagem: uma abordagem holística**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

JAMES, William. As emoções (1890). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 4, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000400013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 7 maio de 2019.

LIMA, Raquel dos Santos; JÚNIOR, Jerônimo Abreu Costa. O processo de morte e morrer na visão do enfermeiro. **Revista Ciência & Saberes**, Maranhão, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/13/8>. Acesso em: 2 maio 2019.

MAIA, Tatiane Silva Tavares. O estudo do comportamento humano: em foco a pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Administração**, Mato Grosso do Sul, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/480/456>. Acesso em: 1 maio 2019.

PATRÍCIO, Z. M. **Introdução à prática de pesquisa socioambiental.** Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos**.** Florianópolis: UFSC/UFAL/FUNIBER, 2005.

PEREIRA, Ana Maria Benevides. **Burnout: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

PINHEIRO, Glícia Rodrigues; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Afetividade na relação paciente e ambiente hospitalar. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Ceará, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000100003>. Acesso em: 30 abril 2019.

PROCHET TC, Silva MJP Percepção Do Idoso Dos Comportamentos Afetivos Expressos Pela Equipe De Enfermagem. Esc Anna Nery (impr.)2011 out-dez; 15 (4):784-790. http://revistaenfermagem.eean.edu.br/detalhe_artigo.asp?id=707

RIGOTTI, Marcelo Alexandro; FERREIRA, Adriano M. Intervenções de enfermagem ao paciente com dor. **Revista Arquivos de Ciências da Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 1, 2005. Disponível em: <http://repositorio-racs.famerp.br/Vol-12-1/09%20-%20id%20105.pdf>. Acesso em: 30 abril 2019.

SAMPAIO, Thais de Moraes; ANDRADE, Arthur; BALTIERI, Danilo Antônio. **Síndrome de Clérambault: desafio diagnóstico e terapêutico**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v29n2/v29n2a13>. Acesso em: 3 maio 2019.

SELYE, Hans. **Stress: enfermedades de adaptacion – acth y cortisona**. Buenos Aires: El Ateneo,1956.

SILVA, Adriano. **Conhecimento e afetividade em Espinosa:** da reforma da inteligência à potência do conhecimento como afeto. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Marília, 2012.

SPAGOLLA, Rosimeiri de Paula. **Afetividade: por uma educação humanizada e humanizadora**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2343-8.pdf>. Acesso em: 12 abril 2019.

VYGOTSKY apud SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Revista Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300010>. Acesso em: 29 abril 2019.

FISIOTERAPIA

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

OS BENEFÍCIOS DA FISIOTERAPIA NO PÓS-OPERATÓRIO DE ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO

THE BENEFITS OF PHYSIOTHERAPY IN THE POST-OPERATIVE TOTAL KNEE ARTHROPLASTY

Carolina de Oliveira Paz Ribeiro[1]
Eliana da Conceição Martins Vinha[2]
Alex Rodrigo Borges[3]

Resumo: A Artroplastia Total do Joelho – ATJ é um procedimento cirúrgico que se tornou rotineira com o propósito de reduzir a dor, corrigir as deformidades e instabilidades que as doenças degenerativas causam à articulação do joelho. O objetivo desse estudo foi descrever os benefícios que a fisioterapia traz ao paciente no pós-operatório de ATJ. A pesquisa foi realizada em um viés qualitativo por meio da revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses. Os benefícios que a fisioterapia traz para os pacientes que passam pela ATJ é a melhora na deambulação, ganho de flexibilidade e força muscular, além de promover a independência do paciente. Portanto, o tratamento fisioterapêutico torna-se o melhor caminho para que o paciente possa realizar as AVD's com segurança. A fisioterapia é uma aliada do paciente para que o mesmo se recupere com maior segurança e de modo eficaz.

Palavras chave: Artroplastia total de joelho. Fisioterapia. Reabilitação.

Abstract: The Total Knee Arthroplasty – TKA is a surgical procedure that has become routine for the purpose of reducing pain, correct the deformities and instabilities that degenerative diseases that cause to the knee joint. The Physicaltherapy is an ally of the patient to recover with greater safety and effectively. The aim of this study was to describe the benefits that physical therapy brings to the patient during the postoperative period of TKA. The survey was conducted in a qualitative bias through the literature review in books, articles, dissertations and theses. The benefits that physicaltherapy brings to patients through the TKA is the improvement in ambulation, gain flexibility and muscle strength, in addition to promoting the independence of the patient. Therefore, the physical therapy becomes the best way so that the patient can perform AVDS safely.

Keywords: Total knee arthroplasty. Physiotherapy. Rehabilitation.

[1] Fisioterapeuta. E-mail: carolpazribeiro@hotmail.com.

[2] Fisioterapeuta, Bióloga e Profissional de Educação Física. E-mail: elianafisio@gmail.com.

[3] Fisioterapeuta com Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU, E-mail: alexvz@hotmail.com

Recebido em 22/02/2020
Aprovado em 15/04/2020

1. INTRODUÇÃO

A Artroplastia Total do Joelho – ATJ é um procedimento cirúrgico que se tornou rotineira com o propósito de reduzir a dor, corrigir as deformidades e instabilidades, que as doenças degenerativas causam à articulação do joelho (SALMELA et al, 2003).

Essa pesquisa tem como propósito apresentar a importância da intervenção fisioterapêutica no pós-operatório de Artroplastia Total de Joelho – ATJ, uma vez que tal procedimento tem sido realizado com frequência em pessoas com desgaste articular do joelho.

Para o desenvolvimento desse estudo foram apresentados os seguintes questionamentos: O que deve ser considerado para que se indique uma artroplastia total de joelho? Há alguma alteração postural no paciente após a cirurgia de ATJ? Quais as técnicas e recursos fisioterápicos a serem utilizadas nos pacientes com ATJ? Qual benefício que a fisioterapia proporciona ao paciente no pós-cirúrgico de artroplastia total de joelho?

Hipoteticamente a Artroplastia Total de Joelho é realizada com o objetivo de diminuir dor, corrigir deformidades e permitir a amplitude de movimento do membro afetado pela osteoartrose, pois a mesma faz com que a articulação do joelho se degenere. São vários os motivos da indicação para a intervenção cirúrgica, entre eles impactos na articulação, limitação e dor no joelho; obesidade e sedentarismo, e o acometimento de doenças degenerativas da articulação. A intervenção fisioterapêutica é de suma importância no pós-operatório de ATJ (Artroplastia Total de Joelho), pois a mesma tem como benefícios uma melhor recuperação. Na fase de hospitalização o foco é fazer com que o paciente ganhe amplitude de movimento (ADM), associado ao exercício de marcha e movimento ativo contínuo. O treino de força muscular é primordial para a recuperação no pós-operatório de ATJ, trazendo ao paciente um equilíbrio e confiança na deambulação.

Esse estudo contribuiu para conhecimento pessoal e profissional, uma vez que o mesmo tem sido um assunto presente no ambiente de convívio familiar. É relevante para sociedade obter conhecimento sobre o assunto; e assim prevenir possíveis traumas e desgastes na articulação do joelho. Sendo assim, posteriormente o mesmo poderá ser utilizado para outros trabalhos, contribuindo com informações para estudantes e demais interessados. A relevância deste estudo para os acadêmicos da área da saúde apresenta-se como um conteúdo científico que possa contribuir para melhor compreensão sobre a Artroplastia Total do Joelho e suas complicações, bem como a contribuição da fisioterapia no pós-operatório.

Esse artigo tem como objetivo descrever os benefícios que a fisioterapia traz ao paciente no pós-operatório de ATJ, além de compreender o que é a ATJ; suas implicações para o paciente realizar suas AVD's; identificar quais os motivos que levam a artroplastia total de joelho; relatar se o paciente pode adquirir alguma alteração postural após a cirurgia; e apresentar as condutas e recursos utilizados no pós-operatório de pacientes submetidos à ATJ.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa foi realizada em um viés qualitativo de revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses.

Segundo Dalfovo, Lana e Silveira (2008) a pesquisa qualitativa é aquela que apresenta a complexidade de um problema, mostrando as formas diversas de soluções e quão aceitáveis são a cada tipo de pessoa em sua particularidade, o estudo qualitativo é um estudo que provém de esforços cuidadosos para que se tenha um amplo conhecimento. Ela ainda visa apresentar informações colhidas que sejam fidedignas aos seus respectivos problemas, e não necessariamente em números ou os números e as conclusões neles baseados mostram um papel menor em sua apresentação.

De acordo com Lakatos e Marconi (2010) o estudo de revisão bibliográfica é indispensável para demarcar um problema em um projeto de pesquisa e para alcançar uma ideia exata a respeito de um assunto, onde o que se busca é seu conhecimento na atualidade, sobre suas lacunas e sobre a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento.

3. O ENVELHECIMENTO E A OSTEOARTROSE

A falta de informação sobre algumas patologias faz com que as pessoas não se cuidem adequadamente, e isso traz prejuízos dolorosos ao paciente, principalmente quando o paciente é idoso.

O envelhecimento é variado de acordo com cada pessoa, sendo ele mais lento para alguns e mais rápido para outros. Isso é relativo de indivíduo para indivíduo, pois depende de como esta pessoa leva a vida. Em relação ao conceito biológico o que se leva em consideração são os aspectos nos planos molecular, celular, tecidual e orgânico do indivíduo; e a relação das dimensões cognitivas e psicoafetivas, interferindo na personalidade e afeto. Sendo assim, relatar sobre envelhecimento é abrir um leque do cotidiano e perspectivas culturais diferentes (FECHINE; TROMPIERI, 2012).

A velhice é caracterizada como a fase final do ciclo da vida. Esta fase proporciona algumas mudanças físicas, psicológicas, sociais e debilitantes, onde o que ganha destaque é a diminuição da capacidade funcional, trabalho e resistência. Sendo assim, é necessário que as pessoas se cuidem cada vez mais, visando ter uma vida mais saudável; fazendo exercícios físicos regularmente e cuidando principalmente da alimentação; para que, ao envelhecer, o cidadão não seja acometido por doenças crônicas degenerativas, embora estes não sejam os únicos quesitos a precaver de tal. Por isso, todo cuidado e atenção à saúde torna-se indispensável (FECHINE; TROMPIERI, 2012).

Vale ressaltar que conforme a população envelhece, devem-se tomar os devidos cuidados para que este ciclo da vida seja executado com o maior conforto possível, com a prática de exercícios diários e uma alimentação saudável para que grandes transtornos sejam evitados.

O aumento de pacientes com esta patologia deve-se essencialmente a vários fatores de risco que aparecem com o envelhecimento como, por exemplo, a obesidade associada ao sedentarismo. Apesar das pessoas se cuidarem ainda mais, infelizmente existem alguns casos onde a pessoa não se abstém de coisas que fazem mal a sua saúde, como por exemplo, a má alimentação, ingestão de bebidas alcoólicas e outros fatores que favorecem a obesidade e ao sedentarismo. Isso faz com que de alguma forma seja atribuído às patologias mais graves, uma vez que, é na velhice que se colhe os frutos de tudo que se faz na fase ainda jovem (BORGES, 2015).

Existem dois tipos de osteoartrose. Considerando a etiologia, ela pode ser rotulada como primária, onde a causa é oculta, e como secundária, quando a mesma é desencadeada por motivos conhecidos e determinados. O envelhecimento fisiológico faz com que o idoso perca massa muscular e diminui a mobilidade articular (DUARTE et. al, 2013). Na medida em que se perde massa muscular e os atritos começam a aparecer, devem-se tomar as devidas providências para que não se perca totalmente a mobilidade do joelho (BORGES, 2015).

A articulação do joelho é formada pela extremidade distal do fêmur e extremidade proximal da tíbia e a patela com meniscos interpostos, que dão simetria à articulação e ajudam na lubrificação. Tal articulação é rodeada por ligamentos e músculos (HORN; OLIVEIRA, 2005).

O joelho tem uma liberdade de movimentação em flexão e extensão, e para que esses movimentos aconteçam de forma adequada não deve existir atrito nesta articulação, pois, caso contrário, este empecilho irá fazer com que este movimento diminua entre 30% a 50% (BORGES, 2015).

Pelo fato da localização do joelho ser no centro do membro inferior, ele está sujeito a lesões traumáticas, ligamentares, capsulares, meniscais, ósseas e por mecanismos diretos ou indiretos. Por isso deve-se ter todo o cuidado não só com a articulação do joelho, mas com todas as articulações em geral. Porém, a cautela com o joelho é maior pelo fato de ser a principal em suportar o peso do corpo e outras cargas (SOUZA, 2013).

Os meniscos são discos fibrocartilaginosos que tem formato de "C" e tem a responsabilidade de absorver o impacto aumentando a congruência entre as superfícies articulares da tíbia e do fêmur. Eles também são auxiliadores na distribuição do líquido sinovial e na estabilidade do joelho. Na ausência dos mesmos a pressão sobre a cartilagem articular levaria à deterioração da sua superfície e em consequência, uma artrose. Quanto maior o impacto sobre a articulação do joelho, maior será seu desgaste necessitando a ATJ (HORN; OLIVEIRA, 2005).

A ATJ é um procedimento cirúrgico com propósito de minimizar a dor, corrigir deformidades e proporcionar uma amplitude de movimento funcional, fazendo com que o paciente tenha uma estabilidade e função articular para as atividades de vida diária (BORGES, 2015).

A ATJ vem sendo utilizada desde o final dos anos 1950 e o começo dos anos 1960. A mesma tem por objetivo substituir a articulação do joelho por prótese. Esta técnica é indicada a pacientes com dor intensa e comprometimento da funcionabilidade do joelho, instabilidade e diminuição da ADM. Desde então, a cada ano a técnica tem sido estudada e melhorada, para que o paciente possa receber uma prótese de boa qualidade e que a mesma não seja rejeitada (IOSHITAKE et al, 2015).

A ATJ é um procedimento cirúrgico de eficácia fidedigna, aplicada em longo período nos idosos, para alívio de dor, fazendo com que o joelho volte a ter sua função e mobilidade de forma produtiva ao paciente. Sendo a mesma considerada uma cirurgia de grande porte por sua complexidade e agressividade à articulação, sendo assim no ato cirúrgico há uma demanda de monitoramento durante a cirurgia para que seja evitado possível quadro infeccioso (MOREIRA, 2014).

A maioria dos pacientes submetidos à ATJ apresenta alguma patologia. São poucos os que a fazem por motivo de algum fato traumático. Parte dos pacientes que passam por este processo cirúrgico são do gênero feminino acima de 67 anos, com peso médio de 75 kg. Pacientes do gênero masculino também são submetidos à ATJ, e na maioria dos casos eles executavam trabalhos que exigiam muito de esforço físico, e que ao longo dos anos as dores foram surgindo e suas limitações também; e quando esses pacientes resolvem procurar ajuda

médica o caso já evoluiu para uma O. A. necessitando de intervenção cirúrgica de ATJ (ESTEPANOW; VOULLIAMO, 2017).

Existem poucos relatos onde a O.A. acomete jovens. Na maioria dos casos somente pessoas acima de 55 anos são afetadas pela patologia. E quando acometidas pela O.A. começam a desenvolver sintomas desagradáveis como rigidez da articulação, limitação de movimentos e muita dor. Esses sintomas ocasionam a limitação de habilidades do paciente, fazendo com que os mesmos se sintam incapazes de realizar suas atividades de vida diária, onde o tratamento conservador não apresentando mais resultado, indica-se a intervenção cirúrgica de ATJ, (SALMELA et. al, 2003).

Uma vez acometido pela O.A. e quando o tratamento medicamentoso e conservador não trouxer mais resultados, o paciente começa a sentir cada vez mais forte os sintomas da mesma. Sendo assim, é importante visitar um médico para que ele avalie o caso, que na maioria das vezes acaba por ser a intervenção cirúrgica de ATJ.

Clinicamente, a osteoartrose é distinta pela rigidez matinal, crepitação óssea, atrofia muscular; e, em relação à radiologia, observa-se um estreitamento do espaço infra-articular, formações de osteófitos, esclerose do osso subcondral e formação cística. A O.A. é muito comum e costuma apresentar-se entre 44% e 70% em cidadãos com idade superior a 50 anos; e em pessoas acima de 75 anos esse número se altera para 85%, ressaltando que esta é uma das principais queixas na consulta médica e é culpada por um número exagerado de aposentadoria por invalidez (DUARTE et al, 2013).

Quanto mais idoso, mais forte se tornam os sintomas da O.A., pois quanto mais demora a procurar ajuda médica, mais degeneração vai acometendo o joelho e mais fortes se tornam os sintomas, por isso na maioria dos casos os pacientes se beneficiam da aposentadoria.

A cirurgia para substituir a articulação do joelho, para tratar as doenças graves, tem sido atenciosamente observada desde o século XIX. Porém, em 1860 Verneuil sugeriu a interposição de partes moles para a reconstrução articular do joelho. No início do século XIX a cirurgia de ATJ mostrou um grande avanço, devido ao desenvolvimento de materiais adequados para a substituição da articulação. Atualmente as próteses têm sido confeccionadas com material de alta tecnologia, visando uma durabilidade de acordo com a expectativa de vida do ser humano (LIMA et al, 2004, p. 236).

Existem dois tipos de cirurgias, a artroplastia total, onde os três compartimentos articulares são substituídos; e a parcial, onde somente a superfície da tíbia e fêmur são trocados. Entretanto a artroplastia total inclui a substituição dos três compartimentos. Essa troca é feita quando a degeneração está bem avançada. No momento da cirurgia o paciente fica com a perna

em flexão para que o médico tenha uma ampla visão da articulação e para que as próteses sejam colocadas de forma correta. Quando as mesmas são implantadas, o cirurgião faz movimentos passivos de extensão e flexão com a perna operada para avaliar se está tudo como o planejado (DALFORNO; MARTINEZ, 2017).

A intervenção cirúrgica de ATJ é cada vez mais comum pelo fato da prótese ser semelhante à anatomia e por não agredir os tecidos moles que terão relação funcional direta, havendo vários modelos e tipos de prótese (DALFORNO; MARTINEZ, 2017). Os materiais para a confecção das próteses são básicos, como o metal titânio ou cromo-cobalto, o polietileno e a cerâmica (HORN; OLIVEIRA, 2005).

A cirurgia de ATJ tem se tornado constante nos últimos anos por tratar-se de uma intervenção com efeitos positivos em relação à qualidade de vida dos pacientes e por sua eficácia na diminuição de dor e aceitação de prótese por parte dos pacientes. Além de diminuir a algia, ela traz ao paciente uma nova esperança de retornar à sua vida social com segurança e com total mobilidade, após passar por uma recuperação devidamente adequada (PIANO, GOLMIA; SCHEINBERG, 2010). Uma vez que o organismo do paciente não apresenta rejeição à prótese, a dor se torna um pequeno fato diante de uma cirurgia tão complexa como a ATJ

A escolha da melhor prótese para o paciente depende da patologia que acomete seu joelho. Depende também de sua idade cronológica, das atividades diárias que fará e do médico cirurgião, que às vezes prefere um material específico. Grande parte das próteses é confeccionada de metal (liga de cromo, cobalto, níquel ou titânio) e se articulam com um componente de plástico (polietileno). Sendo assim, o cirurgião opta pela prótese ideal de acordo com o estado ósseo, e das possíveis deformidades nos ligamentos e até a ausência do ligamento cruzado posterior. Uma vez escolhida, esta prótese deve durar por pelo menos 20 anos ou mais. Além de básicos, os materiais utilizados na fabricação das próteses são confiáveis, por isso ouve-se pouco sobre a rejeição do material no pós-operatório (DALFORNO; MARTINEZ, 2017).

A cirurgia ortopédica de substituição articular vem sendo cada vez mais usada, uma vez que, os protocolos do atendimento fisioterapêutico no pós-operatório têm sido satisfatório, e aceito com grande sucesso. O profissional deve avaliar com cuidado cada paciente que passa por este processo cirúrgico, e assim visar uma conduta que seja condizente e propicia ao mesmo. Trazendo a ele inicialmente o alivio da dor, edema e proporcionando uma amplitude de movimento satisfatória (BORGES, 2015).

A cirurgia de ATJ tem como objetivo reverter o quadro de falta de mobilidade causada pela degeneração articular, percebeu-se que após a intervenção cirúrgica, a mobilização desta articulação tem um grande grau de influência no processo de recuperação do paciente, pois sem a mobilidade adequada o paciente tende a compensar esta falta em uma postura errada. Quanto maior a mobilidade da articulação, melhor será o retorno do paciente em suas atividades e em seu convívio social, desde que bem orientado por um profissional com conhecimento sobre a melhor intervenção, seja ela clínica, medicamentosa ou fisioterapêutica (ESTEPANOW; VOULLIAMO, 2017).

A ATJ é contra-indicada para aqueles pacientes com infecção na articulação, excesso de peso, insuficiência arterial e demência. Uma vez que o paciente apresenta um quesito para uma possível contraindicação, é necessário que o médico avalie com cuidado cada caso, pois falando em infecção ativa na articulação a contraindicação é absoluta, pelo fato de que uma sobrecarga imposta pode causar uma quebra ou separação precoce da prótese. (DALFORNO; MARTINEZ, 2017)

Os sintomas para a realização da cirurgia são considerados, principalmente, quando o joelho é submetido a uma carga em posição de flexão, na subida e descida de escadas, quando se faz uma elevação a partir de uma posição sentada ou agachamento. Quando o joelho já está afetado, o pequeno ato de sobrecarregá-lo fará com que o paciente sinta fortes dores, pois com a degeneração quanto maior a carga haverá mais dor e limitação para o paciente realizar suas AVD's. Neste contexto é indicada a fisioterapia para a reabilitação dos pacientes que se submeteram a ATJ (TEIXEIRA; MADRUGA, 2017).

4. INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PÓS-OPERATÓRIO DA ATJ

Baseada em estudos e experiências comprovadas, a fisioterapia ganhou grande espaço na vida daqueles que necessitam de uma reabilitação, e cuja presença deste profissional é indispensável. É através do esforço desses profissionais em mostrar seu trabalho e os benefícios que o mesmo traz que a fisioterapia vem deixando cada vez mais, sua marca registrada na sociedade (CAVALCANTE et al, 2011).

A fisioterapia demonstrou grandes mudanças no decorrer dos 40 anos legais de profissão. No início, a profissão era pautada de livros de reabilitação e algumas técnicas, como Bobath, Kabat, etc A prática clinica é necessariamente vinculada em pesquisas e em seus respectivos resultados, positivando cada vez mais o interesse do fisioterapeuta na prática

baseada em comprovação, confirmando assim, sua importância nas reabilitações de procedimentos cirúrgicos (CAVALCANTE et al, 2011).

Um dos primeiros propósitos da fisioterapia no pós-operatório de ATJ é restabelecer a mobilização da articulação do joelho, uma vez que, com a recuperação da mobilização articular o individuo conseguirá se readaptar melhor em suas AVDs, consequentemente retornando mais brevemente ao seu contexto social.

A fase pré-operatória, também é uma etapa muito importante para que se obtenha sucesso da cirurgia e no pós-operatório. A fisioterapia pré-operatória varia de acordo com a necessidade de cada paciente, podendo durar apenas três dias antes da cirurgia, com sessões de no máximo 50 minutos, onde são realizadas analgesia, fortalecimento, alongamento e orientações para a recuperação (DALFORNO; MARTINEZ, 2017).

Quando o paciente recebe do médico o pedido de cirurgia, o fisioterapeuta pode de imediato, fazer um acompanhamento antes da intervenção. Isso ajuda não só no momento da cirurgia, mas também no pós-operatório, para que o mesmo não se sinta desamparado e com a sensação de que seu joelho está ainda mais rígido do que antes da colocação da prótese. Daí a importância da fisioterapia, pois o profissional passará ao paciente o que acontecerá após a cirurgia e o mesmo por sua vez terá a consciência de que as alterações no pós-cirúrgico serão momentâneas (BORGES, 2015).

Ressalta-se que alguns idosos tendem a resistirem mais ao tratamento por acreditarem que o mesmo não seja tão necessário e que não fará tanta diferença quanto dizem. O fisioterapeuta deve enfatizar a todos os pacientes e principalmente ao idoso, a grande importância da aceitação do protocolo de atendimento no pós-operatório e após a alta hospitalar. Se o idoso não tiver um acompanhamento tanto do profissional quanto da família, provavelmente ele não concretizará sua recuperação e isso causará erros posturais que só piorarão com o passar do tempo. (CAVALCANTE et al, 2011).

Segundo Biagi e Santos (2013) a fase de reabilitação para ATJ inclui orientação ao paciente desde o pré-operatório. A fisioterapia é de suma importância para a fase de recuperação no pós-operatório, que pode ser dividido em três etapas: 1ª etapa (1 a 2 semanas), onde o que se almeja é prevenir a inibição reflexa ou perda de força muscular de joelho e quadril, e proporcionar a ADM de 90º para flexão e extensão completa. Visa também proporcionar melhora da circulação, diminuir a dor e o edema, promover a cicatrização da ferida cirúrgica e precaver complicações respiratórias e vasculares.

Na concepção dos autores supracitados, (idem, 2013) a 2ª fase é de proteção moderada (3 a 6 semanas), visa progredir a ADM para 115º de flexão e 0° de extensão de joelho,

aumentando a força e resistência muscular do membro inferior gradualmente. Por fim a 3ª fase é a de proteção mínima e retorno das AVDs (a partir da 6ª a 12ª semanas), onde a fisioterapia objetiva melhorar o preparo respiratório e aumentar o condicionamento muscular em atividades sem impacto, promover a propriocepção e equilíbrio. Essas três fases devem ser seguidas corretamente pelo paciente, sendo que com o não cumprimento das mesmas, o paciente terá sérios problemas; um deles é o de desenvolver problemas na coluna, pois ao tentar compensar a dor e o peso consequentemente terá uma postura inadequada trazendo mais complicações à sua saúde (BIAGI; SANTOS 2013).

Inicialmente, na fase de hospitalização, a fisioterapia tem como objetivo evitar as complicações da cirurgia como a trombose venosa profunda, infecção e embolia pulmonar; minimizar os efeitos prejudiciais da imobilização, fazer com que o paciente retorne a sua mobilidade para que o mesmo realize as suas atividades de vida diária (MOREIRA, 2014).

Na fase inicial do tratamento (3 a 6 semanas), inicia-se com treinamento de transferência postural, subida de escadas, treino de marcha, manter o que se ganha e evoluir na ADM de 0 a 120º e a meta de 3/5 a 4/5 de força. Em relação ao condicionamento aeróbio, deve-se fazer o uso da bicicleta ergométrica, com foco na flexão ou extensão, ajustando o assento da bicicleta, para que os movimentos sejam feitos com conforto, visando evitar traumatismo articular na ADM final (MOREIRA, 2014).

A terapia aquática também pode ser eficaz, uma vez que a força do corpo sendo impulsionada para cima, na direção contrária à gravidade, a flutuação proporciona alívio, reduz a sensação da intensidade álgica, relaxa a musculatura e a articulação, melhorando a movimentação.

A estimulação elétrica transcutânea (TENS) é a estimulação sobre a pele para controlar a dor, sendo ela, aplicada em diversas freqüências, intensidades e tempo de pulso para estimulação. As estimulações para estímulo são (>50Hz), (<10Hz) ou “burst”. Na sequência, a primeira é de alta frequência, depois de baixa frequência e a última como explosões de estimulação de alta frequência empregadas numa frequência menor (MOREIRA, 2014).

Na terceira fase (de 7 a 12 semanas) o propósito é que o paciente passe das atividades resistidas para um programa de caminhada, inicialmente de 8 a 10 minutos, aumentando para 60 minutos, de acordo com o grau de tolerância do paciente. Outras atividades também podem ser desenvolvidas para o treinamento neuromuscular como: mudar de direção no momento que subir escadas, subir escadas de lado, com a intenção de aumentar o grau de dificuldade e criar desafio para a propriocepção; usar a prancha de equilíbrio também pode ser muito eficaz (MOREIRA, 2014).

As principais condutas na fase de reabilitação incluem também técnicas de cinesioterapia, sendo elas, mobilização articular e fortalecimento muscular, treino proprioceptivo, treino de equilíbrio e marcha; e exercícios de recolocação progressiva em carga, que podem ser realizadas em ginásio de reabilitação ou em meio aquático (COSTA et al, 2015).

Por ser uma cirurgia de grande porte, o fisioterapeuta tem uma ampla participação na recuperação do paciente, por seu conhecimento anatômico adquirido na formação acadêmica, e por seu desempenho em fazer com que o paciente se dedique em uma recuperação tranquila e confiável. A fisioterapia tem tido papel importante no pós-operatório de ATJ, uma vez que a alta hospitalar vem sendo cada vez mais rápida. O fisioterapeuta visa proporcionar uma ADM associada ao treino de marcha, adequado ao paciente ainda hospitalizado, o que tem tido resultados muito satisfatórios (SALMELA et al, 2003).

A fisioterapia é importante no pós-operatório de ATJ, já que além das orientações médicas, a intervenção do fisioterapeuta tem o grande objetivo de devolver ao paciente sua mobilidade e regresso à vida social sem maiores constrangimentos, pois o papel do fisioterapeuta é orientar, tratar e proporcionar ao paciente confiança e praticidade em suas atividades de vida diária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os benefícios que a fisioterapia traz para os pacientes que passam pela ATJ é a melhora na deambulação, ganho de flexibilidade e força muscular, além de promover a independência para realizar as AVD’s. Apesar de alguns pacientes terem o pensamento de que não poderão mais realizar os mesmos movimentos que faziam antes da intervenção cirúrgica, cabe ao fisioterapeuta incentivar o paciente a se esforçar na recuperação a fim de melhorar os movimentos, e a fazer novamente tudo o que faziam antes da patologia acometer a articulação do joelho.

Após observar vários artigos, concluiu-se que um dos maiores motivos que levam pacientes a serem submetidos à ATJ, é devido a articulação do joelho que se degenera com o processo fisiológico do envelhecimento aliada a outros fatores que contribuem para este procedimento cirúrgico, como a obesidade e o sedentarismo. Porém, a O.A. é a maior contribuinte para que os médicos indiquem a intervenção cirúrgica.

Ao relatar sobre a alteração postural após a cirurgia, foi possível concluir que o tratamento fisioterapêutico traz benefício global ao paciente, desde que as orientações sejam de fácil compreensão e o acompanhamento correto. Dessa forma, a má postura é praticamente

extinta da vida do paciente, podendo ser considerada somente se o mesmo não seguir corretamente as orientações.

Descrevendo sobre a fisioterapia, foi possível findar que a mesma deve ser iniciada de imediato após a cirurgia; inicialmente com o objetivo de alívio de dor e diminuição de edema, fazendo movimentos de extensão e flexão, devolvendo a mobilidade articular para que o paciente não se prenda ao pensamento de que só pode movimentar o membro operado dias depois. O fisioterapeuta deve incentivar e explicar ao paciente que o quanto antes der início ao tratamento, mais rápido será a recuperação, embora cada paciente responda de forma diferente para a mesma condição.

Após a cirurgia a fase de recuperação da ATJ é muito importante, uma vez que, a fisioterapia é iniciada com protocolos de alívio de algia e edema, com uso de crioterapia, estimulação elétrica, promover a cicatrização da ferida cirúrgica e proporcionar uma melhor circulação sanguínea precavendo de problemas respiratórios e vasculares. Fazer treino de marcha com auxílio de andador, ou mesmo fazer exercícios de descer e subir escadas para que se ganhe mobilidade da articulação, exercício na bicicleta ergométrica para ganho de flexibilidade, o uso da prancha de equilíbrio também é muito eficaz. Cabe ao fisioterapeuta propor o tratamento que convêm a cada um, pois cada paciente tem uma forma de encarar a sua recuperação.

Apesar das problemáticas terem sido respondidas e os objetivos alcançados, ainda se faz necessário mais estudos e pesquisas sobre o pós-operatório de ATJ e os benefícios da fisioterapia, uma vez que, as inovações nos procedimentos cirúrgicos e os recursos e técnicas utilizados pela fisioterapia são constantes.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, D.; FARIA, E. T. B.; ALMEIDA NETO, D. **Fisioterapia em artroplastias totais de joelho**. 2005. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento IP&D, Universidade do Vale do Paraíba,

BIAGI,; A, C.; SANTOS, A. C. **Perfil epidemiológico dos pacientes submetidos à artroplastia de joelho do serviço de fisioterapia em hospital público de Santo André - SP,** 2013. Centro de Reabilitação do Hospital Estadual Mario Covas - HEMC 02/2013. Disponível em: <https://www.portalnepas.org.br> Acesso em: 26 de mai. 2018.

BORGES, S. C. S. C. **Resultados da implementação de um programa de reabilitação em utentes submetidos à artroplastia total de joelho,** 2015, Instituto Politécnico de Bragança S/P.

CAVALCANTE, C. C. L. et al. Evolução Científica da Fisioterapia em 40 anos de Profissão**. Fisioterapia e Movimento**, 2011, v.24, Curitiba. Disponível em: <www.scielo.br/pdf> Acesso em: 29 de mai. 2018.

COSTA. J. A. et al. Rigidez Pós-Artroplastia Total de Joelho. **Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação**, 2015, v.27. Disponível em: <https://spmfrjournal.org/index.php> Acesso em: 26 de mai. 2018.

DALFORNO, B. C.; MARTINEZ. L. M. **Fisioterapia pré-Operatória na artroplastia Total de Joelho**, 2017. Universidade de São Francisco, Bragança Paulista. Disponível em: <lyceumonline.usf.edu.br>. Acesso em: 26 de mai. 2018.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um Resgate Teórico, 2008, v.2. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada,** Blumenau. Disponível em: <rica.unibes.com.br> Acesso em: 10 de mai. 2018.

DUARTE, V. S. et al. Exercícios Físicos e Osteoartrose: Uma Revisão Sistemática. **Movimento**, v. 26, 2013, Curitiba. Disponível em:<www.scielo.br/pdf> Acesso em: 29 de abr. 2018.

FECHINE, B. R. A.: TROMPIERI, N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Inter Science Place**. Revista Cientifica Internacional. Edição 20, volume 1, artigo nº 7, Janeiro/Março 2012. Disponível em: <www.interscienceplace.org/ispe/index> Acesso em: 29 de abr. 2018.

HORN, C. C.; OLIVEIRA, S. G**.** Qualidade de Vida Pós-artroplastia Total de Joelho, Jul/dez., 2005. RBCEH- **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo fundo. Disponível em: <seer.upf.br> Acesso em: 29 de abr. 2018.

IOSHITAKE.F. A. C. B.; et al**.** Reabilitação de Pacientes Submetidos à Artroplastia Total de Joelho, 2016. **Revista Faculdade Ciências Médica Sorocaba**. Disponível em: <revistas.pucsp.br> Acesso em 19 de abr. 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**: Técnicas de Pesquisa. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, A. L. L. M. etal. Infecção Pós-Artroplastia Total de Joelho: Considerações de Tratamento. Out/Dez, 2004, **Acta Ortopédica Brasileira**. Disponível em: <http://www.scielo.br/> Acesso em 09 abr. 2017.

MOREIRA, B. S. **Artroplastia total de joelho e a reabilitação física**, 2014. Corpus Sci, Rio de Janeiro. Disponível em: <apl.unisuam.edu.br> Acesso em: 19 de abr. 2018.

PIANO, L. P. A, et al. **Artroplastia total de quadril e joelho:** aspectos clínicos na fase peri-operatória. São Paulo, vol. 8, n. 3. Jul/Set. 2010. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 26 de mai. 2018.

PINTO, A. C. A. **Funcionalidade e qualidade de vida em pacientes com osteoartrose submetidos à artroplastia total de joelho.** 2017. IPB Instituto Politécnico de Bragança, Escola

Superior de Saúde. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt> Acesso em: 01 de jun. 2018.

SALMELA, L. F. T. et al. O Impacto da Movimentação Passiva Contínua no Tratamento de Pacientes Submetidos à Artroplastia Total de Joelho, 2003. **Revista Acta Fisiátrica.** Disponível em: <www.actafisiatrica.org.br> Acesso em: 24 de abr. 2018.

SOUZA, L. M. P. **A reabilitação fisioterapêutica de idosos portadores de osteoartrose e submetidos à artroplastia total de joelho**. Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. Disponível em: <repositório.faema.edu.br> Acesso em: 15 de mai. 2018.

STEPANOW, B. C.; VOULLIAMO, T. A. **A eficácia da fisioterapia no 1º e 2º pós-operatório de artroplastia primária total de joelho.** 2017. Disponível em <lyceumonline.usf.edu.br> Acesso em 26 de nov. 2017.

TEIXEIRA, R. E.; MADRUGA, T. A. **Avaliação somatossensorial e funcional em pacientes submetidos à artoplastia total de joelho.** 2017. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju - SE. Disponível em: <https://ri.ufs.br> Acesso em: 01 de jun. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA REABILITAÇÃO DE MULHERES NO PÓS-OPERATÓRIO DE MASTECTOMIA RADICAL MODIFICADA DE MADDEN

PHYSIOTHERAPEUTIC PERFORMANCE IN THE REHABILITATION OF WOMEN IN THE POST-OPERATIVE MODIFIED RADICAL MASTECTOMY OF MADDEN

Lorena Caroline Gonçalves[1]
Eliana da Conceição Martins Vinha[2]

Resumo: O câncer de mama causa alterações significativas para a mulher, principalmente se forem submetidas a mastectomia. Após questionar quais são as vantagens de se iniciar fisioterapia logo após a cirurgia de mastectomia, o presente estudo tem como objetivo demonstrar a necessidade da fisioterapia na reabilitação do pós-operatório de mastectomia radical modificada em mulheres. Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica, que consiste na análise de trabalhos publicados no período de 1998 a 2018, com abordagem qualitativa. As pacientes quando são submetidas à intervenção precoce da fisioterapia, não só previnem as complicações pós-cirúrgicas como também reduz o tempo de recuperação e retorna com maior rapidez às suas atividades de vida diária. A fisioterapia tem evoluído e mostrado a sua importância na prevenção de complicações e na reabilitação de mulheres no pós-operatório de mastectomia. Neste sentido, a fisioterapia é uma aliada no enfrentamento da mulher pós mastectomia contribuindo para sua independência funcional e proporcionando melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Câncer de mama. Fisioterapia. Mastectomia.

Abstract: The breast cancer occurs through the proliferation of abnormal cells uncontrollably, appearing due to genetic changes, which can be acquired by biological factors, physiological or environmental. After questioning what are the advantages to start physical therapy after mastectomy surgery, this study aims to demonstrate the need for physiotherapy in postoperative rehabilitation of modified radical mastectomy in women. This study is a literature review, which consists in the analysis of papers published in the period 1998 to 2018, with a qualitative approach. The patients when they are subjected to early intervention of physiotherapy not only prevent post-surgical complications but also reduces recovery time and return more quickly to their daily life activities. This physical therapy has evolved and shown its importance in preventing complications and rehabilitating women after mastectomy. This sense, physical

[1]Fisioterapeuta. Pós-graduanda em Traumato-ortopedia Esportiva. E-mail: lorenna_karollynne@hotmail.com

[2]Professora da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. Fisioterapeuta, Bióloga e Profissional de Educação Física. E-mail: elianafisio@gmail.com

Recebido em 10/03/2020
Aprovado em 30/04/20202

therapy is an ally in coping with women after mastectomy, contributing to their functional independence and providing a better quality of life.

Keywords: Breast. Physiotherapy. Mastectomy.

1 INTRODUÇÃO

Cada mulher com câncer de mama pós mastectomia faz ressignificações diferentes a fim de encarar o tratamento, neste sentido a fisioterapia é uma aliada neste enfrentamento em favor do bem-estar da paciente. Esse artigo tem como finalidade apresentar o câncer de mama e a atuação da fisioterapia em mulheres pós mastectomia radical, utilizando a técnica de Madden quando se preserva os músculos peitorais (maior e menor).

Afirma Machado (2017) que o câncer de mama resulta de multiplicações desarmônicas de determinadas células que se reproduzem em uma grande velocidade, levando ao aparecimento de neoplasias malignas que podem afetar os tecidos próximos e acarretar o aparecimento de metástases. A neoplasia de mama ocorre por forma de nódulos; e na grande maioria das vezes podendo ser identificado pela própria mulher, através do autoexame. O nódulo se apresenta como uma massa irregular e dura, que quando é apalpada é possível diferenciar do resto da mama, através da sua consistência.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer – INCA (2014), um fator importante para o prognóstico precoce do câncer de mama é o diagnóstico precoce. Quando é descoberto no estágio inicial, apresenta altos índices de cura. No entanto, no Brasil, cerca de 60% dos diagnósticos iniciais do câncer de mama são feitos em estágios avançados, tornando-se inevitável a abordagem cirúrgica para o tratamento da doença.

Rett (2012) diz que a técnica ao se realizar a mastectomia depende da escolha do médico cirurgião. No caso específico, este artigo abordou a mastectomia radical modificada de Madden, que remove a glândula mamária, aponeurose anterior e posterior do músculo peitoral maior, com esvaziamento axilar, preservando os músculos peitorais (maior e menor), sendo indicada para tumores de 02 cm a 03 cm; ou menores que 02 cm, desde que a neoplasia seja invasiva, podendo ter complicações como limitação de amplitude de movimento (ADM), algia e linfedema e no membro homolateral.

Segundo Almeida (2008), a fisioterapia oncológica está inclusa na assistência para reabilitação física tanto no período pré ou pós-operatório, agindo como forma de prevenção de possíveis complicações e promovendo recuperação funcional adequada, visando não apenas a

reabilitação do câncer, mas também nos campos psicológicos, físicos, social e profissional. A meta principal da fisioterapia é mostrar ao paciente a importância de retomar as atividades diárias e oferecer a ele condições para isso, sendo assim, justifica-se este artigo.

É importante para a sociedade falar abertamente sobre o tema, para a conscientização e maior segurança, principalmente das mulheres, pois quando há entendimento e conhecimento torna-se possível uma resposta melhor no tratamento fisioterapêutico. Este estudo possui relevância acadêmica por ser importante na reabilitação, colocando em ênfase a saúde da mulher, tendo como objetivo esclarecer dúvidas, por meio da busca de atualização, visando solucionar problemas e possibilitando ser instrumento de pesquisa para acadêmicos, professores e profissionais da saúde.

A escolha deste tema deve-se à importância da fisioterapia nos pós-operatório de mastectomia radical modificada de Madden, que consiste em preservar os músculos peitorais (maior e menor). A fisioterapia precocemente no pós-operatório visa a recuperação da funcionalidade das mulheres, além de uma melhor qualidade de vida e auto-estima.

Para nortear este trabalho, questionou-se: Quais são as vantagens de se iniciar fisioterapia logo após a cirurgia de mastectomia? Quais orientações o fisioterapeuta pode passar às pacientes quando estiverem restritas ao leito? Quando pode ser iniciado o tratamento fisioterapêutico no pós-operatório do câncer de mama? Quais são as vantagens da preservação dos músculos peitoral maior e peitoral menor na mastectomia radical modificada de Madden?

Este artigo tem por objetivo demonstrar a necessidade da fisioterapia na reabilitação do pós-operatório de mastectomia radical modificada em mulheres; descrever as principais orientações que o fisioterapeuta pode passar às pacientes quando estiverem restritas ao leito; apresentar as vantagens da preservação dos músculos peitorais (maior e menor) na mastectomia radical modificada de Madden.

2 METODOLOGIA

Segundo Terence (2006), a revisão bibliográfica procura discutir e explicar um tema baseado nas referências teóricas publicadas em revistas, livros, artigos científicos e outros. A pesquisa qualitativa não visa à busca de enumerar ou medir eventos. Ela serve para obter dados descritivos que expressem os sentidos dos fenômenos.

Este estudo teve a finalidade de compor a revisão bibliográfica por meio de artigos científicos do período de 1998 a 2018, com abordagem qualitativa.

Foram usados os artigos de interesse para o estudo, sendo aqueles que fazem referência em seus dados e aspectos relacionados ao acompanhamento fisioterapêutico na reabilitação de mulheres no pós-operatório de mastectomia radical modificada de Madden. As buscas realizadas foram limitadas aos artigos publicados em português.

3 CÂNCER DE MAMA E A MASTECTOMIA

Pereira (2008) ressalta que interpretações e significados sobre o câncer de mama e das situações associadas tem interferência no processo de enfrentar e adaptar as fases diferentes do desenvolvimento e tratamento da patologia. Nesse sentido, pode-se dizer que a relação da mulher com o câncer mamário e o tratamento do mesmo depende da individualidade de cada mulher.

Segundo Almeida (2008) o câncer de mama é uma doença que tem início quando uma célula anormal se transforma por mutação genética do DNA celular. A célula anormal vira um clone e começa a multiplicar ignorando os sinais de regulação do crescimento circunvizinho à célula, obtendo características invasivas, infiltrando nos tecidos circunvizinhos e se ligando aos vasos linfáticos e sanguíneos, os quais as levam até as outras áreas do corpo, sendo chamado este fenômeno de metástase (quando a célula cancerígena se dissemina para as outras regiões do corpo).

O INCA (2011) relata que o câncer de mama é o tipo de câncer que mais acontece em mulheres em todo o mundo. Em 2014 no Brasil foram esperados 57.120 novos casos de câncer de mama. Existem vários fatores de risco relacionados ao surgimento do câncer de mama, destacando os fatores relacionados à vida reprodutiva da mulher, consumo de álcool, sedentarismo, histórico familiar de câncer, excesso de peso, maus hábitos alimentares e idade. Além desses fatores, os hormônios femininos também têm contribuído para a etiologia da patologia, o que pode ocasionar maior incidência de neoplasia mamária em mulheres até 50 anos de idade.

Oliveira (2009) afirma que o câncer de mama pode ocorrer em qualquer local no órgão, mas a maior parte é detectada no quadrante superior externo, onde é localizada a maior parte do tecido mamário. As lesões podem ser fixas, indolores e com bordas irregulares e endurecidas. As principais queixas de sensibilidade e dor ocorrem durante o período da menstruação e estão usualmente ligadas ao câncer de mama benigno. A dor acentuada pode estar associada ao câncer de mama no estágio da doença mais avançada.

Afirma o INCA (2011) que muitos tumores de mama não apresentam sintomas, e, por esse motivo, é importante que a mulher esteja familiarizada com a aparência, forma, texturas e sensações de suas próprias mamas para que seja possível detectar qualquer alteração. A mulher deve estar atenta e procurar por alterações da cor, textura da pele da mama, ou do mamilo, saída de secreção pelo mamilo, nódulos novos. Caso exista dor persistente é indicado procurar o médico.

Segundo Machado (2017), a detecção precoce do câncer de mama pode ser feita por meio do autoexame e/ou exame clinico das mamas. É necessário que a paciente procure um serviço de saúde para realizar as consultas e exames recorrentes. É dever do profissional da saúde orientar a população sobre a prevenção e tratamento do câncer de mama, lembrando que quanto mais precocemente for o diagnóstico, maiores serão as chances de cura. Existem três estágios de enfrentamento do câncer de mama: o primeiro está ligado à fase de identificação do problema e a busca por soluções. O segundo está relacionado à escolha da ação para o enfrentamento. O terceiro é baseado no resultado da avaliação e na ação.

Oliveira (2009) enfatiza que a trajetória dos cuidados ao câncer de mama foi explorada em três períodos: período de detecção do câncer mamário, que está definido entre o tempo que a mulher detecta algum sinal ou sintoma de alteração no seio e a primeira consulta com o profissional da área da saúde, período de investigação que é definido como o intervalo de tempo entre a fase inicial da investigação e o diagnóstico médico.

Enfatiza Ribeiro (2013) que no momento do diagnóstico, a mulher não sabe as características do câncer de mama, como localização, tamanho, profundidade, e o possível alcance em outras áreas do corpo. Ao detectar um nódulo suspeito na mama, ela se depara com o dilema diante da confirmação da patologia, ou seja, salvar-se ou morrer. Diante de vários mitos, o câncer de mama é tido como sinônimo de dor, sofrimento e morte. O diagnóstico na grande maioria das vezes traz medo e ansiedade para a mulher e todos seus familiares e o enfrentamento da notícia dependem de cada uma.

Relata Silva (2008) que o câncer de mama e seu tratamento interferem na identidade da mulher, levando-a a sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, e medo de possível rejeição do parceiro. Com o afastamento do ideal de mulher, as mesmas se julgam incapazes de gratificar e proporcionar vivências positivas, tanto a seus parceiros quanto aos filhos. Através do exame clínico das mamas, feito pelo profissional pode-se identificar um tumor de até 01 centímetro, caso esteja pouco profundo. O procedimento deve ser feito conforme as normas técnicas do Consenso para controle do câncer de mama.

O INCA (2011) destaca que no Brasil a grande parte dos diagnósticos de câncer de mama é feito nos estágios tumorais avançados, onde é necessário realizar tratamentos mais radicais, tendo um aumento expressivo da morbidade. O linfedema no membro superior é uma das principais complicações em decorrência do tratamento do câncer de mama, sendo estabelecida como o acúmulo de linfa nos espaços intersticiais, sua causa é devido à destruição dos canais de drenagem axilar, causados pela cirurgia ou radioterapia.

Segundo Parra (2010) as metástases, únicas ou múltiplas podem aparecer em vários graus de estágio da patologia e até mesmo antes do diagnóstico da lesão primária. Sendo assim, muitas vezes é necessária a realização de cirurgias radicais, expondo as mulheres com câncer de mama a possíveis complicações futuras. Com o propósito de melhores taxas de sobrevivência, e menos taxas de mortalidade devido ao câncer de mama, o Inca sugere que o tratamento inicial seja feito em até três meses a partir dos sinais e sintomas da doença.

Conforme diz Almeida (2008) parte da população que sobrevive ao câncer de mama necessitam de opções contínuas de reabilitação. A maior parte das pacientes com câncer de mama que sobreviveu a ele luta e enfrenta a perda de estado funcional e perda de massa corporal como decorrência da patologia. A perda do estado funcional compreende a dificuldade de percorrer um ou mais quarteirões tendo uma fadiga intensa, que causa limitação das atividades caseiras mais básicas.

Enfatiza o INCA (2011) que as modalidades principais de tratamentos utilizados são a cirurgia, quimioterapia/radioterapia (incluindo manipulações hormonais), cuidados paliativos com o apoio de outras áreas como Enfermagem, Serviço social, Nutrição, Psiquiatria, Fisioterapia, entre outras. A chance de cura da doença aumenta consideravelmente quando descoberta nos estágios iniciais, ou seja, os exames de prevenção continuam sendo a principal arma de combate ao câncer de mama.

Afirma Pessoa (2008) que a radioterapia é uma das alternativas de tratamento, baseada em feixes de radiações ionizantes, sendo indicada de forma exclusiva ou associada a outros procedimentos. Sendo considerada como um tratamento amplo e abrangente, pois mais de 70% de tumores malignos terão indicação de serem irradiados. A quimioterapia é outra forma de tratamento, a qual é realizada através da utilização de componentes químicos, os quimioterápicos. Para a escolha da técnica cirúrgica é utilizado o tamanho do tumor, envolvimento linfonodal e a agressividade do mesmo, que pode ser influenciada por alguns fatores de proliferação celular.

Afirma INCA (2011) que a hormonioterapia tem a finalidade de curativo, e é indicada para aquelas mulheres que possuem receptores hormonais positivos. O tratamento é feito

através de terapia de reposição hormonal durante cinco anos. Já aquela paciente que possui receptores hormonais negativos é indicada usar drogas específicas. A imunoterapia vem sendo aplicada no tratamento de câncer de mama com o propósito de estimular o sistema imunológico através de substâncias que modifiquem a resposta biológica.

Afirma Rosa e Radunz (2012) que para se obter taxas melhores de sobrevivência e prognósticos positivos, o Instituto Nacional do Câncer (INCA), aconselha que o tratamento inicial seja feito em até dois meses após o surgimento dos sinais e sintomas da patologia, e que a quimioterapia e hormonioterapia seja iniciada em até 60 dias após a realização da cirurgia; e radioterapia em até 120 dias após a cirurgia. A cirurgia foi a primeira modalidade de tratamento na qual alterou o curso de uma neoplasia. Na atualidade, mais de 60% das pacientes com câncer são tratadas cirurgicamente.

Segundo Pessoa (2008), durante muitos anos, a mastectomia foi encarada pelas mulheres e pelos profissionais de saúde, como uma cirurgia difícil e traumática. Era considerado que a remoção da mama era um fator explicativo para a perturbação emocional que as pacientes sentiam, minimizando as outras variáveis, tais como o próprio impacto do diagnóstico de uma doença que ameaça a vida.

O INCA (2011) destaca que a mastectomia tem o foco de estimular o controle local, removendo a mecânica de todas as células malignas junto à neoplasia primária, possibilitando uma maior sobrevida, orientando a terapia sistêmica, definindo o estadiamento cirúrgico da patologia e detectando o grupo de maior risco de metástase à distância. A mastectomia deve ter indicação para os tumores maiores ou iguais a três centímetros. As técnicas mais utilizadas são as modificadas que preservam um ou mais músculos, pois asseguram resultados similares à mastectomia radical, facilitando a reconstrução e reduzindo a morbidade.

Vasconcelos (2011) relata que a mastectomia radical modificada é utilizada em todo mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, onde o número de casos em que o tumor alcançou tamanho médio de 04 centímetros ao diagnóstico; resultando em milhares de mulheres que necessitam se submeter à mastectomia radical a cada ano. Porém, essas técnicas têm gerado complicações no local de demora da resolução, que podem vir a comprometer a qualidade de vida das mulheres com de câncer de mama, sendo o linfedema uma das recorrentes.

Para Teixeira (2007), dentre as mastectomias, pode-se salientar a radical modificada de Madden, que consiste na retirada da glândula mamária no qual ocorre a preservação dos músculos peitorais (maior e menor), linfadenectomia axilar, e também preservação dos espaços intercostais.

Rodrigues (2015) afirma que a mastectomia é um procedimento fundamental para o tratamento do câncer de mama. O procedimento cirúrgico causa na mulher um turbilhão de sentimentos, provocando um grande impacto emocional e físico, mediante as sequelas psicológicas e físicas. O procedimento cirúrgico interfere satisfatoriamente nas áreas sociais e familiares, favorecendo uma melhor qualidade de vida.

Destaca Souza (2014) que a algia é um dos principais fatores que podem comprometer a mobilidade do membro homolateral à cirurgia, podendo contribuir para possíveis retrações do músculo aponeurótico, colaborando para a instalação do linfedema. As principais causas do quadro álgico são: dor na região cervical relacionadas à proteção reflexa, dor no local da incisão devido à tração do membro, alteração da sensibilidade na região escapular e redução do uso do membro homolateral a cirurgia.

Segundo Vasconcelos (2011) a disfunção do ombro pode vir a ocorrer em decorrência de um pós-operatório em que foram restritos os movimentos. Essas complicações ocorrem e são mais comuns em pacientes que não se sujeitaram aos programas necessários de reabilitação profilática no pós-operatório, pois quanto maior a extensão cirúrgica, maior será a secção de músculos importantes para manter a mobilidade e estabilidade da articulação do ombro.

Afirma Silva (2008) que posteriormente à cirurgia pode aparecer complicações cicatriciais, como infecções, aderência, hipertrofia e fibrose. A aderência cicatricial é um tecido fibroso que causa uma fixação do tecido subcutâneo a pele, podendo resultar na redução da amplitude máxima de movimento do ombro afetado e alterações posturais.

Destaca Yamato (2007) que o linfedema é uma complicação que causa um acúmulo em excesso de fluido extra-vascular nos espaços tissulares; ocorrendo devido à obstrução, destruição, ausência de rede linfática ou remoção cirúrgica. Afirma que todo mês, após o termino da menstruação, é aconselhável que as mulheres realizem o autoexame das mamas. Esta técnica dever ser feita minuciosamente, por meio da palpação e inspeção, visualizando a forma, tamanho, limites, mobilidade e consistência incluindo as áreas areolar, axilar e supraclavicular.

O INCA (2011) afirma que o autoexame das mamas não deve ser usado como uma única forma para detectar o câncer de mama. Pesquisas científicas demonstram que apenas esse exame é insuficiente para rastrear e diminuir os índices de mortalidade que são causadas pelo câncer de mama. Esta técnica é indicada como parte do dia-a-dia das mulheres para que as mesmas tenham conhecimento do seu próprio corpo, desta forma será de mais fácil descobrir alguma alteração nas mamas caso seja necessário.

Relata Souza (2014) que o câncer de mama em mulheres é uma das principais causas de morte no Brasil. Por isso, a cirurgia mais indicada é a mastectomia radical modificada do tipo Madden, devido a linfadenectomia axilar associada, predispondo ao surgimento do linfedema no qual a fisioterapia se mostra como procedimento de grande importância para prevenir e/ou reduzir essa complicação. A mastectomia pode comprometer a função respiratória devido à localização da cicatriz, é indicado treinar a paciente para que ela possa realizar os padrões respiratórios básicos, por meio de incentivadores respiratórios, orientando a tosse com contenção da cicatriz cirúrgica, e recomendando as posturas corretas para evitar possíveis edemas gravitacionais.

Afirma Almeida (2008), que além da perda da mama ou parte dela, os tratamentos que são complementares podem levar a parada ou menstruação irregular, perda dos cabelos, infertilidade, na qual fragiliza ainda mais o sentimento da mulher. E com isso, as representações de algia insuportável, de mutilações, e de ameaça de morte não acabam com a retirada do tumor, pois sempre há o fantasma da recorrência e da metástase.

3.1 Atuação da Fisioterapia pós-mastectomia

Oliveira (2002) relata que a intervenção fisioterapêutica é direcionada tanto para a prevenção quanto para o tratamento da doença, expondo ao paciente a necessidade de voltar a realizar as atividades de vida diária (AVDs). O tratamento fisioterapêutico logo após a cirurgia tem como objetivo identificar as possíveis alterações neurológicas ocorridas durante a cirurgia, não atuando apenas no âmbito curativo e reabilitativo, mas também na prevenção de complicações e sequelas do tratamento pós-mastectomia; tendo como seus principais benefícios reduzir algia e linfedema, prevenir atrofias, melhora funcional, tratar possíveis disfunções respiratórias, visando proporcionar melhor qualidade de vida a estas mulheres.

Afirma Yamato (2007) após a mastectomia é possível encontrar alterações físico-funcionais, como: infecções no local, retração cicatricial, alteração da amplitude de movimento (ADM) do ombro, algia, limitações ao realizar as atividades de vida diária (AVD's). Inicialmente deve ser feito um estudo biomecânico para possíveis alterações posturais ou correções dos membros superiores, principalmente no ombro, visando evitar a incidência da doença. Na fase inicial a fisioterapia age na melhora do quadro álgico, reduzindo o processo inflamatório, visando restabelecer o mais rápido a função do membro superior que apresenta dificuldade de flexão anterior, abdução e a rotação externa associada à abdução.

Segundo Pessoa (2008) algumas complicações podem surgir após a mastectomia, como algia, dificuldade de movimentar o braço, edema, alteração de sensibilidade. Para essas complicações há orientações que podem ser feitas ainda no leito que podem prevenir e diminuir os sintomas, tais como: alongamentos lentamente, iniciando com poucas repetições aumentando conforme se sinta bem, com o auxílio de um fisioterapeuta, posição correta no leito, mantendo o braço operado sobre um travesseiro para que ele fique mais alto um pouco que o ombro, sentar se na cama da forma correta, virando para o lado contrário da cirurgia, apoiando nos cotovelos para levantar o tronco, não se esquecendo dos drenos, muito cuidado com a postura sempre.

Conforme Sanches (1994) o atendimento fisioterapêutico pode ser aplicado ainda no ambiente hospitalar, visando não só prevenir as complicações cirúrgicas, mas também a reabilitação precoce para que essas mulheres retornem para as atividades de vida diária (AVD's) mais cedo.

Destaca Cavalcante (2011) a mastectomia radical modificada de Madden é realizada preservando os músculos peitoral maior e peitoral menor. A não retirada desses músculos auxilia a mulher a reabilitar e consequentemente melhorar os movimentos com mais facilidade. É uma cirurgia menos agressiva, porém com resultados parecidos com os da radical.

Segundo Jammal (2008) o atendimento fisioterapêutico deve ser realizado durante todas as fases do câncer de mama: pré-tratamento (avaliação e diagnostico); durante o tratamento (quimioterapia, cirurgia, radioterapia e hormonioterapia); após o tratamento (período de seguimento); na reincidência da doença e nos cuidados paliativos. Em cada fase é necessário identificar e conhecer as necessidades individuais de cada paciente, as causas e os sintomas, e a complicação de cada um desses nas atividades diárias.

A fisioterapia pode intervir no período pré-operatório prevenindo as possíveis complicações respiratórias, circulatórias, osteomusuculares, e orientando quanto ao posicionamento correto no leito. O pós-operatório tem como propósito evitar e minimizar as complicações pós-cirúrgicas.

Afirma Giacon (2013) que conforme a modernização das técnicas aplicadas no tratamento fisioterapêutico em pacientes mastectomizadas, essa especialidade passou a ser indispensável em hospitais públicos e particulares em todo o mundo, adotando papel relevante junto à equipe multidisciplinar que atende os pacientes de terapia intensiva, principalmente quando se refere à intervenção precoce ligada às complicações causadas pelo câncer de mama.

Souza (2014) afirma que dentre os procedimentos fisioterapêuticos que podem ser utilizados no pós-operatório de câncer de mama evidenciam-se: cinesioterapia, alongamentos,

treino de marcha e equilíbrio, exercícios ativos e passivos, respiração diafragmática associada a exercícios de membro superior com apoio de bola, bastões; reeducação postural, estimulação elétrica nervosa transcutânea (TENS), bandagem elástica, compressão pneumática, drenagem linfática manual, e a readaptação domiciliar com a intenção de facilitar a qualidade de vida da paciente.

Jammal (2008) afirma que a drenagem linfática manual é um procedimento que acompanha o trajeto do fluxo do sistema linfático. Por intermédio da drenagem é eliminado o excesso de líquido acumulado no interstício, nos vasos e tecido, através das anastomoses superficiais áxilo-axilar, linfo-linfáticas-áxilo-inguinal, favorecendo o deslocamento da linfa.

Embasado em Sampaio (2005) a cinesioterapia possibilita a melhora funcional dos segmentos corporais que foram comprometidos. O plano de atividade física tem por objetivo desenvolver a força muscular, resgatar a amplitude de movimento articular, prevenindo a imobilidade no leito, desenvolvendo o senso de propriocepção do movimento.

Para Cerdeira (2014) os exercícios ativos, passivos, ativos resistidos e ativos assistidos, estão disponíveis para serem usados em pacientes com câncer de mama de acordo com o déficit funcional. Estimular a marcha e o condicionamento dos aparelhos respiratório e cardiovascular são instrumentos que podem colaborar para a melhora do processo de reabilitação das pacientes.

A amplitude de movimento é o quanto um segmento do corpo consegue se movimentar. A articulação mais comum em ser afetada é a glenoumeral, em consequência da limitação da mobilidade no membro superior homolateral a cirurgia. O grau de movimento para a flexão do ombro varia de 170° a 180°, abdução 180° e a extensão 50° a 60°. Segundo Silva et al (2004), as mulheres que forem submetidas à mastectomia radical apresentam maior risco de limitação de pelo menos um movimento do ombro após 18 meses do procedimento cirúrgico.

Afirma Oliveira (2009) que a cirurgia modifica a biomecânica do ombro, levando à redução da força muscular, podendo repercutir em uso de alguns movimentos compensatórios dos músculos trapézio superior e levantador da escápula, o que pode levar à compressão subacromial, resultando como consequência, dores no ombro.

Segundo Barbalho (2011), a fisioterapia exerce um papel fundamental no desempenho do membro superior após a mastectomia, tendo como vantagens prevenir o linfedema, limitações do ombro e retrações. No primeiro dia logo após o pós-operatório são realizados exercícios posturais simples com o propósito de recuperar rapidamente o esquema corporal da mulher, exercícios de respiração diafragmática que não devem passar os 90° de amplitude de movimento devido aos pontos e caso a paciente use o dreno. Após a retirada do dreno, e quinze

dias de pós-operatório, a amplitude de movimento é liberada e deve ser obtida no menor espaço de tempo, levando em consideração que cada paciente é um ser individual.

Souza (2014) indica nessa fase do tratamento que seja realizada contrações isométricas da musculatura do ombro, braço e mão. A paciente é orientada a levantar os braços com as mãos unidas, fazendo o movimento de extensão, flexão e abdução de ombro, sempre até o limite da dor e regrando o número de repetições, progredindo proporcionalmente a evolução do quadro geral da paciente. O tratamento é iniciado com ativo-assistido com progressão até ativo-resistido.

Segundo Oliveira (2009) existe a contraindicação de movimentos rápidos e de muitas repetições e exercícios com cargas no pós-operatório imediato. Essas pacientes devem ser acompanhadas por um período longo, e os resultados devem permanecer por 03 meses para que sejam liberadas da fisioterapia, e recebam orientações para continuarem os exercícios sozinhas, por um período de 02 anos.

Afirma Rett (2012) que a Fisioterapia deve ser realizada precocemente após a mastectomia, devendo contar com a participação do paciente. Logo após o pós-operatório a paciente pode vir a apresentar edema momentâneo que deverá desaparecer gradualmente. O atendimento fisioterapêutico pode ser realizado elevando o braço afetado, apoiando-se em travesseiros, deixando a mão mais elevada que o ombro, entre 02 a 03 vezes no dia, durante 45 minutos, exercitando o membro superior abrindo e fechando a mão 10 a 15 vezes nesta mesma posição. Estes exercícios têm o objetivo de gerar o retorno da linfa à circulação do corpo.

Radunz (2008) afirma que um dos objetivos do fisioterapeuta é preservar a função motora da paciente adiando a incapacidade resultante da doença e das comorbidades. Com as técnicas fisioterapêuticas, ele pode auxiliar a paciente a alcançar maior independência funcional, sempre respeitando suas limitações individuais.

Cerdeira (2014) constatou que a Fisioterapia, quando iniciada precocemente após a mastectomia tem como propósito reduzir a dor no pós-operatório, prevenir ou tratar alterações posturais e linfedema, propiciar o relaxamento muscular, manter ou se necessário, ganhar amplitude de movimento do membro superior comprometido no mais próximo de 180º de abdução e flexão da articulação glenoumeral, aperfeiçoar o aspecto e a maleabilidade da cicatriz, prevenindo e se necessário tratando as aderências.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar sobre a necessidade da fisioterapia na reabilitação do pós-operatório de mastectomia radical modificada em mulheres, foi possível sintetizar que a fisioterapia tem evoluído cada vez mais, mostrando a sua importância na prevenção de complicações e na reabilitação do pós-operatório de mastectomia.

As pacientes, quando são submetidas à intervenção precoce da fisioterapia, não só previnem as complicações pós-cirúrgicas, como também reduz o tempo de recuperação e retorna com maior rapidez às suas atividades de vida diária. A fisioterapia, portanto, contribui para a reabilitação da mulher pós mastectomia promovendo independência funcional e proporcionando melhor qualidade de vida.

Ao descrever sobre as principais orientações que o fisioterapeuta pode passar às pacientes, quando estiverem restritas ao leito, pode-se salientar a postura correta, alongamentos lentamente, respiração adequada, não realizar movimentos bruscos com os braços. Quanto mais rápidas forem as orientações gerais que deverão ser executadas, menores serão os riscos de complicações pós mastectomia; e mais rápida será a recuperação funcional do membro afetado.

As vantagens da preservação dos músculos peitorais (maior e menor) na mastectomia radical modificada de Madden é auxiliar na reabilitação e consequentemente, melhorar os movimentos com maior facilidade, possibilitando a reconstrução mamária e reduzindo os riscos de morbidade.

Apesar de relatar a importância da fisioterapia em mulheres pós-mastectomia radical ainda é necessárias mais pesquisas sobre a temática a fim de elucidar outros questionamentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. P. **A cinesioterapia em pacientes pós-mastectomizada**. Rio de Janeiro. 2008. Pp. 15-16. Disponível em: <www.uva.br> Acesso em: mai 2018.

BARBALHO, G. F. et al. **A contribuição da Fisioterapia no tratamento do linfedema em pacientes mastectomizadas.** Minas Gerais. 2011. Pp. 04-05 Disponível em:<http://www.inicepg.univap.br> Acesso em: 15 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instituto Nacional do Câncer** (INCA), Rio de Janeiro. 2011. Pp 49-50. Disponível em: <bvs.ms.saúde.gov.br> Acesso em: mai. 2018.

CAVALCANTI, C. C. L. et al. **Evolução cientifica da fisioterapia em 40 anos de profissão**. Paraná. 2011. Pp 08-09. Disponível em:<www.scielo.br>Acesso em: mai. 2018.

CERDEIRA, D. Q. et al. **Atuação fisioterapêutica em pacientes pós-cirurgia do câncer de mama:** uma revisão bibliográfica. Brasília. 2014 Pp.07. Disponível em: <http://publicacõesacademicas.fcrs.edu.br> Acesso em: jun 2018.

GIACON, F. P. et al. **Efeitos do tratamento fisioterapêutico no pós-operatória de câncer de mama na força muscular e amplitude de movimento de ombro.** São Paulo. 2013. Pp 01-02. Disponível em: <www.unip.br/presencial> Acesso em: jun. 2018.

JAMMAL, M. P.; MACHADO, A. R.; RODRIGUES, L. **Fisioterapia na reabilitação de mulheres operadas por câncer de mama.** São Paulo. 2008. Pp.02. Disponível em:<http://files.sandrabarbosa.webnode.com.br> Acesso em: mai. 2018.

MACHADO, L. O. **Risco do aparecimento do câncer de mama em mulheres menopausadas com síndrome metabólica e o papel da dieta na prevenção da doença. São Paulo. 2017. Pp. 07-08.** Disponível em: <www.nucleodoconhecimento.com.br> Acesso em: jun. 2018.

MORENO, M. L. **O papel do enfermeiro na abordagem do câncer de mama na estratégia da saúde da família**. Minas Gerais. 2010. Pp. 15-16. Disponível em: <www.nescon.medicina.ufmg.br.> Acesso em: jun. 2018.

OLIVEIRA, A. C. et al. **O câncer de mama, suas implicações e as considerações de enfermagem na dor**. Minas Gerais. 2009. Pp. 06-07. Disponível em: <http://srvwebbib.univale.br> Acesso em: mai. 2018.

OLIVEIRA, V. R. C. **A História dos Currículos de Fisioterapia: A Construção de uma Identidade Profissional.** Goiás. 2002. Pp. 59-63 Disponível em: <rfp-ptr.com.br> Acesso em: mai 2018.

PACHECO, M, N; DETONI FILHO, A.; MELO, D. A. S. **Fisioterapia para o tratamento do linfedema no pós-operatório de mastectomia**: revisão bibliográfica. São Paulo. 2011. Pp. 05. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br> Acesso em: mai. 2018.

PARRA, M. V. et al. **Visita domiciliar a mulheres com câncer de mama:** uma estratégia a ser resgatada. São Paulo. 2010. Pp. 08-09. Disponível em: <ojs.uem.br/ojs/index.> Acesso em: mai. 2018.

PEREIRA, E. C. **Câncer de mama e psicologia oncológica:** tratamento e ressignificação do existir. Brasília. 2008. Pp. 10-11. Disponível em: <repositório.uniceub.br> Acesso em: mai 2018.

PESSOA, R. M.; CARNEIRO, P. **Avaliação da qualidade de vida e sexualidade em mulheres submetidas à mastectomia radical modificada a Madden**. Brasília. Pg.06-07. 2008. Disponível em: <repositório.uniceub.br> Acesso em: mai. 2018.

RADUNZ, V. ROSA, L. M. **Taxa de sobrevida na mulher com câncer de mama:** estudo de revisão. Santa Catarina. 2012. Pp. 12-14. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: mai. 2018.

RETT, M. T. et al. **A cinesioterapia reduz a dor no membro superior de mulheres submetidas à mastectomia ou quadrantectomia.** São Paulo. 2012. Pp. 03-04. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: mai. 2018.

RIBEIRO, S. S. O. **Impacto do câncer de mama no olhar das mulheres**: da suspeita ao diagnóstico. Juiz de Fora, MG. 2013. Pp. 24. Disponível em:<http://www.ufjf.br> Acesso em: jun 2018.

RODRIGUES, D. J.; CRUZ, M. S.; PAIXÃO, A. N. **Uma análise do câncer de mama no Brasil**. Pernambuco. 2015. Pp.03-05. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: mai. 2018.
SALMÓRIA, J. G.; CAMARGO, W. A. Uma Aproximação dos Signos – Fisioterapia e Saúde – aos Aspectos Humanos e Sociais. **Saúde Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, Pp.70- 83, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br> Acesso em: abr. 2018.

SAMPAIO, L. R.; MOURA, C. V.; REZENDE, M. A. **Recursos fisioterapêuticos no controle da dor oncológica:** revisão da literatura. Minas Gerais. 2005. Pp. 05-06 Disponível em: <http://www1.inca.gov.br> Acesso em: maio. 2018.

SANCHES, E. L.; MARQUES, A, P. **Origem e evolução da fisioterapia**: aspectos históricos e legais. São Paulo. 1994. Pp. 13-16 Disponível em: <rfp-ptr.com.br> Acesso em: mai. 2018.

SILVA, L. C. **Câncer de mama e sofrimento psicológico**: aspectos relacionados ao feminino. Paraná. 2008. Pp. 05-06. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: mai. 2018.

SOUZA, N. A. M.; SOUZA, E. S. F. **Atenção da Fisioterapia nas complicações no pós-operatório de câncer de mama**: uma revisão de literatura. Paraná. 2014. Pp.02-03. Disponível em: <revista.uninga.br> Acesso em: mai. 2018.

TEIXEIRA, M. **Explicação diversa para a origem do câncer com foco nos cromossomos e não nos genes, ganha corpo no *establishment* científico**. São Paulo. 2007. Pp.05. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: mai. 2018.

TERENCE, A. C. F.; FILHO, E. E. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. Ceará. 2006. Pp.02-03. Disponível em: <http://www.abepro.org.br> Acesso em jun. 2018.

VASCONCELOS, A. P. B.; RIBEIRO, F. G.; TORRES, M. W. C. **Câncer de mama:** mastectomia e suas complicações pós-operatórias – um enfoque no linfedema e na drenagem linfática manual/DLM. Pará. 2011. Pp. 12-13. Disponível em: <http://www.ipirangaeducacional.com.br> Acesso em: mai. 2018.

YAMATO, A. P. C. N. **Sistema linfático**: revisão de literatura. Mato Grosso do Sul. 2007. Pp. 05-07. Disponível em: <http://www.unigran.br> Acesso em: jun. 2018.

MEDICINA

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

EMPECILHOS E ESTRATÉGIAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE AOS DEFICIENTES VISUAIS

PACKAGES AND STRATEGIES IN PROMOTING HEALTH TO VISUALLY DISABLED PEOPLE

Mariana Melo Martins[1]
Maiara Melo Alves[2]

Resumo: A visão é um sistema-guia, um relevante canal para o relacionamento interpessoal e para a comunicação social. Como esse sentido é uma importante ferramenta de interação social, os indivíduos que apresentam um declínio nessa capacidade estão mais expostos aos vieses do preconceito e à maior necessidade de intervenção nos serviços de saúde. Dessa maneira, esta revisão literária analisou recursos que abordam a acessibilidade na promoção da saúde aos deficientes visuais. Isso direciona um subsídio ao cuidado assistencial, além de que ampara a garantia de equidade e de resolutividade. Tornar acessível, não inclui, apenas, romper barreiras físicas, mas também, propiciar informações e atitudes que orientem a população que disso necessita. Assim, auxiliará toda a sociedade no caminho da convivência com as diferenças e na elaboração de estratégias de intervenção frente aos impasses existentes.

Palavras chave: Acessibilidade. Deficiência Visual. Promoção da Saúde.

Abstract: Vision is a guiding system, a relevant channel for interpersonal relationships and social communication. As this sense is an important tool for social interaction, individuals with a decline in this capacity are more exposed to biases of prejudice and the greater need for intervention in health services. Thus, this literary review analyzed resources that address accessibility in health promotion for the visually impaired. This directs a subsidy to care, as well as supporting the guarantee of equity and resoluteness. Making accessible not only includes breaking through physical barriers, but also providing information and attitudes that guide the population in need. Thus, it will help the whole society in the way of living with differences and in the elaboration of intervention strategies in the face of existing impasses.

Keywords: Accessibility. Health Promotion. Visual Impairment.

INTRODUÇÃO

[1]Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM, MG-BR. E-mail: marianamelo0806@hotmail.com.

[2]Especialista em Educação Especial. Pós-Graduada em Ensino Especial e Educação Inclusiva. Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior. Graduanda em Educação Especial (Licenciatura Plena). Graduada em Normal Superior. Docente da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP, MG-BR. E-mail: maiaret@hotmail.com.

Recebido em 22/02/2020
Aprovado em 31/03/2020

O Sistema Nervoso Sensorial permite a percepção do meio ambiente, por meio dos órgãos dos sentidos, em associação às vias neurais, as quais propiciam a captação da experiência a nível central. As sensações vivenciadas são fundamentais para o convívio em sociedade, visto que permitem a compreensão do ambiente e a interação com os seres que estão ao redor. Diante disso, tal como a audição, a visão é um relevante canal para o relacionamento interpessoal e para a comunicação social. Esse sentido constitui um sistema-guia, permitindo a orientação no espaço, ratificando sua importância (GIL, M. 2000).

A visão abrange um espectro amplo que compreende desde a cegueira total até a visão total. Para Brasil, 2008, considera-se a pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira, segundo conceitos quantitativos. A baixa visão ou visão subnormal é aquela quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10). Já a cegueira é quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10º (categorias 3, 4 e 5 do CID 10).

Sabendo da importância da visão como ferramenta de interação social, os indivíduos que apresentam um declínio nessa capacidade estão mais expostos aos vieses do preconceito, ainda, arraigado, culturalmente, na sociedade. Além do mais, pensando na ampla definição do conceito de saúde, necessitarão com maior frequência dos serviços de assistência. A assistência humanizada torna-se um alicerce fundamental e, caminhando com ela, a precisão de profissionais capacitados em atender esse público e um ambiente com acessibilidade para permitir a acolhida (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, de 2010, orienta que os serviços devem ser prestados à pessoa portadora de deficiência em três níveis de complexidade, interdependentes e complementares, sendo a atenção básica, a atenção ambulatorial especializada e a hospitalar especializada. A Atenção Primária à Saúde (APS), como ordenadora do cuidado, precisa estar qualificada para prestar assistência de prevenção primária e secundária, além de reabilitação que promova a reinserção social (BRASIL, 2010).

Todavia, sabe-se que barreiras estão presentes devido à falta de conscientização e de incentivo, por parte dos gestores públicos, a fim de fomentar a qualificação dos profissionais de saúde, para atender esse público. Dessa forma, a atenção é oposta ao esquema em rede que presa o Sistema Único de Saúde (SUS). Por outro lado, mostra uma assistência fragmentada e carente de resolutividade (MEDEIROS; COSTA e COSTA, et. Al, 2017).

Assim, é de grande relevância nessa conjuntura o conhecimento acerca das ferramentas de acessibilidade, a fim de orientar a elaboração de estratégias que amparem o público com deficiência visual. Nesse sentido, a acessibilidade é um assunto que desperta grande visibilidade e, trata-se de uma reivindicação antiga, visto que promove qualidade de vida e, direciona a plenitude da cidadania aos portadores de deficiência (GOMES e FRANCISCO, 2008).

Tornar acessível, não inclui, apenas, romper barreiras físicas, mas também, propiciar informações e atitudes que orientem a população que necessita. Desse modo, auxiliará toda a sociedade no caminho da convivência com as diferenças e no alcance da autonomia na percepção do meio ambiente e, não, meramente, agir na mobilidade da população (GOMES e FRANCISCO, 2008).

Como a visão é um guia às pessoas, os cegos precisam criar novos sistemas para que os direcionem, a referência pode estar em diferentes questões, como nos distintos calçamentos das ruas, como asfalto ou paralelepípedos, nas pistas olfativas, como uma padaria, ou auditivas, como os ruídos de uma praça movimentada (GIL, M. 2000). Diante o exposto, trabalhar a acessibilidade é seguir a luta para auxiliar a população portadora de alguma deficiência a um melhor convívio social. Para os deficientes visuais, auxilia na inclusão social e no amparo às suas necessidades.

Além do mais, como a deficiência visual é a mais prevalente dentre as demais no Brasil, é relevante incentivar a pesquisa científica, para permitir conscientização e conhecimento das formas de criar ferramentas para auxiliar esse público. Ademais, despertar os profissionais da área da saúde a se capacitarem, a fim de garantir a assistência humanizada. Dessa maneira, o presente estudo buscou no acervo literário, recursos que fazem uma abordagem da acessibilidade na promoção da saúde aos deficientes visuais. Isso direciona um subsídio ao cuidado assistencial, além de amparar a garantia de equidade e de resolutividade.

OBJETIVO

Analisar no acervo literário recursos que sinalizem uma abordagem dos empecilhos e das estratégias para promoção da acessibilidade e do acesso ao contingente populacional com deficiência, com enfoque na deficiência visual.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura descritiva em relação à acessibilidade e ao acesso dos deficientes visuais aos serviços de saúde. Ademais, deseja conhecer essa realidade e suas dificuldades para orientar a elaboração de políticas públicas e de estratégias que amparem esse público, além do mais incentivar a manutenção e o cumprimento dos ideais já existentes.

A pesquisa iniciou-se com a busca dos artigos nas bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), por meio dos descritores: "Deficiência visual" e "Acessibilidade na saúde", no período de novembro de 2019 a janeiro de 2020. Ademais, foram realizadas pesquisas em sítios da internet, com vista a identificar a legislação brasileira que fundamenta essa temática, agregando, assim, embasamento teórico, por intermédio de decretos/leis.

Foram encontrados 26 artigos. Após essa busca, foram selecionados 17 artigos, os quais seguiram como critérios de inclusão: a relação com a temática, analisada pela leitura crítica do título e do resumo do artigo; a escrita em português; a disponibilidade de leitura do texto completo e o período de publicação compreendido entre 2008 e 2019. Cabe dizer que nas bases de dados, o idioma, a disponibilidade de texto completo e o ano da publicação foram usados como filtros. Os demais nove artigos foram excluídos do estudo por não seguirem esses pressupostos.

A partir da seleção do material, este foi analisado, por meio de uma leitura criteriosa e reflexiva, de forma a eleger os pontos mais relevantes e mais atuais acerca do exposto sobre o assunto. Assim, o artigo foi confeccionado, abrangendo diferentes perspectivas. Os resultados foram expressos na forma de texto descrito, adjunto às discussões que mostram o que a literatura concorda e o que diverge nas diferentes fontes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, ilustra o conceito de deficiência, como aquela pessoa que possui um impedimento a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Amaral; Motta e Silva; et. Al.; 2012 corroboram com o conceito supracitado, haja vista que discorrem sobre a definição de deficiência ser dinâmica e estar em evolução, resultante da interação das pessoas com as barreiras e com os impedimentos do próprio corpo ou do meio em que vivem, implicando, pois, no convívio em sociedade.

Segundo Alves; Nascimento e Keys; et. Al; 2013, a Organização Mundial da Saúde (OMS) discute três conceitos para a deficiência: o impedimento, a deficiência e a incapacidade. Estes termos atuam de maneira sinérgica, a fim de permitir a compreensão dessa realidade. Sendo assim, o impedimento é alguma anormalidade da estrutura anatômica ou da função fisiológica ou psicológica do ser humano. Já a deficiência é a perda, resultante do impedimento, de desenvolver determinada habilidade inerente aos indivíduos. Por conseguinte, a incapacidade abrange uma dimensão sociocultural, sendo considerada a desvantagem individual, resultante do impedimento ou da deficiência, que limita ou que impede a pessoa de exercer determinado papel social.

Ao longo da história, os deficientes eram descartados do convívio em sociedade, uma vez que não eram considerados úteis ao estado, sendo assim, esse público era excluído e suas condições de sobrevivência suprimidas, ilustrando, fortemente, o conceito de incapacidade. Todavia, a partir do século XX, iniciou-se um movimento que pregava a inclusão social, uma reivindicação para a inserção dos deficientes no meio social. Esse ideal indicava o acesso às condições de saúde, de educação, de lazer, de cultura e de quaisquer condições necessárias à subsistência dessa população (ALVES; NASCIMENTO e KEYS; et. Al.; 2013).

A deficiência visual é a que apresenta maior prevalência na população brasileira, com cerca de 35,7 milhões de pessoas com dificuldades para enxergar. Desse público, 29,2 milhões apresentam alguma dificuldade; seis milhões sofrem grande dificuldade e 528,6 mil não conseguem enxergar de modo algum (MEDEIROS; COSTA e COSTA, et. Al, 2017). Ademais, Ortega; Saliba e Garbin; et. Al.; 2019 realizaram um estudo quantitativo, de caráter transversal, o qual obteve o perfil epidemiológico dos deficientes visuais e, assim, confirmou-se o que a literatura informa, acerca de uma população, predominantemente, masculina e, com cegueira adquirida, por condições biológicas ou acidentes, o que pode ser justificado por esse gênero ser, culturalmente, mais exposto aos riscos, além de procurar menos os serviços de saúde.

Para Brasil, 2010, estima-se que 90% dos casos de deficiência visual estejam nos países em desenvolvimento e que a maior parte poderia ser evitada por meio da prevenção ou dos tratamentos existentes, já que a etiologia desta deficiência está associada às causas congênitas, como Retinopatia da prematuridade e Glaucoma congênito ou às causas adquiridas, como traumas oculares, Diabetes e a própria senescência. Esse conhecimento das causas que acarretam o déficit visual é fundamental para orientar as medidas de prevenção, de educação e de reabilitação em saúde.

Além do mais, no contexto inclusivo, a acessibilidade é uma aliada necessária, visto que torna possível o contato com uma adequada infraestrutura física, informacional e trabalhista, na

busca por vencer barreiras físicas e socioculturais. Nesse sentido, Alves; Nascimento e Keys; et. Al.; 2013 ratificam que uma sociedade acessível precisa transpor os impedimentos físicos, os obstáculos da comunicação e da metodologia educacional e trabalhista, também, deve haver ferramentas de trabalho e de lazer, além de romper estigmas ocultos em normas e em políticas públicas. Esse anseio visa uma sociedade livre de discriminações e de preconceitos.

Albuquerque; Lyra e Farias; et. Al.; 2014 enfatizam a abrangência do acesso e da acessibilidade, retratando que podem ser considerados conceitos distintos ou semelhantes. Entretanto, nos serviços de saúde, é conveniente encarar os termos como sinônimos, indicando a capacidade de obtenção dos cuidados necessários, de maneira fácil e conveniente. Ademais, acessibilidade vai além das condições adaptativas do meio físico e, nesse contexto, pode ser analisada do ponto de vista geográfico (barreiras arquitetônicas) ou na óptica sócio-organizacional, indicando, de forma abrangente, qualquer característica que interfira na obtenção do acesso ao que é preciso.

Desse modo, no cenário da acessibilidade social, fala-se da relevância da conscientização e da capacitação dos profissionais da saúde para atender o contingente populacional que buscará auxílio. Ademais, manter a tecnologia adequada para o serviço. Sendo assim, não basta a existência do serviço, mas as condições oportunas e qualificadas para a sua prestação à demanda real. Albuquerque; Lyra e Farias; et. Al.; 2014 trazem a importância da Atenção Básica nessa perspectiva, visto que a partir da Política Nacional de Atenção Básica em 2006, a Atenção Primária à Saúde (APS) expandiu seus horizontes geograficamente e, passou a ordenar o cuidado, prezando pela resolutividade.

Pensando na APS e na sua precisão de gerar eficácia na assistência, Silva; Camboim e Nunes; et. Al; 2017 realizam um estudo exploratório, de abordagem qualitativa em 20 Unidades Básicas de Saúde (UBS), no município de Caicó-RN. Foram feitas entrevistas com os profissionais de saúde que trabalham nas unidades, a fim de analisar a percepção desses trabalhadores, sobre os desafios do atendimento a um paciente com deficiência.

Entre as variáveis analisadas, 63% não conhecem a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência (2010) e, entre os que conhecem 80% consideram que as informações que detém são mínimas. Acerca do atendimento a esse público, 47% afirmam que já atenderam cerca de três a seis vezes essa população, sobretudo deficientes físicos, auditivos e visuais. Sobre as dificuldades na explicação dos procedimentos aos deficientes auditivos e visuais, 69% relatou comprometimento e cerca de 90% utilizou a ajuda de intérpretes, de familiares e de outras estratégias comunicativas (SILVA; CAMBOIM e NUNES; et. Al.; 2017).

Cruz; Silva e Souza; et. Al.; 2019 demonstram, também, em um estudo exploratório e quantitativo as condições de acessibilidade para deficientes em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Três Rios – RJ. A pesquisa concluiu que os espaços não estão adequados para acolher a população, demonstrando um descaso constitucional com a legislação vigente, uma vez que é presente nas políticas públicas o direito ao acesso à saúde com todas as condições necessárias. Ademais, o Sistema Único de Saúde (SUS) doutrina em seus três princípios-guia, a universalidade do acesso, a integralidade do serviço e, sobretudo, a equidade.

Para reafirmar os aspectos das legislações e das políticas públicas, Pagliuca; Mariano e Oliveira; et. Al.; 2015 realizaram um estudo descritivo e quantitativo que analisou a repercussão das políticas públicas inclusivas na óptica das pessoas com deficiência auditiva, visual e física. Como resultado, os pesquisadores discorreram que, ainda, há um sentimento de insatisfação, por parte da população, já que algumas políticas não foram, realmente, efetivadas ou não são relevantes para a sociedade. Além disso, afirmam ser pertinente a real implementação de recursos que firmem a inclusão social.

Urge, pois, a necessidade de treinamento e de capacitação aos profissionais, os quais vão prestar atendimento ao público deficiente, visto que essa atenção será diferenciada, com vista a cumprir o princípio da equidade, preconizado pela doutrina do Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe dizer que a qualificação precisa estar arraigada na graduação e, não, meramente, em uma melhoria de poucas horas, uma vez que o problema da comunicação no atendimento encontra-se no cenário das barreiras da linguagem e da cultura, em uma sociedade imersa no arcaico preconceito social (SILVA; CAMBOIM e NUNES; et. Al.; 2017).

Medeiros; Costa e Costa; 2017 em um estudo exploratório e descritivo analisam os empecilhos relatados por deficientes visuais no acesso aos serviços de saúde. Foram elucidadas barreiras físicas, como a dificuldade de atravessar a rua, devido à ausência de sinalização sonora; a presença de buracos; a limitação de pegar o ônibus, devido à dificuldade para pará-lo e ao não conhecimento do itinerário; além de unidades de saúde com entrada acidentada e com ausência de corrimões. Somado ao exposto, os participantes abordaram, também, a carência da acessibilidade social, visto que a recepção carece de bom acolhimento e de atenção pelo paciente com deficiência. Desse modo, há uma contribuição negativa para que os deficientes visuais alcancem os serviços de saúde.

Amaral; Rebouças e Silva; 2017, em suma, discorrem o que a literatura explana de forma constante, isto é, as Unidades de Saúde da Família (USF), ainda, são carentes na adequada infraestrutura para receber os deficientes visuais. Assim, é preciso enfocar a conscientização da

população e a capacitação dos profissionais e do ambiente físico, a fim de melhorar a assistência à saúde.

Ademais, o painel da Atenção Primária à Saúde (APS) preconiza a assistência humanizada e, nesse sentido, a ambiência e o acolhimento são peças cruciais para o bom atendimento, visto que se sustentam em relações de solidariedade e de confiança, amparando a formação de um bom vínculo entre os profissionais da saúde e os pacientes. Assim, a "ambiência na saúde compreende o espaço físico, social, profissional e de relações interpessoais que deve estar em sintonia com um projeto de saúde voltado para a atenção acolhedora, resolutiva e humana" (BRASIL, 2010, p.4). Tudo isso, visa trabalhar a humanização em saúde, sendo que "humanizar se traduz como inclusão das diferenças nos processos de gestão e de cuidado, através de estratégias construídas entre trabalhadores, usuários e gestores dos serviços de saúde" (BRASIL, 2013, p.4).

É preciso abordar o panorama da deficiência, também, na instituição familiar, sendo que mesmo nesta, a rejeição e o desprezo estão presentes. Pintanel; Gomes e Xavier; 2013 traduzem em um estudo descritivo e qualitativo as dificuldades no cuidado de mães com filhos deficientes visuais. Em suma, o meio familiar considerado como o primeiro espaço de interação e de socialização, é, na verdade abalado pelo desconhecimento da causa da deficiência e da forma de cuidar da criança. Além do mais, reclamam da sobrecarga familiar e da carência da figura paterna no zelo para com a criança. Há, também, a superproteção materna e o preconceito e a vergonha por parte dos próprios irmãos e avós, o que gera desentendimentos e difíceis relações no lar.

Aragão; Sousa e Silva; et. Al.; 2011 confirmam as informações expostas acima e indica que o perfil das cuidadoras são as mães, do lar e com baixo nível de escolaridade. Isso indica o papel, culturalmente, atribuído ao gênero feminino e, a precisão de deixar a rotina diária e os anseios, para dedicar-se à família. Além disso, partindo do pressuposto das mulheres, das crianças e dos idosos como um público exposto à vulnerabilidade e às minorias sociais, Nicolau; Schraiber e Ayres; 2013 e Amaral; Motta e Silva; et. Al.; 2012 abordam em seus estudos a questão das mulheres e dos idosos com deficiência, respectivamente, demonstrando uma dupla vulnerabilidade.

Justificando o fato acima, as pessoas com deficiência integram os grupos considerados mais vulneráveis. Inicialmente, devido às especificidades do próprio grupo, mas também por fazerem parte dos estratos populacionais mais pobres. Isso repercute no seu desempenho ocupacional e, consequentemente, na sua qualidade de vida (MUNGUBA; VIEIRA e PORTO; 2015).

É notório que à medida que a senescência instala-se, a concentração de distúrbios e de patologias é aumentada. Além do mais os portadores de deficiências, também, apresentam uma tendência maior aos processos crônico-degenerativos, necessitando, dessa forma, de uma atenção mais frequente. Muitas vezes, há a falta de atendimento prioritário, a demora no tempo do acolhimento e a carência de uma assistência domiciliar de qualidade. Todos esses impasses interferem em uma adequada promoção, prevenção e reabilitação da saúde (AMARAL; MOTTA e SILVA; et. Al.; 2012).

A promoção da saúde centra-se em propostas abordadas pela carta de Ottawa (1986) e pela Conferência de Alma-Ata (1978), as quais abordam um processo de capacitação da comunidade, para agir na melhoria da qualidade de vida e da saúde. Desse modo, a promoção da saúde é, também, alvo da Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência (2010), a qual tem como diretriz a qualificação de recursos humanos, a fim de direcionar as ações de saúde. Por tais razões, essa reivindicação demanda constante treinamento e melhorias nos campos de assistência especial, pois esta é a melhor maneira de alcançar a equidade e a integralidade em saúde (CEZARIO; OLIVEIRA e BAPTISTA; et. Al.; 2010).

Percebe-se que por meio da expansão da produção científica, o conhecimento dos assuntos de importância na saúde pode ser encontrado e, desse modo, direcionar a elaboração de medidas que amparem a assistência à saúde e que regulamentem o cumprimento da legislação vigente (CAMPOS; SOUZA e MENDES; 2015). Ademais, é sempre relevante o incentivo à pesquisa, visto que a fundamentação teórica é um alicerce à capacitação profissional. Sendo assim, os 20 científicos analisados e os materiais legislativos sobre o tema permitiram subsídio para discutir sobre os empecilhos e as estratégias no acesso dos deficientes aos serviços de saúde. São notórias as limitações, mas também, benefícios existem. Cabe, realmente, à população a reivindicação dos seus direitos e aos gestores, a resolutividade do que é pregado.

CONCLUSÃO

A presente revisão literária permitiu concluir que a visão é um sistema-guia na percepção do meio ambiente, sendo um canal para o relacionamento interpessoal e para o convívio em sociedade. Esse sentido abrange um amplo espectro que varia da cegueira total à visão total, incluindo, nesse meio, a baixa visão ou a visão subnormal, segundo critérios quantitativos.

A literatura mostra a epidemiologia da deficiência visual, indicando um público masculino, com cegueira adquirida e morador de países em desenvolvimento. Sendo assim, afirma-se que os portadores de deficiência são um grupo, intrinsecamente, vulnerável e, crianças, mulheres e idosos com deficiência são, dessa forma, duplamente vulneráveis.

A deficiência aliada à senescência pressupõe a constante presença de processos crônico-degenerativos e a precisão de assistência à saúde. Dessa forma, a busca pelos serviços de saúde, por parte desse grupo, é frequente. Todavia, limitações na acessibilidade estão presentes, devido às barreiras físicas e, também, sociais, sobretudo porque há a carência da implementação do que prezam as políticas públicas, além do preconceito, culturalmente, arraigado na sociedade e, frequentemente, existente na instituição familiar, prejudicando a criação e a socialização primária das crianças deficientes.

A Atenção Básica como ordenadora do cuidado é o foco na busca pela assistência humanizada e pela promoção de saúde, uma vez que prega a universalidade de acesso, a integralidade do cuidado, a garantia de equidade e de resolutividade, em concordância com o Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, urge a precisão de qualificação dos recursos humanos e, a tentativa de romper barreiras arquitetônicas e paradigmas socioculturais, buscando a plenitude no acesso à saúde para os deficientes.

Além do mais, o conhecimento é, sempre, peça fundamental na geração de mudanças, o que significa a relevância de incentivar a pesquisa científica e a busca na literatura de recursos que auxiliem a capacitação dos indivíduos e, também, amparem o despertar para a promoção de um serviço de saúde com mais acessibilidade e com mais equidade. Logo, esta revisão da literatura cumpriu seu objetivo ao analisar materiais e ao elaborar uma discussão crítica e reflexiva, a qual integrou estudos e conteúdo legislativo. Isso serviu de amparo para uma aprendizagem significativa e para o conhecimento da realidade do acesso dos deficientes visuais aos serviços de saúde e, por conseguinte, direcionar estratégias de intervenção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. S. V.; LYRA, T. M. e FARIAS, S. F.; et. Al. Acessibilidade aos serviços de saúde: uma análise a partir da Atenção Básica em Pernambuco. **Saúde Debate,** Rio de Janeiro, 2014.

ALVES, I. C. R.; NASCIMENTO, L. A. L. e KEYS, E. M. B.; et. Al. **A evolução dos suportes de informação e sua acessibilidade pelos deficientes visuais.** XXV Congresso Brasileiro de

Biblioteconomia, Documento e Ciência da Informação – Florianópolis, SC, Brasil, 07 a 10 de julho de 2013.

AMARAL, A. P. S.; REBOUÇAS, D. S. V. e SILVA. M. P.; et. Al. Acessibilidade nas unidades de saúde da família. **Rev enferm UFPE on line.,** Recife, 2017.

AMARAL, F. L. J. S.; MOTTA, M. H. A. e SILVA, L. P. G.; et. Al. Fatores associados com a dificuldade no acesso de idosos com deficiência aos serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva,** 2012.

AMORIM, E. G.; LIBERALI, R. e MEDEIROS NETA, O. M. Avanços e desafios na atenção à saúde de pessoas com deficiência na atenção primária no Brasil: uma revisão integrativa. **Holos,** 2018.

ARAGÃO, A. K. R.; SOUSA, D. e SILVA, K.; et. Al. Acessibilidade da Criança e do Adolescente com Deficiência na Atenção Básica de Saúde Bucal no Serviço Público: Estudo Piloto. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr,** João Pessoa, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Cartilha da Política Nacional de Humanização – Humanizasus.** Brasília – DF. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Ambiência.** 2. ed. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Portaria nº 3.128, de 24 de Dezembro de 2008.** Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

CAMPOS, M. F.; SOUZA, L. A. P. e MENDES, V. L. F. A rede de cuidados do Sistema Único de Saúde à saúde das pessoas com deficiência. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação,** 2015.

CEZARIO, K. G.; OLIVEIRA, P. M. P. e BAPTISTA, R. S.; et. Al. Promoção da saúde e deficiência visual: produção das pós-graduações brasileiras. **Rev. Rene. Fortaleza,** v. 11, n. 2, p. 187-196, abr./jun. 2010.

CRUZ, R. P.; SILVA, R. A. e SOUZA, J. P.; et. Al. Acessibilidade para pessoas com deficiência na atenção básica de saúde em Três Rios, Centro Sul Fluminense. **Enfermagem Brasil,** 2019.

Deficiência visual / Marta Gil (org.). – Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, **Cadernos da TV Escola,** 2000.

GOMES, T. C. F. e FRANCISCO, N. P. F. **Acessibilidade: revisão bibliográfica.** XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. 2008.

MEDEIROS, T. M.; COSTA, K. N. F. M. e COSTA, T. F.; et. Al. Acessibilidade de pessoas com deficiência visual nos serviços de saúde. **Rev enferm UERJ,** Rio de Janeiro, 2017.

MUNGUBA, M. C. S.; VIEIRA, A. C. V. C. e PORTO, C. M. V. Da invisibilidade à participação social: promoção da saúde em pessoas com deficiência. **Rev Bras Promoç Saúde,** Fortaleza, 2015.

NICOLAU, S. M.; SCHRAIBER, L. B. e AYRES, J. R. C. M. Mulheres com deficiência e sua dupla vulnerabilidade: contribuições para a construção da integralidade em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva,** 2013.

ORTEGA, M. M.; SALIBA, T. A., GARBIN, A. J. I. e GARBIN, C. A. S. Assistência em saúde bucal na percepção das pessoas com deficiência visual. **Cad. Saúde Colet.,** Rio de Janeiro, 2019.

PAGLIUCA, L. M. F.; MARIANO, M. R.; e OLIVEIRA, P. M. P.; et. Al. Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem,** 2015.

PINTANEL, A. C.; GOMES, G. C. e XAVIER, D. M. Mães de crianças com deficiência visual: dificuldades e facilidades enfrentadas no cuidado. **Rev Gaúcha Enferm.,** 2013.

SILVA, M. J.; CAMBOIM, F. E. F. e NUNES, E. M.; et. Al. Acolhimento e atendimento a pessoas com deficiência na atenção básica: análise das dificuldades apontadas pelos profissionais de saúde. **Temas em Saúde,** João Pessoa, 2017.

PSICOLOGIA

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL NA GESTÃO DAS EMPRESAS

THE IMPORTANCE OF THE ORGANIZATIONAL PSYCHOLOGIST IN BUSINESS MANAGEMENT

Juliana Aparecida de Araújo[1]
Bráulio Emílio Maciel Faria[2]

Resumo: O presente estudo objetivou investigar as contribuições dos psicólogos organizacionais no implemento de gestões produtivas, considerando as atribuições do papel organizacional do psicólogo e as alterações desta profissão na contemporaneidade. Também intencionou oferecer um maior entendimento da importância do profissional dentro das empresas e compreender os principais desafios que circundam tal profissão no contexto atual, além de servir como material de estudo para pesquisadores e demais interessados no assunto. Para tanto, foi realizada uma revisão conceitual de literatura acerca da área estudada, fundamentando o estudo em artigos e livros relacionados à Psicologia Organizacional, à importância do psicólogo no ambiente de trabalho e aos desafios enfrentados atualmente. A psicologia organizacional atua na aplicação de métodos psicossociais na prevenção e resolução de conflitos no ambiente de trabalho, ressaltando a importância de seu papel nas organizações. Conclui-se que o tema é de grande relevância no mercado atual, o qual desperta o interesse de muitas empresas que esperam resultados positivos tanto para os negócios quanto para os funcionários, assim como um incentivo para novas pesquisas na área. Estima-se a ampliação do papel do psicólogo no ambiente de trabalho e o fortalecimento deste profissional nas organizações.

Palavras-chave: Psicologia. Psicólogo. Organizacional. Gestão de Pessoas.

Abstract: The present study aimed to investigate the contributions of organizational psychologists in the implementation of productive management, considering the attributions of the organizational role of the psychologist and the alterations of this profession in contemporaneity. Also intentioned to offer a greater understanding of the importance of the professional within the companies and understand the main challenges that surround this

[1] Bacharel em Psicologia pela Faculdade Patos de Minas (FPM). E-mail: julianaaraujoaraujo@hotmail.com

[2] Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos pela FPM. Graduado em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP). Docente do curso Psicologia na FPM. E-mail: braulioemilio@gmail.com

Recebido em 22/03/2020
Aprovado em 01/04/2020

profession in the current context, besides serving as a study material for researchers and other Interested in the subject. To this end, a conceptual review of the literature on the studied area was conducted, supporting the study in articles and books related to organizational psychology, the importance of the psychologist in the workplace and the challenges currently facing. The organizational psychology acts in the application of psychosocial methods in the prevention and resolution of conflicts in the workplace, highlighting the importance of its role in organizations. It is concluded that the theme is of great relevance in the current market, which awakens the interest of many companies that expect positive results for both business and employees, as well as an incentive for further research in the area. It is estimated the expansion of the role of the psychologist in the workplace and the strengthening of this professional in organizations.

Keywords: Psychology. Psychologist. Organizational. People Management.

1 INTRODUÇÃO

O universo empresarial tem sofrido diversas transformações em busca de um constante crescimento, sendo que tais mudanças influenciam cada vez mais os profissionais a permanecerem dentro das atualidades, a fim de ser competitivo o bastante para conquistar o sucesso almejado. Esta corrida profissional tem sido a causa do aumento do nível de estresse e esgotamento visto dentro das organizações, independente do segmento de atuação, induzindo a várias doenças físicas e psicológicas (Zanelli & Bastos, 2004).

Neste contexto, muitas empresas se voltam para a implementação de programas que visam a qualidade de vida do trabalhador, aplicados com o propósito de evitar que a rotina estressante desgaste tanto o corpo quanto a mente do funcionário. Estas atividades geralmente são elaboradas pelo departamento de Recursos Humanos, onde vários profissionais trabalham em prol do bem-estar, dentre os quais cita-se o assistente social, o médico do trabalho e o psicólogo organizacional, sendo este último o cerne do presente artigo (Rodrigues, 2001).

Conforme publicado no Portal Oficial da Presidência da República do Brasil, a profissão de psicólogo no Brasil foi regulamentada pela Lei nº 4.119 de agosto de 1962, presente no Decreto nº 53.464 de 21 de janeiro de 1964, os quais regimentam a formação acadêmica e o exercício da profissão de psicólogo. Para Antunes (2001), a psicologia começou a ser aplicada nas organizações na década de 20, sendo intensificada a partir dos anos 30, quando as empresas ferroviárias em plena ascensão selecionavam pessoas para seu quadro de funcionários.

A psicologia organizacional, dentre as diversas áreas da psicologia, atua dentro das empresas, desenvolvendo funções como a compreensão do comportamento humano no contexto organizacional, trabalho em equipe para diagnosticar e solucionar questões relativas a

Recursos Humanos, análise das atividades desenvolvidas na organização, promoção de recursos que viabilizam o bem-estar do colaborador e consequente produtividade dos mesmos, dentre outros (Bastos & Galvão-Martins, 1990).

Tendo em vista o crescimento contínuo das empresas e sua busca por profissionais capacitados, observou-se que este tema é altamente relevante para o contexto empresarial atual, uma vez que os recursos oferecidos pelos profissionais da psicologia organizacional permitem uma melhor gestão dos funcionários e a valorização da qualidade de vida no trabalho. O presente artigo poderá acrescentar conhecimento acerca da psicologia organizacional aos integrantes do mercado de trabalho.

Pessoalmente, o tema desperta grande interesse nas experiências da área organizacional e na importância do papel do psicólogo dentro de uma empresa, assim como as possibilidades de atuação e contribuição do profissional no mercado de trabalho contemporâneo. Estima-se que a confecção do presente estudo, desde pesquisas e leituras até a conclusão, forneça grande bagagem acadêmica e profissional à autora.

O estudo embasado através da leitura de livros, artigos científicos, teses e dissertações obtidos em bibliotecas virtuais através das palavras-chave ‘psicologia organizacional’, ‘psicólogo organizacional’ e ‘gestão de pessoas’, possui um caráter exploratório e descritivo visando analisar as contribuições do psicólogo tanto para a empresa quanto para o funcionário. É perceptível que o papel deste profissional dentro das organizações ainda é muito discutido, ficando a cargo deste se capacitar e se atualizar para atender às necessidades das empresas, uma vez que o caminho é longo, mas muito promissor.

Neste contexto, desperta-se questionamentos: Como a psicologia vem se adaptando e se aperfeiçoando diante das crescentes mudanças globais, principalmente no mercado de trabalho? Como tais mudanças são encaradas pelo profissional psicólogo? Quais são as exigências impostas para exercer o papel de um psicólogo no ambiente organizacional? Quais são os desafios que o profissional desta área enfrenta no mercado atual? Desta forma, o presente artigo teve por objetivo investigar as contribuições dos psicólogos organizacionais e as atribuições de seu papel na contemporaneidade; averiguar os pontos relevantes necessários para assumir tal função e refletir acerca da importância deste profissional, bem como sua colaboração no processo de gestão de pessoas.

2 UM RETRATO DA PSICOLOGIA

2.1 Constituição histórica da psicologia

Entende-se que a psicologia é a ciência que lida com a alma, com a psique, com a mente e com o comportamento, sendo um conjunto de funções separadas em três vias: a via ativa, relacionando movimentos, instintos, hábitos, vontades, liberdade, tendências e inconsciente; a via afetiva, que envolve prazer e dor, emoção, sentimento, paixão e amor; e a via intelectual, incluindo sensação, percepção, imaginação, memória, ideias e associação de ideias. Quando reunidas e em um trabalho conjunto, estas vias se sistematizam em grandes sínteses mentais, tais como: atenção, linguagem e pensamento, inteligência, julgamento, raciocínio e personalidade, presentes na vida de cada um dos seres viventes (Gomes, 2006).

O ser humano, em seu percurso ao longo da história, evolui fisicamente e mentalmente, recebendo influências de grupos sociais de diferentes modos, as quais desencadeiam situações favoráveis e desfavoráveis. O desenvolvimento psicológico consiste na formação das sínteses mentais expressadas no modo de agir e de sentir em cada uma das situações enfrentadas, constituindo o perfil do indivíduo. Esta personalidade, instigada pelas funcionalidades das sínteses, compõe alvo de estudo da psicologia, assim como suas diversas reações, ligações e interação com a sociedade (Gomes, 2006).

A psicologia, no entanto, nem sempre foi representada como é atualmente. No começo do século XIII já haviam pesquisas científicas com o intuito de estudar a mente, mas somente na Primeira Guerra Mundial houve uma aparição concreta da psicologia, através do desenvolvimento de testes utilizados para selecionar e classificar os novos soldados. Na Segunda Guerra Mundial, esta ciência foi abordada de forma mais diversificada como intervenção psicológica com militares, elaboração de propaganda de guerra e de estratégias, além de treinamento de indivíduos destinados a missões secretas (Barbosa, Matos, & Machado, 2013).

Em se tratando da psicologia voltada para as organizações, Macedo (1993 citado por Tannhauser, 1994) sugere que “a psicologia teve um caráter bastante imediatista, utilizando basicamente métodos quantitativos de avaliação. Após a guerra, a Psicologia desenvolveu métodos e técnicas de investigação e intervenção, sofrendo influências das teorias da Administração” (p. 23). Nos anos iniciais, nas décadas de 30 e 40 do século XX, a psicologia focava principalmente na seleção e colocação de pessoal nas empresas através da utilização de testes psicológicos.

Posteriormente, durante os anos 50 do mesmo século, os aspectos das relações humanas como interação dos grupos, processos de supervisão e liderança, comunicação entre os diversos níveis, atitudes e moral do líder e do subordinado, se tornaram pontos importantes da psicologia nas empresas. Nos anos 60, as estruturas organizacionais foram amplamente estudadas pela área, e logo após o conceito de ergonomia a fim de adaptar os equipamentos, instalações e tarefas às capacidades e ao bem-estar dos indivíduos (Tannhauser, 1994).

A psicologia é uma ciência vasta e possui diversos campos de atuação, incluindo as tradicionais áreas clínica, escolar e organizacional, com um enorme conjunto de aplicações auxiliadas pelos processos psiconeurológicos e memória. Conforme citado por Gomes (2006), a história da psicologia evidenciou-se por grandes escolas, que eram basicamente formulações teóricas acerca do conceito ou da ideia do que deve ser a psicologia. Como exemplo destas escolas que perduram até a atualidade, temos a psicanálise, o behaviorismo, o Gestalt e o funcionalismo.

Entende-se que a psicologia vai sendo construída ao passo que a humanidade constrói a si mesma e ao seu mundo através das elaboradas ideias psicológicas acerca do ambiente que o envolve, ideias estas que se referem a processos individuais e subjetivos como as percepções e as emoções. Ao se falar sobre o desenvolvimento da psicologia, refere-se ao mesmo tempo ao processo, à elaboração e à criação do pensamento humano, assimilando que o homem e suas ideias psicológicas estão em constante movimento (Cambaúva, Silva, & Ferreira, 1998).

2.2 A psicologia na contemporaneidade

As diversas alterações no cenário global promovem impactos profundos que incentivam as diferentes áreas do conhecimento a aprofundar seus estudos, a fim de buscar algum sentido para este cotidiano mundial que se tornou caótico. As ciências sociais são um exemplo do novo contexto intelectual, onde antigas referências teóricas foram abandonadas e novos conhecimentos foram adquiridos para assimilar o mundo globalizado e seus laços com a sociedade (Leitão & Nicolaci-da-Costa, 2003).

No campo da psicologia, ainda se utiliza muitas teorias tradicionais para interpretar os impactos psicológicos que esta era moderna trouxe aos indivíduos, não descartando, porém, a indispensabilidade de aprimoramento das técnicas e conhecimentos da área com o intuito de atender às necessidades das pessoas e das empresas. Conforme Leitão e Nicolaci-da-Costa (2003), “com muita frequência, os psicólogos analisam novos sentimentos, comportamentos e conflitos humanos como diferentes manifestações de velhas e conhecidas tendências, deixando

de captar aquilo que de novo emerge na configuração psicológica do homem contemporâneo" (p. 422).

Esta análise deixa de considerar as profundas transformações sociais que geram mudanças no aspecto psicológico igualmente impactante, colocando a sociedade contemporânea diante de novas e desconhecidas experiências. Desta forma, é vital que a psicologia esteja a par das transformações sociais que estão decorrendo para que seja capaz de compreender tais impactos, seja na área pessoal ou profissional dos indivíduos (Leitão & Nicolaci-da-Costa, 2003).

Neste prisma, observa-se que a psicologia evoluiu consideravelmente sua abrangência e especializações, a fim de atender a cada demanda e entender cada situação em particular. Segundo o Conselho Regional de Psicologia (CRP, 2015), são diversas as áreas de atuação, sendo elas a Escolar/Educacional, a Organizacional e do Trabalho, a de Trânsito, a Jurídica, a do Esporte, a Clínica, a Hospitalar, a Psicopedagogia, a Psicomotricidade, a Social e a Neuropsicologia.

A psicologia está, sobretudo, voltada para a saúde do indivíduo e, por este motivo, obteve-se a inserção do profissional nos serviços públicos de saúde no final da década de 70. Pretendia-se reconstruir uma imagem alternativa e menos invasiva dos hospitais psiquiátricos, além de reduzir custos e obter maior eficácia nos atendimentos através da formação de grupos multiprofissionais de auxílio e apoio psicológico à sociedade (Pires & Braga, 2009).

Pires e Braga (2009) mencionam que existem dois fatores que cooperaram para que os psicólogos estivessem presentes no setor da saúde. O primeiro deles seria a redução de atendimentos psicológicos privados, efeito da crise econômica a qual o país estava enfrentando na época. O segundo fator está relacionado à crítica à psicologia clínica habitual, alegando que esta não apresentava as mudanças sociais e sugerindo práticas alternativas socialmente proeminentes.

Percebe-se que a psicologia vem se modificando, se adaptando e aperfeiçoando a cada dia frente às mudanças na globalização, oferecendo inúmeras esferas de estudo e despertando o interesse de muitos estudantes, sem extraviar-se de seu foco principal de conhecer o lado psíquico do indivíduo, transformando-o consciente de suas ações a fim de uma melhor qualidade de vida (Santos & Caldeira, 2014).

3 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ORGANIZACIONAL

3.1 Psicologia organizacional: perfil e funções básicas

Assim como várias outras ciências, a psicologia se divide em diversos ramos de pesquisa e atuações, sendo uma das maneiras de conhecer os vários fenômenos humanos. A Psicologia Organizacional e do Trabalho, denominada POT, perfaz uma das subdivisões da área e tenciona fornecer conhecimentos para compreensão de fatos e soluções de problemas voltados às atividades laborais. Neste sentido, a POT se interessa pelos comportamentos apresentados pelo ser humano como indivíduo integrante de uma equipe, assim como as possibilidades de prognóstico de alguns atos e pelas regras gerais que se aplicam ao comportamento dentro do ambiente em que está inserido (Santos, 2012).

A POT tem sido vista não apenas como um ramo de atuação e formação profissional, mas também como um meio de produção de conhecimento e, por este motivo, tem despertado o interesse de muitos estudiosos que realizam pesquisas voltadas para "a relevância social do papel do profissional, as implicações ideológicas da atuação e da produção de conhecimento no campo, as dificuldades de identificação do indivíduo com a profissão e a necessidade de atuações que tenham interseção com outras ciências" (Lopes & Belo, 2013, p. 21).

Conforme Campos, Duarte, Cezar e Pereira (2011), a POT perfaz um campo de atuação interdisciplinar que envolve ocorrências organizacionais desenvolvidas em torno de um conjunto de questões relacionadas ao bem-estar e a qualidade de vida do trabalhador. Os autores ainda definem como sendo um campo para aplicabilidade dos conhecimentos derivados da ciência psicológica aos conteúdos relacionados ao trabalho humano, visando a promoção da saúde do trabalhador e a sua consequente satisfação em trabalhar neste ambiente.

O termo 'Psicologia Organizacional e do Trabalho' começou a ser utilizado na década de 90 e visa refletir os fenômenos que envolvem aspectos psicossociais entre o ser humano e as organizações, assim como o indivíduo e o trabalho ao qual exerce. Tais fenômenos organizacionais se encaixam na esfera psicossocial, pois estruturam a vida dos colaboradores diante da sociedade, assim como o trabalho é compreendido como elemento transformador da vida psíquica, social, cultural, política e econômica (Tonetto, Amazarray, Koller, & Gomes, 2008).

As organizações passaram por inúmeras transformações econômicas e políticas ao longo dos anos e que impactaram não só as relações de produtos, mas também as relações sociais, tanto externa quanto internamente. Tais alterações significativas implicam diretamente a rotina

do trabalhador, exigindo uma atuação modificada e direta dos profissionais envolvidos com a gestão de pessoas. Neste contexto, o trabalho exercido pelo psicólogo pode ser descrito como agente e participante do processo, uma vez que lida com as mudanças e busca novas atuações que auxiliam as empresas e seus colaboradores (Lopes & Belo, 2013).

Diante das rápidas e importantes transformações, a psicologia percebeu a necessidade de aplicar os conhecimentos da área aos novos problemas que surgiam. Antes uma POT enfatizada na avaliação e seleção de pessoal, passou a se envolver com os interesses, motivações e satisfação dos funcionários, estendendo também suas atividades ao desenho de sistemas e equipes que fornecem maior segurança, saúde e produtividade. A evolução do mercado de trabalho passou a formar colaboradores e profissionais psicólogos envolvidos com saúde mental e desenvolvimentos pessoal a fim de reduzir o nível de estresse, absenteísmo e aposentadoria precoce (Campos et al., 2011).

Zanelli (2004 citado por Lopes & Belo, 2013), menciona quatro níveis fundamentais de intervenção da POT, auxiliando na compreensão da mesma. Tais fenômenos são amplos e diversificados, necessitando um constante trabalho interdisciplinar para alcançar os objetivos da POT. O nível individual é relativo às características pessoais do indivíduo que podem influenciar o trabalho; já o nível grupal refere-se à dinâmica entre as pessoas existente no ambiente de trabalho; o nível organizacional relaciona a estrutura da organização, assim como sua política e sua cultura; por fim, o nível contextual ou ambiental estende-se ao contexto social e econômico no qual a organização pertence.

Assim, o psicólogo organizacional irá atuar estabelecendo estratégias direcionadas para os vários níveis hierárquicos da organização, estabelecendo objetivos a curto, médio e longo prazo aos colaboradores. Para tanto, ter flexibilidade para trabalhar em equipe, possuir uma visão estratégica e uma boa comunicação, ser imparcial e possuir um espírito crítico são imprescindíveis para que o profissional psicólogo possa lidar com as pretensões da empresa e dos funcionários (Lopes & Belo, 2013).

As práticas exercidas pela POT possibilitam transformações positivas observadas nas melhorias ergonômicas, na inclusão social, na promoção à saúde e nos relacionamentos. Em suma, conforme mencionado por Campos et al. (2011), o papel do psicólogo organizacional é atuar como facilitador e conscientizador entre os diversos grupos existentes dentro da empresa visando uma dinâmica ampla e positiva que fortaleça os relacionamentos e possibilite uma excelente qualidade de vida no trabalho.

3.2 As novas áreas da psicologia organizacional

Atualmente o trabalho se tornou uma fonte notável de vínculo social e, a partir dele, os indivíduos criam laços externos à familiaridade, formam crenças, criam identidades e se integram ou criam grupos. À medida que o mercado de trabalho cresce e se transforma, as condições de trabalho determinam novos rumos às pessoas que, consequentemente, necessitam se adequar aos padrões determinados pela sociedade e pelo mercado (Santos & Caldeira, 2014).

Tais alterações, por vezes, não são completamente benéficas ao trabalhador, mesmo que sejam necessárias. A saúde mental não é restringida apenas a sanar ou prevenir doenças, mas também implementar recursos que forneçam melhores condições de saúde para o trabalhador. Conforme Bleger (1984 citado por Heloani & Capitão, 2003), o resultado esperado não está apenas na inexistência de doenças, mas sim na evolução constante e por completo das pessoas e da comunidade. Enfatiza-se os esforços da doença para a saúde, observando a forma como os indivíduos vivem rotineiramente.

Neste contexto, a psicologia organizacional surge como mediador entre a empresa e o funcionário, trabalhando o psíquico do indivíduo e tornando-o consciente de suas ações, moldando-as para uma melhor qualidade de vida. A psicologia, inicialmente direcionada à indústria, atuava basicamente com recrutamento, seleção e treinamento pessoal, caracterizando uma típica visão taylorista de lucro e produção. Hoje, com o passar dos anos, atua de diversas formas, sempre contribuindo para um ambiente estável e uma qualidade de vida no trabalho que favoreça o colaborador (Santos & Caldeira, 2014).

Para tanto, a atuação do psicólogo organizacional compreende assessoria e consultoria na área de Gestão de Pessoas, auxiliando empresas de todos os portes a cuidarem de seus funcionários através de ferramentas de gestão adequadas. Dentre um enorme gama de ferramentas e atuações, estão o treinamento e desenvolvimento de equipes, avaliações de potencial, acompanhamento funcional, análise de cargos e salários, avaliações de desempenho, pesquisas de clima organizacional, plano de benefícios, programas de coaching, dentre outros (Lanzarini, 2018).

Bastos e Galvão-Martins (1990) relacionam um ciclo de objetivos da atuação do psicólogo organizacional: realizar estudos e pesquisas voltadas para a produção de conhecimentos e tecnologias relativas à psicologia organizacional, assim como o planejamento ambiental, elaboração e definição de políticas de RH; desenvolver ações relativas à avaliação, aperfeiçoamento, reciclagem profissional e formação de mão-de-obra a fim de constituir o quadro de colaboradores; desenvolver ações que permitam uma adequada alocação e controle

da funcional do trabalhador; e, por fim, definir e implementar programas que visam a saúde, proteção, valorização e satisfação do trabalhador e que facilite o seu acesso a bens e serviços básicos.

Salienta-se que, para que o psicólogo organizacional exerça um papel primordial, conquiste espaço nas empresas e agregue valor, é imprescindível que suas ações sejam embasadas no entendimento do fenômeno psicológico nas organizações, adquiridos mediante a utilização de diferentes meios e níveis de análise e intervenção. Para Zanelli (2004 citado por Lopes & Belo, 2013), o primeiro nível é técnico e superficial, onde o profissional intervém apenas com instrumentos e procedimentos já disponíveis; no segundo, inicia uma participação moldagem de estratégias que visam uma demanda específica; e no terceiro nível, cria uma política organizacional que considere uma técnica eficaz unida a ações estratégicas, visando melhor qualidade no ambiente de trabalho e maior produtividade.

3.3 Desafios para o psicólogo organizacional

As relações existentes entre a psicologia e o trabalho constituem pontos de importância indubitável, tanto para a formação do conhecimento e práticas teóricas, quanto para profissionalização do psicólogo na área. Leão (2012) relaciona a psicologia do trabalho como o "campo de compreensão e intervenção sobre o trabalho e as organizações, visando analisar a interação das múltiplas dimensões que caracterizam pessoas, grupos e organizações, com a finalidade de construir estratégias e procedimentos que promovam, preservem e reestabeleçam o bem-estar" (p. 292).

Nesta perspectiva, observa-se a importância do psicólogo buscar uma visão modificada de práticas, acrescentar atividades mais complexas e menos tradicionais ao esquema de trabalho, uma vez que métodos defasados dificultam as possibilidades de intervenção e integração das diversas áreas de uma empresa. O profissional deve desenvolver novas competências, tanto técnicas quanto políticas, e ser capacitado a atender as demandas sociais, buscando sempre melhorar o ambiente de trabalho (Lopes & Belo, 2013).

Frequentemente, o psicólogo organizacional enfrenta dificuldades no meio empresarial devido a imagem que se tem a respeito deste profissional. Os funcionários idealizam o psicólogo como uma pessoa fechada, de postura rígida, sem possibilidade de comunicação aberta e que, por fazer parte da gestão de pessoas, a qualquer momento pode demitir um colaborador. Para que tal imagem seja revertida, o profissional deve atuar de forma preventiva,

orientadora, comunicativa e educacional nas empresas, adaptando os procedimentos e sistemas a fim de diminuir o estresse diário (Tannhauser, 1994).

Diante das mudanças no mundo do trabalho, foi necessário que os profissionais da POT moldassem suas técnicas e ferramentas para acompanhar tal desenvolvimento, deixando de lidar apenas com funções mecanicistas e recorrendo a métodos que envolvem relações no trabalho, ambiente no trabalho, formação de equipes e saúde psíquica dos funcionários. Implementar tais ações muitas vezes se torna um revés para o psicólogo, visto que muitas empresas querem funcionários saudáveis, mas não investem tempo e recurso para tal, impondo restrições ao trabalho do psicólogo com os colaboradores (Santos & Caldeira, 2014).

> Por fim, merece destaque novas ênfases na produção de conhecimentos, métodos e técnicas de atuação do psicólogo do trabalho originadas das realidades, necessidades, características e particularidades do Brasil enquanto uma formação social específica, eivada de graves problemas estruturais como a desigualdade de renda, raça/cor, gênero, as injustiças sociais, a pobreza extrema e as disparidades regionais. Atentar ao contexto nacional contribui para escapar aos modismos e a reprodução acrítica de teorias e métodos oriundos de conjunturas sociais, políticas, culturais e econômicas muito distintas do Brasil (Leão, 2012, p. 303).

Compreender os múltiplos aspectos da vida de uma pessoa e como eles interagem com outros grupos e organizações em meio às transformações, a fim de promover e preservar a qualidade de vida é um dos principais desafios da POT. Para acompanhar as mudanças ocasionadas pela globalização, é necessário que as pessoas se adaptem às condições impostas pela sociedade, ultrapassem seus limites, aprendam habilidades consideradas impossíveis e altere sua identidade, estreitando laços com outras áreas como sociologia, ciências, políticas, economia e administração. Afinal, o conhecimento é um fenômeno composto por diversas áreas que se completam (Tonetto et al., 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o mundo empresarial tem sofrido diversas e constantes alterações, o que conduz as empresas a se adaptarem ao mercado corporativo contemporâneo na tentativa de permanecerem competitivos frente à concorrência. Neste contexto, observa-se a valorização do capital humano na organização e a importância de se investir tempo e recursos na capacitação e desenvolvimento do funcionário. Empresas que antes focavam seus esforços unicamente no

capital monetário perceberam que, para obter uma gestão inovadora apta para o mercado atual, é necessário investir na qualidade de vida existente no ambiente de trabalho.

Para tal demanda, a Psicologia Organizacional e do Trabalho, conhecida como POT, tomou espaço à vista dos empreendedores, deixando de atuar apenas em testes psicológicos e seleção de pessoal, passando a exercer novas técnicas para o desenvolvimento e humanização das organizações, prevenindo conflitos que prejudicam a saúde mental do trabalhador. Se tornou perceptível, conforme citado por diversos autores da literatura no presente estudo, a importância do psicólogo organizacional ao atuar como agente facilitador das relações pessoais e grupais, proporcionar e estimular o fortalecimento das comunicações, promover interações sadias entre os diversos grupos existentes na empresa, além de propiciar o crescimento e desenvolvimento profissional e pessoal dos indivíduos.

O presente estudo possibilitou a expansão de conhecimentos acerca da POT contextualizada no novo cenário das organizações e de como a psicologia vem se adaptando para atender à demanda das empresas, ficando clara a necessidade de buscar novas reflexões continuamente. Os desafios da POT ainda são muitos e, apesar de haver um grande avanço nos últimos tempos, cabe aos profissionais ampliar os seus pensamentos na área e expandir seus interesses em ideias atualizadas e novas técnicas, seja por meio de estudos individuais ou cursos específicos.

O trabalho do psicólogo organizacional somado à atuação de outros profissionais da empresa, quando focado em um objetivo partilhado e distinções claras de atuação, permite obter desfechos notáveis e consideráveis que influenciam não só no desenvolvimento da organização, mas também de todos os indivíduos enredados no contexto de trabalho. Tais resultados corroboram a importância do papel do psicólogo organizacional no ambiente de trabalho e reforçam a necessidade de mais estudos e pesquisas voltados para esta temática.

REFERÊNCIAS

Antunes, M. A. M. (2001). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco/Educ.

Bastos, A. V. B., & Galvão-Martins, A. H. C. (1990). O que pode fazer o psicólogo organizacional. *Psicologia Ciência e Profissão*, 10(1), 10-18.

Barbosa, M., Matos, R., & Machado, C. (2013). A psicologia da paz. *Psicologia*, 27(1), 47-61.

Brasil, Ministério da Educação e Cultura. (1964). *Decreto n. 53.464 de 21 de janeiro de 1964*. Regulamenta a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de psicólogo. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 24 de fevereiro, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D53464.htm

Brasil, Presidência da República. (1962). *Lei n. 4.119 de 27 de agosto de 1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF. Recuperado em 24 de fevereiro, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm

Cambaúva, L. G., Silva, L. C., & Ferreira, W. (1998). Reflexões sobre o estudo da história da psicologia. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 207-227.

Campos, K. C. L, Duarte, C., Cezar, E. O., & Pereira, G. O. A. (2011). Psicologia organizacional e do trabalho – retrato da produção científica da última década. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(4), 702-717.

Conselho Regional de Psicologia. (2015). Publicação em Portal. *Áreas de atuação do psicólogo.* Recuperado em 11 de março, 2019, de http://www.crp09.org.br/portal/orientacao-e-fiscalizacao/orientacao-por-temas/areas-de-atuacao-do-a-psicologo-a

Gomes, W. B. (2006). Publicação em Portal Museu Virtual da Psicologia. *Introdução ao estudo de história da psicologia*. Recuperado em 04 de março, 2019, de http://www.ufrgs.br/museupsi/Texto%201.htm

Heloani, J. R., & Capitão, C. G. (2003). Saúde mental e psicologia do trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, 17(2), 102-108.

Lanzarini, E. I. (2018). Publicação em Blog Ser-PSI Associação dos Psicólogos de Carlos Barbosa e Garibaldi. *Psicologia organizacional – áreas de atuação dos associados Ser-PSI*. Recuperado em 09 de abril, 2019, de https://www.serpsi.org.br/areas-de-atuacao/organizacional/

Leão, L. H. C. (2012). Psicologia do trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 291-305.

Leitão, C. F., & Nicolaci-da-Costa, A. M. (2003). A psicologia no novo contexto mundial. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 421-430.

Lopes, P. O., & Belo, R. P. (2013). Atuação do psicólogo organizacional e do trabalho em Parnaíba-PI: visão de gestores e estudantes de psicologia. *Perspectivas em Psicologia*, 17(2), 20-37.

Pires, A. C. T, & Braga, T. M. S. (2009). O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional. *Temas em Psicologia*, 17(1), 151-162.

Rodrigues, M. V. C. (2001). *Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Santos, A. M. (2012). A psicologia organizacional e do trabalho a serviço da gestão do conhecimento. *Visão*, 1(1), 3-20.

Santos, F. C. O., & Caldeira, P. (2014). *A Psicologia organizacional e do trabalho na contemporaneidade: as novas atuações do psicólogo organizacional.* Artigo de Graduação em Psicologia, Centro Universitário Jorge Amado, Salvador.

Tannhauser, C. L. (1994). *Qualidade de vida no trabalho: o papel do psicólogo.* Dissertação de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

Tonetto, A. M., Amazarray, M. R., Koller, S. H., & Gomes, W. B. (2008). Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil: desenvolvimento científico contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 165-173.

Zanelli, J. C., & Bastos, A. V. B. (2004). *Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho.* Porto Alegre: Artmed.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: REFLEXÕES A RESPEITO DA GESTÃO DO PROCESSO PSICOTERAPÊUTICO

THE PROVISION OF SERVICES IN CLINICAL PSYCHOLOGY: REFLECTIONS REGARDING THE MANAGEMENT OF THE PSYCHOTHERAPEUTIC PROCESS

Lucas de Moura Lima [1]
Yohanna Lawanda Bringel Araújo[2]
André Vasconcelos da Silva[3]

Resumo: Este estudo objetiva refletir acerca da psicoterapia como um processo organizacional. Devido a intencionalidade encontrada intrinsecamente na prática psicológica, é possível pensar uma comparação da atividade psicoterápica e o conceito de organização, com o objetivo de pensar uma prática involucrada com as ferramentas de gestão. Nesse sentido, foi realizado algumas análises de conceitos e componentes dentro dos estudos organizacionais, os quais possam auxiliar no entendimento das atividades do psicólogo no contexto clínico e do serviço de psicoterapia enquanto uma organização. Buscou-se uma relação da concepção de gestão do processo psicoterapêutico e, posteriormente, foi discutido à proposta da Psicoterapia Analítica Funcional, com a finalidade de pensar a gestão do processo psicoterápico como prática organizacional do profissional de psicologia clínica.

Palavras-Chave: psicoterapia analítica funcional, organização, gestão clínica.

[1] **(UFG-CAC)** lucasmourapsic@gmail.com

[2] Graduanda do curso de Psicologia na Universidade Federal de Goiás/Catalão. Pesquisa na área da educação sobre mobile learning, metodologia de ensino e interação familiar. É participante do Laboratório de Análise do Comportamento e Consumo (LACOC) e do grupo de Análise do Comportamento em Estudo (ACE), pesquisando sobre o comportamento humano e suas implicações nas interações sociais. E-mail yohaa.bringel@gmail.com

[3] Possui graduação em Psicologia (PUCGO, 1998) e Direito (CESUC), Especialização em Educação (PUCGO, 1999), Mestrado em Psicologia (PUCGO, 2001) e Doutorado em Ciências do Comportamento (UNB, 2008). Atualmente é Professor ASSOCIADO e PERMANENTE do Programa Stricto Sensu de Gestão Organizacional e da Graduação em Administração, lotado na Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. Coordenador do Laboratório de Análise Organizacional e Consumo, que oferta consultoria à organizações públicas e privadas. Investiga Processos de Tomada de Decisão, individual e coletivo. Nos estudos aplicados, no âmbito coletivo, tem se interessado pelos determinantes dos Arranjos Organizacionais, das Práticas Gerenciais e dos Processos de Escolha; no âmbito individual, aspecto concreto e gerencial do trabalho. (UFG-CAC) andre.silva.ufg@gmail.com

Recebido em 30/03/2020
Aprovado em 13/05/2020

Abstract: This study aims to reflect on psychotherapy as an organizational process. Due to the intentionality found intrinsically in the psychological practice, it is possible to think a comparison between the psychotherapeutic activity and the concept of organization, in order to think about a practice involved with the management tools. In this sense, some analyzes of concepts and components within the organizational studies were carried out, which may help in the understanding of the activities of the psychologist in the clinical context and of the service of psychotherapy as an organization. It was sought a relationship of the conception of management of the psychotherapeutic process and, later, the proposal of Functional Analytical Psychotherapy was discussed, with the objective of thinking the management of the psychotherapeutic process as an organizational practice of the clinical psychology professional.

Keywords: functional analytical psychotherapy, organization, clinical management.

1. Introdução

Os estudos sobre as organizações foram originados no século XIX, a partir da tentativa de compreender as transformações sociais produzidas com o advento da industrialização. Nesse período, surge o incremento dos meios de produção e, por essa via, não somente as indústrias, mas também organizações de outras naturezas (escolas, hospitais, mercados, órgãos do governo e da sociedade civil organizada, por exemplo) emergem no tecido social como resultado da composição de maior complexidade e abrangência econômica, social e política de suas atividades, das denominadas organizações modernas (REED, 2010).

Voltando-se para essa nova forma de organização é que se passa a expectativa de uma predominância da compreensão científica sobre o mundo e os fenômenos humanos, para além de uma visão irracional e volátil. Essa predominância orientava os estudos organizacionais rumo a uma racionalidade, que viriam, a partir de uma transformação das organizações no ser humano. Assim, a organização torna-se um instrumento racionalmente planejado para cumprir um fim específico que transforma o homem e a sociedade. Essa organização passa então a ser vista como a chave mestra para resolução dos problemas do ordenamento da sociedade (REED, 2010).

Sob a ótica contemporânea, há diversas perspectivas que dizem respeito ao estudo das organizações, sua natureza e as formas de analisá-las. Algumas destas perspectivas passaram por um profundo processo de questionamento analítico das narrativas apresentadas anteriormente, apontando um viés político, de controle e poder que as organizações exercem sobre os indivíduos, distanciando-as de um estado ótimo, moral e racional (REED, 2010). Nesse aspecto, o estudo das organizações encontra-se fragmentado e disperso, sendo apresentadas várias linhas de pesquisa de compreensão das organizações. Em resumo, pode-se

destacar três sistemas teóricos basilares nos estudos organizacionais: os teóricos cognitivistas, culturalistas e institucionalistas (BASTOS et al., 2004).

Nas correntes cognitivistas, os teóricos partem do entendimento da organização enquanto fruto das razões de um indivíduo, ou seja, do modo como os agentes da organização pensam e decidem ordenando as ações dos indivíduos. Os teóricos culturalistas argumentam que o entendimento da organização passa pelo entendimento da cultura, dos ritos e símbolos construídos a partir das relações dos agentes sociais que compõe a organização e dos fatores externos do ambiente. Por fim, a corrente institucionalista busca compreender os sistemas organizacionais a partir dos elementos que constituem unidades ou subunidades da organização que perpassam diversas formas de organização (BASTOS, et al., 2004).

Para além das divergências teóricas sobre o estudo das organizações, considera-se, assim como destaca Bastos e cols. (2004), que as organizações compõem a paisagem de toda a vida social moderna, que visam dar respostas às diferentes necessidades humanas, tendo assim, forte impacto sobre a qualidade de vida da sociedade, a depender do seu modo de funcionamento.

Essa perspectiva não é significativa apenas para aqueles que usufruem das organizações como consumidores, mas também para aqueles que são seus componentes. A qualidade dos processos que estruturaram e mantém as atividades dessas organizações, irão afetar diretamente o modo de vida das pessoas, em especial daquelas pessoas que são parte dessa organização. Assume-se então uma centralidade das organizações na vida das pessoas (BASTOS, et al., 2004).

Partindo do entendimento da importância das organizações na vida dos indivíduos e compreendendo sua estrutura racional, surge a proposta de pensar a psicoterapia como uma organização. Ao trazermos o conceito de organização e aplicá-lo ao processo terapêutico, é possível perceber suas semelhanças, já que a psicoterapia é composta por duas ou mais pessoas (psicoterapia individual ou em grupo) e se utiliza da racionalidade para condução do processo, objetivando atingir uma finalidade. Contudo, não são todas as concepções dentro da Psicologia que tem conseguido, intencionalmente, pensar a relação terapêutica como forma de organização. A Psicoterapia Analítica Funcional (FAP), possui essa proposta intrínseca ao processo psicoterápico e deixa evidente o modelo de gestão clínica a ser aplicado, mostrando a intencionalidade da terapia e como se utilizar da própria relação terapêutica para o alcance dos objetivos propostos e esperados.

O trabalho apresentado, a partir de seus objetivos, não se aterá às divergências no estudo das organizações, mas concentrará seus esforços em tecer reflexões, articulando conceitos e

componentes analisados dentro dos estudos organizacionais que possam contribuir para uma compreensão do trabalho privado do psicólogo clínico e do serviço de psicoterapia enquanto uma organização. Assim, busca-se com as reflexões aqui apresentadas, uma aproximação com a perspectiva de gestão do processo em psicoterapia. Para que isso seja possível, a discussão será iniciada refletindo sobre algumas definições e conceitos básicos da compreensão das organizações, em seguida serão discutidos os paralelos entre esses conceitos e o processo psicoterapêutico, articulando à proposta da Psicoterapia Analítica Funcional, culminando na possibilidade da gestão do processo psicoterápico como prática organizacional do profissional de psicologia clínica.

2. Discussão

2.1 As Organizações e o seu Estudo

As organizações podem ser compreendidas sobre vários aspectos e a partir de diversas correntes dentro dos estudos organizacionais. De forma geral, é possível definir organização como o resultado de uma série de processos ordenados e ativos que são consolidados frente a interações humanas que respondem a um fim especifico. Por sua vez, essas interações comportamentais produzem consequências diversas sobre o ambiente, que resultam em um produto (GLENN & MALOTT, 2004; SILVA, TSUKAHARA E NUNES, 2017). Assim, segundo a visão de Robbins (apud BASTOS et al., 2004, p. 65), uma organização é "uma unidade social, coordenada conscientemente, composta de uma ou mais pessoas e que funciona numa base relativamente contínua para atingir seus objetivos".

Na visão de Chester Barnard (1938/1979), existiriam três pontos básicos que juntos corresponderiam à estruturação de uma organização. Para esse autor, seria necessária a existência de pessoas que estejam aptas para formarem uma audiência entre si, ou seja, que fossem capazes de criar uma comunicação mútua. Em segundo lugar, que essas pessoas nutrissem a motivação de que sua ação fosse realizada, contribuindo para tal. Em terceiro lugar, que essa motivação fluísse rumo à realização de uma finalidade comum (BASTOS, et al., 2004).

Nesse sentido, a organização é fundamentalmente compreendida como a cooperação entre pessoas; somente as pessoas, em sua atividade, seriam parte da organização. A durabilidade desta "cooperação" é respondida pela maneira como ela é gerida. Contudo, as organizações também implicam em conflitos e contradições, em que o processo de racionalidade empregado não se constitui como estático, se não, dinâmico e flexível.

A organização e os processos de sua gestão encontram-se distantes de uma regra infalível, dito de outro modo, ainda que se siga a "tabela" pode-se não obter os resultados almejados. Isso pode ocorrer por diversos motivos, dentre eles, é possível que os objetivos da organização não estejam constituídos para seus membros como dado, em que a única realidade possível é que todos irão se esmerar para reconhecer os meios necessários para que eles sejam atingidos. Assim, compreende-se que o processo demanda uma racionalidade que nem sempre é efetivada, ou, ainda que efetivado, pode não produzir os resultados desejados (BASTOS et al., 2004).

Essa característica em muito se assemelha a relação constituída na prestação de serviço psicológico, visto que, a relação estabelecida é sempre dinâmica, não unilateral, que também perpassa momentos de conflito e tensão, em um vínculo que se pretende cooperativo. Várias formas de abordar esses fenômenos e conduzir o processo psicoterapêutico partem de uma visão mais ativa e dinâmica do profissional e da compreensão desse processo, contudo voltados para uma perspectiva clínica intervindo na relação terapêutica.

Nos aspectos apresentados, considera-se, como indicado anteriormente, possível pensar o processo psicoterapêutico e de prestação de serviço em psicologia clínica enquanto uma organização. Isso porque, mesmo que muitas vezes seja composta unicamente por duas pessoas, atende ao critério da existência de uma interação humana, que adota meios disponíveis para atingir determinada finalidade. Nesse processo, também é necessário que seja estabelecida uma comunicação, que a depender da maneira que é gerida na interação pode consolidar tensões que levem ao fim da relação, anteriormente estabelecida com uma finalidade e um interesse.

Se essa finalidade pode ser vista como comum em algum sentido, também pode ser vista como distinta entre os seus componentes. O profissional também visa atingir objetivos específicos, como promover intervenções efetivas a partir de uma avaliação coerente do caso, enquanto o consumidor/cliente busca ser acolhido/ouvido. Assim, é possível questionar: "Qual seria o real objetivo dessa organização? ". Entendido o objetivo dessa organização, a pergunta que se segue seria: "Os objetivos dos seus agentes são comuns? " (BASTOS, et al., 2004).

Retomando as discussões a respeito das compressões sobre as organizações, Amitai Etzioni (1964/1989), aponta para o entendimento de que uma organização se trata de uma unidade que se estrutura fruto de um planejamento e uma intencionalidade, visando atingir objetivos específicos. O caráter da intencionalidade que é apresentado por esse autor, contribui para o entendimento de que os processos não se ordenam e executam fortuitamente, mas sim, são produto de um interesse. Esse interesse nem sempre é suficiente ou garantidor de

homogeneidade porque, como visto, os diferentes agentes podem possuir diferentes intenções (BASTOS et al., 2004).

A intencionalidade pode conduzir a uma melhor apreensão dos êxitos e fracassos, visto que indicam um caminho a ser percorrido e atuam como agentes promotores das justificativas necessárias às atividades da organização. Nesse ponto, é possível se orientar para a avaliação do processo e o quanto os resultados obtidos se distanciam daqueles intencionados inicialmente (BASTOS et al., 2004).

Essa perspectiva implica na compreensão de que, em algumas circunstâncias, os objetivos da organização podem ser modificados para garantir a sua sobrevivência. É nesse sentido que se amplia a compreensão sobre o objetivo/intencionalidade, como uma situação desejada, o que se almeja alcançar, não algo que já se detém posse. Que também conserva muitas semelhanças com o processo psicoterapêutico em que se reorientam os objetivos e metas com vistas a manutenção do vínculo e da relação estabelecida que compõe aquele processo. A reorientação que se referente, atende a necessidade de manter a organização, principalmente porque ela se define pelas relações dos indivíduos que buscam um fim. Sem essa finalidade, a relação e a manutenção da organização fica comprometida (BASTOS et al., 2004).

Outro fator significativo da compreensão desse autor é a perspectiva de uma estruturação dos processos e meios destinados a atingir essa intencionalidade. O trabalho das organizações se desenvolve de modo que atenda a um planejamento e a uma estruturação. A psicoterapia, enquanto meio que visa uma finalidade, composta por interesses em comum, não deixa de depender de uma estrutura que é condicionada por outros fatores (compreensão do fenômeno, conhecimento técnico, perspectiva teórica, dentre outros) (BASTOS et al., 2004).

Esses fatores incluem eventos que podem ser denominados como externos à relação estabelecida no processo, assim é possível ampliar a concepção de um sistema fechado para a organização, enquanto um sistema aberto, ou ainda, uma classe especial de sistemas abertos (BASTOS et al., 2004).

Nesse processo é possível importar para o processo psicoterápico os mesmos questionamentos levantados por Bastos e cols. (2004), ou seja, o que condiciona a organização a uma estruturação do trabalho? Quais são as consequências que podem ser obtidas a partir da seleção entre formas diferentes de estruturação do trabalho da organização?

A partir dessa reflexão inicial a respeito das organizações questiona-se a possibilidade de compreender o trabalho privado do psicólogo clínico enquanto uma organização, constituída em um processo e quais as implicações dessa compreensão para uma gestão eficaz desse serviço.

2.2 A Gestão do Processo Psicoterapêutico

Gestão implica em uma racionalidade, em uma tomada de decisão, que intenta ser consciente. Assim, gestão consolida-se no exercício de racionalizar processos. A função do gestor envolveria então compreender os processos e analisar como utilizar das ferramentas/meios que estão a sua disposição para atingir os fins pretendidos. A ação racional se orienta para atender as finalidades da organização, que resulta da opção entre as alternativas disponíveis. É nesse contexto que os comportamentos são organizados e integrados a organização (BASTOS et al., 2004).

Se gerir diz respeito à atividade de imprimir uma racionalidade aos processos e se é possível compreender a psicoterapia enquanto um processo, pode-se então inferir a existência de uma gestão que é inerente à atividade de racionalizar o processo psicoterapêutico que possui meios (técnica/intervenções) pelos quais se visa atingir os fins (melhora do cliente, por exemplo). Assim, surge como ponto de interesse a tomada de decisão no processo psicoterapêutico, como uma ação de gestão do processo, não simplesmente como uma atividade clínica.

Como apresenta a perspectiva cognitivista das organizações, representada por Herbert Simon, o indivíduo da organização não toma decisões ótimas/lógicas, devido a uma série de vieses de decisão que são produto da complexidade do mundo e da impossibilidade de ter acesso a todas as informações o tempo todo, assim esse indivíduo erra. A decisão e escolha que se faz naquele momento diante daquele evento, só consegue representar, na melhor das hipóteses, a solução mais acertada diante do contexto apresentado, não a melhor solução dentre todas possíveis. Isso porque, as consequências das ações adotadas, só se apresentam após a decisão ser tomada e colocada em prática (BASTOS et al., 2004).

Essa reflexão se torna relevante quando a expertise clínica é colocada em questão. O processo de tomada de decisão é uma forma de aprender. Inicialmente se tem conhecimento sobre as informações e dados disponíveis, então se adota a ação e em seguida se adapta aos resultados obtidos mantendo o desempenho ou alterando-o para melhores resultados. Há um processo semelhante nas decisões que são tomadas no ambiente clínico, as consequências e a sua participação na experiência acumulada do profissional, que acaba por criar uma espécie de cultura própria na condução do processo e das atitudes adotadas, reconhecendo sempre um limite para a capacidade humana de processamento de informação.

Apesar da prestação de serviço em psicologia ainda parecer atender ao modelo em que a atividade é coordenada de forma personalizada e direta, ou seja, única e exclusivamente pelo psicólogo e seu cliente, o que prefigura as atividades do capitalismo anterior ao processo de industrialização e do estado administrativo. Pode-se aplicar a mesma compreensão e análise dirigida às organizações modernas, a gestão do processo em psicoterapia. Ao que parece, nas áreas médicas, esse modelo é aplicado, considerando-se que o profissional se divide entre dois papéis fundamentais, o papel de cuidado e o de gestão, esse processo é denominado de Gestão Clínica (POMMIER, 2009).

A psicoterapia pode ser considerada como uma organização que se caracteriza predominantemente pela visão da organização como processo/indivíduo em que comporta uma fluidez e parte de uma interação social; em que os indivíduos são os agentes dos quais dependem os fenômenos da organização; os indivíduos também são aqueles que definem sua estrutura, normas e rotinas, além de modelar as decisões estratégias, são fundamentais a existência da organização. Nessa perspectiva a prestação de serviço em psicologia clínica, a saber a psicoterapia, pode ser vista como uma organização não em um sentido concreto, mas adotando um sentido de organização enquanto processo, visto que todos os seus aspectos ditos concretos, são dependentes da produção subjetiva particular dos indivíduos.

2.3 Psicoterapia e a Qualidade

No fluxo de atividades de qualquer organização, o consumidor encontra-se em seu centro, pois, pode-se dizer que os esforços despendidos pelas organizações giram em torno de atender as necessidades do cliente, aquele que faz uso do seu produto ou serviço. Dessa forma, compreender suas necessidades, interesses e, em especial, os fatores significativos para que seja atraído a determinado produto ou serviço, são importantes para as empresas atingirem suas metas e potenciais.

De forma geral, pode-se considerar que a qualidade é um dos pontos de preocupação constante das organizações, principalmente porque o usuário do serviço, o consumidor ou o cliente que compra um determinado produto, demanda que esse produto ou serviço atenda a determinadas características que satisfaçam a su0061 necessidade, pelo tempo que precisa, com o custo de seu interesse ou que seja pelo menos justo.

Contudo, quando se trata do serviço de psicoterapia não se pode garantir sempre a satisfação do cliente, isso compreendido no sentido de que o serviço atenda as suas expectativas. Visto que, muitas vezes cabe ao profissional de psicologia intervir sobre essas expectativas a

ponto de conduzi-las a um reconhecimento claro sobre o processo, objetivos e resultados que, de fato, podem ser esperados.

Isso nos leva a outras dificuldades no campo da psicoterapia, ou seja, o questionamento de quais são efetivamente os resultados que se pode esperar. O processo psicoterapêutico está longe de um serviço que pode fornecer garantias, isso pelas próprias complexidades do vínculo de trabalho que se estabelece. Se por um lado trata-se de um profissional fornecendo um serviço a um cliente que o comprou, por outro lado a qualidade do serviço não depende única e exclusivamente do profissional, pois seu alvo de trabalho não é estático, inerte, como um computador para o profissional que presta serviço de manutenção. Poderia se pensar, em psicoterapia, um modelo de gestão pautado pela qualidade, contudo reconhecendo que existem importantes limitações quanto a sua efetivação.

Considera-se que, aparentemente, uma compreensão mais adequada a respeito da qualidade no serviço de psicoterapia passa, então, pelo entendimento do comportamento do consumidor/cliente em dois níveis: em um primeiro nível, a compreensão do seu comportamento enquanto consumidor, que toma decisões que o levam a escolher aquele serviço e não outro; e, em um segundo nível, a compreensão do seu comportamento enquanto organismo que se propõe a uma intervenção clínica, o que traz consigo a denominação comum de “paciente”. Em ambos os casos, estão envolvidos pessoais (idade, profissão, perfil), psicológicos (motivações e crenças), culturais (valores), sociais (características do grupo ao qual está inserido e da classe social) e situacionais (do contexto imediato), dentre outros.

Outro aspecto da qualidade que conduz a importantes aspectos na gestão do processo de psicoterapia, diz respeito a capacidade de fornecer ao consumidor/cliente a melhor intervenção disponível, que irá fornecer os melhores resultados com o menor custo. Essa perspectiva de intervenção pode ser construída a partir de uma visão de gestão clínica, o que já se realiza nas áreas médicas (POMMIER, 2009). Na psicologia esse movimento é iniciado pelos esforços do governo em reduzir gastos e promover serviços eficazes à população, caminho que leva às práticas baseadas em evidência.

As práticas baseadas em evidência procuram fornecer informações relevantes à tomada de decisão do clínico, que contribui diretamente para a gestão do processo de intervenção, visto que disponibiliza as melhores fontes de evidência disponíveis a respeito das consequências da escolha por uma intervenção ou outra. Ainda que predomine na psicologia a expertise clínica, a partir do ano de 2006 com a criação de uma comissão especial pela *American Psychological Association* (APA), o movimento das práticas baseadas em evidência dentro da psicologia começa a crescer (MELNIK, SOUZA e CARVALHO, 2014). Para além dessa perspectiva, é

possível ainda considerar abordagens dentro da própria psicologia que podem contribuir para uma racionalização dinâmica do processo psicoterapêutico, contribuindo para sua gestão, dentre elas recorre-se a FAP.

2.4 FAP e a Racionalidade do Processo Psicoterapêutico

A *Functional Analytic Psychotherapy* (FAP) pode servir como recurso estruturante a organização que se estabelece na psicologia clínica. Visto que, compreende-se que só se torna possível falar de uma organização a partir de processos e atividades que ocorrem com intervalos previsíveis, existe certa estabilidade e recorrência das atividades. O processo psicoterapêutico como qualquer atividade de qualquer organização demanda estruturação dos eventos, que só existe no seu próprio funcionamento, visto que, sem a sua atividade não existe estrutura. Essa estrutura é construída a partir de uma série de fatores psicológicos como os comportamentos, as percepções, as intenções e expectativas enunciadas e mantidas pelos agentes dessa organização (BASTOS et al., 2004).

Claro e relevante destacar que como em qualquer organização não se tem de antemão uma melhor forma para promovê-la e estruturá-la, nesse sentido é que se propõe a partir das reflexões construídas possibilidades de organização adotando princípios da Psicoterapia Analítico Funcional, da Análise do comportamento e de perspectivas em psicologia baseada em evidência. Dito isso é que se segue refletindo a respeito dos paralelos entre princípios sobre os estudos organizacionais com a psicoterapia.

Essa organização ainda comporta os três principais componentes que estabelece o que alguns autores denominam de sistema social, dentro dos estudos organizacionais. Os três componentes desse sistema consistem em papéis, normas e valores. É possível relacionar que na organização do trabalho psicológico clínico, os papéis refletem os comportamentos que serão emitidos pelo profissional e pelo cliente no processo psicoterapêutico, com funções específicas, a depender do alvo de suas ações; as normas regulam quais são os comportamentos que se deve esperar de cada papel, tanto do profissional quanto do cliente, o que a FAP descreve como CRB's 1 e 2**;** e os valores que correspondem aos princípios que justificam as ações e os comportamentos que se deve esperar, ou seja, toda a fundamentação conceitual e experimental Analítico Comportamental e o código de ética da profissão, por exemplo .

Nessa linha de análise é possível, por um lado, conceber o serviço psicológico clínico em psicoterapia como uma unidade e, por outro, pode se compreender ainda como subsistema de um campo maior de intervenções clínicas na área da saúde (medicina, fonoaudiologia,

neurologia, dentre outros) ou a partir de subsistemas dessa própria unidade, como o processo de intervenção/avaliação/administração. Assim, é possível aplicar uma compreensão da organização enquanto sistema, ao trabalho do psicólogo clínico privado ainda que seja ele, o profissional, agente em cada subsistema dessa unidade. Em cada caso, é importante destacar que ainda sim essa organização está sujeita aos eventos externos a sua unidade, ou seja, é permeável a mudanças ao contexto ambiental em que se insere (BASTOS et al., 2004).

Outra possibilidade quanto a reflexão a respeito da racionalização do processo psicoterapêutico pode ser encontrada no que é denominado como Gestão Clínica, especialmente nas áreas médicas. Nesse campo ganham destaque as Práticas Baseadas em Evidência (PBE), perspectiva que tem dado os primeiros passos na psicologia brasileira, como afirmado anteriormente. A FAP, como representante desse movimento, demonstra ferramentas que possibilitam essa gestão. Ao propor uma terapia baseada na relação terapeuta-cliente, ela fornece como instrumento de trabalho ao terapeuta, esse vínculo, que será construído no contexto terapêutico e que embasará todas as técnicas que serão utilizadas (KOHLENBERG, R. J.; TSAI, M. 2001).

Os CRB's então, surgem a partir do exercício direto dessa relação, na qual há intencionalidade no comportamento do terapeuta. Ele deve se comportar com o propósito de evocar CRB's, estruturando a clínica para que o terapeuta e o cliente possam encontrar e perceber os comportamentos-problema (CRB1) por meio das intervenções, ao surgir modificações comportamentais, sequenciá-las adequadamente (CRB2) e fazer com que esse processo seja consciente para o cliente (CRB3). Entendendo que o objetivo primordial da psicoterapia deve ser o autoconhecimento e a autonomia (KOHLENBERG, R. J.; TSAI, M. 2001).

3. Considerações Finais

A partir do referencial utilizado foi possível tecer reflexões a respeito do estudo das organizações e suas características. Ainda que não haja consenso a respeito das definições sobre o que consiste uma organização, considera-se que foi possível analisar, para além das divergências teóricas, os pontos que podem ser úteis para a compreensão da prestação de serviço em psicologia como um processo que pode se constituir como uma organização. Organização esta que possui uma racionalidade e uma intencionalidade, que se direciona a um objetivo em comum.

É possível recorrer a exemplos de outras áreas como fonte de construção para a prática da psicologia clínica baseada não só na intervenção clínica puramente, mas o profissional enquanto gestor do processo de intervenção. Essas características podem ser observadas nas áreas médicas, com a gestão clínica, e é possível que a partir da difusão de perspectivas de práticas baseadas em evidência sejam também uma realidade para a psicologia.

Nesse sentido é possível encontrar perspectivas internas a psicologia que possam viabilizar uma estruturação do processo, com uma racionalidade que perpassa todo o processo psicoterapêutico. Acredita-se que a FAP pode contribuir com esse objetivo, fornecendo princípios úteis a intervenções construídas para produzir uma análise sobre a atuação dos agentes e levando a consequenciação direta, o que leva a uma alteração direta da interação e das finalidades estabelecidas.

Referências

Bastos, A. V. B., Loiola, E., Queiroz, N. Silva, T. D. Conceito e Perspectivas de Estudo das Organizações. In: BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; ZANELLI, José Carlos. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GLENN, S. S.; MALOTT, M. E. Complexity and selection: Implications for organizational change. **Behavior and Social Issues**, v. 13, n. 2, p. 89-106, 2006.

KOHLENBERG, R. J.; TSAI, M. Psicoterapia analítica funcional: criando relações terapêuticas e curativas (RR Kerbauy, Trad). **Santo André: ESETec, Editores Associados**, 2001.

MELNIK, T.; SOUZA, W. F.; CARVALHO, M. R.. A importância da prática da psicologia baseada em evidências: aspectos conceituais, níveis de evidência, mitos e resistências. **Revista Costarricense de Psicología**, v. 33, n. 2, 2014.

POMMIER, A. O. Gestión clínica y conflicto de intereses. **Acta bioethica**, v. 15, n. 2, p. 157-164, 2009.

REED, M. Teorização Organizacional: um Campo Historicamente Contestado. In: **Handbook de estudos organizacionais.** Org. Clegg, S. R., Hardy, C., Nord, W. R., Caldas, M., Fachin, R., Fisher, Tânia. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010, 61-97.

SILVA, A. V.; TSUKAHARA, M.P; NUNES, N.F. Cultura Organizacional: uma reflexão na perspectiva comportamental. Instituto walden4. Brasília, 2017.

CADERNO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ADMINISTRAÇÃO

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO: O papel do Programa Minha Casa Minha Vida na dinâmica do mercado habitacional de João Pinheiro-MG

CREDIT ADMINISTRATION: The role of the Minha Casa Minha Vida Program in the dynamics of the housing market in João Pinheiro-MG

Bianca Dias Oliveira[1]
Érica Teixeira[2]
Unilson Gomes Soares[3]

Resumo: A presente pesquisa foi desenvolvida na cidade de João Pinheiro - MG no decorrer de 2018 com o objetivo de analisar o papel das linhas de crédito destinadas ao financiamento habitacional devido à escassez de informação sobre o tema, especificamente sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, que facilita a aquisição da casa própria aos cidadãos de baixa e média renda. A pesquisa de campo se pautou na metodologia qualitativa e utilização de instrumentos quantitativos. Foram aplicados questionários com o intuito de traçar o perfil dos clientes e avaliar a percepção dos mesmos sobre o programa. A escolha dos questionados restringiu-se aos que finalizaram o processo de financiamento habitacional pela Caixa Econômica Federal no mês de outubro de 2018. Também foram entrevistados representantes das quatro principais construtoras que atuam no município, com o objetivo de compreender a dinâmica do mercado habitacional e avaliar o entendimento das mesmas sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e suas expectativas para os anos seguintes. Os resultados da pesquisa mostram que o Programa impacta de forma abrangente, através de geração de emprego e desenvolvimento dos setores de construção civil, prestação de serviços e comércio local.

Palavras-chave: Financiamento. Linha de crédito. Mercado habitacional.

Abstract: This research was developed in the city of João Pinheiro – MG throughout 2018 in order to analyze the role of house financing credit lines in local real estate market due to the shortage of information on this subject, specifically the *Programa Minha Casa Minha Vida*, which facilitates own house acquisition for low and middle class citizens. The field research was built on qualitative methodology and use of quantitative instruments. A set of questions

[1] Bacharel em Administração pela Faculdade Cidade de João Pinheiro (FCJP) E-mail: bianca.dias.caixaaqui@gmail.com

[2] Graduada em Direito pelo UNIPAM, especialista em Direito Criminal e-mail: ericadireito21@gmail.com

[3] Graduado em Administração pela Universidade de Santo Amaro (UNISA), graduado em Filosofia pela Universidade Santa Cecília; Especialista em Gestão Estratégica de RH pela UNISA; Mestre em Gestão Democrática pela Universidad Del Salvador. E-mail: unilsongomoares@yahoo.com.br

Recebida em 20/03/2020
Aprovada em 20/05/2020

were applied to the borrowers, in order to outline their profile and evaluate how they perceive the program. Were only considered for questioning, those who had concluded the financing process by the government bank *Caixa Econômica Federal*, in October 2018. Furthermore, representatives of the four main construction companies were interviewed, aiming to grasp the local housing market dynamic and evaluate their understanding about the *Programa Minha Casa Minha Vida* and expectations for years to come. Results show that the program impacts comprehensively, through the generation of work posts and development of construction, services and local trade segments.

Keywords: Financing. Credit Line. Real estate.

1 - INTRODUÇÃO

Financiamento Habitacional é um tipo de crédito disponibilizado pelas instituições financeiras para compra, reforma ou construção de um imóvel residencial ou comercial.

Para se conseguir um financiamento habitacional existem duas maneiras, que são: através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou pelo Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

O Sistema Financeiro de Habitação foi criado pelo governo federal através da lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, com o intuito de ajudar as classes de baixa renda a terem uma moradia de qualidade, sendo assim, o imóvel não pode ser alugado ou cedido, devendo ser ocupado exclusivamente pelo mutuário da operação financeira. Suas fontes de recursos são a caderneta de poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O Sistema de Financiamento Imobiliário foi criado pela lei nº 9.154, de 20 de novembro de 1997 e conduz os financiamentos imobiliários que são operados fora das regras do SFH. Sua principal fonte de recursos são os investidores institucionais que possuem fundos de pensão, renda fixa, companhias seguradoras e bancos de investimento no mundo todo. Ou seja, o crédito é concedido com os recursos dos próprios bancos.

Ao perceber a demanda o Governo Federal teve a iniciativa de criar um meio que facilitasse a aquisição de imóveis para famílias menos favorecidas financeiramente. Pensando nisso, criou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que oferece condições atrativas para o financiamento imobiliário.

O PMCMV nasceu em 2009 e tornou realidade o que muitas famílias em situação de vulnerabilidade social almejavam: a casa própria.

O principal benefício que este Programa apresenta é um abatimento no valor do imóvel, denominado como subsídio, literalmente um valor doado pelo Governo Federal para a compra

da residência que não precisa ser reembolsado pelo mutuário e é abatido no saldo devedor do financiamento.

Atualmente não existe nenhuma modalidade que financie 100% do valor do imóvel, o máximo financiado é de 80%, sendo obrigatório o pagamento de uma entrada por parte do comprador.

Uma forma de facilitar o pagamento desta entrada é a utilização do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) para abatimento, porém essa ação só é permitida aos clientes que não possuem imóveis declarados em seu patrimônio e já contribuíram com o FGTS por mais de três anos.

O FGTS surgiu designado a proteger os trabalhadores que são demitidos sem justa causa e funciona da seguinte forma: mensalmente os empregadores depositam em contas abertas na Caixa, 8% do salário de cada funcionário. Esse saldo fica retido e pode ser sacada em alguns casos, como o da aquisição da casa própria, aposentadoria, demissão sem justa causa ou em caso de doenças graves.

A instituição financeira que mais realiza financiamentos de imóveis no Brasil atualmente é a Caixa Econômica Federal (CEF), empresa pública que foi fundada em 1861. A CEF exerce um importante papel na sociedade, atuando no desenvolvimento urbano e da justiça social, prioriza setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços.

O estudo realizado para elaboração deste artigo escolheu como universo de pesquisa a cidade de João Pinheiro – MG, que segundo os dados do IBGE (2016), possui aproximadamente 48.751 habitantes com rendimento médio de 2,1 salários mínimos e possui extensão territorial de 10.727,471 km². A agência da CEF de João Pinheiro foi inaugurada em 1982 e realiza financiamentos habitacionais desde então.

A pesquisadora escolheu este tema por perceber que existem muitas questões há serem esclarecidas aos cidadãos com relação a este assunto. Esse artigo traz grande relevância para a sociedade, pois através dele será possível explanar todas as informações para as pessoas que anseiam pela casa própria.

A pesquisa é um meio essencial para o acadêmico de administração, pois o leva a explorar o seu mundo de pesquisa e entender melhor sobre o seu tema.

> [...] nas atividades acadêmicas, quando o graduando busca entender o mundo através de questionamentos, ele procura soluções e vai além da realidade imediatamente percebida, lançando princípios explicativos como base para a

> organização e classificação, caracterizando, assim, a sua produção de conhecimento científico. (ARAÚJO, 2007 Apud FIUZA, 2014, p. 06)

O presente estudo levantou as seguintes questões para análise:

Qual o papel do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na dinâmica do mercado habitacional em João Pinheiro-MG? O poder de compra do cliente é condizente com o valor da prestação paga no financiamento? Quais vantagens ou desvantagens o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) apresenta aos mutuários de financiamento habitacional?

O objetivo deste trabalho foi analisar qual o papel do Programa Minha Casa Minha Vida na dinâmica do mercado habitacional de João Pinheiro - MG; avaliar as vantagens e desvantagens do financiamento pelo PMCMV; através de questionários, verificar quais são as indagações dos cidadãos que têm interesse em conquistar a casa própria.

A princípio, as hipóteses dessa pesquisa se assentavam na ideia de que a liberação do crédito imobiliário em João Pinheiro - MG tem grande importância para o seu desenvolvimento, pois através dele é possível realizar o desejo de muitas famílias de sair do aluguel.

No contrato de aluguel, o valor pago pela moradia não gera retorno e muitas vezes compromete drasticamente a renda dessas pessoas. Levando isso em consideração, percebe-se que o financiamento da casa própria é uma ação indispensável para àqueles que não possuem condições de comprar um imóvel à vista.

Com as operações de financiamento imobiliário em alta, muitas pessoas e setores da cidade são beneficiados, como as empresas e profissionais do ramo de construção civil.

Com a criação do PMCMV, pensa-se que muitas famílias adquiriram uma moradia e conquistaram o conforto e qualidade de vida que não possuíam morando de favor ou de aluguel.

Ao aderir ao Programa, o cliente pode pagar prestações condizentes com seu salário de forma que não danifique sua capacidade financeira, pois recebe um incentivo do governo em forma de subsídio e ainda paga o saldo devedor com uma baixa taxa de juros.

Mas como todo financiamento, o PMCMV apresenta algumas restrições. Para ser financiado pela CEF, o imóvel deve seguir determinadas regras, como tamanho máximo do terreno e da área construída, padrão de acabamento, dentre outras exigências.

2 - METODOLOGIA E FONTES

O presente estudo foi realizado por meio de metodologia qualitativa e utilização de instrumentos quantitativos para demonstrar seus dados coletados em gráficos.

Segundo Lakatos (2004), o método qualitativo é diferente do quantitativo, por não empregar dados estatísticos e pela forma de coleta dos dados. O autor acredita que a metodologia qualitativa se inquieta em explanar aspectos mais profundos, apresentando a complexidade do comportamento humano.

Para coletar dados relevantes para a conclusão deste artigo, a pesquisadora utilizou a ferramenta do *survey*. O mesmo foi elaborado através de questionários com os quinze clientes que concluíram o processo de financiamento habitacional no mês de Outubro de 2018 na CEF, para compreender qual o perfil dos clientes que buscam por este crédito e a percepção dos mesmos sobre o tema. "[...] é um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas idéias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro". (MELLO, 2013, s/p). Salienta-se que a pesquisa consta de aprovação do Comitê de ética em Pesquisa pelo CAAE 15954119.2.0000.8078. A revisão de literatura foi feita através da pesquisa bibliográfica e documental, pois o estudo foi realizado por meio de artigos científicos e dados fornecidos por entidades como SEBRAE e órgãos públicos.

3 - REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta uma revisão de literatura sobre os financiamentos habitacionais pelo PMCMV, o crédito imobiliário disponibilizado pelas agências bancárias e o déficit habitacional no Brasil, visando o esclarecimento sobre o assunto a todos os interessados.

3.1 – Sistema Financeiro Habitacional e Sistema Financeiro Imobiliário

O Sistema Financeiro Habitacional (SFH) surgiu no Brasil em 1964, colaborando para que muitas famílias comprassem a casa própria.

> Os contratos de financiamento imobiliário, pactuados no âmbito do SFH, como é sabido, são contratos bancários norteados por um objetivo social maior, que é a "aquisição da casa própria". Assim, em decorrência deste fator social, é que a lei acabou por dar à modalidade de contrato de mútuo, todo um tratamento especial, com fim exclusivo não de propiciar o enriquecimento das instituições financeiras, mas sim, de facilitar ao povo brasileiro a aquisição da casa própria, garantia assegurada pela Constituição Federal. (HANAUER, 2003, p. 05)

Ao final dos anos setenta, houve a crise do petróleo e a inflação no Brasil subiu

expressivamente. Os mutuários começaram a promover ações judiciais para que as prestações de seus financiamentos fossem compatíveis com os salários recebidos. Após essa crise, as agências bancárias analisaram alguns padrões dos financiamentos habitacionais utilizados no exterior e ofereceram uma sugestão para o Governo, o Congresso e para o setor da construção civil, com objetivo de reconstruir o crédito imobiliário no Brasil. Assim nasceu o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

A criação do SFI foi um avanço essencial, para permitir o acesso ao mercado de capitais pelas construtoras, incorporadoras e instituições financeiras originadoras de financiamentos imobiliários.

Segundo Meirelles (2007), o SFI tornou-se o sistema de crédito imobiliário brasileiro menos regulamentado e mais voltado ao mercado, sugerindo uma conexão direta entre o mercado de capitais e o negócio imobiliário.

3.2 – Liberação e análise de crédito

Atualmente, acredita-se que o importante é conseguir crédito, pois o mesmo é sinônimo de confiança. “Credere é palavra latina que significa acreditar, ou seja, confiar; é forma de obter recurso para destinar a algum empreendimento ou atender a alguma necessidade.” (LEONI, 1997, s/p)

O crédito liberado para um financiamento dentro do PMCMV possui fins de compra de imóveis residenciais. É feito através dos Bancos, que financiam até 80% do valor do imóvel. O valor financiado é creditado na conta do vendedor e o comprador pode pagar parcelado em até 35 anos para a Instituição Financeira. Enquanto o comprador não quita sua dívida, o imóvel fica alienado a Agencia Bancária.

> Crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte dos seus patrimônios a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente depois de decorrido o tempo estipulado. (SCHIRICLEL, 1995, p. 25)

O financiamento é uma ferramenta fundamental para favorecer o desenvolvimento imobiliário, pois com os altos custos envolvidos na construção dos imóveis, é indispensável que existam fontes geradoras de créditos direcionadas a este segmento.

Encontramos, com freqüência, a definição de crédito como sendo algo do

> tipo... "é a confiança de que a promessa de pagamento será honrada". Entendemos que a confiança é um elemento necessário, porém não é o suficiente para uma decisão de crédito. (SILVA, 2006 p. 39)

A compra de um imóvel pode ser considerada como o maior investimento na vida de grande parte dos brasileiros, que muitas vezes, só se torna possível, através do financiamento.

Os financiamentos não são autorizados baseados na confiança de que o cliente irá honrar sua dívida. É feita uma análise por um sistema interno, que avalia a vida financeira, perfil e histórico do cliente para liberar ou não o crédito.

3.3 – Déficit habitacional

Mesmo antes de existir uma linha de crédito para financiamentos de imóveis residenciais, já existia essa necessidade, principalmente por parte das famílias de baixa renda que precisavam arcar com o alto custo do aluguel.

Muitas famílias que não conseguem a liberação de um financiamento, principalmente por não conseguirem arcar com o valor da entrada, não terem renda comprovada, ou possuírem restrições no CPF, acabam ocupando terrenos sobre barrancos e construindo por conta própria, sem a colaboração de responsáveis técnicos para orientá-los, correndo risco de desmoronamento em casos de tempestades e vivendo sem segurança e conforto algum.

"[...] em terrenos íngremes sobre barracos, à beira de córregos, ou sob viadutos, predominantemente nas periferias, constituem assentamento habitacionais sem infra-estrutura (*sic*), socialmente muito desvalorizado" (YAZBEK, 1999, s/p).

Mesmo com todas as modalidades de financiamento disponíveis no mercado e da crescente construção civil, ainda há um grande déficit habitacional no Brasil. É denominado Déficit habitacional quando em determinada região há muitas famílias com moradia inadequada.

De acordo com um estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) (2008), o Brasil precisa de 27,7 milhões de moradias novas até 2020 para conseguir atender a demanda e zerar o atual déficit habitacional.

Elementos da PNAD (IBGE) (2006) apresentam um cálculo que pretende abolir as 2,431 milhões de residências ocupadas por mais de uma família e as 3,548 milhões de residências impróprias, como as favelas.

Segundo dados do IBGE (2014), no período de 2004 a 2014, averiguaram-se aumento gradativo no percentual dos domicílios alugados. De 2004 a 2014 subiu de 15,4% para 18,5%, enquanto o dos domicílios próprios apresentou, em 2014, o mesmo percentual de 2004, 73,7%.

Em suma, a necessidade de incentivar o setor da construção civil no País possui uma expressiva importância social, pertinente à recuperação e propagação da qualidade da estrutura habitacional brasileira.

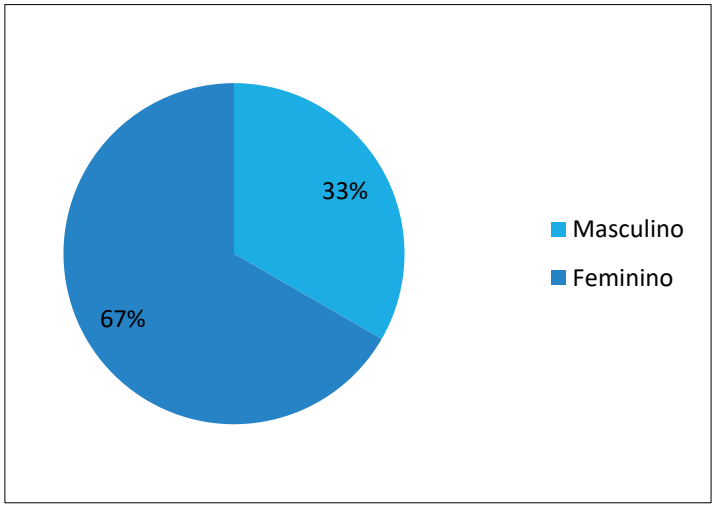
4 - ANÁLISE DE DADOS

Abaixo, serão apresentados os resultados obtidos através desta pesquisa. Para a coleta de dados foram aplicados questionários aos quinze clientes que concluíram o financiamento habitacional pelo PMCMV no mês de outubro de 2018 na Caixa Econômica Federal na cidade de João Pinheiro - MG. Com a finalidade de identificar o perfil de quem busca por esta linha de crédito e conhecer melhor a percepção desses clientes sobre o Programa.

4.1 - Perfil Social

Pergunta 1- Gênero

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DE GÊNERO DOS ENTREVISTADOS

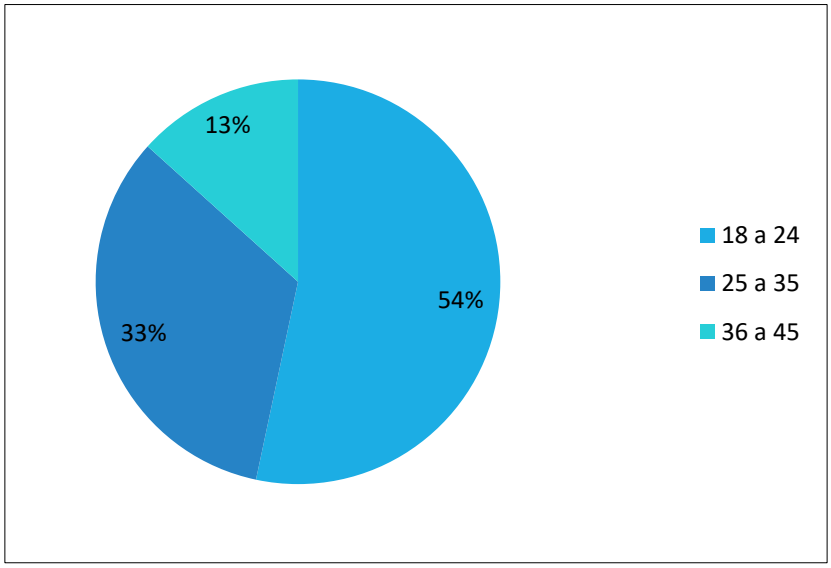


FONTE: PESQUISA DIRETA, 2018

De acordo com o Gráfico 1, do total de entrevistados, 67% são do sexo feminino e apenas 33% do sexo masculino, demonstrando que as mulheres são maioria na contratação do crédito habitacional.

Pergunta 2 – Idade

GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DE IDADE DOS ENTREVISTADOS

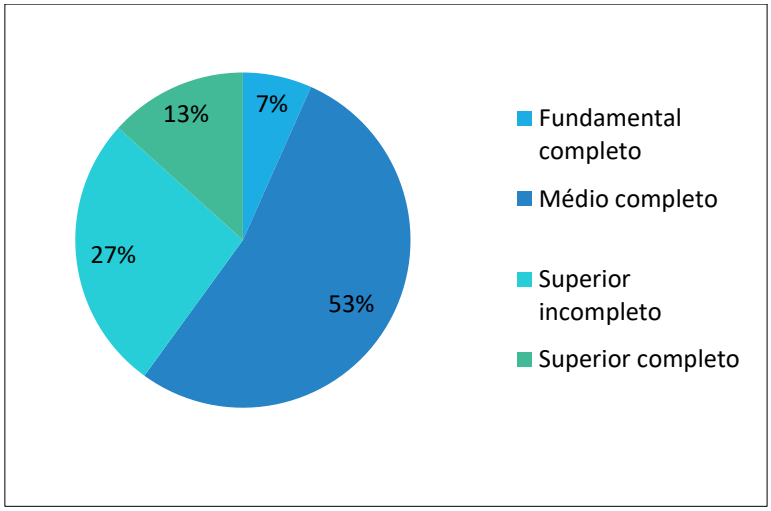


FONTE: PESQUISA DIRETA, 2018

O segundo gráfico mostra que a idade dos clientes que buscam por financiamento habitacional, varia entre 18 a 45 anos, sendo os mais jovens, que possuem entre 18 e 24 anos, os maiores interessados nessa linha de crédito, representado 54% do total de entrevistados. Clientes com idade entre 25 a 35 anos aparecem em segundo lugar, representando 33%, já os clientes com idade acima de 36 anos representam a menor fração, apenas 13% do total.

PERGUNTA 3 – ESCOLARIDADE

GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS

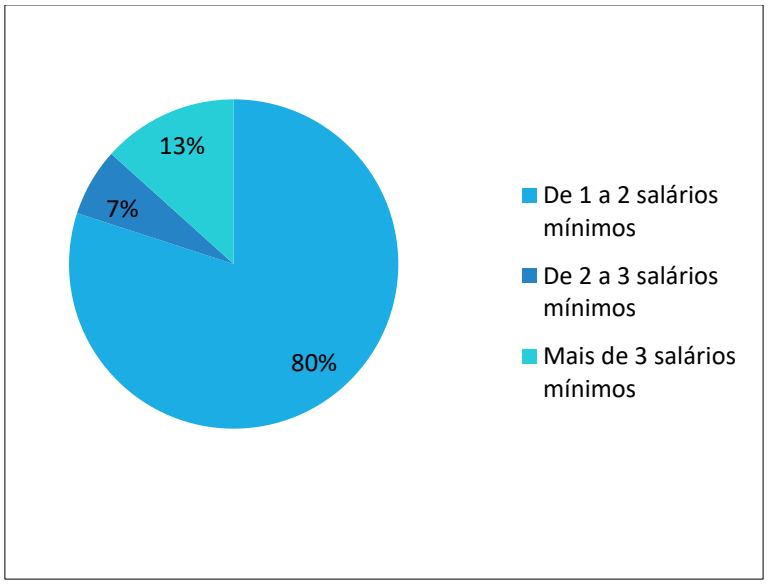


FONTE: PESQUISA DIRETA, 2018

Com base no Gráfico 3 foi possível perceber que mais da metade dos entrevistados concluíram o ensino médio, representando 53%, e pouco mais de um quarto estão cursando o ensino superior, com 27%. Concluintes do ensino superior são 13% e somente 7% possuem ensino fundamental completo.

Pergunta 4 – Renda bruta mensal

GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA BRUTA MENSAL DOS ENTREVISTADOS



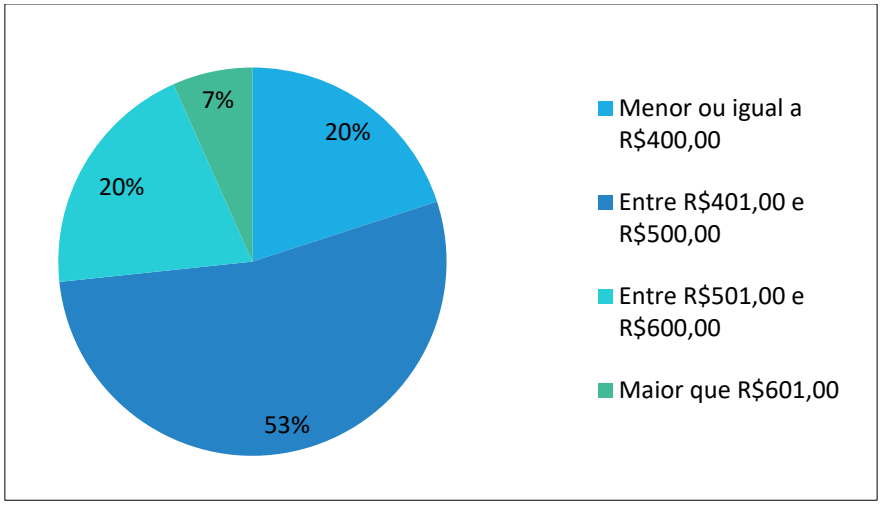
FONTE: PESQUISA DIRETA, 2018

Através do Gráfico 4, foi possível notar que a grande maioria dos clientes que realizam financiamento habitacional possuem renda bruta mensal entre um e dois salários mínimos, totalizando 80% dos entrevistados, enquanto somente 7% recebem entre dois e três e 13% recebem acima de três salários mínimos.

A maior concentração de clientes na faixa salarial entre um e dois salários mínimos era esperada devido ser ideal para adesão ao programa. Considerando que, pelo regulamento do PMCMV, o valor financiado pode ser dividido em até 360 parcelas mensais (30 anos) e o teto da importância das mesmas é de 30% da renda bruta mensal, uma renda muito inferior impediria a adesão, pois o valor financiável pode não atingir o mínimo necessário para aquisição da casa. E rendas superiores ocasionam em diminuição do subsídio e incremento da taxa de juros a até impedimento à contratação.

Pergunta 5 – Qual valor irá pagar na prestação do seu financiamento habitacional:

GRÁFICO 5: DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR VALOR DE PARCELA DO FINANCIAMENTO



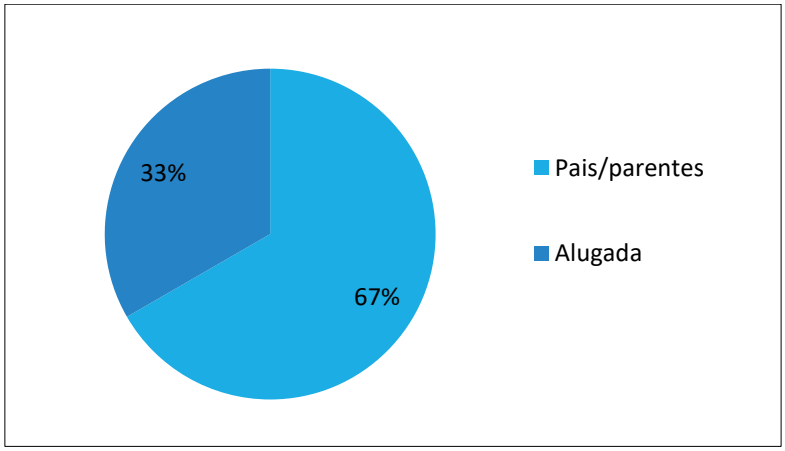
FONTE: PESQUISA DIRETA, 2018

O Gráfico 5 apresenta a repartição dos entrevistados entre as faixas de valor da prestação do financiamento contratado. Mais da metade dos clientes (53%) pagarão entre R$401,00 e R$500,00. Empatadas em segundo lugar estão às parcelas com valor menor que R$400,00 e entre R$501,00 e R$600,00, ambas representando 20%, e somente 7% contrataram prestações acima de R$601,00.

Nota-se que as prestações dos financiamentos habitacionais pelo PMCMV não costumam atingir valores muito altos, já que ela é determinada de acordo com a renda de cada cliente.

Pergunta 6 – Antes de realizar o financiamento habitacional, a residência em que morava era:

GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR TIPO DE MORADIA ANTERIOR



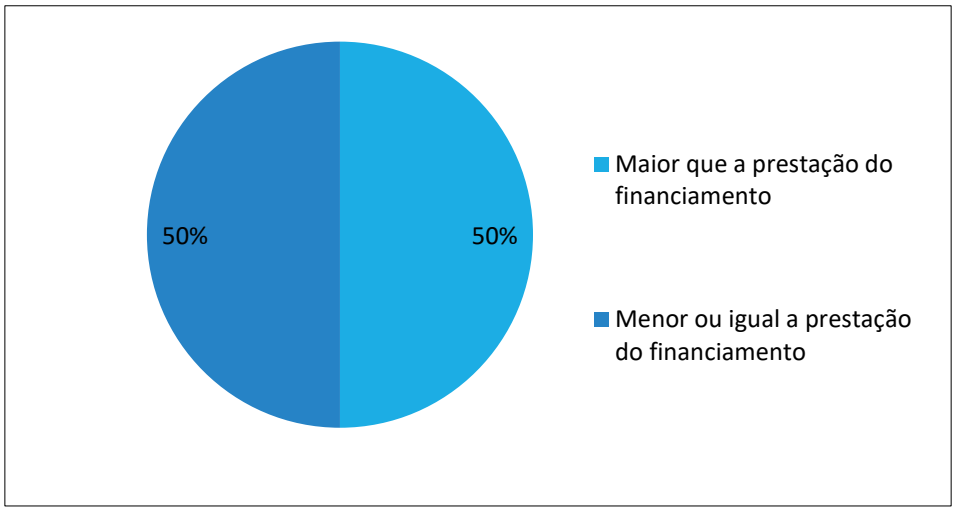
FONTE: PESQUISA DIRETA, 2018

No Gráfico 6, os clientes estão separados pelo tipo de moradia anterior ao imóvel financiado, sendo que 67% residem junto à familiares e 33% moravam em casas alugadas.

Percebe-se que nem todos os clientes financiam um imóvel para sair do aluguel e sim para conquistar a independência, saindo da casa dos pais ou parentes.

Pergunta 7 – Se você já morou de aluguel, o valor que pagava pela moradia era:

GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR VALOR DO ALUGUEL PAGO ANTERIORMENTE



FONTE: PESQUISA DIRETA, 2018

O Gráfico 7 apresenta os percentuais de entrevistados que terão acréscimo ou decréscimo de despesa na transferência do aluguel para a prestação do financiamento. Houve um empate em que 50% pagarão prestações maiores do que pagavam de aluguel e 50% pagarão prestações menores.

Apesar do cenário de paridade, ao levar em consideração o custo inferior para manutenção de uma casa recém-construída, espera-se que sempre haverá redução na despesa habitacional.

TABELA 1: RENDA BRUTA MENSAL EXPRESSA EM SALÁRIOS MÍNIMOS, PARCELA CONTRATADA E RELAÇÃO ENTRE VALOR DO ALUGUEL E PARCELA DOS QUINZE QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Renda Bruta Mensal	Valor da Parcela	Aluguel/Parcela
Entre 1 e 2	Inferior a R$400,00	Maior
Entre 1 e 2	Inferior a R$400,00	Maior
Entre 1 e 2	Inferior a R$400,00	Nenhum
Entre 1 e 2	R$400,00 a R$500,00	Nenhum
Entre 1 e 2	R$400,00 a R$500,00	Nenhum
Entre 1 e 2	R$400,00 a R$500,00	Nenhum
Entre 1 e 2	R$400,00 a R$500,00	Menor ou igual
Entre 1 e 2	R$400,00 a R$500,00	Nenhum
Entre 1 e 2	R$400,00 a R$500,00	Nenhum
Entre 2 e 3	R$400,00 a R$500,00	Nenhum
Mais de 3	R$400,00 a R$500,00	Maior
Entre 1 e 2	R$500,00 a R$600,00	Menor ou igual
Entre 1 e 2	R$500,00 a R$600,00	Nenhum
Entre 1 e 2	R$500,00 a R$600,00	Nenhum
Mais de 3	Superior a R$600,00	Menor ou igual

FONTE: PESQUISA DIRETA, 2018

Através da análise da Tabela 1, pode-se afirmar que a imposição de um teto para comprometimento da renda bruta mensal, através do regulamento do PMCMV, permitiu que somente o cliente com renda superior a três salários mínimos pudesse contratar financiamento com prestações acima de R$600,00. E que todos os que estão dispostos a arcar com valores maiores do que a atual locação para ter uma casa própria, assumiram parcelas superiores a R$400,00,

> [...] a prestação máxima que um cliente pode assumir esta limitada a 30% do valor de sua renda, ou da renda do grupo familiar. Porém, em alguns casos esse limite pode ser menor, a depender das características do cliente e de seu perfil de risco. (MELO, 2015, s/p)

O limite de comprometimento de renda foi imposto para segurança dos clientes, dessa forma, a prestação do financiamento habitacional não compromete a capacidade financeira do comprador e não danifica sua qualidade de vida.

4.2 – Percepção do Cliente Sobre o PMCMV

Pergunta 8 – Qual a maior dificuldade que você encontrou para financiar a casa própria:

> *"A maior dificuldade foi pagar o valor da entrada, pois eu não tinha o valor total que o programa pediu. Mas a construtora pegou um barraco que eu tinha como entrada e acabou solucionando todos os problemas. "*
> *(Entrevistado 1)*
>
> *"Foi a mudança que o governo fez, liberando apenas 80% de financiamento."*
> *(Entrevistado 2)*
>
> *"Muita burocracia para quem é autônomo e não tem renda comprovada."*
> *(Entrevistado 3)*
>
> *"Eu sou cabeleleira e não trabalho de carteira assinada, tive dificuldade para comprovar minha renda." (Entrevistado 4)*
>
> *"Não encontrei nenhuma dificuldade, achei tudo bem tranquilo e rápido, o pessoal da Caixa foi bem prestativo ao tirar minhas dúvidas. " (Entrevistado 5)*
>
> *"Foi a questão da entrada, pois tive que pagar um valor alto de entrada para a construtora, como eu não tinha o valor total, precisei parcelar, então vou pagar a prestação da Caixa e a prestação da entrada para a construtora durante um tempo." (Entrevistado 6)*
>
> *"Não tive dificuldade alguma. " (Entrevistado 7)*
>
> *"O valor da entrada e a escolha do imóvel e bairro". (Entrevistado 8)*
>
> *"Conseguir pagar o valor da entrada e a documentação no cartório". (Entrevistado 9)*
>
> *"Conseguir pagar a entrada para construtora e arrumar um fiador para que eles aceitassem parcelar a entrada para mim". (Entrevistado 13)*
>
> *"Não tive nenhuma dificuldade, tive apenas algumas dúvidas por não conhecer direito as condições do financiamento." (Entrevistado 14)*
>
> *"Comprovação do meu salário que é informal"(Entrevistado 15)*

A principal dificuldade apontada pelos entrevistados foi relacionada ao valor de entrada, muitos alegaram não ter o dinheiro para pagamento à vista, se tornando necessário realizar outro

tipo de negociação para o pagamento do referido. Outra questão relevante é a comprovação de renda dos autônomos, pois existe um processo burocrático para tal.

> O que falta é um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas de suas respectivas regiões de abrangência. Planejar ações de desenvolvimento integrado e captar os recursos necessários para à execução. (DRUM, 2010, p.26)

Levando em consideração as demandas apontadas pelos clientes, o regulamento do PMCMV parece carecer de amadurecimento. Que poderia vir na forma de maior flexibilidade para atender as diferentes situações de necessidade dos tomadores, por exemplo os que trabalham como autônomos.

Pergunta 9 – Cite uma vantagem e uma desvantagem do Programa Minha Casa Minha Vida:

> *"Não encontrei nenhuma desvantagem, pois se não fosse através desse financiamento eu não poderia comprar uma casa. A vantagem é que no lugar de estar pagando um aluguel, agora eu vou pagar pela minha casa própria." (Entrevistado 1)*
>
> *"A vantagem é a oportunidade das pessoas de classe baixa comprarem a casa própria, ainda com ajuda do subsídio cedido pelo governo. A desvantagem é que financia só 80% do valor do imóvel. " (Entrevistado 2)*
>
> *"Vantagem é a facilidade para o pagamento do financiamento a longo prazo com parcelas acessíveis e desvantagem é o tamanho da casa, poderia ser maior. " (Entrevistado 3)*
>
> *"Vantagem é comprar conseguir financiar já que não conseguiria comprar um imóvel a vista e desvantagem é que passamos muito tempo pagando a prestação do financiamento. " (Entrevistado 4)*
>
> *"O programa só tem vantagens, facilita para as pessoas que assim como eu não tem condições de comprar um imóvel sem o financiamento, dando a oportunidade de quem nunca pensou que teria a casa própria a ter." (entrevistado 5)*
>
> *"Poder utilizar o FGTS para dar de entrada é uma vantagem, pois é um dinheiro que fica parado no fundo de garantia e te ajuda nesse momento." (Entrevistado 6)*
>
> *"O subsídio que ganhamos é muito vantajoso, a prestação baixa também, mas a desvantagem que achei foi ter que abrir uma conta corrente para depositar o valor da prestação, pois ela tem uma manutenção alta que precisamos pagar mensalmente além da prestação do financiamento." (Entrevistado 7)*

"Vantagem é o subsidio e também o uso do FGTS na entrada e não achei nenhuma desvantagem." (Entrevistado 8)

"A vantagem é que no decorrer dos anos a prestação vai abaixando e desvantagem que são muitos anos até terminar de pagar o valor total." (Entrevistado 9)

"A vantagem é que o programa minha casa minha vida da oportunidade de pessoas comprarem suas casas com facilidade." (Entrevistado 10)

"Vantagem é poder usar o FGTS para pagar a entrada e desvantagem é que o subsidio poderia ser maior, se você tem a renda um pouco mais alta ou não trabalha de carteira assinada, ganha pouco subsidio." (Entrevistado 11)

"Acredito que uma das melhores vantagens que o programa oferece é o subsidio e a oportunidade de comprar o imóvel na planta. A desvantagem é que é muito difícil encontrar um imóvel que enquadre no programa e seja localizado mais perto do centro, a maioria são em bairros afastados. " (Entrevistado 12)

"Facilidade para a compra da casa própria foi a maior vantagem. " (Entrevistado 13)

"Vantagem: com a minha renda mensal jamais teria condições de construir uma casa igual a que comprei, ou então teria que pagar aluguel por muito tempo ate ter condições de construir. Desvantagem: taxa de juros poderia ser menor por se tratar de um financiamento do governo." (Entrevistado 14)

"Vantagem: a pessoa consegue pagar um valor de prestação que é compatível com seu salário. Desvantagem: os juros deveriam ser menores, assim seria possível parcelar em menos anos, para encurtar o prazo do pagamento da divida. " (Entrevistado 15)

Em resposta ao questionamento sobre as vantagens e desvantagens do programa, seis dos beneficiados tiveram dificuldade em apontar suas desvantagens, os demais citaram as seguintes falhas: taxa de juros, pagamento da prestação restrito a correntistas, prazo para quitação da dívida demasiadamente extenso, localização das residências, que geralmente situam-se em bairros afastados da região central, limitação de área construída para o enquadramento dos imóveis ao programa e teto de 80% do valor financiável.

Apesar da taxa de juros ser apontada como desvantagem por alguns entrevistados, a mesma ainda é inferior comparada as taxas praticadas no mercado em outras modalidades de financiamento.

Por fim, percebe-se que todos são muito gratos pelas facilidades que o programa proporciona com suas condições especiais, permitindo a realização do sonho da casa própria.

> A formulação e a eficácia do PMCMV se devem, portanto, aos incentivos gerados que foram complementares às capacidades inseridas na economia política existente no Brasil, a qual está relacionada diretamente a ambos os aspectos hierárquicos e desenvolvimentistas presentes nas instituições brasileiras. (MACEDO, SILVA, 2013, p.121)

Superficialmente de viés assistencialista, o PMCMV tem caráter incentivador quando seu efeito se estende à iniciativa privada, especialmente na mobilização do setor de construção civil.

4.3 – Entrevista Com os Construtores

Foram coletadas informações por meio de entrevista com os representantes das quatro principais construtoras do município de pesquisa, para conhecer os seus pontos de vista sobre o PMCMV enquanto construtores e especular quais as expectativas para os anos seguintes.

Pergunta 1 – Quantas casas no padrão Minha Casa Minha Vida foram vendidas no ano de 2018 até o dia 31/10/2018?

> *"52 casas no total, todas foram financiada pelo PMCMV." (Entrevistado 1)*
>
> *"No ano de 2018 foram vendidas 6 casas." (Entrevistado 2)*
>
> *"24 casas financiadas pelo programa." (Entrevistado 3)*
>
> *"Podemos listar cerca de 75 casas vendidas até o momento." (Entrevistado 4)*

Foram vendidas 157 residências financiadas pelo PMCMV na cidade de João Pinheiro, no ano de 2018 até a data de 31 de outubro. Número este, que apresenta os resultados positivos que esta linha de crédito possibilita as inúmeras famílias da região que sonhavam com a aquisição da casa própria.

> A construção civil tem um papel fundamental nos programas de investimento e no novo ciclo de crescimento que se pretende para o Brasil, pelas peculiaridades de sua cadeia produtiva, como setor de mão-de-obra intensiva, de baixo coeficiente de importação e elevados efeitos multiplicadores sobre a economia, a renda, o emprego e os tributos. (DRUM, 2010, p. 64)

Pergunta 2- Qual a importância do Programa Minha Casa Minha vida para vocês enquanto construtores?

> *"Na visão de construtor no mercado imobiliário, o Programa Minha Casa Minha Vida é indispensável, acredito ser responsável direto pelo aumento do leque de clientes com capital para adquirir a casa própria, além de ser uma forma que tenho garantia de capital de giro e recebimento de contrato sem qualquer inadimplência. " (Entrevistado 1)*
>
> *"O Programa Minha Casa Minha Vida é de fundamental importância, pois sem o mesmo, seria praticamente impossível a concretização das vendas, tendo em vista o atual cenário econômico em que vivemos. " (Entrevistado 2)*
>
> *"É de suma importância e uma grande oportunidade trabalhar no setor da construção civil bem como atingir o setor do programa MCMV, uma vez que tal programa aguçou o público em geral quanto ao sonho e a importância de adquirir um patrimônio como a casa própria." (Entrevistado 3)*
>
> *"A importância para nós é a geração de emprego e crescimento da empresa e município." (Entrevistado 4)*

É notável que os construtores entrevistados consideram o PMCMV como fundamental, pois ele torna possível os desejos de muitas pessoas comparem a casa própria e é o principal responsável pelo crescimento do setor da construção civil na cidade de pesquisa.

> O PMCMV é responsável por fortalecer não apenas o crescimento do setor, mas também o da economia, ao gerar, dentro da formalidade, emprego e renda, contribuir com a arrecadação de tributos, além de reduzir o déficit habitacional. (CBIC, 2017, s/p).

Pergunta 3- No seu ponto de vista, qual a contribuição da construção civil para o desenvolvimento de João Pinheiro?

> *"Considerando que projetamos dos mais diversos padrões residenciais, o segmento popular, subsidiado pelo governo alavancou a economia do país consideravelmente, principalmente em cidades pequenas como João Pinheiro. As construtoras na cidade João Pinheiro geraram inúmeras oportunidades de emprego e renda, além de adquirirem maior patrimônio e investirem em diversos setores da cidade, movimentando assim o comércio local. Outro ponto interessante no meu ver foi a expansão urbana da cidade, no qual os terrenos rurais localizados nas circunferências foram transformados em loteamentos com infraestrutura para moradia ideal."*

(Entrevistado 1)

"O Programa beneficia a todos: gera empregos, mantém o giro de capital das construtoras e lojas de materiais de construção e realiza o sonho de muitas famílias que moram de aluguel. " (Entrevistado 2)

"A construção civil é extremamente importante para a nossa cidade, uma vez que gera um número significativo de empregos e consequentemente aquece o comércio geral. O aumento do número de moradias também gera um aumento da arrecadação para o município. " (Entrevistado 3)

"A maior contribuição está ligada a geração de emprego direto (pedreiros, pintores, engenheiros, eletricistas, encarregados, serventes e outros) e indireto, pois muitos serviços são terceirizados, além de que somos clientes fiéis de serralherias, marmorarias, vidraçarias, lojas de material de construção, que acabam tendo que contratar mais funcionários para conseguir atender a demanda de casas vendidas pelo PMCMV. Além de que, quando nós ganhamos dinheiro com essas vendas de imóveis, nós investimos em outras áreas também que trabalhamos em paralelo, o que auxilia no crescimento da cidade. " (Entrevistado 4)

Foi unanimidade a menção da geração de empregos. Os entrevistados pontuaram também outras contribuições como aumento de giro de capital, a expansão do território urbano dotado de infraestrutura e arrecadação de impostos para o município. Trata-se, portanto de um setor que abrange diversos segmentos essenciais para o desenvolvimento da cidade de João Pinheiro.

> [...] os investimentos em construção devem receber tratamento prioritário na alocação de recursos por seus efeitos diretos, indiretos e induzidos na produção, na renda, no emprego e nos tributos. A forte interligação da indústria da construção com outras atividades permite classificá-la como um setor-chave da economia brasileira. (DRUM, 2010, p. 02)

Pergunta 4- O que você acha que deveria melhorar no Programa Minha Casa Minha Vida?

"Deveria haver a correção dos valores das casas no padrão Minha Casa Mina Vida, pois está muito defasada, hoje o valor máximo do imóvel permitido é de R$105.000,00, outro ponto que deveria ser melhorado é a respeito do valor financiado, como só libera 80% de financiamento, há um grupo de pessoas que não conseguem comprar um imóvel por não ter poder aquisitivo para pagar a entrada. " (Entrevistado 1)

"O percentual de financiamento, pois muitos desistem de adquirir a casa por não ter condições de pagar a entrada. " (Entrevistado 2)

> *"Atualmente é possível listar diversos itens que necessitam de atenção nesse programa. Primeiramente o governo federal deveria destinar um maior valor para o referido programa, pois este gera renda e move toda a economia. Fazer atualização do valor Fo imóvel que enquadra no programa com mais frequência, pois o valor atual está defasado e a realidade do município é outra." (Entrevistado 3)*

> *"Uma pessoa que não tem condições de comprar uma casa, só viabiliza o PMCMV para ela, só que o valor do imóvel disponível para casas do programa em João Pinheiro é muito baixo, R$105.000,00, então não tem como construir uma casa de R$105.000,00 em cima de um lote que vale de 35 a 40 mil. É necessário que esse valor do imóvel aumente para no mínimo R$130.000,00 para que possamos construir uma casa melhor para a população e termos uma margem maior." (Entrevistado 4)*

Os construtores concordaram em considerar que é necessário incremento no percentual financiável dos imóveis, já que grande parte dos clientes não possui o valor de entrada à vista. Outra mudança relevante seria o reajuste no valor total do imóvel permitido para financiamentos pelo PMCMV, que atualmente é de R$105.000,00.

Pergunta 5- Qual a expectativa para os anos seguintes?

> *"Sou extremamente positivo e acredito em um futuro promissor de todo o país, principalmente com a mudança de governo de 2018. Acredito em uma melhoria dos valores financiados, dos subsídios repassados e uma maior agilidade e compromisso com os contratos levados até os bancos federais. Afinal, um país precisa ser organizado, pra diminuir sua dívida e influenciar o crescimento do seu povo. " (Entrevistado 1)*

> *"Espero que o novo governo aumente os recursos do programa e facilite as condições de compra, diminuindo a burocracia, para que todos tenham acesso à casa própria. " (Entrevistado 2)*

> *"Esperamos que o novo governo mantenha o programa que hoje é referência mundial bem como melhore a destinação das verbas. " (Entrevistado 3)*

> *"Nossa expectativa é que com a mudança de governo, haja uma melhoria nesse setor, que tenha mais recursos destinados ao programa e que melhore para todo mundo. " (Entrevistado 4)*

A expectativa é positiva por parte dos entrevistados e todos atribuem esperança de melhoria no governo que assumirá em 2019. Se forem feitos investimentos e avanços nesse setor, essas empresas se desenvolverão levando a cidade de pesquisa ao desenvolvimento em

conjunto, além de que toda população sai beneficiada com mais oportunidades de emprego e poder aquisitivo.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade analisar o papel do Programa Minha Casa Minha Vida na dinâmica do mercado habitacional em João Pinheiro – MG, identificando o perfil do cliente que busca por essa modalidade de financiamento, levando em consideração o ponto de vista de quem compra e vende esses imóveis financiados.

A pesquisa de campo comprovou as hipóteses iniciais de que a liberação do crédito imobiliário em João Pinheiro - MG tem grande impacto para o seu desenvolvimento. Através das entrevistas com os construtores, foi possível compreender o quanto essa linha de crédito beneficia o comércio local, desde as empresas responsáveis pela construção dos imóveis financiados, as lojas de materiais de construção, marmorarias, vidraçarias, serralherias até os prestadores de serviço como pintores, pedreiros, serventes, eletricistas, encanadores, entre outros que são essenciais para a conclusão das obras residenciais.

Ao analisar os dados obtidos pelos questionários foi possível perceber que grande parte das prestações pagas nos financiamentos está entre R$401,00 a R$500,00 reias, valor condizente com o salário médio da maioria dos entrevistados, que recebem entre um e dois salários mínimos.

Com base nos resultados da pesquisa, nota-se que a maior parte dos entrevistados enxerga como desvantagem o valor da entrada, pois o banco libera apenas 80% de financiamento do valor total do imóvel e cabe ao cliente fazer o complemento do pagamento que deverá ser negociado diretamente com o vendedor.

A principal vantagem encontrada no PMCMV pelo ponto de vista dos clientes é o simples fato do programa existir, pois se não fosse por meio deste, muitas famílias não teriam a oportunidade de comprar a casa própria, sonho que só se torna real pela facilidade que o programa oferece, com as baixas taxas de juros e principalmente com o subsídio.

Diante do exposto, considera-se que a importância do PMCMV em João Pinheiro - MG, se deve ao seu protagonismo na geração de grande movimentação de renda na economia local e aumento do poder aquisitivo da população de baixa e média renda, que por sua vez se dá em duas vias. Primeiramente da parte dos tomadores do financiamento, devido à facilitação da compra dos imóveis. E em seguida, através da garantia de renda aos colaboradores que atuam

nas diversas frentes de trabalho pertinentes às etapas envolvidas no Programa. Ademais, resulta em maior arrecadação de tributos para o município.

6 - REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R.T. **Importância do trabalho cientifico para a graduação.** Disponível em: < HTTP://www.uesb.br/revista/rsc/v3/editorial_v3n2.pdf >. Acesso em: 02 maio. 2018

CAMARA BRASILEIRA DA INDUSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Minha Casa Minha Vida alavanca o crescimento do país e bem estar social.** Brasília; 2017.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Cartilha crédito imobiliário.** Disponível em < https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentos-gerais/Cartilha_Credito_Imobiliario.pdf > .Acesso em 01 ago. 2018.

DRUM, C. Déficit habitacional e impactos econômicos do programa Minha Casa Minha Vida no Rio Grande do Sul. 2010. 83f. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERNANDES, F; ROLLI, F. **País precisa de 27,7 mi de moradias até 2020**. **Folha de S. Paulo,** São Paulo, 25 fev 2008.

FERRARI, A.T. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo. Editora McGraw-Hill do Brasil, 1982.

HANAUER, A. **Sistema Financeiro da Habitação**. 2003. 37f. Monografia – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. 2003.

IBGE. Disponível em < HTTPS://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/joao-pinheiro/panorama > .Acesso em: 25 maio. 2018.

LEONI, G. **Cadastro Crédito e Cobrança.** São Paulo: Atlas, 1997.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, 2004.

Macedo, N. Silva, N. **Variedade de Capitalismo no Brasil: O PMCMV e as respostas a desigualdade social no contexto da crise econômica de 2008 - 2013**. Disponível em < file:///C:/Users/bianc/Downloads/33392-127872-1-PB.pdf >. Acesso em 01 nov. 2018.

MEIRELLES, H. **Crédito Imobiliário e desenvolvimento econômico.** Disponível em: < HTTP://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cc/article/viewFile/24677/23540 >. Acesso em: 01 maio. 2018.

MELO, G.R. **Comprometimento de renda.** Disponível em < https://www.clickhabitacao.com.br/artigos/comprometimento-de-renda/ >. Acesso em 05 nov. 2018.

MELLO, C.(Org.), **Métodos quantitativos:** pesquisa, levantamento survey. Aula 09 da disciplina de metodologia de epsquisa na UNIFEI, 2013.

NALIN, M.N. **O Trabalho do Assistente Social na Política de Habitação de Interesse Social:** O Direito à Moradia em Debate. Disponível em: < http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/55521/000452191/-texti%2BCompleto-0.pdf >. Acesso em 28 abr. 2018.

ROLNIK, R. **Um novo lugar para o velho centro.** Disponível em: <http://integracaoseminposse.zip.net/arch2006-04-01_2006-04-30.html >. Acesso em 02 maio. 2018.

SCHRICKEL, W.K. **Análise de Crédito:** Concessão e Gerência de Empréstimos. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, J. **Gestão e Análise de Risco de Crédito.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 3. Ed. SP: Cortez: 1999.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA EM UMA EMPRESA COMERCIAL DO SETOR DE PAPELARIA

STUDY ON THE PROCESS OF FORMING THE PRICE OF SALE IN A COMMERCIAL COMPANY IN THE STATIONERY SECTOR

Isabela Karen Costa[1]
Cleyde Cristina Rodrigues[2]
Ana Clara Fonseca do Amaral[3]

Resumo: Um dos problemas enfrentados pelos gestores sem dúvida é a identificação da composição do preço correto, de forma que satisfaça todos os custos e despesas e ainda desfrute lucro. É preciso compreender os elementos e a estrutura que constitui esta formação. O objetivo deste estudo foi analisar quais os processos devem ser considerados para a formação do preço de venda na empresa comercial do setor de papelaria, com base na metodologia proposta pelo Sebrae. A coleta de dados realizada foi por meio de notas fiscais e planilhas. De acordo com os resultados apresentados, os preços de venda calculados pela metodologia proposta, quando comparados com os preços de venda adotados pelo sócio proprietário, apresentaram em maiores quantidades de itens semelhança estatisticamente de 95% para os preços de venda

Palavras-chave: Formação do preço de venda. Custos. Sebrae.

Abstract: One of the problems managers face in most companies is identifying the right price composition so that it meets all costs and expenses while still enjoying profit. It is necessary to understand the elements and the structure that constitutes this formation. The objective of this study was to analyze which processes should be considered for the formation of the sale price in the stationery commercial company, based on the methodology proposed by Sebrae. Data collection was performed through invoices and spreadsheets. According to the results presented, the selling prices calculated by the proposed methodology, when compared to the selling prices adopted by the owner, presented in a larger quantity of items a statistically similarity of 95% for the selling prices.

[1] Graduanda em Ciências Contábeis pela Escola Superior de Negócios da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: isabela.costa01@hotmail.com.

[2] Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia -UFU (2016). Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade Noroeste de Minas – FINOM (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Rio Paranaíba – UFV/CRP (2013). Contato: cleyde.rodrigues@ufv.br.

[3] Mestra em Ciências Contábeis pela FUCAPE *Business School* – Vitória/ES. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: professor.anaclara@gmail.com.

Recebido em 02/02/2020
Aprovado em 23/04/2020

Keywords: Sales price formation. Costs. Sebrae Stationary store.

1. INTRODUÇÃO

A busca por novos clientes e o crescimento das empresas, fez com que aumentasse a necessidade de novos modelos de gestão e evolução da contabilidade. O aprimoramento contábil existe para acompanhar o crescimento dessas e atender as necessidades das informações precisas. A ciência contábil, desempenha relevante papel que é, basicamente, traduzir os números de toda a atividade da entidade e fornecer informações (CARVALHO, 2013).

Entende-se que a apropriada determinação dos preços de venda cada vez mais é quesito indispensável para sobrevivência e desenvolvimento das empresas, independentemente do porte ou área de atuação. (WERNKE, 2005)

Segundo Sardinha (1995), é essencial a empresa determinar os preços de venda de forma adequada, a fim de que obtenha sucesso. O sucesso empresarial pode não ser consequência da decisão de preço. Contudo, o preço equivocado de um produto certamente o levará ao insucesso. Dentro desse contexto, o gestor decide sobre várias atividades na formação de preço, algumas delas são: custo do produto, preço de mercado, lucro desejado pela empresa, demanda, oferta e desejos do consumidor.

Devido ao crescimento da competitividade, as empresas buscam alternativas para se destacar perante as demais. O preço é uma ferramenta de incorporação da empresa com o meio ambiente, ou seja, é um forte associado das empresas (CARVALHO, 2013).

De acordo com Koliver (2010), a contabilidade de custos baseia-se nos métodos e técnicas usados no entendimento das mudanças patrimoniais que acontecem nas empresas durante um determinado período. Ribeiro (2013) complementa que para se determinar um preço de venda de um produto, é fundamental saber o custo de fabricação, as despesas geradas pela venda do produto, as despesas administrativas, e financiar a margem de lucro.

Para Carvalho (2013), a Contabilidade de Custos por sua vez, é quem elabora a estrutura desses sistemas, tornando-se um dos mais importantes sistemas de informação dentro da organização, disponibilizando dados e informações, e, consequentemente, gerando mais resultados. Favorecendo assim, aos administradores nas tomadas de decisões acerca da formação de preços dos produtos.

Segundo Wernke (2005), a determinação do preço de venda é uma missão primordial para os gestores, pois é, por meio da formação de preço que a empresa começa a concorrer no mercado cada vez mais acirrado.

Em valor da importância que a formação do preço de venda possui na entidade como um todo, o presente trabalho, de acordo com o exposto acima, teve origem no seguinte questionamento: Como ocorre o processo de formação de preço de venda em uma empresa comercial do setor de papelaria?

Em busca de responder à questão apresentada, esta pesquisa objetivou, principalmente, realizar um estudo do processo de formação de preço em uma empresa comercial do setor de papelaria, com base na metodologia proposta pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – Sebrae. Especificamente, pretendeu-se conhecer os componentes do custo de aquisição das mercadorias a serem comercializadas e os impactos tributários que incidem sobre a operação da organização, com base no regime tributário adotado.

Crepaldi (1998) ressalta que, ao formar preço, as empresas se preocupam com as atitudes de seus clientes, pois eles podem diminuir o consumo ou até mesmo deixar de adquirir o produto. A adoção da correta estratégia para formar os preços de venda facilita as tomadas de decisões pelos gestores, tornando as mais precisas e dinâmicas.

De acordo com o Sebrae (2003) “preço é mais do que o valor de um produto: é quanto a cliente paga para suprir uma necessidade”. O preço de venda é, sem dúvida, a ferramenta que produz os efeitos mais intensos e imediatos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A definição do preço de venda dos produtos e serviços é um problema que afeta frequentemente a vida das empresas, sem levar em consideração a sua dimensão, a natureza dos seus produtos ou do setor econômico (SANTOS 1995).

Martins (2017) afirma que a administração dos preços de vendas nas instituições nasce do conhecimento completo dos custos dos produtos, mas, esse quesito não se torna autossuficiente, pois é preciso também conhecer o grau de elasticidade da demanda, os preços dos produtos dos concorrentes diretos e dos produtos substitutos, a estratégia mercadológica da organização, dentre outros fatores.

Para Santos (2012), configuram condições importantes à sobrevivência de qualquer negócio, com ou sem fins lucrativos, conhecer o custo operacional da empresa e o seu reflexo direto nos produtos e serviços oferecidos.

Nesse contexto, a apuração, o controle e a análise dos custos são de grande importância à formação de preços de venda competitivos (SANTOS, 2012), que basicamente consiste em conhecer os custos marginais de cada produto ou serviço ofertados, identificáveis com cada unidade negociada, e entender sobre os custos de funcionamento da empresa.

No caso das empresas de comércio, os custos diretos têm relação direta com o chamado custo de aquisição. Resende et al. (2013) esclarecem que o custo de aquisição de mercadorias para revenda são determinados pelo valor da fatura a ser paga, deduzidos os descontos, abatimentos e bonificações, e acrescidos de todos os custos que incorrerem sobre a mercadoria até que esteja disponível para venda, como seguros, fretes e impostos não recuperáveis.

Para Resende et al. (2013), o preço de venda é um dos fatores que influenciam os clientes no momento de decidir entre comprar ou não comprar. De acordo com esses mesmos autores, em um mercado de fortes concorrências, as organizações precisam estar atentas para ofertarem o seu produto sem perder a lucratividade.

Biagio (2012) ressalta que o preço de venda pode ser baseado nos custos fixos e variáveis, levando em consideração as perspectivas de retorno do investimento, bem como pode ser construído com base na concorrência, isto é, com foco em pesquisas de mercado junto a concorrentes, considerando as vantagens competitivas dos produtos da organização frente aos concorrentes.

A teoria de preço baseada no custo preocupa-se com os dois elementos básicos do preço. O primeiro configura-se nos custos relevantes que devem fazer parte do preço e o segundo é a margem a ser adicionada para se alcançar o preço. Para Figueiredo e Caggiano (1997), o preço de venda baseado nos custos indica a conexão entre oferta e a procura, refletindo as realidades comportamentais.

Martins (2017) preceitua que a formação de preços com base em custos, origina-se o ponto de partida e esse deve ser o custo do bem ou serviço, apurado de acordo com a metodologia de custos adotada pela instituição: Custeio por Absorção, Custeio Variável etc. Sobre o custo apurado, agrega-se uma margem, chamada *markup*, estimada para cobrir os gastos que não foram incluídos no custo, como os tributos, as comissões de vendedores e o lucro desejado pela instituição (MARTINS, 2017).

O *markup* é um método utilizado para a formação de determinado bem ou serviço, por meio do qual se usa um índice formado com base nos gastos fixos e variáveis, lucro desejado e impostos, possibilitando a formação do preço de venda (BRUNI; FAMÁ, 2004). Santos (1995) conceitua o *markup* como um índice aplicado sobre o custo de um bem ou serviço para a

formação do preço de venda, cujo objetivo é cobrir os impostos, taxas, despesas no geral e custos indiretos sobre as vendas.

Martins (2017) determina que o *markup* seja calculado por meio da somatória percentual de itens como Despesas Gerais e Administrativas (DGA), Comissões de Vendedores (COM), Tributos Incidentes sobre o Preço de Venda (IMP) e Margem de Lucro Desejada (MLD). Posteriormente, o custo unitário do produto ou serviço deverá ser acrescido do *markup* multiplicando-se o Preço de Venda (MARTINS, 2017).

Nesse contexto, entende-se que os itens que tenham valores apurados sejam considerados no somatório e o *markup* seja utilizado apenas para os itens que se configuram em percentuais sobre o Preço de Venda (PV).

Muitos empresários de micro e pequenas empresas desconhecem sobre a realidade de seus custos e sobre as condições mercadológicas que vêm atuando, dificultando a definição do preço de venda (RESENDE et al. 2013).

Esses autores comprovam que é comum às empresas, em situação de forte concorrência, adotarem estratégias baixando seus preços de venda, sem critério algum, resultando em prejuízos operacionais.

Nesse contexto, para se formar o preço de venda das mercadorias a serem produzidas/vendidas ou dos serviços a serem prestados, para que o resultado seja positivo, o empresário precisa conhecer a importância do processo de formação do preço de venda e, principalmente, sua estrutura produtiva e o mercado onde atua (RESENDE et al., 2013).

Nessa situação, faz-se necessário um estudo preliminar sobre os custos e as despesas que impactam na formação do preço de venda da instituição (RESENDE et al., 2013).

Apesar de apresentar algumas deficiências, segundo Martins (2017), o método de calcular preços com base em custos é muito utilizado entre as empresas. Martins (2017) apresenta a terminologia contábil básica sobre custos, conforme Quadro 01:

Quadro 01. Terminologia Contábil Básica sobre Custos.

Terminologia	**Conceito**	**Exemplos**
Gasto	Compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos.	Gastos com aquisição de matéria-prima; Gastos com mão de obra; Gastos como honorários da Diretoria.
Desembolso	Pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.	Pagamento referente compra de matéria-prima.

Investimento	Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuros períodos.	Matéria-prima; Máquinas; Ações adquiridas de outras empresas.
Custo	Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.	Utilização de matéria-prima na fabricação do produto.
Despesa	Bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.	Comissão dos vendedores.
Perda	Bem ou serviço consumidos de forma anormal ou involuntária.	Gasto com mão de obra em período de greve.

FONTE: MARTINS (2017 p. 24-26)

De acordo com a terminologia apresentada, verifica-se que os principais itens a serem considerados na formação do preço de venda, serão os custos e as despesas. Os gastos se transformarão em custos, despesas ou investimentos e causarão um desembolso. As perdas são eventos anormais, que podem impactar os resultados, mas devem ser eliminados rapidamente.

Em uma empresa comercial, os custos representam os gastos relativos a consumo na operação, ou seja, o custo da mercadoria vendida, e as despesas são representadas pelos gastos destinadas às fases de administração, vendas e financiamentos (RESENDE et al., 2013).

Os custos e despesas recebem algumas classificações. Com relação ao produto fabricado, os custos são classificados como diretos e indiretos.

Conforme Martins (2010), custos diretos são aqueles que são apropriados aos produtos e são facilmente relacionados com as unidades de alocação de custos (processos, produtos, clientes etc.). Também são consideradas como exemplos de custos diretos a mão de obra direta e a matéria-prima (BORNIA, 2010).

Já os custos indiretos são aqueles que não podem se apropriar diretamente de cada tipo de produto ou serviço, pois estão indiretamente ligados ao produto e, para adequar aos produtos na quantidade mais próxima do real, necessitam-se de critérios de rateio (CREPALDI, 1998).

Viceconti e Neves (2018) reforçam que os custos indiretos dependem de cálculos e rateios para serem apropriados em diferentes produtos, como é o caso da depreciação de equipamentos da fábrica, dos gastos com limpeza da fábrica, dos salários dos chefes de supervisão de equipes de produção, do aluguel da fábrica e da energia elétrica, que não podem ser associados aos produtos.

No entanto, verifica-se que a classificação em custos diretos e indiretos está mais direcionada às empresas industriais. No caso das empresas comerciais, a classificação mais apropriada será em custos e despesas variáveis e fixos.

Por analogia, considera-se a conceituação apresentada por Viceconti e Neves (2018), conforme exposto no Quadro 02:

Quadro 02. Classificação dos custos e despesas em fixos e variáveis.

Custo/Despesa	Conceito	Exemplos
Fixo	Os valores são os mesmos, qualquer que seja o volume de produção da empresa.	Aluguel da fábrica, imposto predial, depreciação dos equipamentos pelo método linear, salários de vigias e porteiros.
Variável	Os valores se alteram em função do volume de produção da empresa.	Matéria-prima consumida, gastos com horas extras na produção; materiais indiretos consumidos.

FONTE: VICECONTI; NEVES (2018).

Nesse sentido, os custos e despesas fixos são gastos constantes, não dependem da quantidade produzida ou vendida de produtos da empresa no curto prazo, ou seja, não variam com a alteração no volume de produção, por exemplo: o salário do gerente (BORNIA, 2010).

Segundo Megliorini (2001), podem ser chamados de custos variáveis aqueles que ocorrem de acordo com a produção, ou seja, que variam quando há aumento ou redução no nível de fabricação. Os custos variáveis também são conceituados por Wernke (2005) como os gastos realizados que estejam relacionados com o volume de produção, de modo que quanto maior for o volume de produção, maiores serão os custos variáveis totais do período.

Resende et al. (2013) ressaltam que os custos e despesas variáveis, em uma empresa comercial, variam de acordo com as vendas efetuadas pela empresa, ou seja, se existe uma venda, há incidência dos custos e despesas variáveis, como: custo da mercadoria vendida, embalagens, etiquetas, impostos incidentes sobre as vendas.

Bernardi (1998) descreve a margem de contribuição como sendo a diferença entre o valor das vendas, os custos variáveis e as despesas variáveis de venda. Isso significa que, se pode avaliar o quanto cada venda contribui para pagar os custos fixos e despesas fixas. A mesma é definida, também, como a diferença entre as receitas e os custos diretos e variáveis identificadas a um produto, linha de produtos, serviços, processos, segmentos, enfim, a cada um dos objetos em que se pode dividir a atividade de uma empresa.

A Margem de Contribuição resulta da diferença entre o preço de venda deduzido dos custos e despesas variáveis dos produtos. Bruni (2008) afirma que: “A margem de contribuição,

representada pela diferença entre receitas e gastos variáveis, consiste em um dos mais importantes indicadores para a tomada de decisão em custos, preços e lucros".

Neste sentido a margem de contribuição é um instrumento importante para análise gerencial, pois permite obter informações precisas e claras para tomada de decisão, no que diz respeito à formação de estratégias de preços, avaliação para expandir ou reduzir a linha de produção ou aquisição de mercadoria.

As entidades precisam identificar quais produtos contém um maior nível de contribuição para o lucro e, quais contribuem pouco ou produzem prejuízos para a lucratividade. É possível alcançar esse alvo entendendo a capacidade de cada produto para gerar receitas e os custos relacionados, com essas informações fica em evidência quais produtos são mais rentáveis ou não para a organização.

Com relação aos tributos que podem incidir sobre as mercadorias vendidas e o resultado da empresa, de acordo com o regime de tributação adotado pela instituição, o Quadro 03 os apresenta:

Quadro 03. Tributos que impactam na formação do preço de venda

Tributo	**Significado**	**Incidência**
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	Receita Bruta
ISS	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	Receita Bruta
PIS	Programa de Integração Social	Receita Bruta
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Receita Bruta
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Resultado
CSLL	Contribuição sobre o Lucro Líquido	Resultado

FONTE: RESENDE et al. (2013)

Com relação aos impostos que incidirão sobre as vendas (Receita Bruta), deve-se atentar para aqueles que apresentam regimes cumulativos, a depender do regime tributário da empresa, pois deverão compor o custo de aquisição do produto. Wernke (2005) lista os seguintes fatores que devem compor os custos de aquisição das mercadorias, conforme Quadro 04:

Quadro 04. Fatores que compõem os custos de aquisição.

Fator	**Explicação**
(+) Custo da fatura	Valor constante na nota fiscal;
(-) Descontos dados na fatura	Incondicionais, mencionados no corpo da nota fiscal de compra;

(+) Despesas acessórias da compra	Fretes, seguros, despesas aduaneiras e outros itens vinculados à aquisição;
(+) Impostos não recuperáveis fiscalmente	Conforme a legislação tributária específica;
(-) Impostos recuperáveis fiscalmente	Conforme a legislação tributária específica;
(=) Custo de aquisição das mercadorias	

FONTE: WERNKE (2005, p. 149).

Outro gasto sobre o qual deve-se dispensar especial atenção são as despesas administrativas, tais como: aluguel, honorários dos sócios, salários do pessoal administrativos mais encargos sociais, material de limpeza, material de escritório, combustíveis, propagandas, comissão dos vendedores etc. (RESENDE et al., 2013).

Esses mesmos autores alertam que as despesas administrativas (fixas) precisam ser agregadas ao preço de venda, o que pode ser realizado por meio da identificação do percentual desse tipo de gasto sobre o faturamento médio mensal da organização.

Destacados todos os custos e todas as despesas, resta ao sócio proprietário se resguardar quanto à margem de lucro pretendida. Wernke (2005) define o lucro como sendo a remuneração do capital investido na entidade, seja por sócios ou acionistas, depois de deduzidas todos os custos e despesas do período.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Baseado na metodologia de classificação de pesquisas, proposta por Gil (2002), este estudo classifica-se um estudo qualitativo, quantitativo e descritivo, do ponto de vista dos objetivos propostos. Sob o fundamento dos procedimentos técnicos a serem utilizados, esta análise configura-se em uma pesquisa bibliográfica, pois sua base teórica foi construída com base em artigos científicos, publicações em periódicos, dissertações, teses e livros.

Além de bibliográfica, esse estudo também pode ser classificado como documental (GIL, 2002), pois foram utilizados dados financeiros de uma papelaria do interior de Minas Gerais.

Classifica-se, como um estudo de caso dentro de seu contexto real (GIL, 2002), a empresa em análise foi uma papelaria e materiais de escritório em geral. A papelaria em questão foi selecionada por estar inserida no mercado desde 1999, além da facilidade de acesso as informações.

Foram coletados os Documentos Auxiliares da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE referentes compras realizadas em 2019, de dez fornecedores (F1; F2; F3; F4; F5; F6; F7; F8;

F9; F10), com linhas de fornecimentos diversas. O sócio proprietário da empresa anotou os preços de vendas unitários no referido documento.

Nesse contexto, realizou-se um comparativo entre os preços de venda adotados pela empresa e os preços de venda construídos de acordo com a metodologia proposta pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – Sebrae, de acordo com publicação de Resende et al. (2013), de onde foram coletadas as equações 1 e 2.

Primeiramente, para se obter o percentual dos custos/despesas fixos utilizou-se a seguinte equação 1:

$$\%\ Custos/Despesas\ Fixos = \frac{Custos/despesas\ fixos\ (média\ mensal) x\ 100}{vendas\ médias\ mensais} \quad (1)$$

Para o cálculo do preço de venda, foi utilizada a equação 2:

$$Preço\ de\ Venda = \frac{Custo\ da\ mercadoria\ vendida}{1 - \frac{\%Imp + \%CDF + \%\ Lucro}{100}} \quad (2)$$

Onde:

%Imp = percentual de impostos;

%CDF = percentual de custos e despesas fixos;

%Lucro = percentual da margem de lucro pretendida.

Os dados foram analisados por meio de tabelas, construídos com auxílio do Microsoft Excel. Por fim, foi realizado o teste T para amostras dependentes, indicado por Tavares (2011), quando se realiza algum tipo de intervenção na amostra e deseja-se saber se os resultados apurados antes da intervenção são iguais aos resultados depois da intervenção.

Nesse caso, a intervenção foi a aplicação da metodologia proposta por Resende et al. (2013) para cálculo do preço de venda. Utilizou-se para tal procedimento a ferramenta estatística R versão 3.6.1.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para dar início ao estudo do processo de formação de preço em uma empresa comercial do ramo de papelaria, realizou-se um estudo da composição do custo da mercadoria vendida - CMV, conforme sugerido por Resende et al. (2013), de acordo com a Tabela 01:

Tabela 01. Composição dos custos das mercadorias vendidas da empresa comercial do ramo de papelaria (em percentuais).

Item/Conta	**Fornecedores**									
	F1	**F2**	**F3**	**F4**	**F5**	**F6**	**F7**	**F8**	**F9**	**F10**
Estado/procedência	SP	PR	SP	SC	SP	SP	SP	SP	SP	SP
Quantidade de itens	38	45	14	110	19	40	35	18	19	9
Preço de aquisição	83,30	87,70	65,20	100	98,20	71,60	84,00	90,90	81,70	84,60
(+) IPI*	0,10	2,10	13,20	0	1,10	10,70	7,20	9,10	5,70	9,10
(+) ICMS ST**	16,60	10,20	21,60	0	0,70	17,70	8,80	0	12,60	6,30
(+) CMV	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Dados: *Imposto sobre Produtos Industrializados (imposto não recuperável); **ICMS Substituição Tributária.

FONTE: Autoria própria (2019).

É possível observar, por meio da Tabela 01, que a maior parte dos fornecedores são provenientes do estado de São Paulo (80%). Foram analisados um total de 347 (trezentos e quarenta e sete) itens, conforme distribuição apresentada.

Percebe-se, também, que o maior impacto tributário sobre o Custo da Mercadoria Vendida – CMV refere-se ao ICMS Substituição Tributária e, a depender do tipo de produto, o Imposto sobre os Produtos Industrializados – IPI chega a ter um impacto de mais de 10%.

A substituição tributária do ICMS, de acordo com Ferreira, Lorandi e Imbrosio (2011), configura o fato de atribuir ao fabricante, atacadista, distribuidor, importador, dentre outros, na condição de sujeito passivo da substituição tributária, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo às operações subsequentes até que o produto alcance o consumidor final.

De acordo com o Regimento de ICMS de Minas Gerais, com relação ao âmbito de aplicação da substituição tributária, será aplicado sobre os produtos de papelaria provenientes de fornecedores internos e dos seguintes estados: Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo (MINAS GERAIS, 2002).

O Imposto sobre os Produtos Industrializados, como o próprio nome diz, incide sobre aqueles itens que são comercializados pelas indústrias (PAES, 2015), como é o caso dos

cartuchos de *tonner* para impressão, blocos e formulários, agendas, tintas, clipes, papel crepom e papel de seda, dentre outros.

Dando prosseguimento à metodologia proposta por Resende et al. (2013), apurados os custos das mercadorias (custo de aquisição + impostos não recuperáveis + frentes + seguros – descontos), o próximo passo foi realizar o levantamento da carga tributária incidente sobre as vendas, bem como aquela que impacta o resultado.

Os índices utilizados estão relacionados na Tabela 02, considerando o regime de apuração do Lucro Presumido:

Tabela 02. Cálculo do percentual de impostos incidentes sobre o preço de venda da empresa comercial do ramo de papelaria no estado de Minas Gerais tributadas pelo Lucro Presumido.

Impostos	**Percentual**
ICMS (consumidor final dentro do estado)	18%
PIS (regime cumulativo)	0,65%
COFINS (regime cumulativo)	3,00%
IRPJ	4,80%
CSLL	2,88%
Total	**29,33%**

FONTE: Adaptado de Resende et al. (2013).

Caso a organização oferecesse comissão sobre os produtos vendidos, o percentual adotado poderia compor o índice apresentado na Tabela 02.

Com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no caso de empresa optante pelo Lucro Presumido, destaca-se que esse regime de tributação leva em consideração um percentual de presunção de 8% (oito por cento), estabelecido pela legislação, sobre o faturamento, no caso de receitas provenientes de venda de mercadorias, exceto venda de combustível para consumo, e aplica-se a alíquota de 15% (quinze por cento) par apuração do IRPJ (FABRETTI, 2017).

No caso da CSLL, o percentual de presunção é de 12% (doze por cento) sobre o faturamento e aplicação de alíquota de 9% (nove por cento) sobre o valor presumido (FABRETTI, 2017).

No entanto, a metodologia proposta por Resende et al. (2013), contempla os percentuais de 4,80% e 2,88%, com relação à apuração do IRPJ e da CSLL, respectivamente, a serem aplicados diretamente sobre a Receita Bruta de Vendas.

Com relação aos custos e despesas fixas, como não foi possível averiguar o impacto desses sobre cada produto, de forma minuciosa, questionou-se ao sócio proprietário qual seria o valor aproximado desses gastos mensais.

Diante do valor apresentado pelo mesmo, foi aplicada a equação 1, conforme apresentado anteriormente, chegou-se a um percentual de 10%.

Por fim, com relação ao lucro desejado, o sócio proprietário informou que o objetivo da empresa é de auferir lucros líquidos, após a apuração de todos os tributos, de pelo menos 5%.

Nesse sentido, a equação 3 ficou assim definida:

$$Preço\ de\ Venda = \frac{Custo\ da\ mercadoria\ vendida}{1 - \frac{29{,}33\% + 10\% + 5\%}{100}} \quad (3)$$

Com base na equação 3, os preços de venda dos itens coletados foram reconstruídos de acordo com a metodologia proposta (PVM) e comparados aos preços de venda apresentados pelo sócio proprietário (PVP), por meio do teste T para dados dependentes conforme Tabela 03:

Tabela 03. Resultado do test T para dados dependentes.

Fornecedor	Médias (R$)	dF	Estatística t	Valor-p
F1	PVP = 11,98 PVM = 12,08	37	-0,60752	0,5472
F2	PVP = 28,35 PVM = 27,56	44	0,8674	0,3904
F3	PVP = 7,03 PVM = 7,40	13	-2,5845	0,0226*
F4	PVP = 10,35 PVM = 9,55	109	4,2576	0,000*
F5	PVP = 75,63 PVM = 67,46	18	3,7979	0,001*
F6	PVP = 23,73 PVM = 25,28	39	-7,3547	0,000*
F7	PVP = 5,73 PVM = 5,57	34	0,47709	0,6364

F8	PVP = 8,36 PVM = 8,43	17	-1,3789	0,1858
F9	PVP = 3,79 PVM = 3,74	18	1,3196	0,2035
F10	PVP = 9,48 PVM =8,46	8	2,0672	0,0725

Dados: *significativo (existe diferença entre os dados)

FONTE: Adaptado da ferramenta estatística R.

Conforme pode ser verificado nos resultados apresentados na Tabela 03, cuja análise foi dividida pelos fornecedores, os preços de venda calculados pela metodologia proposta por Resende et al. (2013) (PVM), quando comparados com os preços de venda adotados pelo sócio proprietário (PVP), apresentaram diferenças estatísticas com relação aos fornecedores F3, F4, F5 e F6, ou seja, as médias dos preços são diferentes ao nível de 95% de confiança. Aos demais fornecedores, F1, F2, F7, F8, F9 e F10, as médias apresentadas para os preços de venda são estatisticamente semelhantes, ao nível de confiança de 95%.

Percebe-se que, aos fornecedores F3 e F6, os preços de vendas calculados pela metodologia proposta por Resende et al. (2013) foram maiores que os preços de venda apresentados pelo sócio proprietário, enquanto os preços de venda dos fornecedores F4 e F5 calculados pela empresa são superiores aos preços de venda sugeridos pela metodologia adotada.

Enfim, preços, na definição de Bruni e Famá (2004) representam a importância recebida pela entidade em função da oferta de seus produtos e serviços, sendo que esse valor recebido deve ser suficiente para cobrir todos os custos e ainda fornecer lucro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve o objetivo de analisar e demonstrar como ocorre o processo de formação de preço em uma empresa comercial do setor de papelaria, objetivando na realização de um estudo do processo de formação de preço de uma empresa comercial do setor de papelaria, e um comparativo com base na metodologia proposta pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – Sebrae.

Com relação aos custos e despesas fixas, como não foi possível averiguar o impacto desses sobre cada produto, de forma minuciosa, questionou-se ao sócio proprietário qual seria

o valor aproximado desses gastos mensais, e o mesmo informou determinados valores para serem analisados na metodologia.

Utilizou-se a metodologia proposta por Resende et al. (2013), apurando-se os custos das mercadorias (custo de aquisição + impostos não recuperáveis + frentes + seguros – descontos), e realizou-se o levantamento da carga tributária incidente sobre as vendas, bem como aquela que impacta o resultado.

Conforme pode ser verificado nos resultados apresentados na Tabela 03, os preços de venda calculados pela metodologia proposta por Resende et al. (2013) (PVM), quando comparados com os preços de venda adotados pelo sócio proprietário (PVP), apresentaram em maiores quantidades de itens semelhança estatisticamente de 95% para os preços de venda.

Nesse sentido, entende-se que o sócio proprietário apresenta bom conhecimento de sua estrutura de custos e da precificação utilizada, pois a maioria dos itens estudados tem preços de venda calculados, por meio de metodologia específica, bem aproximados aos preços de venda adotados pela organização.

Entende-se também que o sócio proprietário deve também obedecer ao mercado em que está inserido, onde não há tanta flexibilização na prática dos preços a serem adotados.

Enfim, se conclui que o preço de venda sem dúvidas é uma ferramenta de extrema importância ao conhecimento do empreendedor/administrator, uma vez que saber calcular corretamente o preço de venda no seu negócio, obterá melhores resultados na empresa, até porque, os preços obtidos no mercado deverão ser suficientes para recompensar os ativos investidos e da cobertura de seus custos.

REFERÊNCIAS

BIAGIO, L. A. **Como calcular o preço de venda**. Barueri, SP: Manole, 2012.

BERNARDI, L. A. **Política e Formação de Preços: Uma Abordagem Competitiva, Sistêmica e Integrada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BORNIA, Antônio Cezar. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicação na HP 12C e Excel**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRUNI, Adriano Leal. **A Administração de Custos, Preços e Lucros**. 2. ed. São Paulo, 2008.

CARVALHO, Malena Cordeiro da Silva. **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PREÇOS.**TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade São Francisco de Barreiras, v. 01, 2013. Disponível em:<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigocientificomalena.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1998.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FERREIRA, Luiz Felipe; LORANDI, Joisse Antonio; IMBROSIO, Marcus de Aguiar. ICMS por Substituição Tributária e a formação do preço de venda de artigos de Papelaria. *In:* SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS, 18., 2011, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ABC, 2011.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P.C. - **Controladoria: Teoria e Prática** – São Paulo: Atlas, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

KOLIVER, Olívio. **Contabilidade de custos**. 2. reimpr. Curitiba: Juruá, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. São Paulo: Pearson, 2001.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002.** Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS). Belo Horizonte, 2002.

PAES, Nelson Leitão. Imposto sobre Produtos Industrializados: carga setorial e aspectos distributivos. **Pesquisa e Planejamento Econômico,** v. 45, n. 1, p. 37-57, 2015.

RESENDE, José Flávio Fernandes (Org.); LOPES, Vera Helena; SIMÕES, Marli Aparecida Menezes; WAKABAYASHI, Any Myuki; SANTOS, Arnou dos; ANDRADE, Augusto Manso de; CARVALHO, Beatriz de; SABIONI, Adriana Athou Guia. **Como elaborar o preço de venda.** Belo Horizonte: Sebrae, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos**. 3. ed. São Paulo Saraiva, 2013.

SARDINHA, José Carlos. **Formação De Preço: a Arte do Negócio**. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, J. J. **Fundamentos de custos para a formação do preço e do lucro.** 5. ed. rev. ampl. e modificada. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Roberto Vatan dos. **Modelos de decisão para Gestão de preço de Venda**. Dissertação de mestrado apresentada a FEA – USP. São Paulo, 1995.

SEBRAE, **Como definir preço de venda** – 2013. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/como-definir-preco-de-venda,04a0b8a6a28bb610VgnVCM1000004c00210aRCRD>Acesso em: 05 set. 2019.

TAVARES, Marcelo. **Estatística Aplicada à Administração.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2011.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Contabilidade de custos:** um enfoque direto e objetivo. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda:** ênfase em aplicações e casos nacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

O IMPACTO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NAS RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS

THE IMPACT OF THE INDIVIDUAL MICRO ENTREPRENEUR ON SOCIAL SECURITY DISCLAIMERS

Nayana Silvério Silva[1]
Cleyde Cristina Rodrigues[2]
Ana Clara Fonseca do Amaral[3]

Resumo: O desenvolvimento das atividades empreendedoras diante da informalidade dificilmente proporciona oportunidade para evolução dos negócios, sendo neste momento, incluído pelo governo federal, a opção de estar se tornando um microempreendedor individual (MEI). Esse fato propicia novas oportunidades de desenvolvimento dos negócios diante um mercado cada vez mais exigente e acirrado, além de novas possibilidades para crescimento profissional. A inscrição na categoria do MEI gera outros benefícios para o inscrito sob a categoria, como menor tributação de impostos, emissão de nota fiscal e os benefícios cedidos pelo governo federal através da previdência social. Porém todas essas vantagens proporcionadas ao microempreendedor trazem desvantagens diante as receitas recolhidas pela previdência, aumentando o valor das renúncias previdenciárias, fazendo com que as receitas arrecadadas e as pagas se confrontem diretamente. O presente estudo visa realizar levantamento, análise e discussão do grau de impacto das renúncias provocadas diante as previdências causadas pelo MEI, de maneira a justificar a opção do autônomo pelo MEI, o aumento contínuo e recente dos valores das renúncias previdenciárias causadas pela categoria.

Palavras-Chave: Microempreendedor Individual. Previdência Social. Renúncia Previdenciária.

Abstract: The development of entrepreneurial activities in the face of informality hardly provides opportunity for business evolution, and at this time, included by the Federal Government, the option of becoming an individual Microentrepreneur (MEI). This fact provides new opportunities for business development in the face of an increasingly demanding and fierce market, as well as new possibilities for professional growth. Enrollment in the MEI

[1] Graduanda em Ciências Contábeis pela Escola Superior de Negócios da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: nayanasilverio@bol.com.br.

[2] Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia -UFU (2016). Especialista em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade Noroeste de Minas – FINOM (2014). Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa – *Campus* Rio Paranaíba – UFV/CRP (2013). Contato: cleyde.rodrigues@ufv.br.

[3] Mestra em Ciências Contábeis pela FUCAPE *Business School* – Vitória/ES. Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Patos de Minas – FPM. Contato: professor.anaclara@gmail.com.

Recebido em 15/02/2020
Aprovado em 10/05/2020

category generates other benefits for those enrolled under the category, such as lower taxation, invoice issuance and benefits provided by the Federal Government through Social Security. However, all these advantages provided to the micro-entrepreneur bring disadvantages to the revenues collected by Social Security, increasing the value of social security waivers, causing the collected and paid revenues to directly confront each other. This study aims to conduct a survey, analysis and discussion of the degree of impact of the waivers caused by Social Security caused by the MEI, in order to justify the option of the self-employed by the MEI and the continuous and recent increase in the amounts of social security waivers caused by the category.

Keywords: Individual Microentrepreneur. MEI; Social Security. Social Security Waive

INTRODUÇÃO

Há alguns anos vêm ocorrendo uma reestruturação produtiva de capital no Brasil, fazendo com que a sociedade se molde a um modelo de estruturas de produção mais flexível, acarretando um enxugamento nos postos formais de trabalho (WISSMANN, 2017). De acordo com esse mesmo autor, uma das consequências desse movimento de redução dos postos formais de trabalho está relacionado ao surgimento de uma massa de pessoas que passaram a procurar novas formas de renda, resultando, na maioria das vezes, na informalidade.

Silva et al. (2014) ressaltam que no início deste século, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, havia no Brasil mais de dez milhões de empresas informais, ocupando cerca de 13,8 milhões e pessoas, dentre elas, trabalhadores por conta própria, pequenos empreendedores, empregados com e sem remuneração, ausência da Carteira de Trabalho assinada e Previdência Social. Esses mesmos autores afirmam que uma das principais desvantagens da informalidade é estar à margem dos mercados que poderiam alavancar as vendas e consequente expansão dos negócios. A principal motivação para a formalização dos negócios provém do equilíbrio entre os custos de regularização e a rentabilidade do negócio (SEBRAE, 2005).

Nesse sentido de formalização, no ano de 2006 foi aprovada a Lei Complementar n. 123, que trata do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (BRASIL, 2003) e do Microempreendedor Individual – MEI, instituído pela Lei Complementar n. 128/2008, responsável pela ampliação dos benefícios da LC n. 123/2006, permitindo a formalização de trabalhadores por conta própria (SILVA et al., 2014).

O Microempreendedor Individual é conceituado pela Lei Complementar n.128/2008 como o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei n.10.406/2002 (aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços), que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R$81.000,00

(oitenta e um mil reais), optante pelo regime do Simples Nacional e que não apresente nenhum tipo de impedimento para a opção (BRASIL, 2008).

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, a formalização do MEI iniciou-se em julho de 2009 e desde então, a movimentação do registro de novos empreendedores tem sido intensa; de julho/2009 a dezembro/2016 foram registrados 6.649.896 (seis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e seis) microempreendedores individuais no Brasil (SEBRAE, 2017). Um dos principais motivos que levam os profissionais a se registrarem como MEI tem relação com os benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Nacional – INSS (SEBRAE, 2017).

Nesse sentido, os microempreendedores individuais se enquadram no grupo de segurados pela Previdência Social que contribuem de maneira diferenciada, sendo beneficiários de renúncias fiscais, ou seja, utilizam de sistemática de contribuição específica, perfazendo contribuições inferiores às que seriam devidas, como a grande maioria, resultando nas renúncias previdenciárias (PINHEIRO; BARRETO, 2000).

Sob esse contexto, este estudo apresenta como questionamento: Quais são as renúncias previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social - RGPS?

Para responder à referida questão, buscou-se averiguar o impacto financeiro da atuação fiscal do Microempreendedor Individual - MEI nas renúncias previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, no período de 2003 a 2018, com o intuito de demonstrar a importância destes recolhimentos do para a saúde financeira da Previdência Social no Brasil. Para a consecução da presente pesquisa foram utilizadas as informações mensais publicadas pelo sítio eletrônico da Secretaria da Previdência, do Ministério da Economia, por meio dos Resultados do Regime Geral de Previdência Social.

Portanto a presente pesquisa tem o intuito de demonstrar a importância desses dados para a saúde financeira da nossa previdência, colocar esses números em evidência e, principalmente esclarecer a população em geral da importância de se usar corretamente as políticas dos benefícios previdenciários cedidos pelo governo.

1-REFERENCIAL TEÓRICO

No início do século XX, por meio da consolidação da formalização de trabalho oriunda do Governo de Getúlio Vargas, já era factível notar a diferença entre a formalidade e informalidade no ambiente de trabalho, dentro do cenário nacional. O trabalho designado como

informal foi atrelado ao baixo nível de empregabilidade no país, onde muitos se tornaram desempregados, cuja única alternativa foi a informalidade (SUISSO, 2006).

No ano de 2003, o IBGE fez um levantamento sobre esses números de trabalhadores informais diagnosticando que mesmo após tão longo período os trabalhadores vinham criando alternativas para reduzir a alta carga tributária inerente ao cenário tributário brasileiro. O relatório do SEBRAE (2005) menciona que há debates e situação deste setor de modo a estimular algumas políticas públicas com vistas a redução dessa informalidade.

Diante deste cenário, com o objetivo de incentivar a formalidade criou-se a Lei Complementar n. 123/2006 que caracterizava o Simples Nacional, gerando menor carga tributária ao MEI (BRASIL, 2006). Porém, devido às dificuldades de se determinar as características e métodos de cálculos dos impostos, alguns trabalhadores mantiveram-se na informalidade, não atingindo o número esperado de trabalhadores impactados pela criação da lei supracitada.

Sendo assim, surge a necessidade de uma nova Lei Complementar, a 128/2008 cujo compromisso foi configurar o trabalhador individual, dando a esses profissionais a possibilidade de legalizar seu negócio, intitulada a nova categoria de Microempreendedor Individual – MEI (BRASIL, 2008). A Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – FENACON, em 2009 conceitua o MEI como sendo todo profissional que desempenhe pelo menos uma atividade prevista nos anexos I, II e III do Simples Nacional, cujo seu interesse seja o de legalização. Após a nova Lei Complementar, houve maior legalização dos trabalhadores que buscavam uma carga tributária adequada e justa à sua atividade (FENACON, 2009).

Conforme o código de classificação Nacional de Atividade Econômica, há critérios para que um trabalhador seja considerado um microempresário e, na LC n. 128/2008, art. 18-A as exigências são:

- Ter uma receita bruta anual igual ou inferior a R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais);
- Ser optante pelo Simples Nacional;
- Exercer atividades dos anexos I, II e III do Simples Nacional, assim como as atividades autorizadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional;
- Possuir estabelecimento único, sem filiais;
- Não participar de outra empresa como sócio, titular ou administrador;(BRASIL,2008).

A referida Lei Complementar compromete-se a configurar o trabalhador individual, dando a esses profissionais a possibilidade de legalizar seu negócio, como categoria de Microempreendedor Individual – MEI.

Tornando-se um Microempreendedor Individual, caracterizado pelo modo jurídico MEI, é recolhido do trabalhador um valor que representa na ordem de R$ 55,90 (cinquenta e cinco reais e noventa centavos) mensais. Valor cuja vigência deu-se a partir de 2010 (LC nº. 128/2008).

Segundo art. 18-A, § 3º, inciso V, da LC nº. 128/2008, a distinção dos impostos para MEI estão distribuídos da seguinte forma:

> 1) Art. 18-A. O Microempreendedor Individual - MEI poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta por ele auferida no mês, na forma prevista neste artigo. [...]
> 2) V – O Microempreendedor Individual recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas:
> a) R$ 45,65 (quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), a título a contribuição prevista no inciso IV deste parágrafo;
> b) R$ 1,00 (um real), a título do imposto referido no inciso VII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ICMS; e
> c) R$ 5,00 (cinco reais), a título do imposto referido no inciso VIII do caput do art. 13 desta Lei Complementar, caso seja contribuinte do ISS.

Segundo art. 18-A, § 3º, inciso V, da LC nº. 128/2008, a distinção dos impostos para MEI estão distribuídos da seguinte forma: Trata-se de valor fixo a cada mês correspondente aos valores devidos a título de contribuição para seguridade social, ICMS e ISS, ressaltando que, mesmo não auferindo receita em suas atividades naquele referido mês, o recolhimento do imposto deverá ser efetuado.

O estabelecimento dos valores fixos a serem recolhidos pelo empreendedor individual leva segurança ao trabalhador e desburocratização quanto sua formalização, sendo assegurado a este, o custo já fixo dos tributos a serem desembolsados na sua regularização (SEBRAE, 2009). Todavia, no inciso VI, § 3 do art. 18-A da LC nº. 128/2008, ainda há obrigação do MEI em efetuar o recolhimento, além dos impostos já supracitados, podendo ainda incorrer a incidência dos impostos listados nos § 1º ao § 3º do art. 13 desta Lei Complementar.

Havendo no MEI um funcionário registrado, respeitando que receba até um salário mínimo, exigência para seu enquadramento, deverão ser recolhidos os valores fixos citados, acrescidos dos seguintes recolhimentos, de acordo com art. 18-C da LC nº. 128/2008:

> Art. 18-C. Observado o disposto no art. 18-A, e seus parágrafos, desta Lei Complementar, poderá se enquadrar como MEI o empresário individual que possua um único empregado que receba exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional. Parágrafo único. Na

> hipótese referida no caput deste artigo, o MEI: I – deverá reter e recolher a contribuição previdenciária relativa ao segurado a seu serviço na forma da lei, observados prazo e condições estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; II – fica obrigado a prestar informações relativas ao segurado a seu serviço, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor; III – está sujeito ao recolhimento da contribuição de que trata o inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, calculada à alíquota de 3% (três por cento) sobre o salário de contribuição previsto no caput."

Conforme o parágrafo único, inciso I, artigo supracitado, é imprescindível reter 8% (oito por cento) previdenciário. Ademais, é devida a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) de 3% (três por cento) sobre o salário do empregado e Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) de 8% (oito por cento) incidente também sobre o salário do empregado. Recorrerá ao empregado seus direitos de férias e ao 13º salário garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Portanto, para o MEI ainda haverá custo de 11% (onze por cento) a título de encargos trabalhistas (INSS e FGTS) sobre a remuneração, férias e 13º salário, devidos ao empregado.

Por outro lado, o MEI fica dispensado do recolhimento de impostos que são comumente pagos por pessoa jurídica de direito privado, conforme o inciso VI, do 3º, art. 18-A da LC nº. 128/2008, a saber: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Deste modo, pode-se mencionar que, visando a simplificação ao Empreendedor Individual, conforme a FENACON (2009), não se aplica ao MEI as seguintes regras tributárias:

> Valores fixos de ICMS e de ISS dos Estados e Municípios; Redução do ICMS e do ISS; Dedução na base de cálculo do ICMS e do ISS: imunidade, substituição tributária etc.; Isenções específicas para as ME e EPP do ICMS ou do ISS; Retenções de ISS sobre seus serviços prestados; Atribuições da qualidade de substituto tributário; Transferência e apropriação de créditos; Opção tributária pelo regime de caixa.

Formalizar a atividade do empreendedor individual - MEI, concedeu direito de alguns benefícios previdenciários abaixo mencionados (FENACON, 2009):

> - Aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e aposentadoria por tempo de contribuição;
> - Auxílio-doença e auxílio-acidente; - Salário-família e salário-maternidade;
> - Os dependentes do MEI terão direito a pensão morte e auxílio reclusão.

Tratando-se de previdência, nos Governos FHC (1995-1998 e 1999-2002) ocorreram duas reformas de suma importância dentro do regime previdenciário. A aprovação da Ementa Constitucional n. 20 de 1998 instaurou um conjunto de dispositivos constitucionais importantes para alteração do modelo tradicional. A segunda reforma deu-se com a aprovação "fator previdenciário", por meio da Lei 9.876, havendo tanto uma alteração constitucional quanto as fórmulas para cálculo do benefício ao trabalhador. No Governo Lula veio a complementação das reformas de FHC. Essas impactaram basicamente o regime dos funcionários públicos (SALVADOR, 2005, p. 14).

Em resumo, o problema principal é que o Brasil, está muito longe de ter regras de aposentadoria que atuem de forma consistente com o equilíbrio do sistema previdenciário, e que pese a circunstância de que a sucessão de reformas alimente a ideia de prejuízo dos aposentados como diz em parte A opinião pública. O país continua tendo regras de aposentadoria muito benevolentes, em se comparando a outros países, mesmo passando por sucessivas reformas não se alcança algo que supra as necessidades do sistema (GIAMBIAGI; CASTRO, 2003).

A arrecadação previdenciária foi de alguma forma afetada pelas desonerações, em grande parte pelas renúncias tributárias, trazendo um cenário de déficit para o RGPS. É fato que, as renúncias vivem processo expansivo devido a criação de diversos benefícios concedidos a algumas atividades e, desde que foi criado, essa defasagem prejudica o regime de previdência social, sendo assim, então, o ganho de arrecadação do Tesouro em cima da Previdência extinguirá (AFONSO, 2013).

As renúncias afetam todo esse sistema, trazendo uma série de malefícios, desconfianças, principalmente no que tange a população em geral, criando inseguranças quanto as suas políticas que tentam elevar os níveis de investimentos dos empresários.

2- METODOLOGIA

Para a consecução da presente pesquisa foram utilizadas as informações mensais publicadas pelo sítio eletrônico da Secretaria da Previdência, do Ministério da Economia, por meio dos Resultados do Regime Geral de Previdência Social (BRASIL, 2019). Caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, dado que utiliza variáveis quantitativas, construídas por meio da observação das médias dos impactos percentuais, facilitando a comparação e a análise das medidas estatísticas dos dados.

Classifica-se também como descritiva, por buscar a pormenorização das características do fenômeno em observação e a correlação entre as variáveis. Trata-se também de uma pesquisa documental, por ter como base para a construção das variáveis, as informações apresentadas nos relatórios publicados mensalmente pela Secretaria da Previdência (NASCIMENTO, SOUSA, 2015).

As variáveis foram construídas com base nas razões abaixo elencadas, cujos dados foram coletados no quadro Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios e Resultado Previdenciário – URBANO (Em R$ milhões nominais):

$$PERC_RENUN = \frac{RENÚNCIAS}{ARRECADAÇÃO\ LÍQUIDA + RENÚNCIAS} \times 100 \quad (1)$$

Onde:

PERC_RENUN: Percentual das renúncias previdenciárias com relação ao total que deveria ser arrecadado;
RENÚNCIAS: Renúncias Previdenciárias;
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA: Arrecadação Líquida Urbana Total

$$RENUN_SN = \frac{SIMPLES\ NACIONAL}{RENÚNCIAS\ PREVIDENCIÁRIAS} \times 100 \quad (2)$$

Onde:

RENUN_SN: Percentual das renúncias previdenciárias do regime tributário Simples Nacional;
SIMPLES NACIONAL: Total das renúncias previdenciárias devido ao regime tributário do Simples Nacional;
RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS: Total das renúncias previdenciárias do período;

$$RENUN_EF = \frac{ENTIDADES\ FILANTRÓPICAS}{RENÚNCIAS\ PREVIDENCIÁRIAS} \times 100 \quad (3)$$

Onde:

RENUN_EF: Percentual das renúncias previdenciárias das entidades filantrópicas;
ENTIDADES FILANTRÓPICAS: Total das renúncias previdenciárias das entidades filantrópicas;
RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS: Total das renúncias previdenciárias do período;

$$RENUN_MEI = \frac{MEI}{RENÚNCIAS\ PREVIDENCIÁRIAS} \times 100 \quad (4)$$

Onde:

RENUN_MEI: Percentual das renúncias previdenciárias dos microempreendedores individuais;
MEI: Total das renúncias previdenciárias devido à existência dos microempreendedores individuais;
RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS: Total das renúncias previdenciárias do período;

$$RENUN_OT = \frac{OUTROS}{RENÚNCIAS\ PREVIDENCIÁRIAS} \times 100 \quad (5)$$

Onde:

RENUN_OT: Percentual de outras renúncias previdenciárias;
OUTROS: Renúncias previdenciárias contidas nas leis 12470/11 e 12780/13;
RENÚNCIAS PREVIDENCIÁRIAS: Total das renúncias previdenciárias do período;

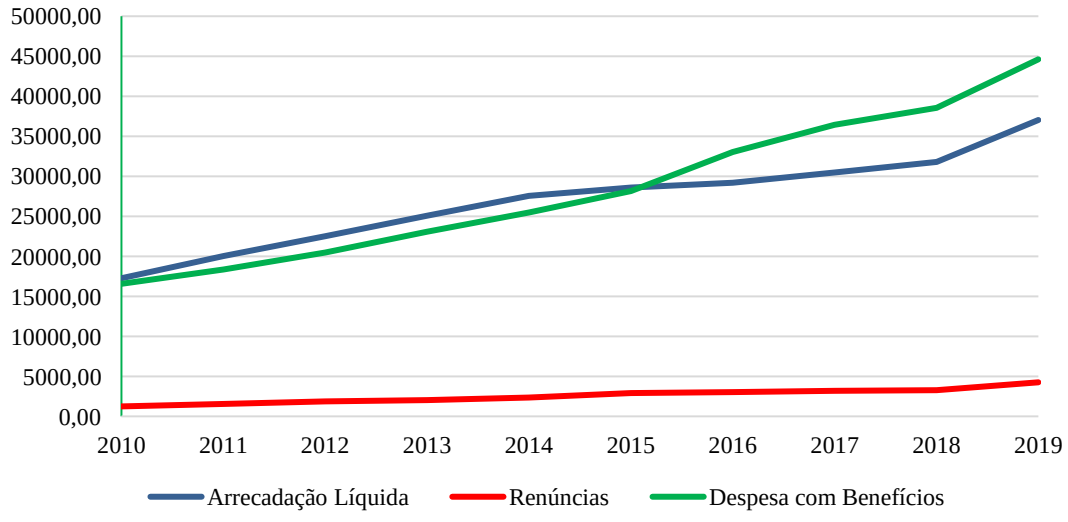
Além das variáveis listadas, foram analisados os Resultados Previdenciários e Renúncias (Arrecadação Líquida Urbana Total + Renúncias Previdenciárias – Despesas com Benefícios Previdenciários Urbano Total) e os Resultados Previdenciários excluindo Renúncias (Arrecadação Líquida Urbana Total – Despesas com Benefícios Previdenciários Urbano Total), que seria o resultado previdenciário caso não houvesse a possibilidade legal das renúncias fiscais. As análises das variáveis construídas foram realizadas por meio de gráficos de linhas, com auxílio do Microsoft Excel.

3- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As renúncias previdenciárias são atualmente um grande problema para o INSS. Tem se tornado cada vez mais comum, principalmente por parte da pessoa autônoma se cadastrar no INSS como Microempreendedor Individual, e ao mesmo tempo reduzir os impostos devidos, uma maneira de renunciar parte do imposto devido. Com isso as renúncias diante a Previdência tende a aumentar a cada ano, tendo um rombo ainda maior nos impostos (AFONSO, 2013).

O Gráfico 01 apresenta o comparativo entre os valores da Arrecadação Líquida Urbana Total, as Renúncias Previdenciárias e as Despesas com Benefícios Previdenciários Urbano Total:

Gráfico 01. Comparativo entre a arrecadação líquida, as renúncias e as despesas com benefícios – em R$ milhões de reais – de 2010 a jul/2019.

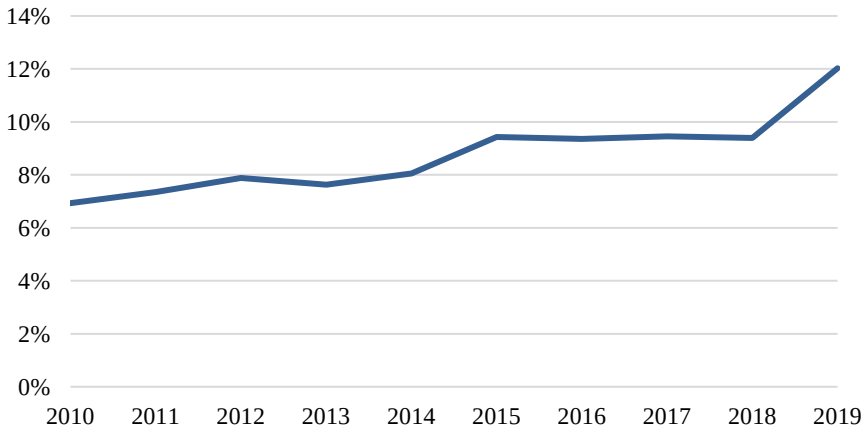


Fonte: Autoria própria (2019).

No gráfico 1 é possível verificar a evolução anual da arrecadação diante das despesas com benefícios, percebendo que em 2015 ambos os valores se compararam e posteriormente, em 2019 o valor pago em benefícios ultrapassou em quase R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Já o valor das renúncias teve um aumento progressivo desde 2010, aumento de aproximadamente de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

O Gráfico 02 ilustra o comportamento da variável PERC_RENUN, que representa o percentual das renúncias previdenciárias caso houvesse uma arrecadação integral, no período de janeiro de 2010 a julho de 2019:

Gráfico 02. Comportamento da variável PERC_RENUN de 2010 a jul/2019.

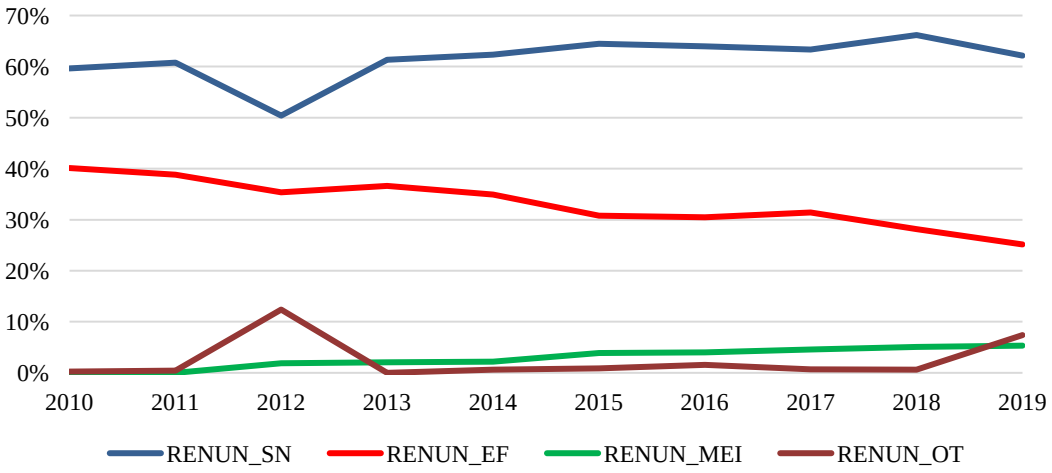


Fonte: Autoria própria (2019).

O gráfico acima apresentado demonstra que desde 2010 houve um crescimento das renúncias previdenciárias de 5%, comprovando a preferência da pessoa autônoma em se aderir a classe do MEI.

O Gráfico 03 realça o comportamento das variáveis RENUN_SN, RENUN_EF, RENUN_MEI e RENUN_OT, as quais representam os percentuais de cada tipo de renúncia com relação ao total das renúncias previdenciárias, no período de janeiro de 2010 a julho de 2019:

GRÁFICO 03. Comportamento das variáveis RENUN_SN, RENUN_RF, RENUN_MEI e RENUN_OT no período de 2010 a jul/2019.

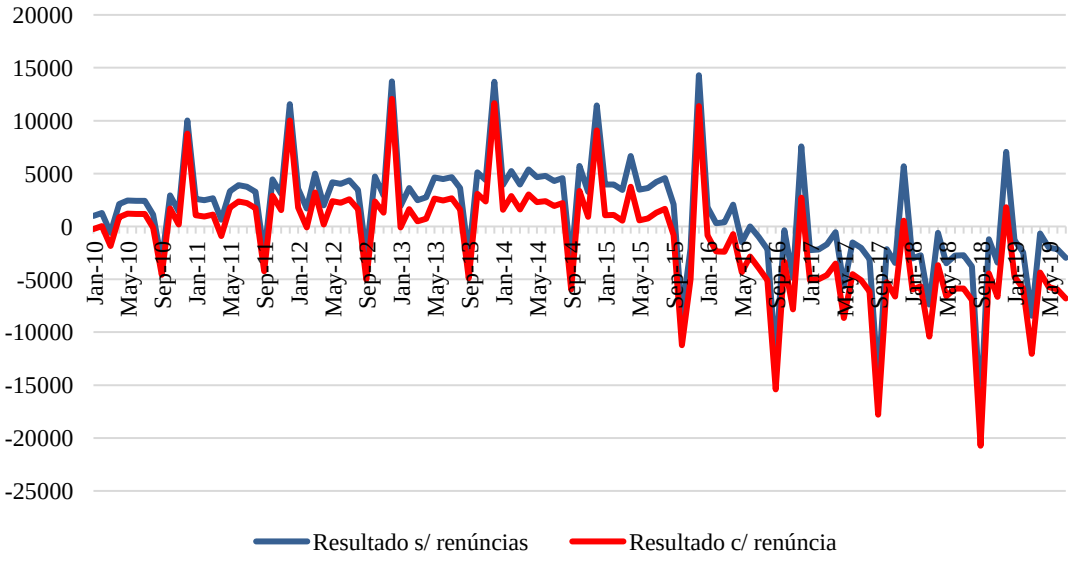


Fonte: Autoria própria (2019).

Como verifica-se no gráfico 03, os valores renunciados pelo MEI tiveram um aumento progressivo durante os anos, enquanto os outros tiveram variações mais acintosas. Pode-se concluir que diante essa evolução, cada vez mais os autônomos possuem a certeza de estar se encaixando na categoria, que vem crescendo progressivamente.

O Gráfico 04 apresenta o comportamento dos resultados apurados pela Secretaria da Previdência: resultado sem renúncias (indica o resultado previdenciário caso não houvesse as renúncias) e o resultado com renúncia (resultado financeiro real), no período de janeiro de 2010 a julho de 2019:

Gráfico 04. Comportamento dos resultados previdenciários, de 2010 a jul/2019.



Fonte: Autoria própria (2019).

O gráfico 04 demonstra ainda mais nítido o aumento constante de renúncias previdenciárias durante a última década. Um comparativo diante o resultado final com e sem as renúncias previdenciárias devidas, mostra a evolução através da distância entre os comparativos. Assim conclui-se que com a evolução dos anos, o Governo vem possibilitando de várias formas uma maneira maior de a população se adequar e renunciar à previdência, tornando um sistema complexo cheio de dívidas, trabalhando no negativo devido ao valor arrecadado não suprir o valor das despesas devidas.

Diante do resultado apresentado, é facilmente notado a falta de uma boa gestão do Governo que, cede tantos benefícios tributários e negligencia as renúncias dos recursos que o sistema deixa de arrecadar, o que se comparado a países da América do Norte e Europa demonstra a falta de uma política fiscal mais elaborada que, equilibre estes resultados (AFONSO, 2013).

O programa MEI realmente trouxe a possibilidade de formalização aos empreendedores, viabilizando o crescimento e reconhecimento de seus negócios, há muito que ser desenvolvido nessa modalidade para que seja aprimorado principalmente no que realmente se destina, desenvolver empresas (ULYSSEA et al.2014).

Esses resultados levam a reflexão para uma melhor conduta da população, principalmente aqueles que pretendem se aderir a um CNPJ, para que se atentem a responsabilidade de abrir e formalizarem seus negócios pois, empreendedores são a mola propulsora do crescimento de uma nação, a partir deles que estão sempre criando e investindo é que um país se desenvolve e prospera (SCHUMPETER,1961).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante uma economia cada vez mais acirrada e marcada por uma concorrência feroz, é cada vez mais comum encontrar pessoas autônomas decidindo se tornar um Microempreendedor Individual (MEI), uma vez que a informalidade diante dos negócios pode acabar influenciando negativamente seu crescimento.

A possibilidade de se encaixar na classe do MEI, traz diversos benefícios para o adquirente, tais como: menor tributação diante os impostos pagos; emissão de nota fiscal para empresas solicitantes do produto ou serviço; e obtenção de benefícios cedidos pelo Governo Federal (auxilio doença, seguro desemprego, licença maternidade, entre outros).

Devido ao fato de essa adesão à classe do MEI propiciar um menor recolhimento de INSS junto a categoria antes estabelecida como simples nacional, provoca indiretamente uma redução considerável e perigosa quanto as receitas recolhidas pelo Governo para os compromissos do INSS. Em detrimento a isto, os números na redução de impostos sugerem impacto financeiro fiscal, sendo esse o objeto da pesquisa em questão.

Outro ponto que requer atenção tange o constante crescimento de adesões ao MEI e, nem por isso houve mudanças nas formas de recolher os tributos desta modalidade nem apurações mais profundas destes novos empresários formalizados, o que não constitui objeto analisado nesta pesquisa, no entanto poderia ser alvo de futuros estudos no tocante do impacto na previdência.

O efeito social causado da política do MEI é revolucionário, onde fica claro que está a promover a criação, inclusão de novos empreendimentos e formalização de empresas que estão a bastante tempo no mercado informal, gerando novos empregos e renda, colocando aos poucos em prática o embasamento da lei que o criou.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R. R. et al. **Avaliação da estrutura e do desempenho do sistema tributário brasileiro**: livro branco da tributação brasileira. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Documento para Discussão IDB-DP-265, 2013.

BEUREN, Ilse Maria; RAUPP, Fabiano Mauty. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais.** In: BEUREN, Ilsen Maria (org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008.** Altera a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm> Acesso em: 01 maio 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA. **Resultados do Regime Geral de Previdência Social.** Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/politicas-de-previdencia-social/resultados-do-rgps/>. Acesso em: 10 ago. 2019.

FENACON. SEBRAE. **Cartilha do empreendedor individual**. Brasília: Copyright, 2009.

FENACON. **Guia prático do microempreendedor individual MEI.** Perguntas E respostas. Disponível em <http://www.fenacon.org.br> Acesso em: 16 maio 2019.

GIAMBIAGI, F.; CASTRO, L. B. Previdência social: diagnóstico e propostas de reforma. **Revista do BNDES**, v. 10, n. 19, jun. 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, F. P. do; SOUSA, F. L. L. **Metodologia da pesquisa científica:** teoria e prática - como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus Editora, 2015.

PINHEIRO, V. C.; BARRETO, A. C. **Renúncias Previdenciárias**. Informe da Previdência Social, n. 6, 2000.

RECEITA FEDERAL. **Roteiro para o microempreendedor individual (MEI)**. Disponível em: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/noticias/2009/outubro/Roeiro_para_Microempreendedor_Individual_MEI.asp> Acesso em: 03 maio 2019.

SALVADOR, Evilásio. Implicações da reforma da Previdência sobre o mercado de trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, p.7-39. 2005.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** (L. Schlaepfer, Trad.). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE, **Economia informal urbana.** 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/economia_iInformal_urbana.pdf> Acesso em: 03 maio 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE. **Perfil do Microempreendedor Individual 2017.** 2017. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Perfil-do-Microempreendedor-Individual_2017-v10.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, M. J. F.; CUNHA, M. F.; IARA, R. N.; MACHADO, C. A. A percepção econômico-financeira do microempreendedor individual em Goiás. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração,** v. 8, n. 3, p. 71-85, 2014.

SUISSO, Flávia. Trabalho informal no Brasil contemporâneo. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Campos**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/18551>. Acesso em: 03 maio 2019.

WISSMANN, A. D. M. Competências do microempreendedor individual. **Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco,** v. 3, n. 2, p. 279-303, 2017.

DIREITO

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

CONSUBSTANCIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOBRE CESSÃO TEMPORÁRIA DE ÚTERO NA UNIÃO EUROPEIA: ENTRE UNIFICAÇÃO E RESISTÊNCIA

CONSUBSTANCING LEGISLATION ON TEMPORARY CESSION OF UTERUS IN THE EUROPEAN UNION: BETWEEN UNIFICATION AND RESISTANCE

Margareth Vetis Zagnelli[1]
Jullia Caliman Vilela[2]
Victória Santos Frizzera[3]

Resumo: O presente artigo tem por escopo a cessão temporária de útero e a divergência entre as legislações dos países membros da União Europeia acerca da legalização e regulamentação da prática da maternidade de substituição. Com esse intento, analisa o posicionamento do Parlamento e Conselho europeu sobre uma proposta de unificação da legislação da maternidade sub-rogada entre os países-membro, bem como os efeitos e conflitos desse panorama normativo no âmbito da União Europeia, por meio de metodologia qualitativa e pesquisa bibliográfica e documental. Por derradeiro, o trabalho busca assinalar os problemas jurídicos ocasionados pela ausência de uma uniformização da técnica do útero de substituição na legislação europeia, a qual acarreta tensões no âmbito internacional, além de problemáticas que permeiam a atribuição dos vínculos parentais, e por consequência, interferência na vida privada dos indivíduos, impondo a adoção de medidas harmônicas mormente em prol da proteção das crianças nascidas a partir da prática da sub-rogação uterina.

Palavras chaves: Cessão de útero. Maternidade sub-rogada. União Europeia. Parlamento Europeu.

[1] Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Estágios de Pós-doutorado na Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB), na Alma Master Studiorum Università de Bologna (UNIBO) e na Università degli Studi Del Sannio (UNISANNIO). Professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do grupo de estudos e pesquisa *Bioethik* (UFES). Professora investigadora do Projeto Jean Monnet Module "Emerging 'morel' technologies and the ethical-legal challenges of new subjectivities" do Erasmus Plus European Commission - cofinanciado pela União Europeia (School of Law).mvetis@terra.com.br

[2] Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: jucalimanvilela@gmail.com

[3] Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: victoriasfrizzera@gmail.com

Recebido em 30/04/2020
Aprovado em 15/05/2020

Abstract: This article aims at the surrogate motherhood and the divergence between the laws of the member countries of the European Union regarding the legalization and regulation of the practice of surrogacy. For this purpose, it analyzes the position of the European Parliament and Council on a proposal for the unification of surrogate maternity legislation among member countries, as well as the effects and conflicts of this normative panorama within the European Union through qualitative methodology, bibliographic and documentary research. Ultimately, the work seeks to highlight the legal problems caused by the absence of a surrogacy technique in European legislation, which causes tensions at the international level, in addition to problems that permeate the attribution of parental bonds, and consequently, interference in the private life of individuals, imposing the adoption of harmonic measures mainly for the protection of children born from the practice of uterine subrogation.

Keywords: Surrogacy. Surrogate. Motherhood. European Union. European Parliament

INTRODUÇÃO

Preliminarmente, ao falar sobre a maternidade e o projeto parental do desejo de procriar é relevante ressaltar o direito a um projeto parental inerente ao princípio da dignidade humana, vide art. XIV, inciso 3 da Declaração Universal dos Direito Humanos (DUDH), 1948, e art. XVI, inciso 1 da mesma Declaração que preceitua o direito de livre fundação familiar. Assim ambos os artigos possibilitam a compreensão que há um dever estatal na garantia e na oferta de meios do exercício do projeto parental, ou seja, assegurar a autonomia privada do sujeito e o preceito da dignidade humana.

Nesse sentido, surgem técnicas advindas da biotecnologia que possibilitam a reprodução por outras vias como opção de reprodução por vias alternativas, visando desta forma oferecer opções para casais que desejam possuir filhos, mas são impossibilitados por questões de infertilidade ou de não possibilidade de geração de crianças, como no caso dos casais homoafetivos. Dessa maneira, com o desenvolvimento da tecnologia e da pesquisa sobre a reprodução assistida, ou seja, o conjunto de técnicas que visam aoo auxílio à reprodução humana, contribuiu para a efetivação do direito de procriação e para o desenvolvimento da técnica de reprodução pela via do útero de substituição.

O útero sub-rogado consiste na geração de um filho de outrem, ou seja, o feto gerado terá a carga genética dos pais biológicos (ou de doador) e será de responsabilidade deles.

A partir desse cenário do mundo da vida originam-se tensões e conflitos, os quais cabem àa bioética e o biodireito questionar as possíveis consequências e soluções. É determinante, então, para a construção da dignidade humana e o exercício da autonomia da vontade privada a regulação das práticas de reprodução assistida com o intuito de possibilitar a segurança jurídica e o amparo legal dos sujeitos envolvidos, dessa forma, é fundamental o regramento por meio de legislações abrangentes.

O desafio que se constrói na União Europeia, a partir da realidade exposta, é a unificação da legislação a respeito da prática de maternidade sub-rogada, posto que na Europa existem países que consideram defeso o ato e em contrapartida outros países permitem a técnica do útero de substituição, assim, é inegável que essa questão resulte em problemáticas e tensões no âmbito internacional, causando, por consequência, interferência na vida privada dos indivíduos. Assim, o trabalho desenvolvido aborda as divergências e problemáticas enfrentadas no que tange à unificação legislativa sobre o útero de substituição no cenário da União Europeia.

1. AS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

Em primeiro plano, cabe reconhecer que com o advento da tecnologia no campo da ciência da vida ocorreu a contribuição das técnicas de reprodução humana assistida (TRH) (SÁ, 2002) que conforme RIBEIRO (2002) são "o conjunto de técnicas que favorecem a fecundação humana, a partir da manipulação de gametas e embriões, objetivando principalmente combater a infertilidade e propiciando o surgimento de uma nova vida humana", de forma a contribuir para a efetivação do direito de procriação, posto que com as descobertas na área da biotecnologia na década de 70 propiciaram uma conjuntura de possibilidades de reprodução sem a necessidade do ato sexual, de forma que auxiliaram no processo de realização do desejo de formação familiar com a descendência genética.

Nesse contexto é importante salientar os conceitos das principais técnicas empregadas na reprodução medicamente assistida. Dentre elas, iremos citar as quatro mais relevantes, conhecidas e utilizadas.

A Transferência dos Gametas para dentro da Trompa, GIFT (*Gamete Intrafallonpian Transfer*), "é uma técnica que consiste num procedimento no qual óvulo e os espermatozóides são selecionados após a coleta e são reunidos no mesmo cateter e imediatamente transferidos para a trompa onde ocorrerá a fecundação no ambiente natural." (OLMOS, 2003)

A Transferência do Zigoto para dentro da Trompa, ZIFT (*Zygote Intrafallopian Transfer*), ocorre por meio de transferência intratubatória de zigotos, ambos os tipos de gametas são postos em contato, in vitro, em condições apropriadas para sua fusão.

> O zigoto ou zigotos resultantes são transferidos para o interior das trompas uterinas, nota-se que a grande diferença da ZIFT para a GIFT é que na primeira a fecundação se realiza fora do corpo da mulher e na segunda o encontro do óvulo com o espermatozóide ocorre nas trompas. (PESSINI; BARCHIFONTAINE, 1991)

A Injeção Intracitoplasmática de Espermatozóide, ICSI *(Intracytoplasmic Sperm Injection)*, técnica que cosiste na introdução do espermatozóide diretamente no óvulo por meio de agulha. (SÁ; NAVES, 2018)

Outra técnica que iremos abordar e que será o principal objeto de estudo do presente artigo é a Fertilização *in vitro*, FIV. Pontuado por Maria de Fátima de Sá e Bruno Torquato Naves

> A FIV — fertilização in vitro — é o "método que promove em laboratório o encontro entre espermatozóides e um óvulo colhido após tratamento com indutores". Ocorrida a Fertilização procede-se à transferência do embrião para o útero. Essa técnica será realizada uma vez esgotadas todas as possibilidades em relação ao das demais. (SÁ; NAVES, 2018, p.139).

A partir das referidas técnicas, pode-se afirmar que tais são bem aceitas pela comunidade médica e, devido ao seu desenvolvimento e investimento de pesquisa na área, além do fato de serem consideradas confiáveis e seguras, não causando riscos para a gestante e nem para a futura criança, frisa-se a importância da aplicação de técnicas adequadas ao caso concreto e a necessidade do indivíduo por não causar nenhum dano a ele.

Por fim, deve-se dizer que a evolução do conhecimento científico foi responsável pela grande transformação da família e pela expansão de técnicas de reprodução sem a necessidade do ato sexual, dessa forma, surge pois a prática da cessão temporária de útero.

1.1 A CESSÃO DE ÚTERO

Com o fito de compreender a temática abordada é necessário desenvolver o conceito de maternidade sub-rogada. Assim, conforme Beatriz Schettini "a gestação de substituição, como técnica médica de reprodução assistida, consiste no fato de amulher (gestante substituta) gerar em seu ventre o futuro filho de outrem, mediante a implantação em seu útero do embrião fertilizado *in vitro"*. (SCHETTINI, 2019, p.1)

Uma ideia primitiva de útero de substituição aparece pela primeira vez nos textos bíblicos. Nas passagens de Gênesis, da Bíblia Sagrada, Sarai, mulher de Abrão, possui problemas de fertilidade, dessa forma ela dá por mulher a Abrão sua serva egípcia, Agar, para que dessa forma possa ocorrer a procriação da família. A pertinência de apontar tal fato advém de apresentar a importância humanística da fundação familiar e de demonstrar que em escrituras milenares já se concebia a ideia da gestação em função de outrem.

Já o primeiro caso de cessão de útero ocorreu no dia 13 de abril de 1986 no Estados Unidos, Sandy e Elliot, pais biológicos, pagaram uma quantia de 10 mil dólares para Shannon

gerar a futura criança do casal, Shira, contudo, Shannon afirmava que não aceitou gerar Shira pelo dinheiro, mas sim para ajudar o casal.

A partir da evolução da biotecnologia e da medicina, a técnica do útero sub-rogado começou a ser muito difundida e utilizada principalmente por aqueles casais que sofrem de infertilidade, tendo em vista que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, OMS (*World Health Organization, WHO*), estima-se que até 15% da população mundial, em idade fértil, sofrem com problemas de infertilidade.

Entretanto, como diversos assuntos no âmbito do biodireito e da bioética, a gravidez de substituição por meio da FIV, por mais que seja uma técnica complexa, sofisticada e segura, possui muitas críticas e resistência. As opiniões sobre a prática apresentam divergências e discussões por influências culturais, religiosas, morais e políticas.

Grupos de minorias sociais vêm tratando sobre a gravidez de sub-rogação como alternativas para a conquista da igualdade plena, como os LGBTQ+, mas também como uma forma de exploração do ser humano, pela mulher ser sujeito de grandes opressões e desigualdades sociais e históricas, sendo essas críticas apresentadas por algumas vertentes de grupos feministas.

> A população LGBT e feministas têm mantido uma luta tenaz pelo reconhecimento dos seus direitos. O enfrentamento que agora os separa é um bom exemplo de que, às vezes, como teorizou a pensadora norte-americana Nancy Fraser, as exigências de reconhecimento e redistribuição podem chegar a colidir. Eles falam de liberdade; elas, que não existe liberdade sem igualdade. (OLIVIA, 2017)

Uma das primeiras críticas apresentadas por parte do campo da ciência do direito veio por conta da máxima do Direito Romano: *Mater Semper Certa Est*, que se traduz como “a mãe é aquela que deu à luz”.

> No entanto, em razão da reprodução assistida, especialmente da maternidade de substituição decorrente da cessão temporária do útero, o processo natural de gestação sofreu modificações de forma que a maternidade pode ser atribuída a mais de uma mulher, ou seja, àquela que deseja ser mãe, mas não consegue manter a gravidez e àquela que gestou a criança idealizada. (LEITE, 1995)

Ainda há, dentro das problemáticas que envolvem a cessão temporária do útero para a gestação de substituição a questão que envolve a cessão remunerada. Dessa forma há levantamentos sobre as generalizadas situações nas quais encontram-se as mulheres que se prestam ao serviço da “barriga de aluguel” (cessão do útero para a gestação). Ademais, é possível inferir que a situação social e financeira das mulheres que oferecem os serviços da

cessão uterina é, de forma majoritária, bem inferior à dos contratantes, sendo esse um serviço de grande investimento financeiro, podendo custar em média US$ 63 mil em países como a Ucrânia, na qual a prática é permitida. Não é absurdo presumir, pois, que o acréscimo de tal elemento pecuniário no contrato de gestação viciaria o consentimento da mãe hospedeira, a qual se sujeitaria não só à prática em si, mas a cláusulas contratuais mais restritivas de sua autonomia e as complicações jurisdicionais e contratuais sobre o que de fato refere-se à remuneração, ao futuro bebê, como produto a ser entregue, ou à cessão do útero?

> Aparentemente há, de fato, uma diferença entre o produto final (o bebê) e o serviço de gestação; intelectualmente podemos distinguir as duas coisas e dizer que se paga o serviço, e não a criança. Porém, esta distinção não tem convencido a maioria dos autores. É que, verdadeiramente, o que interessa ao casal que pretende o filho não é o serviço de gestação... mas sim o produto final; não pagam para assistir a uma gravidez da mulher geradora, mas sim para que esta, no termo da gravidez e do parto, lhes entregue o recém-nascido. (OLIVEIRA, 1992)

Dessa maneira, é importante ressaltar a importância de discutir sobre tal tema, sendo que, tal objeto de discussão não implica somente num âmbito moral, mas também jurisdicional, causando, assim, uma grande divergência doutrinária ao tentar definir em quais os limites das influências do Estados na vida privada do indivíduo.

> O problema de fundo é, afinal, o de saber qual deve ser o enquadramento jurídico destas questões relativas à procriação assistida – se elas devem ser resolvidas com os instrumentos técnicos do direito da família e, portanto, com interferência do Estado defensor dos interesses públicos cuja presença lá se reconhece; ou, pelo contrário, com os instrumentos do direito privado, com a técnica do contrato livre e autônomo. (OLIVEIRA, 1992)

Ademais, os problemas enfrentados são diversos quando tratamos de ordenamentos e suas influências e implicações na vida dos indivíduos. Dessa forma iremos destacar o quadro das problemáticas enfrentadas pela União Europeia na tentativa de legislar sobre tal assunto e nas consequências que as divergências causam nesse bloco econômico.

2. O PANORAMA DOS POSICIONAMENTOS INSTITUCIONAIS DA UNIÃO EUROPEIA SOBRE A CESSÃO DE ÚTERO.

Para se ater, inicialmente, à questão da maternidade sub-rogada, surge compreender o contexto da União Europeia (UE), a qual configura uma integração política e econômica entre 28 países europeus, de forma que corresponde à adoção de uma política econômica comum e à

adesão de valores compartilhados, dentre eles a democracia, liberdade, igualdade, direitos humanos e Estado de direito, estes ideais compõem a base da UE e estão postos na Carta dos Direitos Fundamentais da UE e no Tratado de Lisboa. Outro alicerce do bloco são as instituições democráticas, as quais garantem a união política dos países membros.

Nesse panorama institucional democrático, destaca-se o Parlamento Europeu, que configura em uma instituição responsável pela elaboração de leis, debate político e tomada de decisões na União Europeia. Salienta-se também o Conselho Europeu, o qual é designado a definir e orientar a agenda política da UE. Nesse contexto, fica evidente o papel desses órgãos no debate político acerca da maternidade sub-rogada sob as legislações dos países membros.

O Parlamento Europeu debateu o quadro político da UE em matéria de combate à violência contra as mulheres em 2011 por meio do processo 2010/2209(INI), no qual analisou-se também a questão do útero sub-rogado. É notório pontuar que no decorrer do debate foi realizado um requerimento da proibição de todas as formas de maternidade sub-rogada na UE.

> Gostaria de chamar a atenção para a necessidade urgente de proteger as mulheres, em especial as mulheres pobres, da chamada maternidade de substituição. Sob o pretexto da solidariedade, a maternidade de substituição (mães hospedeiras) expõe as mulheres à exploração física e mesmo ao abuso, situação que conflita diretamente com a proibição do tráfico do corpo humano e de partes do mesmo. Tal prática constitui uma degradação da dignidade, da intimidade e do corpo de uma mulher, que se tornam objecto de contratos de aluguel condenáveis no mercado internacional do tráfico de seres humanos. (MIROSLAV MIKOLÁSIK, 2011)

Outra abordagem do Parlamento europeu em 2015 expõe o mesmo parecer acerca do tema da maternidade de substituição pelo procedimento de aprovação do Relatório Anual sobre os Direitos Humanos e a Democracia no Mundo (2014) e a política da União nesta matéria. O referido relatório aborda que o útero sub-rogado é defeso, uma vez que viola os direitos humanos, principalmente da mulher e da criança, de modo que deve ser enfrentada por todos os países membros. Assim, no subparágrafo 115 da resolução torna-se evidente a posição do parlamento frente a essa questão.

> Condena a prática de gestação para outrem, que compromete a dignidade humana da mulher, pois o seu corpo e as suas funções reprodutoras são utilizados como mercadoria; considera que a prática de gestação para outrem, que envolve a exploração reprodutiva e a utilização do corpo humano para ganhos financeiros ou outros, nomeadamente de mulheres vulneráveis em países em desenvolvimento, deve ser proibida e tratada com urgência em instrumentos de direitos humanos. (PARLAMENTO EUROPEU, 2015)

É importante analisar o mesmo posicionamento do Parlamento europeu, posto em abril de 2016 no qual a parlamentar Mara Bizzotto apresentou uma proposta de resolução acerca dos riscos que a maternidade de substituição comporta para os direitos da mulher e da criança. Dessa forma, a proposta considera o cenário de que para alguns países membros a prática da maternidade sub-rogada não é defesa, mas em outros é proibida de modo a ocasionar que casais homosexuais e heterosexuais dirijam-se a instituições no estrangeiro, sobretudo na Rússia e na Ucrânia onde é permitida essa prática.

Diante deste panorama europeu, a proposta solicita que haja proteção jurídica a nível da União para os indivíduos, atuais e futuros, nascidos com recurso à maternidade de substituição; além de solicitar igualmente à Comissão que verifique se a legislação relativa à maternidade de substituição em vigor nos Estados-Membros em que a mesma é autorizada é compatível com a legislação da UE em matéria de proteção dos direitos da mulher e da criança.

Observa-se que o Conselho europeu, o qual posicionou-se sobre o útero sub-rogado em 2016, de forma a rejeitar a recomendação da parlamentar, Petra De Sutter, que propunha uma diretriz no sentido de proteção aos direitos da criança em relação a maternidade sub-rogada, além de contribuir com a Conferência de Haia de Direito Internacional Privado sobre a situação legal dessas crianças e questões acerca do parentesco em relação a acordos internacionais.

"Concluindo, proponho que a Assembleia recomende que:

> - Os Estados membros proíbem todas as formas de barriga de aluguel com fins lucrativos, no melhor interesse da criança;
> - Os Estados membros e o Comitê de Ministros colaboram com o HCCH com o objetivo de incluir, como requisito mínimo, uma restrição de acesso a acordos de barriga de aluguel a nacionais residentes de seu próprio Estado e país em qualquer instrumento multilateral que possa resultar da ascendência do HCCH / projeto de barriga de aluguel;
> - Os Estados membros tomam cuidado para não violar os direitos da criança ao tomar medidas para manter a ordem pública e desencorajar o recurso a acordos de barriga de aluguel;
> - O Comitê de Ministros explora a conveniência e a viabilidade de elaborar diretrizes europeias para salvaguardar os direitos da criança em relação a acordos de barriga de aluguel com fins lucrativos". (PETRA DE SUTTER, 2016, tradução nossa)[4]
> -

No entanto, tal recomendação foi rejeitada pela maioria da Assembleia devido à pressão popular no sentido de proibir a maternidade de substituição e a aprovação em 2015 da resolução do Parlamento que condena todas as formas de útero sub-rogado. O

[4] member States prohibit all forms of for-profit surrogacy in the best interest of the child;

pensamento de Laurence Wilkinson, consultor jurídico da ADF International em Estrasburgo sintetiza os argumentos do conselho acerca do tema.

> O direito Internacional protege o direito da vida familiar, o que significa que as crianças possuem o direito de conhecer os seus pais. A maioria dos casos de sub-rogação tornam isso impossível. O Conselho da Europa e a Corte Europeia de Direitos Humanos consideram-se defensores dos direitos humanos. Se eles levam a sério os direitos das mulheres e crianças, eles não irão parar até alcançarem o banimento completo dessas práticas problemáticas (WILKINSON, 2016)[5]

Por fim, é notória a vedação da prática de útero sub-rogado pelas instituições democráticas da União Europeia sob a ótica do discurso de defesa dos direitos humanos, uma vez que considera-se a maternidade de substituição uma violação e comercialização do corpo feminino e do direito da criança conhecer a sua origem biológica.

3.1 A regulamentação acerca da cessão de útero: uma análise entre as legislações espanhola, belga, greca e ucraniana.

Na discussão da ausência de unificação acerca das legislações no que tange à prática da maternidade sub-rogada, cabe pontuar no presente artigo essas discrepâncias no regime legal de determinados países membro da UE. Para se ater, inicialmente, iremos abordar e analisar as legislações da Espanha, Bélgica, Romênia e para título de estudos será analisada também a Ucrânia que, apesar do fato de não ser membro da UE, faz parte desse cenário, posto que é o destino de diversos casais com o intuito de obter a criança por meio do útero sub-rogado.

A Espanha foi pioneira em legislar sobre as técnicas de reprodução assistida na UE, as normas admitem quase todas as espécies de técnica de reprodução. Em contrapartida a gestação de substituição é defesa tanto na modalidade onerosa quanto na solidária, posto que na Espanha a maternidade é posta pelo parto. Nota-se que o cenário jurídico espanhol sobre a matéria de útero sub-rogado permanece semelhante desde a primeira lei de reprodução humana assistida, a lei n.38/88 a qual refere em seu artigo 10 essa questão.

[5] "International law protects the right to family life, which means children are entitled to know their parents. Most cases of surrogacy render this impossible. The Council of Europe and the European Court of Human Rights consider themselves to be champions of human rights. If they are serious about the rights of women and children, they will not stop until they have achieved a complete ban on this problematic practice."

> 1. "Será nulo de pleno direito o contrato em que se ajuste a gestação, com ou sem preço, a cargo de uma mulher que renuncie à filiação materna em favor do contratante ou de um terceiro.
> 2. A filiação dos filhos nascidos por gestação de substituição será determinada pelo parto.
> 3. Fica resguardada a possibilidade de propositura da ação de paternidade em favor do pai biológico, conforme as regras gerais. (ESPANHA, 1998, tradução nossa)".[6]
> 4.

Com fundamento nos aspectos do ordenamento jurídico espanhol constata-se que a sanção civil atribuída à prática da gestação de substituição é a nulidade do contrato, ou seja, não confere efeitos jurídicos no mesmo, de modo que desprotege a criança nascida a partir dessa técnica no quesito de registro civil, assim a partir desses aspectos emergem diversificadas problemáticas.

Em contrapartida, o âmbito jurídico da Bélgica diferencia-se da Espanha, primeiramente por haver uma ausência de legislação específica suficiente. Dessa maneira, somente a cessão de útero altruísta é permitida no território belga, sendo a onerosa não impedida, pois como a Bélgica não possui legislação específica no que tange ao útero de substituição a proibição da prática dá-se pela invalidade contratual do procedimento.

> A nulidade de convenções de barriga de aluguel resultam da ilegalidade de seu objeto e sua "causa", sua oposição aos princípios da indisponibilidade do corpo humano e do status civil, bem como o direito da inalienabilidade e não disposição da mãe que dá à luz uma criança para determinar a paternidade. No entanto, alguns hospitais aproveitam-se da lacuna legislativa para atender a pedidos de barriga de aluguel[7]. Ao fazerem a prática fora de qualquer estrutura legislativa, esses hospitais estabeleceram regras estritas para condicionar a prática do útero de sub-rogação. (DIRECTORATE GENERAL FOR INTERNAL POLICIES POLICY DEPARTMENT C: CITIZENS' RIGHTS AND CONSTITUTIONAL AFFAIRS (Org.), 2013)

Dessa forma, a filiação por meio da maternidade de substituição na Bélgica só pode ser reconhecida por meio da adoção após o parto, sendo a criança assim registrada inicialmente

[6] 1. Será nulo de pleno derecho el contrato por el que se convenga la gestación, con o sin precio, a cargo de una mujer que renuncia a la filiación materna en favor del contratante o de un tercero.

2. La filiación de los hijos nacidos por gestación de sustitución será determinada por el parto.

3. Queda a salvo la posible acción de reclamación de la paternidad respecto del padre biológico, conforme a las reglas generales.

[7] O hospital Citadelle de Liège e o Saint-Pierre em Bruxelas, praticam a cessão de útero sob certas circunstâncias.

com o nome da mãe a qual a gerou e não daquela que é a dona do material genético que forma aquele indivíduo.

A Grécia se encontra na contramão no quadro jurídico sobre a legislação acerca da cessão de útero na União Europeia, onde os países que possuem legislação a respeito restringem a prática a somente altruísta ou a extinguem por completo. A Grécia é o único país da União Europeia onde a gestação de substituição está plenamente regulamentada – desde os direitos dos pais aos direitos da parturiente. Nesse país, as barrigas de aluguel são permitidas desde que haja uma autorização judicial prévia para que os ovócitos da mulher que deseja ser mãe sejam colocados no útero da mulher que levará a gravidez até ao fim. (PINCHA, 2014)

> Como se torna aparente, o legislador grego fez uma jogada ousada e sem precedentes — se comparada com a situação legal de outros Estados-Membros da UE — e introduziu um regime inovador e certamente controverso para a sociedade conservadora da Grécia, que ainda está significativamente sob a influência da Igreja Ortodoxa (Ecclesia) e a doutrina da "tradição". A sociedade grega é geralmente descrita como tendo forte respeito pelas normas tradicionais de família, moralidade e religião e pelo valor de fortes laços interfamiliares. (DIRECTORATE GENERAL FOR INTERNAL POLICIES POLICY DEPARTMENT C: CITIZENS' RIGHTS AND CONSTITUTIONAL AFFAIRS (Org.), 2013)

Por último, é relevante discutir o contexto jurídico da Ucrânia, posto que apesar de não participar do bloco econômico é o parceiro prioritário da UE, além de ter uma efetiva contribuição no turismo reprodutivo na Europa, principalmente na área de gestação sub-rogada. Salienta-se que a legislação ucraniana é permissiva, dado que admite ambas modalidades de maternidade de substituição sem a limitação de valor no pagamento para a gestante e a ausência de excessiva burocracia legal para realizá-la. Outro elemento vantajoso para os casais é o fato de que a emissão de certidão da criança segue com os nomes dos pais sem a menção da doadora ou mãe substituta.

> “Artigo 123.º Determinação da origem de uma criança nascida como resultado do uso de tecnologias de reprodução assistida
> 1. No caso de nascimento de um filho de concebido como resultado do uso de tecnologias de reprodução assistida realizadas com o consentimento por escrito do marido, ele deve ser registrado pelo pai da criança.
> 2. No caso de transferência de outro embrião humano concebido por cônjuges (homem e mulher) como resultado do uso de tecnologias de reprodução assistida, os pais da criança são o casal.”
> 3. O cônjuge deve ser reconhecido como pai de um filho nascido da esposa após o embrião de uma pessoa concebida por seu marido e outra

> mulher como resultado do uso de tecnologias de reprodução assistida." (UCRÂNIA, 2018)

3. O CENÁRIO DO CONFLITO SOBRE A DICOTOMIA DE REGULAMENTAÇÃO ENTRE OS PAÍSES MEMBROS

Define-se, nesse caso, a necessidade de compreender os conflitos e problemáticas gerados a partir da ausência de uma unificação da legislação acerca da maternidade sub-rogada na União Europeia. Para se ater, inicialmente, é relevante pontuar que uma das consequências é a intensificação do turismo sexual[8], dado que o tema implica em divergências éticas e jurídicas no âmbito internacional, assim, na União Europeia é factível observar polos em que é totalmente defeso, e em contrapartida países que permitem todas as modalidades de útero-sub rogado.

Dessa forma, poucos países permitem a prática da cessão de útero, consequentemente, diversos casais com problemas de fertilidade procuram países europeus permissivos, principalmente a Ucrânia e a Grécia, em busca da técnica.

> En este contexto no podemos obviar que dentro de la Unión Europea existen distintos modelos de protección asistencial, que vienen determinados en gran medida por la opción política de sus respectivos gobiernos. De tal modo que la falta de unificación de las "carteras de servicios europeas" generan enormes descompensaciones y desigualdades entre los países miembros.(AMEZ; AYALA, 2017)

Constata-se que, este fluxo de casais heterosexuais e, principalmente, homosexuais que procuram este tipo de serviço na modalidade onerosa movimenta um mercado reprodutivo, de modo que requer uma intensa demanda de mulheres para a maternidade de substituição. Nesse contexto, inúmeras clínicas e agências são responsáveis pela contratação de mães substitutas, as quais lucram determinada quantia pela prestação do serviço, como consequência, são relatados casos de exploração da mulher em países mais desprovidos de recursos como, por exemplo, é exposto na Ucrânia.

Salienta-se também que, as clínicas e agências de reprodução humana assistida em alguns lugares não oferecem o devido amparo médico na gravidez, de forma que pode acarretar graves complicações de saúde para a mulher e a criança. A partir dos aspectos abordados é possível visualizar que o turismo reprodutivo corrobora para a exploração dos corpos femininos, especialmente aquelas mulheres em situação de vulnerabilidade social.

[8] termo que designa na viagem para um país estrangeiro em busca de tratamento de reprodução assistida com o intuito de solucionar problemas de fertilidade.

Outro ponto, que exige um olhar atento, é a problemática no registro das crianças, dado que o Serviço Social Internacional (ISS), uma organização não governamental, estima que mais de 20.000 crianças nascem de acordos internacionais de útero sub-rogado. Nesse panorama, países europeus que vedam a prática de cessão de útero, como por exemplo a Espanha, vetam também o registro de crianças no país de origem dos pais. Desse modo, o procedimento de registro da criança torna-se um processo dificultoso para os pais.

É pertinente expor o caso do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) em Mennesson e Labassee v. França, em que o Estado francês condena o direito de reconhecimento de nacionalidade francesa para as gêmeas Mennesson e da criança Labassee. O argumento do Estado francês era o fato de que admitir certidão francesa seria uma forma de afetar a soberania estatal, uma vez que estavam escapando das leis francesas. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos condenou o Estado francês a reconhecer a filiação e a nacionalidade francesa com a ótica dos direitos fundamentais das crianças.

Percebe-se que, mesmo com a decisão do Tribunal nesse sentido de promover os direitos das crianças, os países europeus demonstram uma resistência em reconhecer a filiação de crianças originadas por meio da gestação de substituição, principalmente em países como a França e a Espanha, que apresentam processos no TEDH a esse respeito. O Primeiro ministro francês em 2014, após a condenação do caso Mennesson e Labassee, assumiu a posição de que "De qualquer forma, o governo exclui totalmente a permissão da transcrição automática de documentos estrangeiros. "(Valls,2014).

Mediante os pontos analisados são evidentes os impasses decorrentes das legislações divergentes no contexto europeu. Apresentam-se diversas complicações para as mães substitutas, os pais e a criança envolvida, posto que estão sujeitos à ausência de regulamentação da prática e ao recurso do Estado de garantir os direitos fundamentais da criança, como o reconhecimento da cidadania. Nesse sentido, é explícita a necessidade do esforço dos países membro da UE em consolidar e unificar a legislação em conformidade com as recomendações das instituições da UE com o intuito de amenizar as problemáticas envolvidas.

CONCLUSÃO

Deve-se assim dizer que se buscou aqui estabelecer uma visão geral sobre a situação atual da maternidade de substituição e as consequências jurídicas e sociais que ela causa e sua motivação humana. Nos dizeres de Guilherme de Oliveira, 1992:

> Em tempos que já lá vão, num país não muito distante, uma rainha entrou no laboratório de um sábio e, perante tamanha profusão de instrumentos esquisitos, perguntou-lhe: — Afinal, para que serve tudo isto? Faraday, embaraçado, sem saber ainda para que serviriam, um dia mais tarde, a eletricidade e o magnetismo, respondeu com outra pergunta — Minha senhora, e qual a utilidade de um bebê? (SAGAN, 1979)
>
> Tal como no tempo da rainha Victória, os bebês são ainda hoje daquelas coisas raras que, embora não tenham serventia óbvia, continuam a ser procurados com o mesmo afã! O que é verdadeiro insólito, numa sociedade tão funcionalizada como a nossa. Os bebês são tão pretendidos que, quando não se podem fazer encomendam-se… [...]" (OLIVEIRA, 1992, p.7 - 8).

Assim, cabe um posicionamento mais concreto das instituições legislativas para que haja uma regulação precisa sobre os direcionamentos da cessão temporária de útero. Pois, tal assunto vai muito além de um problema político-jurídico, é uma questão de identificação e necessidade humana na fundação familiar e do desejo da criação, é questão de humanidade e sensibilidade.

Contudo, mais especificamente analisou-se as consequências no âmbito da União Europeia, um bloco econômico estruturado que visa a unificação econômica e política dos países, entretanto, encontra percalços nos desdobramentos nessa tentativa de consubstanciação.

Dessa forma, em meio aos rastros da falta de regulamentação ou de falta de atenção às consequências geradas há muitos prejudicados, como pessoas exploradas, brigas entre o direito de quem possuirá a criança de fato e, de forma trágica, fere-se o interesse do menor em questões como de registro civil e de conhecimento da identidade dos pais.

É de extrema importância e urgência a discussão sobre os direitos dessas crianças geradas pela maternidade de substituição e como toda essa dicotomia legislativa afeta o bem-estar e a efetivação direta de seus direitos como ser humano. Assim sendo, quando negado o registro civil de uma criança, por exemplo, são infringidos os direitos privados da família e a dignidade humana da criança. Seus direitos fundamentais devem ser assegurados em respeito à sua condição especial de ser humano em desenvolvimento físico e mental, já que o trânsito da pessoa no mundo globalizado é livre (RETTORE; SÁ, 2016a).

REFERÊNCIAS

AMEZ, Javier García; AYALA, María Martín. TURISMO REPRODUCTIVO Y MATERNIDAD SUBROGADA. **Dialnet**, La Rioja, v. 27, p.200-208, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/aluno-ccje.LAB-CCJE-300460.000.001.002.003.004.005.006.007.008.009.010.011.012.013.014.015.016.017.018.01

9.020.021.022.023.024.025.026.027.028.029.030.031.032.033.034.035.036.037.038.039/Downloads/Dialnet-TurismoReproductivoYMater.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

ANNA LELYUK (Ucrânia). Family Law Group. **Ukrainian Surrogacy Laws.** Disponível em: <https://www.hg.org/legal-articles/ukrainian-surrogacy-laws-28807>. Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Voto nº 1.578. Apelante: República da Turquia. Relator: Ministro Edson Fachin. Brasília, DF de 2019. **Extradição 1.578 Distrito Federal**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/stf-nega-extradicao-turco-naturalizado.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Corte Europeia é ativista ao julgar caso da gestação por substituição.** 2014. OBSERVATÓRIO CONSTITUCIONAL. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-dez-13/observatorio-constitucional-corte-europeia-ativista-julgar-gestacao-substituicao>. Acesso em: 25 nov. 2019.

DANTAS, Ana Carolina Lessa. **Sub-rogação de útero: entre a esperança e a exploração.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9c2eb29b86c2f787>. Acesso em: 26 nov. 2019.

DIRECTORATE GENERAL FOR INTERNAL POLICIES POLICY DEPARTMENT C: CITIZENS' RIGHTS AND CONSTITUTIONAL AFFAIRS (Org.). **A Comparative Study on the Regime of Surrogacy in EU Member States.** Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2013/474403/IPOL-JURI_ET(2013)474403_EN.pdf. Acesso em: 23 nov 2019.

GARCÍA-DONATO, Dr. Javier Díaz et al. **Turismo reproductivo para conseguir el embarazo.** 2018. Elaborada por Reproducción Asistida ORG. Disponível em: <https://www.reproduccionasistida.org/turismo-reproductivo-conseguir-embarazo/#gestacion-subrogada>. Acesso em: 21 nov. 2019.

KEVIN PONNIAH. Bbc News. **O país europeu que virou destino internacional de casais em busca de barrigas de aluguel.** 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43106319#orb-banner>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Procriações artificiais e o direito**: aspectos médicos, religiosos, psicológicos, éticos e jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

OLIVA, Milagros Pérez. **Barriga de aluguel gera divisão entre feministas e grupos LGBT.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/17/internacional/1487334746_534707.html>. Acesso em: 14 nov. 2019.

OLIVEIRA, Guilherme Freire Falcão de. **Mãe só há (uma) duas!:** o contrato de gestação. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

OLMOS, Paulo Eduard. **Quando a cegonha não vem**: os recursos da medicina moderna para vencer a infertilidade. São Paulo: Carrenho, 2003.

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução nº 2010/2209, de 2011. **Prioridades e Esboço de Um Novo Quadro Político da Ue Para Combater A Violência Contra As Mulheres**. Estrasburgo, 5 abr. 2011. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2011-0127+0+DOC+XML+V0//PT>. Acesso em: 19 nov. 2019.

PARLAMENTO EUROPEU. Resolução nº 2015/2229(INI), de 17 de dezembro de 2015. **Resolução do Parlamento Europeu, de 17 de Dezembro de 2015, Sobre O Relatório Anual Sobre Os Direitos Humanos e A Democracia no Mundo (2014) e A Política da União Nesta Matéria**. Estrasburgo, Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2015-0470_PT.html>. Acesso em: 13 nov. 2019.

PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de. Problemas Atuais de Bioética. 3ª edição, Editora Loyola, São Paulo, 1991.

PINCHA, João Pedro. **É possível recorrer a barrigas de aluguel na Grécia, Bélgica e Reino Unido.** 2014. Disponível em: <https://observador.pt/2014/06/11/e-possivel-recorrer-barrigas-de-aluguer-na-grecia-belgica-e-reino-unido/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

REDAÇÃO ÉPOCA (Brasil). Revista Época (Ed.). **Tentativa de golpe militar provoca caos na Turquia:** Autoridades turcas anunciam que ala das Forças Armadas tentou tomar o poder no país; presidente turco convoca a população a resistir. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/07/golpe-militar-na-turquia-o-que-sabemos-ate-agora.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.

RETTORE, Anna Cristina de Carvalho; SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Registro Civil de crianças nascidas de gestação de substituição no Brasil:** uma análise a partir de julgamentos pelo Tribunal Supremo espanhol. Congresso Nacional do CONPEDI/UFSC, Florianópolis, 2016a. Disponível em: <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/y0ii48h0/tvu736t8/QGFVxviu3iRwFCtp.pdf>. Acesso em 26 nov. 2019.

RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. Breve comentário sobre aspectos destacados da reprodução humana assistida. In: SÁ, Maria de Fátima Freire de (Coord.). Biodireito. Belo Horizonte. Del Rey, 2002.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Bioética e Biodireito.** 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

SAGAN, Carl. Broca's Brain: Reflections on the Romance of Science. Nova Iorque: Random House, 1979.

SCHETTINI, Beatriz. **Reprodução humana e Direito o contrato de gestação de substituição onerosa**. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2019.

UCRÂNIA. Código nº 2947 III, de 10 de janeiro de 2002. **Código da Família da Ucrânia**. Kiev, 2018. Disponível em: <https://zakon.rada.gov.ua/laws/show/2947-14>. Acesso em: 19 nov. 2019.

VAN-DÚNEM, Omaida Patrícia da Cruz. **Maternidade de Substituição: Solução e/ou Problema? Para uma abordagem no âmbito do Direito da Família.** Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3983/1/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Mestrado%201%20%28Omaida.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

EDUCAÇÃO

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

TRACKER COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DE FÍSICA: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE CINEMÁTICA

TRACKER AS A TOOL FOR PHYSICS TEACHING: A PROPOSAL FOR KINEMATICS TEACHING

Anna Julia de Oliveira[1]
Diego de Oliveira Lombardi[2]
Gabriel da Cruz Dias[3]

Resumo: As mudanças radicais tecnológicas que nos deparamos no mundo se refletem nas questões do ensino as experimentações e demonstrações, por meio das representações digitais e simulações computacionais tem se tornado um recurso atrativo no ensino de física e as demais ciências naturais, principalmente nos últimos anos, além de um realidade eficaz para nossos jovens. Diversos trabalhos já apresentam a inserção de novas tecnologias como uma alternativa para o ensino. Neste trabalho apresentamos uma proposta viável para o ensino de cinemática, a utilização de vídeos de quaisquer espécies para tratamento e análise dos dados experimentais a partir do uso do software livre de vídeo-análise denominado Tracker.

Palavras-Chave: TIC'S. Física. Cinemática. Tracker.

Abstract: The radical technological changes that we face in the world are reflected in teaching issues, experiments and demonstrations, through digital representations and computer simulations have become an attractive resource in the teaching of physics and other natural sciences, especially in recent years, in addition to an effective reality for our young people. Several works already present the insertion of new technologies as an alternative for teaching. In this work we present a viable proposal for teaching kinematics, the use of videos of any species for the treatment and analysis of experimental data using the free software of video analysis called Tracker.

Keywords: TIC'S. Cinematic Physics. Tracker.

I **NTRODUÇÃO**

[1] Graduando do curso de Lic. Física do Campus Regional de Goioerê da UEM

[2] Graduando do curso de Lic. Física do Campus Regional de Goioerê da UEM

[3] Professor Colaborar do Campus Regional de Goioerê DCI/ UEM. Rua Reitor Zeferino Vaz, s/n. Jd. Universitário. Goioerê-PR. E-mail: gabriel.fct@gmail.com

Recebido em 17/04/2020
Aprovado em 12/05/2020

O ensino de física no Brasil desde seus primórdios enfrenta uma série de problemas relacionados ao ensino-aprendizagem, a formação de docentes, a organização do próprio sistema, dentre muitos outros que se perpetuam até os dias de hoje. Faltam professores da disciplina nas escolas e os que existem são obrigados a treinar os alunos para as provas, para as respostas corretas, ao invés de ensinar física.

O modelo ainda é extremamente tradicional e livresco, oferecendo aulas puramente teóricas, descontextualizadas e desinteressantes, fazendo com que desta forma a maioria dos alunos saiam do ensino médio com alguns conceitos memorizados em uma linguagem extremamente formal e científica sem ao menos saber o que isto significa na prática, e sua aplicação na vida cotidiana. Desta forma o objetivo principal das aulas de física passa a ser o alcance de metas. É um modelo no qual alguém é educado por um sistema de auto propagação no qual as pessoas passam nas provas e ensinam os outros a passarem nas provas, mas ninguém sabe de nada. Portanto, um modelo completamente inviável.

Isto mostra o caráter acumulativo de conceitos que a disciplina de física ainda possui no Brasil. Atribui-se ao sujeito um papel irrelevante na elaboração e aquisição do conhecimento. Ao indivíduo que está adquirindo conhecimento compete memorizar definições, enunciados de leis, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal a partir de um esquema atomístico. (MIZUKAMI, M. G. N, 1986).

Outro fator que não pode deixar de ser citado é que o ensino da física não evoluiu juntamente com o desenvolvimento tecnológico. É lastimável observar que em meio a tantos recursos tecnológicos que podem auxiliar na construção da aprendizagem de conceitos e fenômenos físicos, muito professor ainda se detém ao livro didático, giz e quadro.

No Brasil, entretanto, o ensino de Ciências não conseguiu atingir os níveis desejados no campo das relações entre Ciência/Tecnologia/Sociedade. Entendemos que salvo exceções essa prática, na sua grande maioria, ainda se repete por professores que desconheciam tais relações, mantendo-se rendidos aos processos de ensino tradicional, voltados apenas para a informação, sem qualquer vínculo com as concepções modernas de educação.

Portanto, o desafio geral do ensino de física resulta em perguntas cruciais: Como tornar a física mais desafiadora, relevante e atraente para os alunos? Como estimular o desenvolvimento do pensamento criativo, da capacidade de solucionar problemas e de outras habilidades cognitivas?

Vale ressaltar que não queremos ser tão generalistas, tendo em vista que muito professores e escolas adotam diferentes metodologias de ensino, que utilizem inclusive ferramentas como experimento para exemplificação de certos conceitos, muito menos

desmerecer trabalhos já existentes nessa área pelo contrário, deixando claro sim que há necessidade de mais intervenções.

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: UM RECURSO DIDÁTICO PARA EXEMPLIFICAÇÃO DA FÍSICA

Vivemos em uma sociedade cada vez mais dependente da tecnologia. As redes sociais ocupam quase todos os aspectos das relações humanas e exercem um papel fundamental no desenvolvimento socioemocional, principalmente dos mais jovens. Por outro lado, a escola não conseguiu acompanhar as inovações desse mundo contemporâneo e mostra-se menos atrativa para os nossos estudantes. Neste contexto, a tecnologia apresenta-se como uma das formas de confrontar as dificuldades encontradas no ensino de ciências, apronto essa explosão de conhecimento, uma explosão de "cibercultura".

Na esfera científica a utilização da tecnologia sempre foi importante, tanto na evolução da própria ciência quanto na evolução do homem moderno. Essa ferramenta, usada de forma coesa e planejada pelo professor, faz com que as visualizações e interpretações ocorram naturalmente, avançando na construção dos conhecimentos de forma criativa, crítica e autônoma (ARAUJO, 2005). A inserção da tecnologia nas escolas proporciona a "abertura da mente" do estudante, a partir do momento em que ele começa a aprender conceitos e técnicas novas, possibilitando o surgimento de boas oportunidades no futuro profissional. (HANSON, BURTON e GUAM, 2006).

Segundo os PCN+2, a escola não pode ficar alheia ao universo informatizado se quiser, de fato, integrar o estudante ao mundo que o circunda, permitindo que ele seja um indivíduo autônomo, dotado de competências flexíveis e apto a enfrentar as rápidas mudanças que a tecnologia vem impondo à contemporaneidade (BRASIL, 2002, p. 229).

Diversos autores (BARROQUEIRO e AMARAL, 2011; BIANCHI e PIRES, 2010) têm exaltado a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), apresentando-as como um dos recursos mais eficazes no desenvolvimento de práticas pedagógicas, pois quando implantado passa a fazer parte do cotidiano.

Há muito tempo que a experimentação em espaços de natureza não formal tem sido uma alternativa para ensinar, porém a solução que tem ganhado força, principalmente por simpatizantes da informática, é a utilização de animações computacionais e simulações (FIOLHAIS e TRINDADE, 2003). Soares-Leite e Nascimento-Ribeiro (2012) descrevem que a inserção das TICs na educação pode ser uma importante aliada na melhoria dos processos de ensino-aprendizagem. Representações por meio de simulações, automações de maquetes e

modelos computacionais não são simples animações, o fazer por fazer. (SOARES-LEITE, & NASCIMENTO-RIBEIRO 2012).

Na maioria das vezes elas englobam, do vídeo à realidade virtual, da montagem a programação, em diferentes linguagens e proporcionam uma interatividade entre o aluno aprendiz e o computador.

As TIC's devem ser vistas como agentes potencializadores do processo de ensino-aprendizagem por propiciarem além da automação do conhecimento, a busca por um saber mais avançado e a inserção e melhor comunicação entre alunos portadores ou não de necessidades especiais. São úteis tanto no ambiente da sala de aula como na realização de atividades extraclasse, onde os alunos continuam suas pesquisas em casa e trocam informações entre si, e podem ainda receber orientação do próprio professor por meio de ambientes virtuais.

Segundo Moran (1997, p. 3), a Internet, ao tornar-se mais e mais hipermídia, começa a ser um meio privilegiado de comunicação de professores e alunos, já que permite juntar a escrita, a fala e proximamente a imagem a um custo barato, com rapidez, flexibilidade e interação até há pouco tempo impossíveis.(MORAN 1997,p. 3).

O professor é o responsável por planejar as atividades didáticas para que ocorram os processos de aprendizagem, e isso inclui definição do tema, objetivos a serem alcançados, procedimentos, recursos e métodos avaliativos (ZAMBOM e TERRAZZAM, 2009). É fundamental que, durante esse planejamento, receios, medos e temores das tecnologias da informação e comunicação possam ser dirimidos no processo de formação do aluno, haja visto que, os estudantes estão totalmente inseridos na era digital, sendo, portanto, aptos a utilização da tecnologia para a formação de seus conhecimentos (ARAUJO, 2005). Deve-se atentar também ao fato de que, ao ensinar o aluno a utilizar um programa ou aplicativo, o professor deverá deixar que eles demonstrem seus domínios, e de certa forma, permitir-se ser ensinado pelos alunos. Favorecer a troca de conhecimento gerará afinidade e instigará o desejo cada vez maior de participar de aulas com tecnologias até então desconhecidas.

Segundo Fonseca (2008, p. 4).

> O processo ensino–aprendizagem tem mão dupla: o professor que deve conduzir a aprendizagem e o aluno que precisa aprender. A relação professor-aluno é fundamental para os resultados na aprendizagem, envolve aspectos cognoscitivos e aspectos socioemocionais, requerendo do professor competências e habilidades para conduzir o aluno ao estudo ativo e à apropriação dos conhecimentos científicos. (FONSECA 2008, p. 4).

Desta forma, entendemos que a tecnologia, juntamente com o fácil acesso e popularização da internet, bem como as redes sociais, mostra-se uma opção mais interessante

para o ensino e desenvolvimento escolar dos estudantes, uma vez que, a utilização de plataformas multimídias, softwares de programação, simuladores e hardwares estão conquistando cada vez mais espaço nas instituições de ensino (VERONEZ, LUNKES, MUCHESKIE et al., 2015).

Em nosso estudo, estamos interessados no uso de uma ferramenta tecnológica para a análise de vídeos, filmados em práticas de laboratório e realizados pelos próprios estudantes. Nessas práticas serão executados experimentos em que, por exemplo, dados de posição e tempo de uma bola em movimento, registrados por uma câmera digital, sejam coletados em diversos quadros por segundo e, posteriormente, analisados por um programa que possibilite o cálculo numérico de grandezas físicas, tais como, velocidade e aceleração.

Espera-se que assim o aluno possa ganhar protagonismo e compreender melhor o fenômeno observado, cabendo ao professor a tarefa de guiá-lo por meio desta metodologia que tem, como intuito, buscar o favorecimento na motivação autônoma do aluno, extraindo o potencial do mesmo, despertando curiosidade para descobrir novos conceitos, inserindo o conhecimento teórico e viabilizando uma perspectiva própria e diferente do professor (MENEZES, 2018).

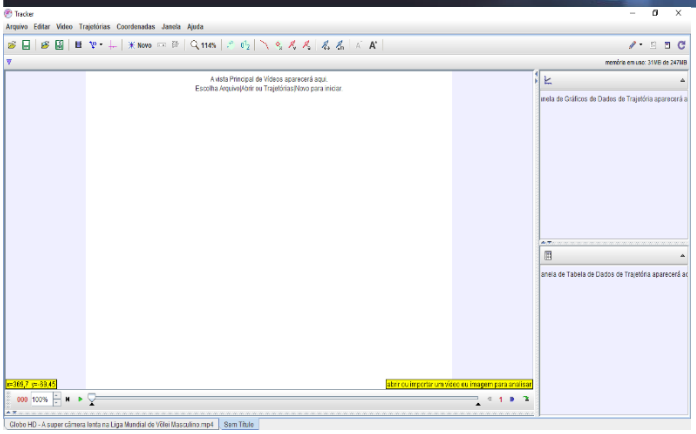
TRACKER COMO FERRAMENTA PARA MEDIÇÃO DE VÍDEO

O software Tracker é uma ferramenta para análise e modelagem de vídeos desenvolvido pelo projeto *Open Source Physics* (OSP) *Java framework* para ser utilizado em salas de aula e laboratórios de física.[4] A análise e modelagem de vídeos do Tracker se destaca como uma das abordagens mais inovadoras para o ensino de física, tornando as ciências naturais mais interessantes aos olhos do estudante. Com a utilização desta ferramenta, a modelagem e análise do movimento de objetos em quadros de vídeos são possíveis e fáceis de se realizar.

Primeiramente, o usuário deve importar o vídeo previamente filmado para o Tracker clicando em “Abrir um vídeo ou arquivo Tracker em uma nova aba” e em seguida, definir o sistema de coordenadas, a escala de vídeo e o ajuste de tempo desejados. A Figura 1 apresenta uma captura de tela da janela inicial do aplicativo. Os formatos de vídeo suportados pelo Tracker são *Audio Video Interleave* (AVI) e *MPEG-4 Part 14* (MP4). O vídeo é dimensionado especificando-se qual distância na tela do vídeo corresponde à distância real.

Figura 7. Captura de imagem de Janela inicial do Software Tracker.

[4] Para instalar o software Tracker, consulte: https://physlets.org/tracker/.

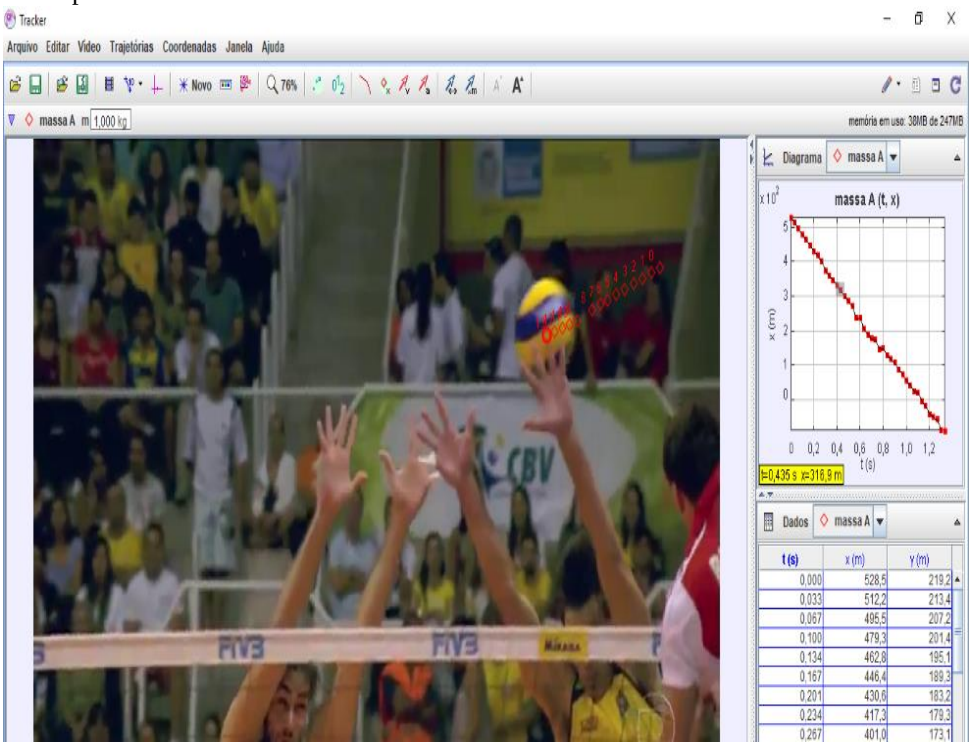


Fonte: Elaborado pelo autor.

Logo após, o usuário deve clicar em “Criar Nova Trajetória” e selecionar “Ponto de Massa”. Então, será necessário mover o cursor sobre a tela de vídeo para localizar o primeiro ponto, por exemplo, uma bola de vôlei e clicar para fixá-lo (Figura 2a). O vídeo avança automaticamente para o próximo quadro acompanhando o movimento do ponto fixado e o aplicativo gera uma tabela com os dados referentes a esse deslocamento.

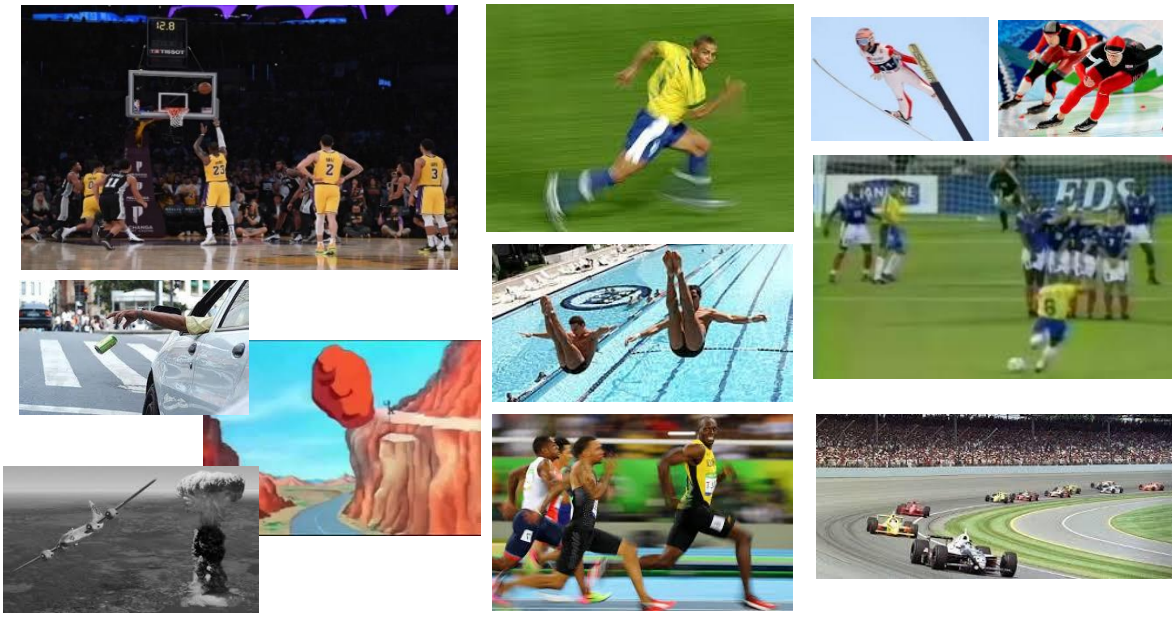
Figura 8. (a)Análise do movimento de uma bola de vôlei.

Fonte: Elaborado pelo autor.



A Figura 3 apresenta outros exemplos de vídeos esportivos que podem ser capturados e utilizado no programa. O professor atuante pode optar em utilizar animações, desenhos reportagens entre outros.

Figura 3. Capturas de telas de vídeo exemplos, vídeo esportivos e desenhos, possíveis sugestões para análise do movimento e estudo da cinemática.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A função "trajetória automática" do Tracker permite um acompanhamento preciso do ponto de massa sem a necessidade de se utilizar o mouse. Esta função se repete até que o usuário obtenha o número desejado de dados de pontos ou até que o vídeo se encerre. A ferramenta permite ainda o acompanhamento automático da trajetória de diversos pontos de interesse em um único quadro de vídeo. Grandezas físicas como velocidade e aceleração, podem ser computadas numericamente com base nos dados coletados.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta para o ensino de física, foi construída pensando-se nos conteúdos abordados pela mecânica (especificamente, pelos fenômenos da cinemática), visando aprimorar os conhecimentos do aluno e oferecer ao educador uma ferramenta pedagógica que será complementar ao(s) método(s) de ensino por ele já utilizado(s).

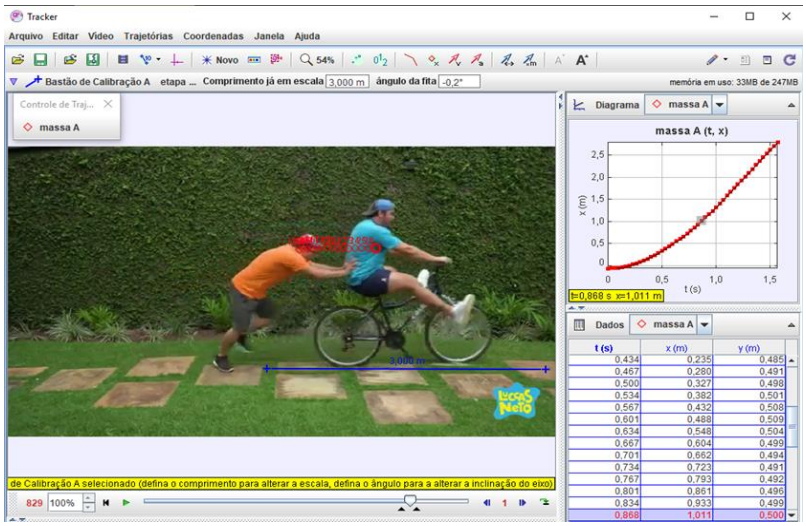
O educador deve abordar conteúdos que envolvam velocidade e aceleração em sala de aula e, posteriormente, realizar uma atividade extraclasse, considerando que esta será uma peça fundamental no processo de aprendizagem do aluno. O mesmo deve então utilizar o Tracker associando o fenômeno observado pelos alunos ao comportamento do gráfico gerado pelo aplicativo e, desta forma, conciliar o entendimento dos fenômenos da cinemática com a análise gráfica da posição, velocidade e aceleração em função do tempo.

Ao realizar as atividades extraclasse na qual ocorrerá a filmagem dos vídeos que serão analisados pelo Tracker, o educador deve se voltar à fenômenos que reflitam situações cotidianas, de modo a permitir uma correlação entre a realidade do aluno e as equações físicas que descrevam tais fenômenos.

A interdisciplinaridade também é bem-vinda, uma vez que, a maior parte das atividades, envolvem práticas presentes na disciplina de Educação Física, que geralmente, agrada os alunos por ser considerada menos massante.

É recomendável que o professor atuante filme situações tais como: (I) um aluno andando devagar; (II) um aluno andando depressa; (III) um aluno sendo empurrado em uma bicicleta; (IV) um aluno brincando com um ioiô; (V) um aluno chutando uma bola; (VI) um aluno sacando uma bola de vôlei. Na Figura 4 apresenta um vídeo retirado do youtube de um famoso canal. É possível ver a análise do movimento de um ciclista sendo empurrado; no canto esquerdo temos o vídeo; no canto superior direito temos a análise gráfica deste movimento e no canto inferior direito a tabela gerada. No vídeo o estudo do movimento pode ser abordado tanto no campo da cinemática como nos conceitos de deslocamento, velocidade e aceleração como no campo da dinâmica, como força e impulso.

Figura 4. Análise do movimento de um ciclista sendo empurrado.

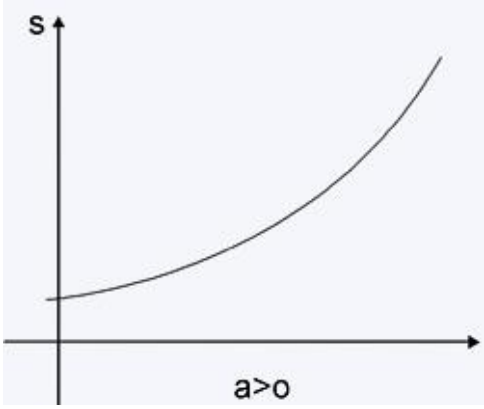


Fonte: Elaborado pelo autor.

O educador, após utilizar o Tracker, poderá realizar uma roda de permitir que os alunos expressem suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre a atividade realizada. Desse modo, o mesmo terá a oportunidade de trabalhar reflexivamente as manifestações apresentadas pela classe. Além disso, o mesmo poderá aplicar, na semana seguinte à atividade, afim de fixar os conhecimentos estabelecidos por meio da análise do software estabelecer um teste de

diagnóstico pedindo, por exemplo, para que o aluno esboce um gráfico estimado do movimento de um carro que sofre uma aceleração repentina, O gráfico característico é apresentado na Figura 5. Neste momento o aluno presencia a construção da física, da ciência em um ambiente mais familiar para ele.

Figura 5. Exemplo de um gráfico típico do movimento acelerado.

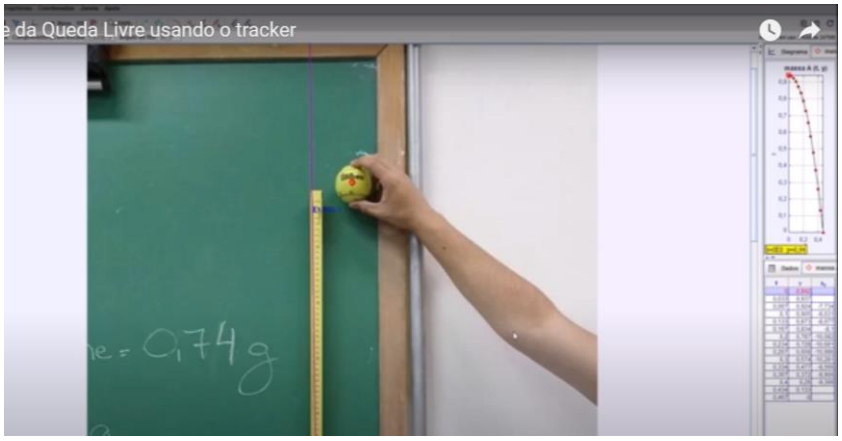


Fonte: e-Física - USP.

Como foi mencionado acima, o Tracker pode auxiliar no ensino e aprendizagem de vários fenômenos e conceito da física, como por exemplo o de queda livre. Esse fenômeno clássico, observado e presente à todo momento, pode ser estudado através de experimentos fáceis e rápidos, que podem ser realizados na própria escola, estes experimentos podem ser pesquisados, elaborados e realizados pelos próprios alunos e a demonstração e sala de aula assim como a construção do conhecimento e dos conceitos propostos serão a partir das explicações e conclusões dos próprios educandos.

As atividades também poderão ser realizadas em suas casas como atividades extraclasse, que serão apresentadas na aula para que os demais alunos compartilhem da experiência e do conhecimento adquirido. A Figura 6 apresenta o experimento de queda livre.

Figura 6. Exemplo experimento de queda livre feito em laboratório analisado no Tracker.



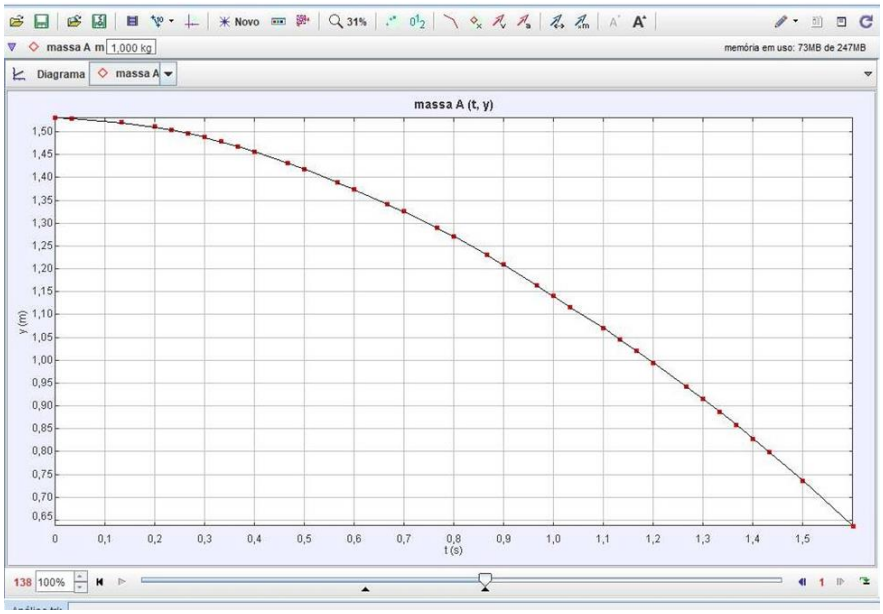
Fonte: Adaptado Haragushiku, L. (2017)

O clássico experimento de queda livre foi estudado pelo físico italiano Galileu Galilei. De acordo com os seus estudos, corpos em queda livre, mesmo os de massas diferentes, chegariam ao chão ao mesmo tempo, pois estariam sujeitos à mesma aceleração, hoje facilmente observado. A queda livre é, portanto, um movimento descrito exclusivamente pelo efeito da gravidade local. Nesse tipo de movimento, podemos estudar, mas desconsideramos o efeito das forças de arraste ou atrito.

Após a inserção do vídeo no software, alguns ajustes deverão ser feitos. Esses ajustes servem para você escolher qual parte do vídeo será utilizada na análise, ou seja, você poderá excluir alguma parte inicial e final que não lhe interessa, o tempo e os quadros na filamagem, como citado anteriormente são divididos pelo prórpio programa para melhor aperfeiçoamente de sua prática.

Para a vídeo análise, uma referência métrica deve ser definida, ou seja, na imagem do vídeo você teve ter conhecimento o comprimento de algum objeto e até sua massa, para informar ao programa sua escala e, a partir daí, as demais medida obtidas estarão de acordo com tal referencia. Ao final da copilação o mesmo constroi o gráfico a partir da análise do movimento.(ROSA, R. 2013). A Figura 7 apresenta um gráfico gerado pelo spftware através da observação do movimento em queda livre. Cada ponto representa a indentificação do movimento da massa em queda com o quadro, tempo a tempo.

Figura 7. Gráfico fornecido pelo Tracker referente a análise do experiento de queda livre.

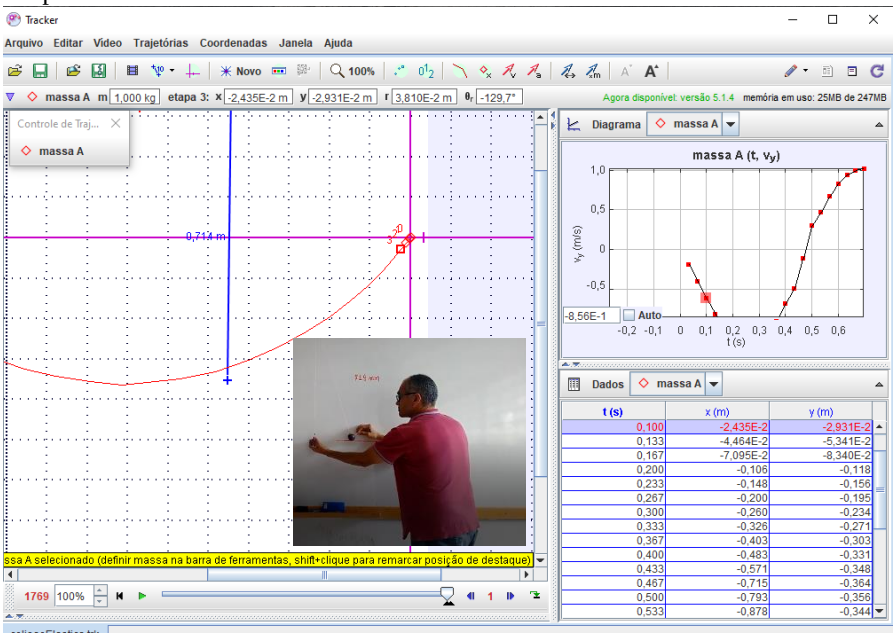


Fonte: Elaborado pelo autor.

A utilização de imagens esportivas, em conjunto com o programa de vídeo-análise, é uma excelente ferramenta para o estudo da cinemática, podendo se estendera até a dinâmica de movimento na física experimental. A Figura 8 apresenta uma análise do movimento de um pendulo, podendo trabalhar o movimento individual das esferas, conservação de energia, colisões e outros, de fazendo com que o aluno, tanto do ensino básico adquira conceitos e habilidades que são pertinentes para aprendizagem, possibilitando assim que a ciência, especificamente, matemática e física vá muito além de decorar leis, teorias e fórmulas como citado anteriormente.

Figura 8. Utilização do Tracker para análise do movimento periódico pendular

Fonte: Elaborado pelo autor.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise de vídeo por meio do *Tracker*, melhora a precisão para a coleta de dados, se comparado aos métodos manuais, é um software simples, de fácil manuseio e principalmente livre, ou seja, sem custo para adquiri-lo. Qualquer aparato experimental construído ou vídeos sugeridos, como neste trabalho, tornam-se relevantes para aplicação do mesmo, sendo um dos principais objetivos do trabalho.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A proposta apresentada, por ter como objetivo principal propor a utilização de um aplicativo como ferramenta pedagógica, não tem a preocupação de produzir mudanças na natureza do ensino dos conteúdos da cinemática lecionados no Ensino Médio.

A análise de vídeo analise, melhora a precisão para a coleta de dados, se comparado aos métodos manuais, além de ser um software simples, sem custo para adquiri-lo. Tendo em vista as dificuldades realidade do ensino de física no Brasil, mais uma vez salvo exceções, como sintetizado no início, a análise via software se enquadram como ótimas alternativas para o estudo experimental dos conteúdos estruturantes da disciplina de Física para o ensino médio e até universitário, e ainda mais com a explosão tecnológica que estamos vivendo, a utilização destas tecnologias torna-se uma ferramenta atrativa para nossos jovens.

A intenção é contribuir para a aprendizagem do aluno trabalhando situações lúdicas, como fenômenos presentes em situações cotidianas, o que torna a física mais relevante e

presente na vida do mesmo. Além disso, o aplicativo mostra-se bastante útil e prático, tanto na interface, quanto na utilização em sala de aula, sendo uma ferramenta inteiramente gratuita e de fácil acesso. E ainda pode-se afirmar que as inserções destas tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas o que muitas vezes acaba passando despercebido.

Acreditamos que pensar em um ensino voltado para o cotidiano do estudante é importante, pois com isso objetiva-se que ele possa entender o mundo que o cerca e compreender notícias em jornais, revistas e outros, sem abandonar a realização de práticas experimentais reais e envolvam, de maneira contextualizadas, as demais disciplinas

Sabemos da complexidade que envolve qualquer tipo de mudança que se queira promover em um ambiente escolar e, mediante a isso, cabe à Escola o dever de auxiliar na articulação e realização das atividades extraclasse, e se possível, o auxílio também dos demais educadores que lecionem na instituição. Assim, a Escola poderá produzir contribuições ainda mais significativas no processo de aprendizado dos seus alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, I. S. **Simulação e modelagem computacionais como recursos auxiliares no ensino de física geral**. Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Moreira. 238 p. Tese (Doutorado em Física) - Instituto de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BARROQUEIRO, C. H.; AMARAL, L. H. O uso das tecnologias da informação e da comunicação no processo de ensino-aprendizagem dos alunos nativos digitais nas aulas de Física e Matemática. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, Cruzeiro do Sul, v. 2, n. 123, p. 123-143, 2011.

BEZERRA JR, A. G.; OLIVEIRA, L. P.; LENZ, J. A.; SAAVEDRA, N. Videoanálise com o software livre Tracker no laboratório didático de Física: movimento parabólico e segunda lei de Newton. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 29, n. Especial 1, p. 469-490, 2012.

BIANCHI, P.; PIRES G. L. Possibilidades Para o Ensino-aprendizagem com TIC'S na Educação Física Escolar: Uma Experiência com Blogs. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 1, n. 2, p. 45-55, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais+ (PCN+) - Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002.

Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada. **Gráficos de Cinemática.** Disponível em : http://efisica.if.usp.br/mecanica/basico/cinematica_graficos/exemplos/.> Acesso em 02 de dezembro de 2019

FIOLHAIS, C.; TRINDADE, J. Física no Computador: o Computador como uma Ferramenta no Ensino e na Aprendizagem das Ciências Físicas. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 25, n. 3, p. 259-272, 2003.

FONSECA, T.M.M. Ensinar-Aprender: Pensando a prática pedagógica. *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: produção didático-pedagógica, 2008. Curitiba: SEED/PR., 2011. v. 2. (Cadernos PDE). Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1782-6.pdf >. Acesso em: 26 fev. 2020.

HARAGUSHIKU, L. Análise da Queda Livre usando o Tracker. **Youtube** Disponpivel em: https://www.youtube.com/watch?v=HdpiYaLP_uI Acesso em: 12 de dezembro de 2019
HANSON, D.; BURTON, D.; GUAM, G. Six Concepts to Help You Align With NCLB: How Can Technology and Engineering Education Survive and Thrive in a Time When Only Core Subjects Seem to Be Valued?. **The Technology Teacher**, v. 66, n. 1, p. 17-20, 2006.

MENEZES, N. Ensino e aprendizagem por meio de metodologias ativas!. **IPOG**, 2018. Educação e Cultura Organizacional. Disponível em: < https://blog.ipog.edu.br/educacao/metodologias-ativas/%3E> Acesso em: 19 fev. 2020.
MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as Abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MORAN, J. M. Como utilizar a Internet na Educação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, 1997. Relatos de Experiências. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-5.pdf >. Acesso em: 19 fev. 2020.

ROSA, R. **TUTORIAL TRACKER Vídeo Análise com o** software **TRACKER.** Disponível em : < https://lief.if.ufrgs.br/pub/cref/n29_Rosa/arquivos/guias/Aula_5/TUTORIAL_TRACKER.pdf >. Acesso em : 03 de dezembro de 2019.

SOARES-LEITE, W. S.; NASCIMENTO-RIBEIRO, C. A. A inclusão das TICs na educação brasileira: problemas e desafios. **Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación**, Bogotá, v. 5, n. 10, p. 173-187, 2012.

VARELLA, G. Há laboratórios de informática em 81% das escolas públicas, mas somente 59% são usados. **Época**, 2017. Educação. Disponível em: < https://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/08/ha-laboratorios-de-informatica-em-81-das-escolas-publicas-mas-somente-59-sao-usados.html >. Acesso em: 19 fev. 2020.

VERONEZ, D.; LUNKES, M.; MUCHESKI, F.; VIZZOTTO, L. A Utilização das TICs no Ensino de Física para trabalhar conceitos de MRU e MRUV. **Ensino & Pesquisa, Revista Multidisciplinar de Licenciatura e Formação Docente**, v. 13, n. 1, p. 152-165, 2015.

ZAMBON, L. B.; TERRAZZAN, E. A. Recursos didáticos diversos no ensino de física: uma proposta para o ensino do conceito de corrente elétrica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: 2009. Disponível em: < http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienpec/pdfs/1516.pdf >. Acesso em: 19 fev. 2020.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

GESTÃO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PEDAGÓGICO E DO TRABALHO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

SCHOOL MANAGEMENT: THE IMPORTANCE OF PEDAGOGICAL WORK AND TEACHING WORK IN BASIC EDUCATION

Roseline Martins Sabião[1]
Cílson César Fagiani[2]

Resumo: O trabalho pedagógico se faz em vista da organização do trabalho didático, bem como este se realiza pela interlocução com os pares envolvidos na docência, com gestores interescolares e extraescolares, com secretarias estaduais da Educação, com as famílias dos alunos, em particular, no âmbito da Educação Básica e também com relação aos norteamentos educacionais desde a Constituição Federal de 1988. Dessa forma, o trabalho pedagógico viabiliza-se pelo trabalho didático e eles não podem isentar-se de organização, de administração e de gestão, o que envolve a docência que se destina a operacionalizar o trabalho. A pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa consiste em um estudo exploratório e descritivo, tendo como metodologias o levantamento bibliográfico, coleta de dados em sites de divulgação científica oficial do governo brasileiro e da imprensa, a sistematização destes dados e a produção de gráficos, dialogando com a teoria de vários autores na área da educação, dentre eles, Demerval Saviani, José Carlos Libâneo, Ilma Passos Alencastro Veiga, Miguel Arroyo, Paulo Freire e Rubem Alves. Ressalta-se que, o objetivo dessa pesquisa, é contribuir de maneira significativa ao processo ensino e aprendizagem, pois, atualmente na área da Educação, depreende-se discussões referentes aos conhecimentos didáticos específicos, pedagógicos e tecnológicos e é exigido ao professor exercer um ofício voltado para competências e habilidades, com atitudes, práticas democráticas e renovadoras. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB (1996), com toda complexidade que apresentam, aponta a possibilidade de inovação às instituições de ensino, porem a questão do 'tempo' ainda é um problema sério. A prática da obediência às imposições do mercado é uma constante comprovada na burocracia que define o tempo escolar, envolvendo planejamento, avaliações, entrega de notas, no enxugamento do tempo de realização dos cursos, favorecendo a existência de professores horistas, dentre outras, na valorização da competição, por conseguinte, do individualismo.

[1] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Básica da Universidade de Uberaba – UNIUBE campus Uberlândia. Graduada em Letras -Língua Portuguesa. Especialista em Artes, Língua Portuguesa e Linguística. Especialista em Docência e Didática do Ensino Superior. roselinemartins@yahoo.com.br

[2] Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Básica da Universidade de Uberaba – UNIUBE campus Uberlândia. Pesquisador com apoio CNPq e FAPEMIG. Uberlândia - Minas Gerais – Brasil. cilsoncf@gmail.com

Recebido em 17/04/2020
Aprovado em 12/05/2020

Palavras-chave: Gestão Escolar. Educação Básica. Trabalho Pedagógico e Didático.

Abstratc: The pedagogical work is done in view of the organization of didactic work, as well as this is done through dialogue with the peers involved in teaching, with inter-school and extra-school managers, with state education departments, with the students' families, in particular, in the context Basic Education and also in relation to educational guidelines since the Federal Constitution of 1988. Thus, pedagogical work is made possible by didactic work and they cannot exempt themselves from organization, administration and management, which involves teaching, which is intended to operationalize the work. The research is of a quantitative and qualitative nature and consists of an exploratory and descriptive study, using as methodologies the bibliographic survey, data collection on official scientific dissemination sites of the Brazilian government and the press, the systematization of these data and the production of graphics, dialoguing with the theory of several authors in the field of education, among them, Demerval Saviani, José Carlos Libâneo, Ilma Passos Alencastro Veiga, Miguel Arroyo, Paulo Freire and Rubem Alves. It is noteworthy that the objective of this research is to contribute significantly to the teaching and learning process, as, currently in the area of Education, discussions regarding specific didactic, pedagogical and technological knowledge emerge and the teacher is required to exercise a profession focused on skills and abilities, with democratic and renewing attitudes, practices. The Federal Constitution of 1988 (BRASIL, 1988) and LDB (1996), with all the complexity they present, points to the possibility of innovation for educational institutions, but the issue of 'time' is still a serious problem. The practice of obedience to the impositions of the market is a constant proven in the bureaucracy that defines the school time, involving planning, evaluations, delivery of grades, in the reduction of the time of course completion, favoring the existence of hourly teachers, among others, in the valorization competition, therefore, individualism.

Keywords: School Management. Basic education. Pedagogical and Didactic Work.

1 INTRODUÇÃO

No Art. 6º da Constituição Federal de 1988 são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Logo, a concepção educativa da instituição escolar não se limita ao provimento de informações a seus alunos, a fim de prepará-los para um próximo nível escolar, ou tão somente ao mercado de trabalho, mas também a uma educação estendida como o conjunto de conhecimentos que envolvam valores, crenças, artes, filosofia e ciência, como base na formação integral do cidadão em sua dimensão individual e social.

Nesse contexto, considera-se importante dizer, que na prática da realidade social é que internaliza-se experiências positivas e negativas no decorrer da vida, que a educação é algo inseparável da vida do homem, e que a escola é o lugar onde se dá a educação sistematizada,

sendo responsável pela promoção do desenvolvimento do cidadão, no sentido pleno da palavra, é preciso conceber uma escola "onde se possa pensar o trabalho de modo que o sujeito não seja o mercado e, sim, o mercado seja uma dimensão da realidade social" (FRIGOTTO, 1980, apud CIAVATTA, 2008).

Dessa forma, tem-se no Art.205 da Constituição Federal de 1988, a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Entende-se que essa formação deve ser baseada de forma democrática de ensinar, promovendo um notável potencial formador de personalidades democráticas, na descoberta da importância da consciência de seus direitos, reconhecidos no ensinamento escolar, através do qual formam-se conceitos, habilidades e conhecimentos de como se relacionar com o mundo em todas as circunstâncias.

Trabalhar sob essa perspectiva e ainda administrar situações adversas criadas num cenário onde a instituição escolar vem enfrentando, no cotidiano, o incremento progressivo de dificuldades relacionadas a problemas internos e também de fatores externos como o desemprego, a pobreza, a exclusão social e o tráfico de drogas, entre outros, tem sido difícil para o professor que, não raro, adoece. Logo, a nova escola que se constitui neste início do século XXI deverá ser aquela marcada pelo humanismo (CÉSAR E GALLO, 2014).

Para César e Gallo (2014), a atual sociedade mudou, tornou-se mais autônoma e globalizada, por isso a escola deverá seguir essas transformações que são emergentes e rápidas. Assim, para enfrentar problemas de várias dimensões, é preciso estabelecer metas e direcionar ações com fundamentação teórica consistente e projetos interdisciplinares, caso contrário, o trabalho educativo perde o sentido e, ao invés de promover mudanças no quadro, reproduz e cristaliza seus entraves.

Para Tardif (2002) e Guathier *et al*. (2006) ao analisarem o trabalho docente argumentam que suas funções podem ser divididas em dois grandes grupos: um relacionado à matéria a ser ensinada e outro à interação com os alunos. Segundo Guathier *et al*. (2006), a função relacionada à gestão da matéria diz respeito ao planejamento, ao ensino, à avaliação; já aquela relacionada às interações estabelecidas entre professor e aluno envolve a elaboração de regras para organizar um ambiente propício à aprendizagem.

Nessa perspectiva, ressalta-se, a importância do Art. 206 da Constituição Federal de 1988, que tem como base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, também ministrado neste Art. 206 da Constituição Federativa do Brasil, no princípio II,

liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Logo, nessas primícias, visando uma melhor qualidade de ensino, os professores vêm buscando utilizar o melhor do dia a dia, procurando desenvolver concepções que contribuam para solução de problemas, à medida que esses, vão aparecendo. Pode-se afirmar que não há uma concepção emancipadora, a educação é então, a apropriação da cultura.

Outro fator importante é com relação a uma didática organizada, consequentemente exercerá funções educativas que atenda a necessidade de educar alunos com todas as características pessoais, onde professores bem preparados e envolvidos com essas complexidades de situações na aprendizagem, sintam-se aptos a orientar e exercer com exatidão sua função.

Para tanto, o estudo da didática, faz–se necessário um conciso resgate do processo histórico, focalizando a constituição da prática pedagógica. Deste modo, pode-se traçar um paralelo histórico entre as diferentes práticas pedagógicas, refletir sobre a constituição da ação docente e à quais necessidades sociais, políticas e filosóficas correspondeu nos diferentes momentos. GASPARIN (2004), afirma que:

> Os novos métodos de investigação e de ensino de que nos ocupamos não são, portanto, invenção de pensadores que decidiram por si mesmos alterar as coisas. Cada autor, à sua maneira, partindo de suas circunstâncias, de suas percepções, gerais e específicas, da realidade material, intelectual e espiritual, aprendia as novas formas de buscar a verdade e de ensiná-la. O método, enquanto construção teórica é, consequentemente, uma expressão e uma resposta aos desafios postos por aquele determinado período da história dos homens (p.9)

Dessa forma, Duarte (2007) comparou as pedagogias embasadas no "aprender a aprender" ao "Cavalo de Tróia", ressaltando que este lema penetrou nas escolas como um belo presente para a superação das diferenças e da exclusão social, com propostas metodológicas revolucionárias que resolveriam todos os problemas.

Formalmente explanando, pode-se estar diante do aperfeiçoamento do educador no quadro institucional de seu trabalho. É por meio da ação docente que a educação se efetiva, e cabe ressaltar que este processo é dialético, intrínseco ao movimento histórico da sociedade. Segundo Martins (1998)

> (...) a didática expressa uma prática pedagógica que decorre da relação básica do sistema capitalista num momento histórico determinado; portanto como as classes sociais se relacionam vão se materializar em técnicas, processos, métodos, tecnologias, inclusive processos pedagógicos que se realizam através de uma certa relação pedagógica (p.23)

Para tanto, surge tomada de decisões que propiciam mudanças significativas no agir pedagógico. Todos os professores têm consciência dessa necessidade e almejam melhorias, inclusive em suas práticas pedagógicas. Percebe-se que mesmo aqueles que as consideram satisfatórias, continuam buscando caminhos alternativos que venham contribuir para aprimorá-las cada vez mais.

Desse modo, é importante dizer ainda, que não se pode ignorar que inúmeras dificuldades têm limitado a ação pedagógica dos professores, dentre elas, a escassez, insuficiência ou inadequação de recursos físicos e materiais; bibliotecas pouco equipadas; desarticulação com seus pares; espaços e tempos rígidos; currículos lineares. Mas, sabe-se que mesmo com tais dificuldades, não pode impedir o trabalho do professor, visto como idealizador de práticas que favoreçam o processo ensino e aprendizagem.

Além disso, destaca-se que possibilidades e alternativas devem ser vislumbradas e encalçadas por ele. Não pode ter medo de ousar, pois o receio imobiliza, estagna, cristaliza. De acordo com Menga Ludke, “o recurso à reflexão aparece mesmo como parte inerente ao desempenho do bom professor, ainda que ele não se dê conta claramente disso” (LÜDKE, 2001).

Tendo em vista esse fator, cabe ressaltar ainda sobre a forma respeitosa entre professor e aluno, esse relacionamento é muito importante, pois colabora com o compromisso educador/educando, facilitando o conceito de afeto e de colaboração de ambos. Nesse sentido, a intenção maior é a produção com a real aprendizagem, pois se as atitudes didáticas não levarem os alunos a adquirirem novos conhecimentos, competências e habilidades, não houve ensino.

2 A IMPORTÃNCIA DA GESTÃO ESCOLAR

O presente estudo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a educação escolar, especificamente a importância de uma gestão escolar e a organização do trabalho pedagógico e do trabalho didático na educação básica, de modo a compreender as tensões, as contradições e as resistências que envolvem as políticas voltadas a essa etapa da educação, segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, ano).

Dentre tantas definições, educação pode ser entendida de acordo com Cotrim, Parisi (1982) como “o processo pelo qual o homem através de sua capacidade para aprender, adquire experiências que atuam sobre a sua mente e o seu físico”. Para tanto, na história da humanidade

a educação constitui sem dúvida uma das partes mais empolgantes, mais polêmicas e sobre a qual muito ainda se haverá de falar, embora dela já se fale desde a gênese da humanidade.

A educação, todavia, é antes de tudo um problema, hoje um grande problema mundial, cuja solução tem sido procurada em todos os lugares. Por isso, não exagerou H.G.Wells quando disse "a história da humanidade vai se tornando cada vez mais uma corrida entre a educação e a catástrofe". (Apud Jeffreys, 1975:11). E já dizia Bondoir (1977:9) "nunca, no passado, o problema da educação foi tão agudo quanto hoje."

Ressalta-se, que a Constituição Federal de 1988, preconiza em seu artigo 208, é um direito de todos e todas e deve ser oferecida de maneira a promover a emancipação dos/as cidadãos/ãs. Vinculada a um projeto de sociedade pautado na transformação da realidade social, com a garantia da gratuidade e também de seu caráter público, laico e democrático; de maneira a atingir sua universalização, bem como a ampliação da jornada escolar. Com o objetivo precípuo de garantir a permanência e o sucesso das crianças, adolescentes, jovens e adultos, abarcando todas as etapas e modalidades da educação.

Além disso, a Gestão Democrática do Ensino Público, prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI e no Artigo 3º, inciso VIII da LDBEN compreende que a administração escolar deve se pautar na garantia da participação da comunidade escolar; na coordenação de atitudes que propõem a participação social, seja no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e na política educacional, a fim de construir uma educação de qualidade referenciada socialmente.

Logo, o ponto inicial da educação escolar se encontra fundada no artigo 205 da Constituição de 1988, isto é, sua finalidade é concebida em três dimensões a serem perseguidas por todos os seus níveis – pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para tanto, o docente não deverá se limitar apenas na transmissão de conhecimento, mas na formação integral, no desenvolvimento pleno do aluno, com ênfase na formação da cidadania, continuidade dos estudos e qualificação para o trabalho. A formação plena do aluno consiste em parte da função da escola que deveria formar pessoas críticas, que assumam seu lugar na sociedade como sujeitos históricos, capazes de compreender o mundo e escolher o modo de atuar sobre ele, respeitando seus limites, mas criando possibilidades.

Além disso, a figura do professor traz em si algo ambíguo, dado que mescla diariamente sentimentos muitos diversos. Da mesma forma em que um aluno causa um sentimento de alegria diante de um desenvolvimento de atividade satisfatório, também poderá gerar

insatisfação diante de um comportamento negativo ou até mesmo uma revolta com as condições de vida do mesmo professor e também do próprio aluno dentro de sala de aula.

O professor toma o centro dos discursos das reformas educativas, e é considerado fundamental no processo educativo, o sujeito ator e autor imprescindível para a melhoria da qualidade do ensino público, além de enfrentar, no exercício da docência, vários desafios que dificultam e impedem que atinja sucesso em sua atuação.

Muitas vezes os docentes são avaliados com desconfiança, acusados de serem profissionais medíocres e de terem uma formação deficiente; por outro lado, são bombardeados com uma retórica cada vez mais abundante que os considera elementos essenciais para a melhoria da qualidade do ensino e para o progresso social e cultural.

Um desafio consiste na tomada de decisões sem muito tempo para reflexão. O educador constantemente faz escolhas difíceis entre fazer a turma avançar rapidamente ou cuidar dos alunos com dificuldades, afastar os alunos que perturbam ou procurar integrá-los ao grupo. Pontos estes que poderão afetar tanto negativamente como positivamente o desempenho dos educandos em sala de aula.

Sem dúvida o processo de democratização do ensino público que deu origem a diversidade de alunos na escola pública, garantindo o direito à educação para todos, foi um grande avanço na história educacional deste país. Porém, esta implementação gerou muitos desafios no campo da docência, tendo em vista que os professores deverão trabalhar com diferentes ritmos de aprendizagem de cada criança, com destaque àquela que, em virtude de condições familiares desestruturadas, financeira e emocionalmente, e de baixa instrução acadêmica, apresentam dificuldades de leitura e escrita, agressividade e desinteresse.

É notório que somente a garantia de acesso não garante o direito à educação de qualidade para todos, nem atende às necessidades básicas da aprendizagem. É preciso também que se garanta a permanência dos alunos na escola. Para isso, precisamos diminuir o índice de evasão e repetência. Segundo Acácia Kuenzer,

> a melhoria das condições de sucesso e permanência dos estudantes depende de uma série de investimentos, tendo em vista a qualidade de ensino: em equipamentos, em ampliação do espaço físico, na qualificação permanente dos professores. Entretanto, nada será suficiente se não houver um rigoroso esforço na reconstrução da proposta político-pedagógica da escola, tendo em vista as demandas de educação do jovem e da sociedade, em face da nova realidade da vida social e produtiva (KUENZER, 2007, p. 45).

Pesquisas nacionais e internacionais em sociologia da educação indicam que, se o contexto socioeconômico e cultural familiar tem um peso importante na definição do

desempenho acadêmico do aluno, alguns fatores intraescolares poderiam minimizar o efeito da origem social, promovendo eficácia e equidade na oferta educacional (BROOKE E SOARES, 2008; SAMMONS, 2008).

Desse modo, valorizando o fato de que os fatores extraescolares (condições socioeconômicas, escolaridade dos pais, entre outros), ainda que muito importantes, não respondem sozinhos pelo sucesso ou fracasso escolar, os estudos sobre a eficácia escolar têm priorizado a investigação de fatores intraescolares.

Várias pesquisas foram desenvolvidas na área, buscando isolar as características sócio demográficas das populações atendidas pelas escolas, no intuito de identificar fatores escolares eficazes como promotores da aprendizagem de todos os alunos. Creemers e Reezgit (1996) buscaram mensurar esse efeito, encontraram que, controlando as variáveis indicativas das características de origem dos alunos, entre 10% e 20% da variância nos resultados de aprendizagem poderia ser explicada por aspectos internos às escolas.

O impacto do trabalho da gestão escolar na melhora dos resultados acadêmicos dos alunos não se dá de maneira direta, conforme aponta Sammons (2008), mas envolve um verdadeiro trabalho de bastidores que procura garantir o desenvolvimento de outras características apontadas como essenciais para a eficácia escolar tais como: objetivos e visões compartilhados, ambiente de aprendizagem, incentivos positivos, liderança do diretor com transparência nos resultados educacionais, parceria casa-escola, organização orientada à aprendizagem e monitoramento do progresso acadêmico dos alunos.

É necessário pensar a Didática para além de uma simples renovação nas formas de ensinar e aprender. O desafio não reside somente no surgimento ou criação de novos procedimentos de ensino, ou em mais uma forma de facilitar o trabalho do educador e a aprendizagem do educando.

Mais do que isso, a Didática tem como compromisso buscar práticas pedagógicas que promovam um ensino realmente eficiente, com significado e sentido para os educandos, e que contribuam para a transformação social. Garcia e Garcia (apud OLIVEIRA, 1988) definem a Didática como a área do conhecimento que, embora se utilize de conquistas de outras áreas, estando inserida no tronco comum das ciências da Educação, tem objeto próprio, definindo-se como a ciência do ensino.

De acordo com Libâneo (2006) “a Didática tem um núcleo próprio de estudos: a relação ensino-aprendizagem, na qual estão implicados os objetivos, os conteúdos, os métodos e as formas de organização do ensino”.

Portanto, entre essas características, o estudo ora proposto, busca aprofundar o conhecimento a respeito da associação entre a liderança do diretor, medida por meio da percepção dos professores sobre o aluno e seu trabalho na gestão, e os resultados alcançados pela escola.

3 CONTEXTO EDUCACIONAL

São inúmeros os desafios que a escola pública tem para enfrentar, especialmente numa época em que o conhecimento assume novas configurações. Ele se modifica permanentemente, sendo atualizado dia a dia pelas descobertas das ciências.

Sendo a escola uma organização viva em que predomina uma complexidade causada pelas diferentes visões sobre trabalhar a educação, produto da formação e história de vida de cada indivíduo, cabe ao pedagogo articular o fazer pedagógico, enfatizando o trabalho em equipe e buscando superar a dicotomia entre teoria e prática.

Segundo Paulo Freire (2002), o essencial nas relações entre professor e aluno, entre autoridades e liberdade, entre pais e mães e filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. Freire não aceita uma escola que retire cada um a possibilidade de ser sujeito e que leve à interiorização e à reprodução das relações de dominação presentes na sociedade. A escola deve promover, para o aluno e para o professor, uma formação ética e solidária, com inserção social e com garantia de direitos.

É imprescindível, uma educação contestadora, comprometida com a emancipação dos alunos, ou seja, uma educação mais voltada para a transformação social do que para a transmissão de conhecimentos, partindo do pressuposto de que a escola é um espaço de efetivação do conhecimento historicamente construído e não um mero transmissor de informações.

Para tanto, é imperativo conhecer o cotidiano da escola: suas contradições, seus conflitos, seus currículos explícitos e ocultos e, sobretudo os responsáveis pelo ato educativo. A concretização das práxis educativas deve estar fundamentada em bases teóricas sólidas, na perspectiva de que a sua análise interpretativa e crítica venha contribuir para uma melhor compreensão do contexto e, consequentemente, o desvelamento das contradições e da complexidade do sistema escolar, diligenciando caminhos seguros nesta época de constantes e rápidas transformações. Nesse sentido, o trabalho do pedagogo pode fazer a diferença uma vez que ele representa

> (..) um elo importante na possibilidade concreta de redirecionar a trajetória da escola pública, como um espaço que precisa dar conta de ofertar uma educação mais pertinente aos anseios dos cidadãos que têm na instituição escolar, muitas vezes, o único meio de acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade (PEREIRA, 2008, p. 2, in mimeo).

Ter consciência dos problemas sociais: exclusão, marginalização, desumanização, alienação, exploração, dentre outros, refletir sobre essas questões e saber que a escola não está imune a tudo isso, uma vez que, sendo reflexo dessa sociedade, é o ponto de partida para quaisquer mudanças idealizadas. Segundo Miguel Arroyo,

> É curioso, quanto mais radicais somos nas análises temos uma visão mais negativa da escola que não queremos e uma maior ilusão de mudar a escola apenas com nosso querer, bem-querer, malquerer. (...). Termos uma visão mais realista da escola, é possivelmente a única forma de avançar na construção de projetos pedagógicos. Partir dessa realidade brutal, mas também das positividades existentes na sociedade e na escola. Partir de que cada educador, e o coletivo de educadores se descubram, apesar de toda essa precariedade, tentando construir e dar conta de uma relação humana, digna, socializadora, educativa, respeitosa com 20, 30, até 40 crianças por dia. Essa positividade merece nossa atenção, porque é isso que está acontecendo em muitos projetos político-pedagógicos (ARROYO, 2005, p. 278)

Para falar sobre o papel da educação, é importante lembrar que o "desenvolvimento humano ocorre em meio à atividade prática mediadora da relação ativa indivíduo-meio" (LIBÂNEO, 2007, p. 140) em que o homem, diferentemente dos animais, age sobre a natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades.

Então, qual seria o papel da educação? Libâneo afirma que "a educação opera uma mediação entre teoria e prática, entre o sujeito e sua interação com o meio ambiente" (LIBÂNEO, 2007, p. 140) e faz uma citação de Vasquez, que explicita bem o papel da educação, salientando a responsabilidade dos educadores na busca de possibilidades concretas de mudanças, fundamentadas num referencial teórico consistente e numa prática pedagógica comprometida com a emancipação dos alunos da escola pública,

> A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para resolver ações reais, efetivas (VASQUEZ, 1977, p. 207, *apud* LIBÂNEO, 2007, p. 140).

A maioria dos estudiosos insiste em considerar a educação como um fenômeno ímpar, próprio da espécie humana. Dentro desse critério, qualquer coisa feita pelos animais irracionais que se pareça com educação, deve ser creditada exclusivamente ao instinto.

Segundo esses estudiosos, os animais em geral adquirem um número muito limitado de conhecimentos e tudo quanto conseguem é resultado de herança genética, ou seja, é herdado. Na era contemporânea, porém, essa crença tem sido refutada por outra corrente de estudiosos. Segundo André Santoro e Cláudio Ângelo (Superinteressante, 2000, jan) "novas pesquisas mostram que a natureza está repleta de bichos que aprendem, resolvem problemas e usam ferramentas. Todos têm um kit básico de inteligência".

Isto, todavia, não condiz com a opinião do professor César Ades, da Universidade de São Paulo, quando afirma, categoricamente, na mesma publicação: "Nenhuma pesquisa até hoje demonstrou uma pedagogia em outras espécies". Entende-se por fim, que a educação é um assunto polêmico e não se esgota.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a realidade do ensino e aprendizagem da docência, encontra-se na obra de Saviani (2002) a ideia de "Síntese Precária", por parte do professor e de "Síncrese", por parte do aluno. Nesta relação, o professor de um lado e o aluno de outro, encontram-se em níveis diferentes de compreensão (conhecimento e experiência) da prática social.

Considera-se que o objetivo da existência dessa relação é o ensino e aprendizagem, o ponto de partida seria a prática social comum sobre os conhecimentos construídos historicamente. A partir daí ambos, professor e aluno, participam do desejo da compreensão e reorganização da prática social enquanto ponto de chegada, transformando-se mutuamente e tornando possível transformar a realidade no processo. Assim, de forma sucessiva, outros desafios se constituirão em novos pontos de chegada.

Embora a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a LDB (1996), com toda complexidade que apresentam, apontem a possibilidade de inovação às instituições de ensino, constatamos que a questão do 'tempo' ainda é um problema sério. Percebe-se que, na organização do trabalho pedagógico, a prática da obediência às imposições do mercado é uma constante e esta constatação pode ser comprovada na burocracia que define o tempo escolar, envolvendo planejamento, avaliações, entrega de notas, no enxugamento do tempo de realização dos cursos, favorecendo a existência de professores horistas, dentre outras, na valorização da competição, por conseguinte, do individualismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A.M. (orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.13-27.

ARROYO, Miguel. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILI, Pablo, FRIGOTTO, Gaudêncio. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BONBOIR, Anna. *Uma pedagogia para amanhã*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977. 191 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNE em Movimento**: caderno de orientações para monitoramento e avaliação dos Planos Municipais de Educação. 2016. 20 p. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_ final.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2017.

CÉSAR, A.C. &GALLO, Â.C.P A palavra gera o texto, o contexto influencia o texto. In LIRA, B.C (org). Reflexões linguísticas. São Paulo -Paulinas, 2014, p.141-170.

CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea. Disponível em http://www.forumeja.org.br/files/Programa%205.pdf. Acessado em 15/11/2008.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394, de 20 dezembro 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2015.

Creemers, B.; Reezigt, G. School level conditions affecting the effectiveness of instruction. School Effectiveness and School Improvement, United Kingdom: Taylor & Francis, v. 7, n. 3, p. 197-228, 1996.

COMENIUS. (Tradução Ivone Castilho Benedetti). *Didactica magna*. São Paulo: Martins Fontes, 1977. 390 p.

COTRIM, Gilberto & PARISI, Mário. *História e Filosofia da Educação*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1982. 336 p

DUARTE, Newton. A Educação no contexto do Trabalho In: SEMINÁRIOTEMÁTICO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIOANAL, 1,SEED PR, Londrina. Cine Comtur. 2007

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica.2.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003

JEFFREYS, M.V.C. A *Educação: sua natureza e seu propósito*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975. 173 p.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática – São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 9. ed., São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Paulo Gomes; ARANDA, Maria Alice de Miranda; LIMA, Antonio Bosco de. Políticas Educacionais, participação e gestão democrática da escola na contemporaneidade brasileira. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte/MG, v. 14, n. 01, p. 51-64, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epec/v14n1/1983-2117-epec-14-01-00051.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

LÜDKE, Menga. O Professor, seu Saber e sua Pesquisa. Educação e. Sociedade. v.22 n.74 Campinas abr. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302001000100006&lng=pt&nrm=isso. Acessado em 24/10/2008.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985. 169 p.

OLIVEIRA, Luciana Charão de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos. O trabalho nas universidades públicas: docentes à serviço do capital sob a tutela do Estado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESAFIOS DO TRABALHO E EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI, 2, 2015, Uberlândia, SP. **Anais...** Uberlândia, v.1. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B-UIjkjCdEesRHExaHhoNFN0VHM/view>. Acesso em: 18 abr. 2017.

SAVIANI D. Uma estratégia para a reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciatura: formar o especialista e o professor no educador. Brasília, ano 1, ago, 1982.

Sammons, P. As características-chave das escolas efi cazes. In: Brooke, N.; Soares, J. F. (Orgs.). Pesquisa em efi cácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 335-392

SANTORO, André & ÂNGELO, Cláudio. Animais inteligente. *Superinteressante*. São Paulo: Editora Abril, jan.2000, p.25.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

ZERBINI, Fabíola; PISTELLI, Renata. Um ensaio sobre a educação para o consumo responsável: reflexões, pedagogia e prática. In: PAULI, Jandir; ROSA, Enéias (org.). **Consumo Crítico, Solidário e Coletivo**. Passo Fundo: Clio Livros, 2004. 148p.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A INTERAÇÃO FENOMENOLÓGICA NAS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

THE PHENOMENOLOGICAL INTERACTION IN EDUCATIONAL EXPERIENCES

Rosa Jussara Bonfim Silva[1]

Resumo: O presente artigo faz uma discussão acerca do sentido e do significado da educação dentro de um viés fenomenológico e subjetivo. Traz como método de pesquisa o Grupo Focal, tendo como membros da pesquisa professores dos Anos Iniciais da Educação Básica. A dinâmica utilizada, busca fazer uma analogia entre as frutas apresentadas na dinâmica com os sentimentos que as mesmas geram ao ser comparadas com a educação. O trabalho está embasado nas teorias de Hurssel e Vygotsky, e retrata o pensar interativo entre sentido e significado na educação.

Palavras-chave: Fenomenologia. Sentido. Significado. Educação.

Abstract: This paper discusses the meaning and meaning of education within a phenomenological and subjective bias. It has as research method the Focus Group, having as research members teachers of the Early Years of Basic Education. The dynamics used, seeks to make an analogy between the fruits presented in the dynamics with the feelings they generate when compared with education. The work is based on the theories of Hurssel and Vygotsky, and portrays the interactive thinking between meaning and meaning in education.

Keywords: Phenomenology. Sense. Meaning. Education.

Introdução

Tudo o que se sabe do mundo é sabido através das próprias vivências, da experiência singular, pois, o mundo existe antes das análises ou reflexões dos seres humanos, ele é fonte de todos os pensamentos e de todas as percepções, é nesse mundo que estamos inseridos e que comunicamos com os outros, para alcançar o verdadeiro sentido do mundo, não se pode deixar cair na teia das análises reflexivas e aniquilar a própria reflexão, caindo numa subjetividade invulnerável ausente de ser e de tempo.

[1] Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília em parceria com a Universidade de Ottawa (Canadá). **http://lattes.cnpq.br/0517477118576942 ORCID ID: https://orcid.org/0000-0002-2714-232X** E-mail: rosajussarabonfim@gmail.com.

Recebido em 20/04/2020
Aprovado em 15/05/2020

Husserl (1859-1938) demonstra que, quando a pessoa tem a iniciativa de conhecer o seu próprio ser, a sua própria capacidade de aprofundar sobre as possíveis e inúmeras formas de como pode-se enxergar em vários ângulos todos os fenômenos, ele se mostra primeiramente pelos sentidos, a capacidade de refletir, um discurso esclarecedor. Esse exercício de observar o mundo antes do conceito e da ideia é deslumbramento diante do mundo.

Portanto, perceber os fenômenos existentes em sala de aula, traz a reflexão sobre que não se pode ignorar a reflexão como acontecimento, uma vez que ela se manifesta como uma verdadeira criação em que o mundo é dado ao sujeito, pois, o sujeito é dado a si mesmo. Conhecer os princípios dos fenômenos que influenciam a aprendizagem, é descrever os fatos, não explica e nem analisa, seu principal objeto é o mundo vivido, ou seja, os sujeitos de forma isolada.

Diante das linhas anteriores, é notável que cada um com sua ideologia e um modo de pensar diferente de todas as concepções, que compartilhando suas ideias, suas experiências de existências, demonstram que, toda a discussão fenomenológica está centrada na compreensão do fenômeno seja ele físico ou abstrato, destaca-se nesse viés, o ser humano enquanto fenômeno.

A fenomenologia busca explicar não apenas a estrutura humana numa linguagem intersubjetiva: corpo, psique e espírito, mas as relações que este ser no mundo estabelece com o outro na comunidade, compreendida aqui em diferentes níveis: Estado, sociedade, escola, família, religião e povo. Ou seja, conhecer seu espaço social, educacional e suas influências, nos direciona a reflexão ou a crítica da razão pura, guiando-nos a filosofia transcendental, dentro de um processo fenomenológico que nos conduz a mudança, pois é uma importante ferramenta de transformação do processo humano.

Hurssel (2002), nos leva a compreender a relação no espaço escolar, conexão retilínea, mas por meio do movimento que proporciona, paulatinamente, o rearranjo dessa relação. É importante ressaltar que a falta de interação dentro do espaço escolar, é algo que também é percebido por outros, e, portanto tem caráter universal, pois oferece sempre a possibilidade de retomada, de criação de algo inédito a partir do fundo que se exprime na dimensão mesma da relação estabelecida, ou seja, há possibilidades de mudança.

1.Entre a transcendência e significação

Ao ver o processo de ensino e aprendizagem, como algo cartesiano, as práticas educacionais perdem sentido e significado, e nesse sentido, constitui-se um objeto, pois se

aquilo que intuiu manifestou-se, então é porque há ali algo abstrato, e por isso pode ser para qualquer um.

Nessa perspectiva, há uma significação que vai sendo refeita, conforme os contextos vão se modificando, à medida que as situações de ensino e aprendizagem vão se apresentando de modos diferentes. É na transcendência, no fluxo da temporalidade, que podemos confirmar a pertinência, ou não, do trabalho que vem sendo executado em sala de aula.

Portanto não existe uma simplicação na abordagem didático pedagógica, o que existe são relações que possibilitam as significações ou ressignificações sobre o processo de ensino e aprendizagem. É nesse sentido que a intersubjetividade aparece na educação como aspecto fundamental. É na relação com o outro que podemos nos abrir para o mundo, perceber a presença desse outro em mim e, ao mesmo tempo, ver-me limitado por ele, abrindo assim uma possibilidade de me singularizar em meio a tantas outras ações. E por meio do outro, e das interações que vamos nos formando e transformando.

Retomando à Hurssel (2001), o que a fenomenologia indica para um processo de ensino e aprendizagem interativo e com sentido e significado, é, pois, um domínio da possibilidade: na medida em que posso me transcender, para o outro e para o mundo, eu tenho possibilidades. Ou seja, as possibilidades do mundo são também as minhas possibilidades, nesse sentido é que o mundo inteiro se fala em nós, pois somos conectados, e, são estas conexões que possibilitam um processo de ensino que agregue valor ao educando e ao educador.

Esclarecendo o parágrafo anterior, as intencionalidades pedagógicas não podem se basear apenas nas intencionalidades temáticas, desconsiderando-se as intencionalidades subjetivas do processo de ensino e aprendizagem. Portanto, se quisermos ter uma processo de ensino que interaja com o estudante, que traga sentido e significado para a vida, devemos superar a mera instrumentalidade, a neutralidade científica e técnica, em busca da explicitação dos seus pressupostos, da contextualização das práticas pedagógicas concretas, do aprofundamento das relações teoria-prática, e do enfrentamento dos problemas relativos ao sentido, ao significado e a formação humana.

Ou seja, para Husserl (2002), é preciso uma incessante busca de um princípio integrador/articulador no processo de ensino e aprendizagem que forme para a vida e pela vida, e, isso só poderá ocorrer, se o educando e o educar se interagirem num processo de autoconhecimento e auto reconhecimento de si e do outro, não há uma receita pronta, mas há caminhos, que perpassam pela intensa, pela emoção e pela subjetividade, que poderá ser encontrado nelas mesmas, e não no ensino pronto e cartillhado, que despreze a singularidade e a conectividade.

Outro ponto de aprofundamento deste texto, é a concepção da fenomenologia, na qual a leitura do mundo e a dialogicidade caracteriza o papel da mediação do professor. Segundo Hurssel (2001) a Fenomenologia é uma concepção filosófica alinhada à visão de mundo que permeia a ciência contemporânea. A postura pedagógica adotada pelo professor, está diretamente ligada a forma como o mesmo vê, analisa e vive o mundo ao seu redor, e consequentemente a transfere para dentro do espaço sala de aula.

Para o autor Rezende (1990, p. 123), "[...] a tarefa do pesquisador fenomenológico é a investigação descritiva dos conteúdos do fenômeno consciente, ambos objetivos e subjetivos em si mesmo'. Assim, a compreensão do processo de interação no ensino e aprendizagem, reenvia à intersubjetividade, e, para a fenomenologia, precisamos conhecer a realidade tal como ela é vivido na atitude natural, precisando para isto adotar o ponto de vista compreensivo, e capaz de apreender com os sentidos e significados que as ações humanas nos oportunizam.

Fernandes (2011) colabora com o nosso entendimento acerca da fenomenologia, pois parte de que o fenómeno educativo esteja formal ou informalmente presente, sublinha a importância de levar a cabo investigações com utilidade social, capazes de revelar os problemas, as necessidades, os pontos de vista e as interpretações que as pessoas investigadas revelam contribuindo, deste modo, para aumentar a compreensão dos envolvidos e das suas comunidades

Segundo a etimologia, a fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenómeno. Como tudo o que aparece é fenómeno, o domínio da fenomenologia é praticamente ilimitado e não poderíamos, pois, confiná-la numa ciência particular. Husserl (2006), nos ensina que uma intencionalidade, a visada de um objeto, dos fenômenos físicos, em seguida, em afirmar que esses fenômenos podem ser percebidos e que o modo de percepção original que deles temos constitui o seu conhecimento fundamental.

Para Síveres (2010, p. 11) "Para além do processo de aprendizagem se realizar, de forma privilegiada, com o sujeito aprendente, é oportuno indicar a importância de uma realidade de aprendizagem". Ou seja, os princípios éticos e ao rigor do conhecimento que pretende dar voz aos atores sociais, convocando e valorizando os significados atribuídos pelas pessoas envolvidas nos contextos investigados para o discurso académico, uma vez que são interpretados como fazendo parte muito significativa da realidade social que se pretende estudar.

Para Síveres (2010), o princípio educativo pautado no diálogo visa valorizar, priorizar e socializar o conhecimento acumulado trazido pelos alunos como ponto de partida do processo

de ensino e aprendizagem, ao mesmo tempo em que viabiliza a construção participativa do conhecimento.

A formação, por sua vez, é uma atividade eminentemente humana, marcada pela capacidade de exercício da criatividade e da liberdade por meio de um processo aprendente com sentido e significado. Conforme aponta Fernandes (2013), a relação entre quem aprende e quem ensina, se alterna na medida que todos buscam o objetivo comum, que é a aprendizagem.

Ao propor um olhar fenomenológico na pesquisa, baseado no pensamento de Husserl (2002), resulta no alinhamento entre a filosofia e a educação. A proposta de Husserl torna o homem em sua humanidade específica, o homem como pessoa, como sujeito concreto, que constrói e reconstrói a sua própria história e da humanidade. Dessa forma, Husserl promove a recuperação do que ele considera o "mundo da vida", ou seja, ele promove a verdadeira humanização da educação, de acordo com a forma que ele define o próprio homem.

Os estudos de Husserl (2002), busca compreender a educação como formação (sentido e significado), o que significa dizer que o seu papel vai além da simples instrumentalização (resultados). Essa última considera o ato de ensinar como algo mecânico, que prioriza a memorização e a reprodução de ideias ou conceitos de forma impessoal e objetiva, ela descaracteriza a educação enquanto ato humano.

Fernandes (2011), em sua obra À clareira do ser, esclarece que os fenômenos depende da compreensão da realidade. Baseado em Hurssel (1950), o autor baseia-se o princípio da intencionalidade como compreensão da consciência. E, por consequência surge um ato, que se refere sobre as experiências da vida, sobre as ações. Haja vista que, qualquer ação feita, será um ato diferente, tudo que se fizer no dia a dia traz consigo uma referência intencional subjetiva.

Ao analisar as narrativas de Fernandes (2011), há algumas determinantes em nossas ações, como por exemplo, uma imaginação, um pensamento, uma intenção ou qualquer outro tipo de atitude tanto física quando emocional, resultará em um ato. Para o autor, a existência é o ser no mundo, suas ações e emoções. Assim a intenção desabrocha, numa estrutura bem rica que tem por objetivo a compreensão do ser. O que chamamos de ser no mundo, é, nada mais que o jogo da vida, ou seja, a essência que rege as dinâmicas de liberdade.

Conforme afirma Fernandes (2011), é preciso colocar em questão a liberdade, afim de resgatar uma compreensão mais originária dessa dinâmica que rege a existência. Ou seja, quando se fala de liberdade, entende-se em algo como fazer tudo que se quer quando e como se quer. Nesse sentido, a liberdade não tem nada a ver com limites e com responsabilidades. Essa concepção de liberdade é mais uma ideologia que mostra a real situação do ser humano e sua mais profunda relação com a liberdade.

Outro modo muito corrente de se entender a liberdade concebe-a como o exercício da liberdade de escolha ou como o livre arbítrio. Estamos sempre submetidos a exigência de realizarmos a liberdade. A percepção é um agir do ser humano, a mais elementar das ações humanas. O que ocorre nesta ação primordial? O deixar e fazer ser do mundo enquanto mundo, a configuração do mundo. Esse agir elementar e ao mesmo tempo um deixar e fazer ser. É um receber e o outro um configurador, o que para Fernandes, (2011), a percepção configura-se dentro da intencionalidade e da complexidade.

A percepção é uma recepção própria, em que o homem é continuamente afetado, solicitado, interpretado, tomado pelo mundo, pela manifestação do todo. Exigindo assim, o aprender e o compreender as variadas manifestações, colhendo, recolhendo e escolhendo, unindo e reunindo em um ato de vivência da consciência. Nesse tecer interativo, a ek-sistência do homem vem a si mesma como imanência e transcendência, como finitude e liberdade. Ou seja, é o modo elementar da autodoação originária da realidade do real.

Observar a influência dos fenômenos que ocorrem nas salas de aula, para Fernandes (2011), é um conceito amplo e, ao mesmo tempo, profundo e originário de percepção: o simples ver, receptivo e reunitivo da manifestação do ente em si mesmo. Fator este, entendido como uma consumação sendo a mais plena razão. Porém não é declarado que a racionalidade da razão se limita a racionalidade cientifica.

Segundo Fernandes, baseado em Husserl (1950), a razão não se limita a algo simplesmente dado ao homem, mas em uma conquista usada para a busca da verdade, uma conquista importantíssima para o comprometimento na vida, uma procura entusiasmada e instável, mas que traz um conhecimento a mais sobre o ser.

E, ao trazermos a análise vygotskyana, a ideia de interação social e de mediação é ponto central do processo educativo. Porque esses dois elementos estão intimamente relacionados ao processo de constituição e desenvolvimento dos sujeitos. A atuação do educador é de suma importância já que ele exerce o papel de mediador da aprendizagem do educando.

A transformação da vida é um cenário unicamente humano, sendo assim uma comprovação da independência do ser humano. A interação surge como uma probabilidade própria da vida do ser humano, baseada na autonomia da existência. Esse é o fato de que a cientificidade é absolutamente diferente da cientificidade das ciências positivas. Uma vez que, a interação se expressa como um engajamento humano, o princípio de aprofundar-se no essencial e no original da vida, ou seja, a vida tem que ser vivida a partir do princípio de liberdade.

Enfim, um processo de aprendizagem engajado no ser humano, ultrapassa a ideia simplista do estudo das coisas, mas é a possibilidade de procurar entendê-las, buscando o seu conhecimento científico, para que não se perca a essência e os princípios, que é, a maneira que se aprofunda a sabedoria, proporcionando sentido e compreensão das palavras.

2. Metodologia

Este tópico apresenta o constructo da pesquisa de campo por meio do método de grupo focal com professores dos Anos Iniciais da Educação Básica da Rede Municipal de João Pinheiro-MG. Deste ensinamento, e em colaboração com os professores membros da pesquisa, nasceu a ideia de trabalhar com o grupo focal utilizando os sentidos olfato, visão e paladar, e, a estratégia metodológica ancorou-se numa uma variedade de frutas, que trouxe a sensibilidade e a subjetividade para traduzir o pensamento, o que corresponde melhor à imagem do sentimento que os professores tiveram acerca da dinâmica fenomenológica que foi aplicada nesta pesquisa.

Ou seja, o caminho a ser percorrido pela consciência humana inicia no pensar, quando se vive a realidade, e se reflete sobre ela, em algum momento se insere no processo de interação, que é a capacidade de religar saberes, e por fim, adentrar na realidade com o objetivo de transformá-la. Esses estágios são vivenciados dinamicamente em todos os momentos da vida de forma cíclica. Mas, o que interessa saber, é o quanto as estratégias pedagógicas se envolvem e influenciam nesse ciclo.

2.2 A pesquisa pelo viés fenomenológico

Para Gatti (2005, p.9), “O grupo focal permite fazer emergir uma multiplicidade de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados que, com outros meios, poderiam ser difíceis de manifestar”. Ao propor um olhar fenomenológico na pesquisa, baseado no pensamento de Husserl (2002), resulta no alinhamento entre a filosofia e a educação. A proposta de Husserl torna o homem em sua humanidade específica, o homem como pessoa, como sujeito concreto, que constrói e reconstrói a sua própria história e da humanidade. Dessa forma, Husserl promove a recuperação do que ele considera o “mundo da vida”, ou seja, ele promove a verdadeira humanização da educação, de acordo com a forma que ele define o próprio homem.

Os estudos de Husserl (2002), busca compreender a educação como formação (sentido e significado), o que significa dizer que o seu papel vai além da simples instrumentalização (resultados). Essa última considera o ato de ensinar como algo mecânico, que prioriza a memorização e a reprodução de ideias ou conceitos de forma impessoal e objetiva, ela descaracteriza a educação enquanto ato humano.

A dinâmica fenomenológica e interativa

A apresentação ao grupo focal, foi organizada dentro do ambiente escolar, onde todos os membros ficaram em círculo, e no centro a disposição de várias frutas. Diante da demonstração das frutas, os educadores e educadoras foram convidados (as) a refletir sobre a seguinte questão: Qual sentido e significado tem a Educação para você educador (a)?

> **Professora A:** *Eu escolhi o morango porque eu gosto muito do morango e como eu gosto de trabalhar na educação. Mesmo com todas as dificuldades que a gente tem na educação eu amo ser uma educadora. Eu escolhi o morango pelo seguinte, quando eu mordo no morango ele tem uma leve azedinho, que na educação que é as dificuldades da educação, mas é prazeroso trabalhar na educação e ser professora.*

No entender de Vygotsky (2007, p. 92), "Nada apresenta existência por si mesmo, funções psicológicas não acontecem na ausência de relações sociais que as potencializam". O que pode significar que o processo educacional é permeado de outros fatores além de resultados e de maratonas avaliativas. Ou seja, é preciso refletir, porque sempre há algo que escapa das possibilidades do ser humano. O capital social é fundamental para o capital cultural. Isso é emancipação, é autonomia. Perante essas considerações, acredita-se que a função da escola é de transformação pessoal e social. O professor precisa, nesse sentido, entender a função de inserção social que a escola tem, carece de mudar a concepção de educador em relação aos conflitos oriundos dos processos do ensinar-aprender.

> **Professora B:** *Ai meu Deus, eu escolhi a maça porque a maça... Eu acho a educação assim, a gente tem que saber lidar com os alunos com paciência, com respeito e a maçã eu a acho... você dá uma mordidinha nela ela é uma fruta macia. A gente tem que ter calma, tem que ter muita paciência com eles porque só assim que vai para a frente.*

Conforme esses dizeres, a principal situação é não pensar a escola em si mesma, de maneira isolada, mas na sua relação com o que acontece fora dela e o seu papel fundamental

com a sociedade. Do ponto de vista discursivo, sentidos e sujeitos se constituem simultaneamente para que se construa e se consolide o conhecimento.

A aprendizagem significativa deve partir da realidade concreta dos estudantes e da comunidade. A dimensão social é o nível de envolvimento e valor da escola para as situações sociais que envolvem toda a sociedade. O sentido da aprendizagem perpassa pela crença e pelo que é instituído como valor para educandos, educadores e comunidade. Além disso, a partilha se baseia na solidariedade e na valorização da cultura e da história do outro como parte do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Demo (1996), o conhecimento deve inovar-se, para tanto, deverá haver sempre uma reflexão ética das ações docente. Conforme afirma o autor, a unidade entre educação e conhecimento possibilita uma dimensão ampla entre emoção e razão para que se possa atingir com plenitude o educando.

> **Professora C:** *Eu escolhi a uva e não peguei uma uva só porque o cacho de uva eu imagino ele como sendo uma escola, os talinhos é o centro da escola e os raminhos são os nossos superiores que são o nosso suporte, ninguém trabalha sozinho, todo mundo está em uma rede um interligado no outro, se uma uva cai as outras vão caindo de uma a uma até caem todas. Então aqui nós temos o aluno, nós temos a comunidade, temos a família, nós temos os nossos especialistas, o nosso diretor, nós temos as autoridades também. Porque as vezes quando foge do controle da escola nós precisamos do apoio, do auxílio das autoridades. Então o cacho de uva eu acho que representa muito bem isso, além de ser uma fruta gostosa.*

Os dizeres da professora, enfatiza que o educando, por sua vez, precisa compartilhar com o educador os significados que identificou. Para Síveres (2016), se não houver esse diálogo de saberes, ou seja, essa reflexão sobre a responsabilidade docente em dar significados para a aprendizagem, não haverá diálogo e como consequência, não haverá sentido na aprendizagem. Se o compartilhamento de significados não é alcançado, o educador e toda a instituição escolar deverão internalizar, ou seja, aliar o conteúdo à vida prática.

Complementando com Vygotsky (2016), o entendimento da consciência se dá pelo sentido e pelo significado, isto é, entre pensamento e linguagem. O autor demonstra que o pensamento conceitual e a aprendizagem dependem não somente do esforço individual, todavia do contexto em que o indivíduo está inserido. Para aprender significativamente, o educando precisa relacionar com situações que tragam sentido e significado, que interagem com o currículo escolar, com os materiais pedagógicos e com toda a instituição educacional.

> **Professora D:** *Bom, eu escolhi o morango uma porque ele é bonito, delicioso, saboroso, como eu amo ser professora, apesar de eu já estar um pouco cansada, muitos anos, mas eu ainda encontro folego para continuar e por ele ser delicioso assim, e também é um sabor tão bom, amável que no fundo quando a gente saboreia ele tem um sabor de vitória. E assim é a educação, se a gente prega valores, paciência, esperança, amor, você tem uma vitória, você é um vitorioso e os seus alunos também, apesar de todos os probleminhas, os obstáculos que a gente encontrar e amar o que a gente faz. E isso é um amor também com doce de leite, leite condensado, que delícia.*

Nessa perspectiva, Wallon (1995), nos coloca que a experiência no meio social, a linguagem, as atividades coletivas e os diferentes símbolos que surgem neste universo, proporcionam uma evolução significativa no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. Portanto, o lúdico, a imagem, os jogos e as brincadeiras dentro do universo escolar não possuem apenas o objetivo de proporcionar ao educando momentos de recreação, mas o de praticar pedagogicamente a interdisciplinaridade considerando o educando como sujeito de suas ações, criando e vivenciando momentos, bem como uma perspectiva interessante em relação às diversas áreas do currículo escolar. Uma relação sincera entre educador e educando torna a aprendizagem mais propícia.

É muito importante o envolvimento de um professor com seu aluno, o vínculo de amizade e respeito mútuo. A presença do adulto dá à criança condições de segurança física e emocional que a levam a explorar mais o ambiente e, portanto, a aprender. Para Freire (1983), o educar é o reflexo do amor, e, o amor implica na luta contra o egoísmo. O educador que não consegue amar e possibilitar a evolução dos educandos, não tem condições de compreender o educando, e, não compreendendo, não respeita. O aspecto afetivo influencia o desenvolvimento intelectual.

No funcionamento intelectual, o afeto e a cognição formam uma unidade. De acordo com Piaget (2011), o aspecto afetivo, em si, não pode modificar as estruturas cognitivas, embora possa influenciar quais mudar. O comportamento é influenciado pela afetividade. O aluno que gosta de um determinado conteúdo faz progressos rapidamente. O aluno que não gosta, não faz progresso na mesma velocidade.

O ensino e a aprendizagem são indissociáveis e a relação professor/aluno é um fator determinante para que haja aprendizagem do aluno. Para tornar esse processo produtivo, o professor deve orientar, propiciar e testar atividades adequadas aos alunos inseridos em sala de aula de acordo com o contexto que vivem. Ao planejar a metodologia a ser utilizada, além de estabelecer objetivos educacionais, o docente deve ser cuidadoso para que esta não se torne repetitiva e enfadonha, causando desinteresse por parte dos educandos.

> **Professora E:** *Eu escolhi a uva porque a uva se transforma em vinho, então eu acho que toda transformação, a gente tem o dom de transformar uma criança, de transformar ela, de desenvolver, de que ela entre no processo igual também a uva tem o seu processo. Então eu acredito que seja isso.*

Neste depoimento, fica evidente que não há neutralidade no ensino e aprendizagem, mas sim um diálogo entre o ser, o conhecer e o agir. Ser, no sentido se vivenciar sua cultura, seus valores, suas raízes. Conhecer seria a investigação científica sobre o processo de aprendizagem e agir seria a fidelidade aos princípios norteadores da educação, que congratula a interação entre o ser aprendente e o ser ensinante. Vygotsky (2004), o pensamento passa a existir para o mundo, e a ter sentido e significado por meio da palavra.

Para Vygotsky (2010), significado não é o mesmo que sentido. Para ele, o sentido é a soma dos eventos psicológicos que a palavra evoca na consciência. É um todo fluido e dinâmico, com variáveis, portanto é indispensável à aprendizagem significativa de quaisquer conteúdos, escolares ou não. Logo, a hipótese apresentada para essa pesquisa, parte do pressuposto que o educador deve apresentar aos educandos os significados já compartilhados pela comunidade a respeito dos materiais educativos do currículo. Já o educando, por sua vez, precisa compartilhar com o educador os significados que identificou. Se o compartilhamento de significados não é alcançado, o educador e toda a instituição escolar deverá internalizar, isto é, aliar o conteúdo à vida prática.

Uma comunidade educativa se envolve num tríplice de sentidos, que para Vygotsky (2007), o entendimento da consciência ocorre pelo sentido e pelo significado, ou seja, entre pensamento e linguagem. O pensamento conceitual e a aprendizagem dependem não somente do esforço individual, mas do contexto em que o indivíduo está inserido. Para aprender significativamente, o educando precisa relacionar com situações que tragam sentido e significado, os quais interagem com o currículo escolar, com os materiais pedagógicos e com toda a instituição educacional.

> **Professora F:** *A laranja também que é uma fruta deliciosa, rica em vitamina, e além assim de eu gostar muito da laranja ela tem assim um significado assim que a gente pode simbolizar com a educação. Primeiro assim, que a laranja para eu conseguir chegar lá na parte de dentro eu preciso tirar a casa, a educação é isso, você realizar um trabalho de qualidade é necessário também as vezes a gente abrir mão assim de muitas coisas que a gente acredita para a gente conseguir o nosso resultado. Por exemplo, quando venho para a escola e eu preciso ter tirado um tempo antes em casa para planejar as minhas aulas, problemas, até os meus problemas na maioria das vezes eu não posso trazer e descontar na sala de aula. Outro símbolo que ela tem também, porque*

> *para eu chegar lá também no suco dela eu preciso de paciência para tirar essa casca. E a educação é isso, ter paciência, que ela é uma sementinha que precisa ser plantada, precisa ser coletividade, precisa regar para a gente os outros. Precisa de um tempo para nós chegarmos no nosso resultado, não tem como eu começar a educar, trabalhar em educação e esperar os resultados imediatos, o resultado ele é um pouco demorado. E a laranja é isso, para eu chupar a laranja eu preciso de um tempo, tirar a casca assim com todo carinho, com todo jeitinho para poder degustar.*

Encorajar amorosamente o estudante a ser independente, ter iniciativa, autoconfiança e percepção de si mesmo e dos outros, além de estruturar a base da personalidade, melhorar as relações de comunicação com o mundo. De acordo com Vygotsky (1984), a capacidade de ensinar e de obter proveito do que é ensinado é um atributo particular da espécie humana. Aprender a ensinar é um campo em que a interpretação, a aprendizagem e o ensino ganham contornos simbióticos.

De fato, aprender a ensinar é um processo de dupla face porque implica, simultaneamente, lidar com a aprendizagem do ponto de vista do que aprende a ensinar (o educador) e do que aprende o que se ensina (o educando). A reflexão docente sobre o próprio ato de aprender a ensinar pode ajudar na conscientização de como se processa a aprendizagem. Por trás das palavras, existe uma lógica do pensamento que se expressa por meio dos significados e dos sentidos, conforme reforça Vygotsky (1987), o sentido de uma palavra é a interação fluida e complexa que permeia a consciência. Já o significado é apenas uma parte do sentido que a palavra adquire no contexto da fala. Ele é o mais estável, restrito e objetivo.

O autor enfatiza que, o conhecimento não é encontrado originalmente no indivíduo, mas no mundo social e é a partir desse mundo, através de relacionamentos com os outros sujeitos culturais que o mesmo se apropria desse conhecimento, transformando-o e se transformando. Ou seja, nesse momento a interação é elemento norteador para o processo de aprendizagem. A interação entre a linguagem, seus sentidos e significados, reforça e introduz o sujeito na sociedade. Dessa maneira, é possível afirmar que as utilizações de procedimentos didáticos só possuem funcionalidade, se houver a interação entre educador, educando, sentido e significado, o indivíduo e o meio social.

> **Professora G*:*** *Bom, eu escolhi o pêssego porque ele é doce, macio e a educação a gente tem... é tudo na vida das crianças. Então a gente como professor tem que ter apreço com o que faz, porque pode marcar uma criança. E assim como esse pêssego doce, a gente também tem que ser doce para conquistar as crianças, porque não é fácil assim, tem que ter muita paciência, dedicação.*

Na base teórica vygotskyana, o sentido toma forma na representação da linguagem, o que para o autor é uma junção entre pensamento, palavras e intencionalidade de forma integrada. Há então um movimento holístico e articulado entre pensamento, linguagem, personalidade e consciência com o sistema cognitivo. O autor expressa a relevância de se compreender as funções psíquicas e analisar o sujeito de maneira concreta, ou seja, considerar as dimensões sociais, cognitivas, afetivas, integrando cada particularidade, para que se possa compreender o que é sentido e o que é significativo para aprendizagem.

Vygotsky (1987), afirma em seus estudos que é necessário a interação entre todas as dimensões do ser humano, para que se possa conhecer e entender a linha tênue entre o que se ensina e como se aprende. O autor, demonstra que sentido e significados, são processos dinâmicos entre as necessidades individuais e o conhecimento, que resulta em nossos comportamentos.

Conforme as percepções do autor, o sistema cognitivo é um sistema complexo, que está em constante sintonia entre pensamento, comportamento e personalidade. A partir dessas conexões, insere-se a integração entre sentido e significado do ensino e da aprendizagem. E, consequentemente, a função da escola nesse processo, que é complexo, dinâmico e particularizado.

> **Professor H:** *Verde. Na verdade, a maçã verde eu escolhi primeiramente porque eu gosto de maçã seja ela verde ou vermelha, é uma fruta muito gostosa, muito saborosa e a maçã verde ela assim ela tem um azedinho assim delicioso, eu gosto do azedinho dela. Então assim, com relação a educação eu amo estar fazendo o que eu faço, não estou fazendo por falta de opção, porque graças a Deus em minha trajetória de escola eu sempre tive ótimas referencias, ótimos professores. Então assim, eu me espelhando neles eu resolvi escolher essa profissão. Então eu tive várias escolhas, mas a que mais em encontrou foi mesmo a docência. Então eu escolhi essa maçã justamente por eu gostar da educação, por eu gostar de estar dentro de uma sala de aula, de ensinar, de passar o pouco que eu sei, que a gente sabe para os alunos, porque nós não somos 100%, nós não sabemos 100%. Então eu escolhi essa maça justamente pelas referências que eu tive em meus anos anteriores de escola com os meus professores e eu quis levar isso para a frente.*

O processo interacionista na aprendizagem se inter-relaciona, necessariamente com o universo social, cultural, cognitivo e afetivo tanto dos estudantes quanto dos professores. Dentro desse contexto, Vygotsky (1987) salienta que o ambiente oportuniza aos sujeitos, instrumentos, tanto físicos ou simbólicos que possam influenciar sua aprendizagem de forma consciente.

Assim, a ação educativa tem fundamental importância quando se alia ao contexto social dos estudantes. Ou seja, que os mesmos possam aprender e reaprender desenvolvendo sua capacidade de pensar e criticar diante da realidade social com as quais partilham. A busca pelo conhecimento, dentro dos estudos de Vygotsky (2012), tem como base a interação entre sujeito e objeto. E, essas interações permitem que os educandos possam inferir em seu meio social e ao mesmo tempo construir novos conhecimentos com sentido e significado, reelaborando situações de ensino e aprendizagem. Trabalhar o ensino por parte das escolas e seus educadores dentro da perspectiva de Vygotsky é propor atividades que alimentem o senso crítico e reorganizem o pensar de soluções.

A escola, ao promover o conhecimento, reorganiza os seus instrumentos por uma dimensão dialética, inacabada e constituída de investigação e discussão. Possibilitando assim, a internalização por parte dos estudantes sobre o pensar em si próprio. Dentro desse viés dinâmico, o estímulo ao pensar, reforça a análise de fatos e a aprender a operar ideias por meio do diálogo e da relação com o outro.

> **Professora I:** *Uma vez, eu nunca esqueci disso, eu estudava no ensino médio e aí eu sempre tive esse sonho de ser professora, e aí nós começamos primeiro ser serviçal, depois a gente foi estudando e passamos no concurso graças a Deus, acho que é por causa da vontade que eu tinha de ser, era um sonho que eu tinha, eu queria estar lá. Eu estava na cantina, mas eu via as meninas na sala e ficava naquela vontade de ser professora, eu sabia que era difícil, mas eu queria. E um dia estudando no terceiro, no ensino médio, nunca esqueci da palavra dele, me perguntou assim: "Cleonice, você fala tanto que você tem tantos sonhos, você gosta, você tem vontade, que você quer realizar esse sonho seu de se professora. E se você for para uma roça, sei lá, chegar lá e está uns banquinhos, uma casinha lá de pau a pique, tudo assim muito simplesinho, e difícil para você ir", eu falei: é tudo que eu quero, é isso que eu quero".*
>
> *E hoje eu estou aqui graças a Deus e sou apaixonada pelo que eu faço, igual todo mundo falou hoje, tem dificuldade, a Celenita também vai muito na minha sala me ajudar porque tem hora que a gente conta com as colegas, a gente conta com as pessoas que está a nossa volta para ajudar, que não é fácil, mas eu, graças a Deus, sou realizada e gosto muito do que eu faço, por isso que eu estou aqui com o meu cachinho de uva, já até comi um bocado já.*

Dentro do pensar vygotskyano, o homem se constitui como ser humano por meio das relações com outras pessoas e com o meio em que vive. O processo histórico inicia com o nascimento, a partir desse momento também inicia a dependência social com os outros. Dentro dessa relação histórica e social, a linguagem começa a ter sentido e significado dentro das interações humanas. O que permite a construção do ser e da sua visão pessoal do mundo.

A história de vida de um se inter-relaciona com a história de vida do outro, ocorrendo um entrelaçamento social, cultural e afetivo. Diante dessa constatação, pode-se inferir que as histórias de vida se cruzam em algum momento histórico, pois a constituição do sujeito ocorre pela interação com o contexto histórico e social do outro. Ou seja, para Vygotsky, a linhagem biológica do sujeito não é o suficiente para que o mesmo possa evoluir. O teórico enfatiza que não se pode admitir que a criança se desenvolva com o tempo por si só. O seu desenvolvimento depende de mecanismos como estímulos, aprendizagens e experiências.

> **Professor J:** *Eu escolhi o morango porque tem a parte muito boa do morango, uma parte docinha dela, que é formar, no sentido de a gente como professor, é formas cidadãos conscientes, pessoas que vão um dia fazer boas práticas, que vão realmente influenciar o mundo com coisas boas e não com coisas ruins, coisas negativas que a gente vê por aí.*
> *Mas pessoas que vão ver lá na frente o aluno que vai fazer uma coisa importante pelo mundo, alguém que trabalha, tem uma boa profissão, que é alguém responsável, que realmente se dá bem na vida, que se dá bem na família, em todas as áreas da vida, que ele é bem informado, que ele é bem consciente do que ele faz.*
> *E tem a partezinha também, um pouquinho do azedinho realmente do morango igual elas disseram, mas é porque as vezes tem um pouquinho de dificuldade, tem um pouco de... até a consciência do aluno de aprender, saber o que é que a gente propõe para ele, mas ele aprende, quando ele interesse, a gente leva ele a querer, ele interessa e aprende e realmente ele vai se tornar tudo aquilo que eu acredito que a gente espera.*

Dentro dessa abordagem, retoma-se a função social da escola, uma vez que ela é um dos espaços sociais que está impregnada de intencionalidades educativas. É neste espaço que educandos e educadores, por meio das interações sociais e da relação com o conhecimento poderão inferir no processo de desenvolvimento do educando de forma positiva. Desenvolvendo situações de aprendizagem que enfatize a coletividade, a criticidade e o papel social no mundo por meio de resoluções de problemas.

Bakhtin (2003), colabora ao afirmar que os sentidos, a partir da abordagem dialógica, projetam-se como efeitos, sendo assim, irredutíveis a uma só possibilidade, apesar de em determinados contextos enunciativos haver sentidos predominantes. Ou seja, Vygotsky (2007), demonstra que as motivações internas são conceitos espontâneos, que integrado aos estudos na escola, levam aos sentidos e aos significados do ensino e da aprendizagem.

Para o autor, as atividades em sala de aula, devem relacionar conteúdos, experimentos, resolução de problemas, conceitos formais, científicos, concretos e abstratos. E, principalmente, ter uma singularidade própria, ou seja, ter sentido e significado para o aprendente. No percurso do ensino e aprendizagem, a criança aprende por meio do resultado de experiências coletivas,

em que há troca de significados, exemplificações baseadas na realidade e a inserção no universo sociocultural em que vivem.

A interação dentro da escola implica uma aprendizagem colaborativa, que conforme se postula, inicia por muitas vezes pela imitação. E, é nesse sentido, que o conceito de interação é entendido neste trabalho. Vygotsky (2007, p. 331) salienta que "O que a criança é capaz de fazer hoje em colaboração conseguirá fazer amanhã sozinha", ou seja, o educador precisa ter a consciência do seu elo entre o conhecimento e a aprendizagem do educando. Observando que os instrumentos e as estratégias de aprendizagem perpassam pela relevância que o educador dará para o universo social dos seus educandos. Dentro dessa abordagem, enfatiza-se que os instrumentos de aprendizagem devem elencar as situações reais e significativas.

A função do educador como agente delineador do processo de ensino, deve ser vista e pensada como uma função de parceria, em que o conteúdo é adequado às situações complexas e particularizado em cada sala de aula. E, os instrumentos de orientação, explicação, exemplificação deverão estar adequados ao nível cognitivo dos educandos. O estímulo por meio do sentido e do significado, só atingirá os seus objetivos propostos, se cada educador perceber a relevância do protagonismo de todos dentro da sala de aula.

> **Professora K:** *Eu escolhi a uva vermelha, não é? Por quê? Aqui eu olho para ela e imagino assim o contexto todo da escola, a globalização, igual a Núbia também, a Cleonice citou sobre o contexto, secretaria, escola, professor, os pais e o aluno. Eu imagino aqui olhando para cada uma, todas não são iguais, cada um tem um sabor diferente, mas em tudo, tudo une uma coisa só que é a união e também é doce e eu gosto bastante.*

A linguagem se condensa nas mais variadas maneiras de relacionar/interpretar, agir/falar na sociedade que infere diretamente nos aspectos: social, cultural, cognitivo, econômico, profissional e no caso deste trabalho na prática pedagógica. As mais variadas vozes que se relacionam dentro dos discursos nos interiores das salas de aula, contribuem ou não para a compreensão do conhecimento, uma vez que construção do conhecimento está intimamente ligada à linguagem a qual é constituída, conforme afirma Vygotsky (1987), a interação social é impossível sem o signo, sem o significado e o sentido. A interação social pressupõe a generalização e o desenvolvimento do significado verbal, a generalização torna-se possível somente com o desenvolvimento da interação social.

Para Bakhtin (2003), as observações precedentes são fundamentais para a compreensão do princípio dialógico da linguagem que se constitui por uma abordagem social que lhe é própria, um compartilhar com o outro, que exclui qualquer possibilidade de abordagem

individualista, pois se instaura na língua como um processo interacional, realizado na enunciação. Por conseguinte, tratar do dialogismo é, por um lado, descartar qualquer possibilidade de limitação e redução de sentidos, e, por outro, preservar as ressonâncias de outros ditos, já-ditos e/ou não-ditos na linguagem.

Desse modo, a linguagem estabelece relações, configura e reconfigura situações, dá significados, opera nas atividades mentais e de modo fundamental nos sentidos que são dados às pessoas, às situações e aos objetos. Na prática pedagógica, a linguagem tem a propriedade de mistificar ou desmistificar variadas situações, de clarear ou de emudecer pensamentos. Tudo isso dependerá dos enunciados, o que para Bakhtin (1986, p. 293), "Só há comunicação verbal se houver enunciados e o discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma". Sendo assim, todo enunciado, depende de algo que já foi posto. Não há nada novo, mas novas formas de abordagens. Dentro dessa questão, entra o enunciador/educador que dará o toque linguístico nos conteúdos que deverão ser trabalhados em sala de aula.

Entende-se, portanto, que a linguagem não se reduza em mero instrumento de transmissão de conhecimento em sala de aula, mas está carregada de intencionalidade, de sentidos e de significados que produzem interferências no processo de ensino e aprendizagem. Por isso, a linguagem com sentido, significado e intencionalidade educativa ultrapassa as fronteiras sociais, econômicas e cognitivas. Retomando assim, os estudos de Vygotsky, (1987), os sentidos transformam as palavras, como os conceitos mudam de nomes, a palavra pode, às vezes não coincidir com o pensamento, uma vez que o sentido independe da palavra.

> **Gestora:** *Eu escolhi o Kiwi. A educação no Brasil é um kiwi, porque ela não é para todos, como ainda existem muitas pessoas em nosso país que não conhecem o kiwi. Nós temos só em João Pinheiro 1.823 alunos fora da escola, dados desse ano. Então a educação ainda não é para todos. Vocês acreditam que todos os alunos de vocês conhecem kiwi?*
> **Professores:** *Não.*
> **Gestora:** *Então eu vejo dessa forma. Outra questão, o kiwi é feio por fora, não é?*
> **Professores:** *É.*
> **Gestora:** *Não é bonito. E quando a gente vê uma pesquisa falando que o Brasil coloca a educação como a terceira prioridade é porque a educação ainda não tem sentido e significado para muitos brasileiros. Por isso eu escolhi o kiwi. Mas quando você aproxima da educação, quando você vai para a escola, quando você convive com a educação é como você descascar o kiwi, você vai descascando ele e ele vai tomando outro cor. Certo? Qual é a cor do kiwi?*

Professores: *Verde.*
Gestora: *E o verde significa o que?*
Professores: *Esperança.*
Gestora: *Então o kiwi ele é verde por dentro, a educação a partir do momento que a gente dá acesso, oportunidade para todos terem educação ele começa a valorizar a educação, aí ele pode sair do terceiro lugar de prioridade dos brasileiros. E a educação passar a ser o que? Libertadora, ela passar a ser um ponto de esperança para todos, que muitos brasileiros estão desesperançosos, não estão?*
Professores: *Estão. O nível de desemprego chega a quase 13 milhões de pessoas, desses 13 milhões 90% deles são pessoas e são analfabetos funcionais, são pessoas que as vezes entraram na escola e só ficaram com o marrom, não viram na escola o verde da esperança. E quando você aprofunda ainda mais na educação como é o caso de vocês educadores. Prova, vamos provar a educação. Quando a gente partilha, integra a educação... integra a educação com todas as suas sementinhas que são as diversidades, com todos os seus momentos difíceis que a gente vive, tem essas sementinhas aí que são as diversidades que a gente vive e convive. Quando a gente prova e educação o que é que a gente sente?*
Professores: *Primeiro um azedo.*
Gestora: *Primeiro um azedo. O que é mais?*
Professores: *Doce.*
Gestora: *Depois ela adoça, crocante. E outra coisa que dá que é, é algo assim que você sente e você mesmo agora que você provou o kiwi e não tem mais nada se você olha para o kiwi vai dar aquele negocinho em vocês, porque? Porque a educação contamina, o kiwi contamina vocês daqui, por isso que eu escolhi o kiwi.*

O discurso docente condensa múltiplas vozes, circulam inúmeras intencionalidades, sentidos e significados. Nesse alinhavo discursivo podem-se evidenciar os instrumentos capazes de influenciar a aprendizagem dos educandos. A intencionalidade educativa circula na linguagem e nos enunciados. As marcas linguísticas podem ou não possibilitar a construção do conhecimento ou a reprodução de informações.

A posição do sujeito enunciador configura autonomia discursiva, nesse papel está o educador, seu espaço social, sua intencionalidade e as configurações inerentes a sua formação. Conforme afirma Vygotsky (1988, p.66) “O que é o homem? O sentido da aprendizagem para Vygotsky (1987) toma uma dimensão psicológica, retrata uma categoria subjetiva, em que está evidente a relação simbólica e emocional. O sentido para o autor, não se limita ao cognitivo, entretanto traz uma configuração da influência da subjetividade no processo de aprendizagem, ao considerar pensamento e linguagem, consideramos outros aspectos da vida: o cognitivo, o afetivo e o social. É inevitável para uma aprendizagem que tenha sentido, desassociar o aspecto intelectual doas aspectos afetivos e sociais. Pois somos seres que necessitam de associação entre o sentir, o falar e o agir.

Ao inferir a questão de sentido no processo de ensino e aprendizagem, adentra-se no campo da psicologia, tendo em vista que o conceito de sentido se embasa nas configurações subjetivas, e, consequentemente na formação da personalidade. Torna-se de extrema relevância para entender o sentido no processo de ensino e aprendizagem, compreender a forma de organização do espaço educacional, das intenções pedagógicas e da subjetividade individual tanto dos educandos quanto do educador, bem como as possibilidades de aprendizagens.

Para Vygotsky (1987), o sentido significa uma forma de compreender a psique, e assim traçar a personalidade humana e como a mesma influencia o desenvolvimento social, cultural e cognitivo. Dessa forma, fica possível reconhecer a relevância do sentido no processo de ensino e aprendizagem no que tange a personalidade humana e seus interesses. O pensamento nasce por meio da palavra, e quando a palavra se interage com outros pensamentos, surgem novos conhecimentos.

Estes ensinamentos apresentam grande relevância para a educação, tendo em vista que Vygotsky enfatiza em seus estudos que a inserção social e a valorização cultural produzem expressivos instrumentos para uma aprendizagem com sentido e significado, uma vez que todos os seres humanos se constituem de sujeitos interativos, que utilizam a palavra como forma de organização do pensamento.

Pode-se pensar, portanto, que a organização do pensamento perpassa pelo significado, e, este se constrói conforme as situações oportunizadas e vivenciadas na escola e em todo o meio social. Assim, os significados podem inferir ou não no processo de aquisição do conhecimento, tudo dependerá da intencionalidade educativa.

Entende-se que, a função da escola é ressignificar o conhecimento, ou seja, atribuir novos significados e novos conhecimentos acerca do leque de informações que são vivenciadas no dia a dia escolar. Mas, para que haja êxito nessa questão, é preciso possibilitar interações entre saberes discentes e saberes docentes, que se organizam por meio do diálogo. Enfim, o significado ou a palavra tem uma abrangência coletiva.

O sentido, por sua vez, tem caráter simbólico e individualizado, pois o indivíduo tem conceitos de significados que abrangem a coletividade, porém o que faz sentido para ele é internalizado e assume um caráter pessoal. Embora tanto sentido quanto significado estejam juntos e em concordância. Assim sendo, os sentidos são inconstantes, emotivos e influencia a formação do eu, já o significado é a expressão social/cultural da coletividade e tem forte influência social.

Como o observa Heidegger (1988), compreender a fenomenologia quer dizer, captar suas possibilidades, ter sensibilidade, portanto, descobrir em suas formas existentes a essência

da ciência. Ou seja, buscar um sentido amplo, aprender e reaprender, pensar além do que ele próprio pode construir, se abrir a novos caminhos. Conforme afirma Husserl (2006), não há ponto de chegada da fenomenologia que não seja também um ponto de partida em direção aos horizontes imprevisíveis, assim é preciso que todos interajam no processo, como ocorreu por parte da gestora que trouxe uma bela analogia entre o kiwi e a educação.

Considerações finais

O presente trabalho, propôs uma reflexão acerca do sentido e do significado da educação, e, buscou apresentar que, o processo de ensino e aprendizagem, não é apenas uma relação do sujeito com o outro, mas um elo entre sujeitos e o meio em que se vivem. Essa preservação da identidade individual em consonância com as mudanças conceituais na identidade do ser humano acontece através de um processo de dialogicidade, um exercício de liberdade, enriquecido pela humanidade, historicidade e solidariedade. Assim, fica claro que o processo educacional é eminentemente dialogal, que se institui no relacionar de sujeitos, que procuram organizar o ser e o agir para impulsionar um processo educativo mais humanizador e libertador. A linguagem, a organização dos sentidos e do significado é fundamental para o processo do entendimento acontecer, pelo fato de duas fontes de saber se posicionarem numa perspectiva de doação de individualidades.

O espaço educativo é também um espaço de sabedoria e de melodia. A sabedoria e a melodia, consistem em guiar bem a vida do ser humano, ou seja, em determinar de modo correto acerca daquilo do que é bem ou mal para cada indivíduo. Assim, um indivíduo será capaz de criar alguma coisa a partir de uma prática constante, ou seja, um músico tocará um instrumento musical, tocando-o. É por meio da prática da justiça que o indivíduo será considerado justo.

Nesse entrelaçamento de ideias, os autores apresentam e defendem uma proposta de que a palavra por meio da intencionalidade pedagógica deve estar alinhada a uma postura humanizadora, pautada pela disponibilidade de estar aberto aos outros, à vida, ao desconhecido. A escola é local de interação social, acima de tudo, o agir pedagógico se concretiza por meios dessas relações, de modo a agregar, disseminar e desenvolver o conhecimento, por intermédio da prática dialógica.

A sala de aula e a escola em si é um espaço privilegiado, que deve ser uma *Ágora* da promoção de saberes onde o conhecimento não se embasa na memorização, mas na resolução, discussão, argumentação e promoção da cidadania. Não há um saber melhor ou maior que o outro, mas saberes diferentes, trocas discursivas e humildade pedagógica. E desse modo, nesta

comunhão de saberes, o processo educativo deve atingir uma capacidade de pensamento crítico e problematizador para um melhor discernimento, em que se abram espaços para novas experiências, no qual se reflitam as questões que norteiam os conhecimentos científicos, mas que haja uma interação com os conhecimentos vivenciais.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2003.

BAKHTIN, M. **Palavras e contrapalavras:** glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

DEMO, P. **Avaliação sob olhar propedêutico.** Campinas, SP: Papirus, 1996.

FERNANDES, M.A. **À clareira do ser:** da fenomenologia da intencionalidade à abertura da existência. Teresópolis. RJ: Daimon, 2011.

FERNANDES, M.A. Skholé: o sentido fundante da escola. In Coêlho, I. M. **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas S P: Mercados de letras, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1983.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005.

HEIDEGGER, M. **The basic problems of phenomenology**. Indiana University Press, 1988.

HUSSERL, E. **Meditações cartesianas**: introdução à fenomenologia. Madras, 2001.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade européia e a filosofia.** introdução e tradução de Urbano Zilles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HUSSERL, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** trad. Ivette Braga. Rio de Janeiro. José Olympio, 2011.

REZENDE, A. M. **Concepcão fenomenológica em educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

SÍVERES, L. **Universidade:** torre ou sino? Brasília, DF: Universa, 2006.

SÍVERES, L. A extensão como um princípio de aprendizagem. **Revista Dialogos**, v. 10, 2010.

VYGOTSKY, L.S. **O desenvolvimento psicológico na infância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Interação entre aprendizado e desenvolvimento**. M. Cole et. al.(Org.), São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S.**A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. **_____. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone: EDUSP, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes 2007.

VYGOTSKY, L. S.**A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagógica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone Editora, 2016.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança.** São Paulo: Manole, 1986.

HISTÓRIA

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

SANTANA DO ALEGRE NAS REPRESENTAÇÕES DO VIAJANTE JOHANN E. POHL

SANTANA DO ALEGRE IN THE REPRESENTATIONS OF TRAVELER JOHANN E. POHL

Giselda Shirley da Silva[1]
Vandeir José da Silva[2]

Resumo: Pensando nos domínios de Clio e sua relevância, elencamos como objeto de estudo os relatos de viagem realizada no interior do Brasil pelo médico naturalista Johann E. Pohl, cientista integrante da Missão austríaca que veio para o Brasil em 1817 juntamente com Maria Leopoldina, futura Imperatriz do Brasil. Em um período de quatro anos e meio percorreu diversos locais das capitanias do Rio de Janeiro, Minas e Goiás registrando no cotidiano da viagem tudo aquilo que lhe chamou a atenção e que entendeu ser relevante registrar em seu diário, desde paisagens pitorescas a informações de interesse científico. O objetivo foi analisar a forma como o viajante registrou em seu diário a região de Santana do Alegre, no sertão de Minas Gerais, visando contribuir também com a escrita da história local e regional por meio do estudo desses relatos. O objeto foi analisado fundamentando em teóricos da História Cultural e elencando as narrativas de Johann Pohl como documento e fonte de pesquisa.

Palavras-chave: Viajante. Santana do Alegre. História. Diário

Abstract: Thinking about the domains of Clio and their relevance, we list as an object of study the reports of travel made in the interior of Brazil by the naturalist physician Johann E. Pohl, scientist member of the Austrian Mission who came to Brazil in 1817 together with Maria Leopoldina, future Empress of Brazil. In a period of four and a half years, he visited several locations in the captaincies of Rio de Janeiro, Minas Gerais and Goiás recording in his daily trip everything that caught his attention and that he considered relevant to record in his diary,

[1] Doutoranda - Universidade de Évora - Portugal. Pesquisadora Integrante- CIDEHUSUE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília- (UnB). Membro do projeto de pesquisa - Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais – PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: giseldashyrley@hotmail.com.

[2] Doutorando pela Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, Portugal. Pesquisador Integrante do CIDEHUS – UE, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela UnB, Universidade de Brasília. Membro do projeto de pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais da PUC, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: vandeirj@hotmail.com

Recebido em 22/04/2020
Aprovado em 13/05/2020

from picturesque landscapes to information of interest. scientific. The objective was to analyze how the traveler recorded in his diary the region of Santana do Alegre, in the hinterland of Minas Gerais, also aiming to contribute to the writing of local and regional history through the study of these reports. The object was analyzed based on theoreticians of Cultural History and listing Johann Pohl's narratives as a document and research source.

Keywords: Traveler. Santana do Alegre. History. Diary

Introdução

São muitos os discursos de viajantes naturalistas que percorreram o Brasil no século XIX, os quais descreviam as paisagens e o cotidiano das viagens, constituindo-se estes relatos em um rico instrumento de pesquisa e fonte para conhecer o passado. Como são múltiplos os discursos, são também diversos os viajantes[3], médicos, naturalistas percorreram Brasil no século XIX visando conhecer o território, a paisagem pitoresca, a geografia, e as riquezas naturais do extenso espaço do imenso Brasil.

Em 1817, veio para o Brasil a Arquiduquesa Maria Leopoldina, filha do Imperador da Áustria e com ela uma comitiva científica que ficou em território brasileiro alguns anos.

O presente artigo dedica-se a escrita da história local fundamentada em representações do viajante naturalista Johann Emanuel Pohl acerca da sua impressão e relatos dos lugares e fatos que ele presenciou em sua viagem ao interior do Brasil como integrante da expedição científica austríaca que visitou o Brasil entre 1917 a 1921.

A história é uma ferramenta importante para se conhecer o passado, mas é preciso lembrar que toda narrativa histórica é o reflexo daquele que a narrou, ou seja, na tessitura narrativa está implícita a sua maneira de pensar, viver e sentir os fatos e de como os representou em seus relatos. Descreveu detalhadamente o contexto que conheceu e vislumbrou, com riqueza de detalhes procurando propiciar ao leitor condições de imaginar os lugares, paisagens, fatos, padrões de comportamento por ele descritos em seu diário.

Inspirados pelas palavras de Kuyumjian ao apresentar a coletânea intitulada, "Os *espaços da História Cultural"* e afirmar que " o trabalho do historiador é como do artesão: ele é obrigado a escolher um tipo de argila e a confeccionar um artefato específico" (KUYUMJIAN, 2008, p.09) construímos a narrativa tendo como parâmetro as descrições de Johann Emanuel Pohl,

[3] Gravatá em seu estudo sobre os Viajantes estrangeiros que percorreram o território de Minas estabelecendo como marco temporal os anos de 1809 a 1955 mencionou 45 viajantes percorreram o território entre os séculos XIX e XX com fins expedicionários, iniciando com o inglês John Mawe (1808) até o português Miguel Torga (1954). Em seu levantamento acerca desses viajantes afirmou serem: 2 americanos do Norte, 1 americano do Sul, 10 seriam alemães, 2 austríacos, 12 franceses, 10 ingleses, 4 italianos, 3 portugueses e 1 suíço (GRAVATÁ, 1970, p. 11).

médico naturalista que viveu entre os anos de 1.782 a 1834, sendo suas narrativas a argila usada para confeccionar este texto. Ele foi um dos viajantes que fazia parte dessa Missão Austríaca e percorreu algumas capitanias do interior do Brasil entre os anos de 1817 a 1821, últimos anos do período colonial brasileiro. Ao longo de suas viagens pelo interior do Brasil escreveu em seu diário as experiências e descobertas acerca das paisagens, fatos, vivências e observações, constituindo-se texto histórico em uma fonte de pesquisa importante e objeto do presente estudo.

Kuyumjian (2008) lembrou ainda que em toda obra escrita há presenças e ausências, pois, quando o historiador escolhe fontes e estilos narrativos ele exclui da sua escrita outras fontes e modos de narrar. Com certeza, novas leituras, enfoques e interpretações podem surgir de outras leituras, tanto do viajante escolhido, quanto de outros naturalistas poderão emergir de outras leituras e pesquisas.

A escolha dos relatos de Pohl como fonte dessa pesquisa não foi fruto do acaso, justifica-se pelo fato de termos interesse em abordar a história local, enfocando João Pinheiro, Noroeste do estado de Minas Gerais, anteriormente conhecido como *Alegre* e *Santana do Alegre* e em uma de suas viagens no ano de 1818 quando ele passou por Santana do Alegre e escreveu em seu diário suas impressões sobre o lugar.

A inquietação que moveu o estudo foi: Quais a narrativa Johann Pohl teceu sobre a região de Santana do Alegre, sua paisagem natural e aspectos da cultura local? Sendo a problematização ponto fundante na pesquisa, estabelecemos como objetivo analisar a forma como a região estudada foi vista e descrita no diário de viagem e como estes relatos contribuem para pensar sobre a história local e regional.

Partindo das inquietações e objetivos propostos aceitamos o desafio de “moldar” a argila tendo como parâmetros e o objetivo proposto e a busca de resposta a inquietação que move o estudo.

Pohl e suas representações sobre a região de Santana do Alegre

Johann Emanuel Pohl nasceu na cidade de Kamnitz (Bohemia) no ano de 1782. Foi doutor em medicina, estudou na Universidade de Praga e dedicou-se ao estudo da vegetação na região da Bohemia.

No ano de 1717 Maria Leopoldina[4], filha de Francisco I, Imperador da Áustria, empreendeu uma longa viagem para o Brasil como esposa de D. Pedro de Alcântara, conhecido como D. Pedro I, filho de D. João VI e príncipe herdeiro de Portugal, Algarves e Brasil[5]. A arquiduquesa apreciava botânica e mineralogia e junto com ela veio sua comitiva nupcial composta de cientistas e naturalistas de importância no campo da ciência[6].

A expedição científica realizou diversas viagens visando conhecer e estudar o território brasileiro com sua vegetação e os encantos tropicais, percorrendo as capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás. Como resultado desse trabalho, foram tecidos diversos relatos, feito diversas publicações e organizadas exposições do acervo brasileiro na Europa.

> O grande interesse da Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo pelas ciências naturais e pelas artes levaram-na a trazer em sua comitiva por ocasião do casamento com o Príncipe D. Pedro em 1817, vários cientistas que, percorrendo extensas regiões do vastíssimo território brasileiro, formariam importantes coleções botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnológicas, enviadas ao Museu de Ciências Naturais de Viena, ao Brasilianisches Naturalienkabinett ou Mueseu do Brasil, que o Imperador Francisco I, pai da futura imperatiz mandou instalar na capital austríaca, e as instituições científicas da Baviera. A esse grande projeto associara-se o rei desse país, Maximiliano José I, que indicou para fazer parte da comitiva de D. Leopoldina os cientistas Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), médico e botânico, e o zoólogo, médico e filósofo Johann Baptist Von Spix (1781-1826) (MOURA, 1976, p. 352)

Conforme mencionado, na comitiva nupcial de Maria Leopoldina vieram pessoas de renome, entre eles, o doutor Johann Emanuel Pohl que seria responsável pela mineralogia; Johann Christof Mikan (1769-1844) que era também doutor em medicina, entomologista e professor de Botânica na Universidade de Praga[7]; naturalistas enviados pelo monarca da Baviera; Johan Natterer Junior (1787-1843), assistente de Zoologia do Real e Imperial

[4] Maria Leopoldina Josefa Carolina Francisca Ferdinanda Beatriz da Áustria, Arquiduquesa da Casa de Habsburgo, antiga Casa real da Europa. Seu pai foi o último soberano do Sacro Império Romano-Germânico, um dos monarcas mais poderosos da Europa e da Imperatriz Maria Teresa das Duas Sicílias. Sobrinha neta de Maria Antonieta da França. Leopoldina Havia se casado com D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal) por procuração no mês de maio de 1817 e cujo enlace se consolidou no Rio de Janeiro. Nasceu em 22 de janeiro de 1897 em Viena na Áustria.

[5] Em 1815 o Brasil foi elevado a condição de Reino Unido a Portugal, Algarves. (Mary Del Priore,

[6] Partiram de Viena no dia 02 de junho de 1817 e percorreram diversos locais em território europeu até dia 06 de agosto quando chegaram a Livorno até em partirem para o outro hemisfério no dia 15 do mesmo mês, chegando a Baía do Rio de Janeiro em 08 de novembro do mesmo ano, quando desembarcaram. A ocasião foi grande festa, sendo recebidos onde foram recebidos pelo Família Real. Fizeram a viagem em dois navios de guerra portugueses, sendo eles, o *Almirante D. João VI* e o *São Sebastião*. De Livorno ao Rio de Janeiro foram 82 dias de viagem, 5.932 milhas marítimas ou 1,185 léguas alemãs. (POHL, 1975, p.17-31)

[7] Professor de Botânica na Universidade de Munique e organizou a pesquisa feita no Brasil. Escreveu a "*Flora Brasilliensis"*

Gabinete de História Natural da Corte; Thomas Ender pintor de paisagens e Johann Buchberger[8] que pintava plantas; Heinrich Wilhelm Schott "Real e Imperial Jardineiro da Flora da Áustria no Palácio Belvedere"; Dominik Sochor, Porta-Arcabuz de Sua Imperial Alteza, José Raddi naturalista grão ducal Toscano, e os médicos naturalistas da Baviera, Spix e Von Martius. Mikan retornou a Viena com um vasto material zoológico e botânico.

Desde o regresso de Mikan a Europa, Pohl que no princípio ficou encarregado apenas da mineração, passou a ser responsável também pela botânica. Todo o material que recolheu em suas viagens pelo interior do Brasil foi enviado a seu país de origem e exposto no Museu Real Brasileiro em Viena, sendo distribuídas duplicatas em diversos museus da Europa, como exemplo, o de Berlim, o de Mônaco, o de Praga e o Herbário Martius, demonstrando a relevância de empreendimento para a ciências naturais.

> [...] como mais tarde fiquei encarregado das questões botânicas, fiz a esse respeito o que me permitiram as minhas forças. O que publiquei, por ordem de Sua Majestade o Imperador Francisco, a respeito das plantas brasileiras, novas ou raras, representa apenas uma pequena parcela de muitas novas plantas que trouxe comigo; desde então, estiveram no Brasil muitos outros botânicos que acharam plantas idênticas e delas publicaram notícias. (POHL, 1976, p.417)

Ao chegarem ao Rio de Janeiro em 1817, os membros da expedição científica se prepararam para realizar as excursões, entendendo que, se dividissem em pequenas equipes, atuando simultaneamente no conhecimento do território teriam maior êxito. Realizaram inicialmente viagens separadas com percursos menores, viajando por terra e por água na Capitania do Rio de Janeiro, posteriormente ampliaram suas rotas e locais de viagem. Coletaram diversas espécimes de História natural, vegetal e animal, com destino a coleções naturais e imperiais. Em relação a mineralogia, procurou pesquisar em locais que sabia haver espécies raras, considerou ter sido proveitosa, mas, "pobre, levando em consideração o extenso território que percorreu, mas, afirmou ter agregado a seu acervo o que lhe ofereceu a superfície do solo e as lavras por onde passou, sendo muitas espécies pouco conhecidas. Afirmou o Dr. Pohl que assim que chegaram em Viena as primeiras coleções de plantas e animais enviadas do Brasil, o Imperador ordenou a criação de um local específico para guarda e exposição do acervo colhido pelos naturalistas, sendo ele o *Real e Imperial Museu do Brasil* onde podiam ser

[8] Logo que chegou a Capitania do Rio de Janeiro fez uma excursão de pesquisa juntamente com Mikan e Schott a Cabo Frio e arredores. No percurso, sofreu um acidente e teve uma prolongada invalidez em decorrência da queda, tendo que retornar prematuramente a Áustria.

vislumbradas e utilizadas para viabilizar o conhecimento acerca das terras e natureza do Brasil, da História Natural, estudo da Geognosia e Botânica e Zoologia

Johann Emanuel Pohl partiu do Rio de Janeiro e nos quatro anos e meio que aqui esteve visitou a capitania do Rio de Janeiro, Minas e Goiás, sendo que boa parte dos lugares por ele percorridos ainda não tinham sido visitadas por outros viajantes. Viajou centenas de léguas no "lombo" de cavalos, dormindo ao relento, outras vezes em instalações inadequadas, dependendo da hospitalidade das pessoas por onde pernoitava, viajando debaixo de sol e chuva, encontrando animais que desconhecia, muitos dos quais eram perigosos, insetos diversos, carência de alimentos, falta de remédios, entre outras.

Analisando os relatos de viagem, percebemos que em grande parte do tempo e percurso realizado, Pohl esteve doente e narrou as diversas dificuldades pelas quais passou ao longo da sua estadia nas viagens no interior do Brasil, tanto em relação a coleta e guarda do material, pois nem sempre conseguia revesti-lo como desejava, como no que tange as fadigas, canseiras e privações pessoais e do seu grupo. Narrou em seu diário que muitas vezes as espécies vegetais colhidas mofavam ou estragavam por falta de acondicionamento adequado, pela falta de papel para secagem das plantas coletadas, tendo muitas vezes que descartar espécies colhidas com muita dificuldade.

Pohl apresentou em seu diário as rotas e percursos de viagem, descrevendo inicialmente a viagem a Angra dos Reis e a Vila da Ilha Grande, passando por Santa Cruz e São Marcos. Retornando ao Rio de Janeiro por Mangaratiba. Na sequência da narrativa, descreveu desde viagem do Rio de Janeiro a São João del Rei, passando por Barbacena, na capitania de Minas, de onde seguiu para Paracatu do Príncipe, noroeste de Minas próximo à divisa com a capitania de Goiás. De Paracatu iniciou novo percurso em direção a Goiás, atravessando o Rio São Marcos, passou pela Serra dos Cristais, Santa Luzia e Meia Ponte, até Vila Boa de Goiás, principal vila da capitania goiana. Nessa Capitania fez excursão ao Arraial de Anicuns e as aldeias de São José de Mossâmedes e de Maria, seguindo ao Arraial dos Pilões, no Rio Claro. Continuando seu percurso, viajou de Goiás ao Arraial de Traíras, via Santa Rita, Carretão de Pedro Terceiro, Crixás, Pilar e Água Quente. Percorreu os arredores de Traíras, São Félix, São João da Palma até Porto Real de onde retornou a Vila Boa.

Regressando de Vila Boa em Goiás a capitania de Minas, seu destino foi a Real Mina de Galena do Abaeté, sendo que, no caminho para esta mina no sertão, passou por Santana do Alegre, região na qual lançamos um olhar mais detido. De Real Mina de Galena do Abaeté seguiu viagem para a Vila do Fanado no norte da capitania. Viajou pelo Rio Jequitinhonha via

São Miguel, Salto Grande e a Aldeia de Alto dos Bois. Seguindo seu percurso foi a Vila do Príncipe, atual cidade do Serro, à Vila Rica (Ouro Preto) e retornou ao Rio de Janeiro.

Um olhar mais detalhado dessas viagens foi destinado ao percurso de Vila Boa em Goiás até a Real Mina de Galena do Abaeté em Minas. O caminho percorrido entre estes dois destinos foi de 173 léguas. Essa viagem foi realizada no fim da estação chuvosa. Nesse período haviam chuvas torrenciais, os caminhos ficavam intransponíveis e as enchentes dos rios tornavam-se em obstáculos que dificultavam a passagem e atrasava a viagem. Partiram de Vila Boa no dia 15 de abril de 1818 encerrando a temporada na capitania de Goiás para percorrer outros caminhos e locais em Minas Gerais.

J. Pohl registrou em seu diário as dificuldades inerentes ao desconhecimento dos diversos caminhos que existiam, falta de informações acerca dos mesmos, qualidades dessas vias, falta de pontes e condições de travessia dos cursos d´água. Relatou que no dia 21 de junho. A exemplo dessas questões, mencionou que, quando se dirigia a Santana do Alegre, no dia 21 de junho de 1818, tive de regressar meia légua até o Rio da Prata para depois seguir em direção ao Ribeirão do Retiro que ficava a meia légua de distância e possuía no local seis metros e meio de largura. Pouco adiante, o caminho se bifurcava e sem nenhuma informação, ficaram em dúvida sobre qual era o caminho que levaria a Santana do Alegre. Assim, tiveram que escolher ao acaso. Daí, subiram a Serra dos Alegres, mas não encontraram nenhuma povoação, nem aquém, nem além da serra. Depois de um tempo viram uma cabana distante onde foi enviado um dos arrieiros visando informar-se acerca do caminho, onde foi informado que estavam em um dos caminhos de Santana, todavia, o mais longo. No caso mencionado do Rio da Prata a freguesia de Santana do Alegre, o médico naturalista e sua comitiva havia dado uma volta de duas léguas. Perderem-se no caminho ou fazerem percursos mais longos era muito recorrente aos viajantes que percorriam o sertão.

> Seguindo as indicações de nosso guia, continuávamos a marchar para o leste, sobre uma elevação, mais houve algum engano; e, como a trilha pouco depois sumiu fomos obrigados, afinal, a regressar. Tivemos de abandonar a esperança de chegar hoje ainda a Santana do Alegre e acampamos junto de um regato afastado quatro léguas do local de nosso pernoite anterior.

A densidade demográfica no sertão era baixa, havendo longas distâncias desabitadas ou com poucas ou com poucas casas. Em direção a Real Mina de Galena o Furriel Paula mandou negros escravos ao Rio Santo Antônio para facilitar aos burros e acesso as margens íngremes do rio. As vezes tinham que retirar as cargas dos burros e transportadas pelos membros da comitiva, ação que tiveram de fazer diversas vezes.

Com o predomínio das grandes propriedades onde se criavam gado. Segundo Pohl, depois que atravessaram o Rio da Prata, encontraram a fazenda de gado do Tenente Antônio Joaquim, sendo a edificação da sede da fazenda, uma cabana decadente desabitada, e um curral. Ainda descrevendo a paisagem rural, mencionou a passagem pela Fazenda Trindade, poucas léguas após passarem por Santana do Alegre. Segundo ele, a fazenda supracitada localizava-se a margem de um regato e a margem de serras. Além da casa de residência, tem mais seis cabanas pequenas, coberta de relva (POHL, 1976, p.305). Duas léguas depois dessa Fazenda, passaram pela Fazenda Almas onde havia algumas cabanas e muitas laranjeiras. Em relação a estrutura dessa propriedade mencionou que ela localizava em um vale envolto por serras em forma de tenda e um regato denominado Almas cujas margens possuía uma mata ciliar que se tornava um vasto cenário. Esse Ribeirão possuía 22 passos de largura e desaguava no Rio Santo Antônio. A fazenda do Furriel Paula localizada na encosta, entre serras. Passaram também pela Fazenda Santo Antônio.

Além das longas distâncias, as condições e entraves dos caminhos, o que causava demasiada canseira, tanto dos viajantes, de sua comitiva quanto dos animais de carga e que faziam o transporte das pessoas. Depois de passar pelo Rio da Prata, Pohl mencionou que os animais estavam tão exaustos e entorpecidos que tiveram que deixar um deles atrás, em outros momentos e percursos, alguns animais foram picados por cobra ou fugiram, causando atraso na viagem, como ocorreu no dia 27 de junho, poucos dias após a saída de Santana do Alegre, quando “tornaram a fugir os nossos animais, e só as cinco horas da tarde pudemos continuar” (POHL,1976, p. 305).

Ao descrever Santana do Alegre, Pohl apresentou inicialmente o contexto geográfico, afirmando que o pequeno povoado estava localizado na parte mais alta, sobre uma colina isolada. Segundo ele, mesmo existindo bem próximo o Córrego Extrema que nasce a uma meia légua de distância e deságua no Córrego Retiro, também próximo, sofre seus habitantes com falta de água.

Com base nos escritos do naturalista, Santana do Alegre que já era um povoado com vários anos de existência quando ele passou pela região em 1818, levando em consideração os indícios contidos na descrição da edificação religiosa local.

> O lugar possui 30 pequenas cabanas e uma igreja em ruínas, com teto esburacado. O altar dessa igreja é de tábuas pintadas e não tem sequer Castiçais: espetam-se as elas em pontas de pregos. A atmosfera do interior estava empestada pelos cadáveres enterrados. Os habitantes vivem em extrema indigência. O sacerdote, que me conhecia de Paracatu, deu-me, para hospedagem, o melhor casebre do lugar (POHL, 1976, p. 304).

Com fundamento na produção historiográfica sobre essa região, podemos dizer que os primeiros habitantes foram atraídos por diferentes interesses, sendo os criadores de gado pelas pastagens naturais; os garimpeiros, pelas lavras de diamante, sendo a questão econômica importante no desenvolvimento local e fator motivacionais para o estabelecimento de núcleos populacionais, como Santana do Alegre, Cana Brava, Santo Antônio. Johann Pohl ao descrever a paisagem natural poucas léguas antes de chegarem a Sant'Ana do Alegre registrou a importância do garimpo nos rios da região.

> Prosseguindo por uma região plana, alcançamos o córrego do Brejo e depois o límpido Rio da Prata, [...] por ser diamantífero, perto de sua nascente há uma guarda militar. Encontramo-lo com 95 passos de largura, mas apenas setenta centímetros de profundidade, e atravessamos o seu leito arenoso sem problema ou acidente. Corre de sul para o norte. [...] O Rio Santo Antônio corre de sudoeste para nordeste e é considerado muito diamantífero. De modo geral, todos os rios e riachos desde Santana do Alegre até a desembocadura do Rio Abaeté no grande Rio São Francisco devem arrastar diamantes em suas areias (POHL, 1976, p 304, 305).

Mencionou o Rio da Prata ao passar por ele, poucas léguas antes de chegar a Sant'Ana do Alegre e escreveu que este rio, "por ser diamantífero, perto da sua nascente, há uma guarda militar" (POHL, 1975, p. 304). Depois de sua saída de Sant' Ana do Alegre e após passar pela fazenda Almas, relatou também a existência de diamantes no Rio Santo Antônio:

> O Rio Santo Antônio tem quatro braças de largura e um côvado de profundidade, sendo as margens cobertas de densa mata. Corre do Sudoeste para nordeste e é muito diamantífero. De modo geral, todos os rios e riachos desde Santana do Alegre até a desembocadura do Rio Abaeté no grande São Francisco devem arrastar diamantes em suas areias (POHL, 1976, p. 305).

O viajante abordou a questão do garimpo na região, mas também mostrou como esta prática era vigiada, no período colonial, mesmo em regiões distantes como o noroeste do estado mineiro.

> A exploração da pedra preciosa é rigorosamente proibida; aliás, a existência de uma bateia ou de uma alavanca em cabana é considerada delito grave. O posto de guarda chamado Quartel Geral do Santo Antônio, nesse rio, situado ao Sul, é destinado a impedir qualquer eventual extração ou mesmo pesquisa das pedras preciosas, e, por isso, frequentemente se fazem rigorosos inquéritos. Os catadores clandestinos de diamante são chamados de contrabandistas (garimpeiros). Embora o maior diamante que a coroa possui tenha sido achado no Rio Abaeté, presentemente estão parados todos os trabalhos de exploração, em parte por causa da fraca produção, em parte por

> causa dos constantes desentendimentos entre o diretor entre o diretor nomeado para Abaeté e seu colega, o diretor do Serro, nenhum querendo acatar as ordens do outro (POHL, 1976, p. 305).

O viajante e sua comitiva permaneceu em Santana do Alegre por alguns dias esperando que seus animais se restaurassem e tivessem condições de continuar o percurso, levando em consideração que seu objetivo nesse percurso era chegar a Serra do Chumbo da qual se distanciavam muitas léguas. No dia 26 de junho de 1818 partiram do pequeno povoado de Santana do Alegre, levando junto um guia que tivesse conhecimento do caminho para a Serra do Chumbo e os acompanhasse pelo caminho do sertão.

O percurso seguia no sentido da Real Mina de chumbo de Galena do Abaeté.

O discurso do viajante, além de apresentar descrições sobre a vegetação, os cursos d´água, dificuldades encontradas no percurso, descreveu também aspectos da hidrografia, relevo e clima da região.

> Rumamos par ao sul meia légua, até um regato, de onde dobramos para o leste e subimos uma serra baixa que se estende de norte para sul. A região toda é muito acidentada, seca e arenosa. [...] viajamos três léguas sobre colinas e morros, pelas nove horas da noite, atingimos a fazenda Trindade [...] Perto da Trindade subimos uma serra e, depois de três quartos de léguas, alcançamos o Rio do Sono, de 26 passos de largura e em média, 35 centímetros de profundidade. Depois subimos uma elevação seca, pouco arenosa. A três léguas do Rio do Sono. Vimos a depressão arredondada de cerca de 20 metros de profundidade e largura, na pedra de areia, onde nasce o Ribeirão das areias (POHL, 1976, p.305).

Alguns dias depois que saíram contrataram um guia, pois havia dois caminhos, sendo um mais curto, porém sem condições de trânsito para animais de carga. Na sequência do caminho passaram por pântanos, montes e vales onde só haviam animais. O tipo de solo era xisto quartizífero. Passaram pelo Córrego da Extrema, o Córrego Caxambu, Rio Santo Antônio e rumaram em direção a Serra do Chumbo com destino a Real Mina de Galena do Abaeté. Passaram ainda pela Fazenda Retiro onde conseguiram milho para alimentar os animais e na Fazenda Vieira, localizada após o Córrego de Santa Rita, sendo aconselhados a comprar toucinho para preparar os alimentos, pois na Serra do Chumbo não encontrariam. Depois passaram pelo Ribeirão Índio Bravo e outros riachos que desaguavam no Córrego do Chumbo, um dos tributários do Rio Abaeté. Nessa região, alguns riachos possuíam ponte por já estarem localizados na Serra do Chumbo e já terem tido “benfeitorias” por estarem próximos a fábrica de chumbo na Real Mina de Galena do Abaeté localizada em um vale e próximo ao Ribeirão Galena, sendo este empreendimento de extração de minério fundado por Von Eschewege.

Em Galena permaneceu por uns dias, e da mesma forma que procedeu com todo o percurso realizado até ali, descreveu o cenário da mina, as edificações existentes, seus moradores, a paisagem natural e outras especificidades do local. Depois de conhecer a localidade, seguiu em direção a Vila do Fanado no Norte da Capitania, cujo descoberto aurífero data dos anos de 1727 e onde foi fundado o arraial e explorada a região. Depois desse objetivo, seguiu em direção ao Rio Jequitinhonha, Vila de São Miguel, Salto Grande e Aldeia do Alto dos Bois, Vila do Príncipe, Vila Rica, regressando posteriormente ao Rio de Janeiro.

Nos anos que esteve em território brasileiro, Pohl percorreu centenas de quilômetros, conheceu os mais variados lugares e teve experiências que considerou dignas de serem registradas em seu diário. Este documento foi usado para fazer conhecer o Brasil por ele visto e interpretado, em outros lugares e tempos históricos, sendo o material por ele coletado, tanto em forma de narrativas quanto em espécies vegetal e animal, apresentados em terras além-mar e em outros tempos, por ser uma fonte histórica que possibilita diversas indagações e interpretações.

Considerações finais

Estas breves reflexões sobre os relatos do viajante naturalista que percorreu o interior do Brasil em fins do período colonial possibilitam-nos (re) pensar sobre o contexto histórico e geográfico do sertão das Minas Gerais e a forma como foi representada a região elencada como plano de observação do presente estudo.

O diário de viagem de Pohl, como de outros viajantes que percorreu o nosso território no século XIX constitui-se em matéria prima para diferentes leituras e interpretações acerca da paisagem natural e cultural dos lugares por onde percorreu nas primeiras penetrações no interior do Brasil visando contribuir com a pesquisa, a ciência e os conhecimentos no campo da Geognosia e das ciências naturais. As descrições denotam também o lugar de fala do narrador e o modo de ver do estrangeiro em relação ao Brasil e suas especificidades, impressões que o viajante deixou impregnado em sua narrativa e nos permite refletir sobre as escolhas e os silêncios contidos na tessitura narrativa.

É sumamente importante compreender a relevância desses relatos para a produção do conhecimento histórico, devendo ser problematizado e interpretado, trazendo contribuições para os domínios de Clio, devendo ser esta sempre (re) visitada e (re) pensada.

Referências

CONDE, Antónia Fialho. História e Património: a representação da paisagem do sul de Portugal em contas de viagem no período moderno. In: Fabio D'Angelo. **The scientific dialogue linking America,**

Asia and Europe between the 12th and the 20thCentury. Theories and techniques travelling in space and time. Napoles, Associazione culturale Viaggiatori, 2018**.**

DEL PRIORE, Mary. **A carne e o sangue:** A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos. São Paulo: Editora Rocco, 2012.

GRAVATÁ, H. **Viajantes estrangeiros em Minas:** 1809 a 1955. Suplemento Literário, Minas Gerais, v. 215, 1970.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1976.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de**. Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX:** memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Edusp, 2013.

SILVA, Giselda Shirley. **Um cotidiano partilhado: entre práticas e representações de Raizeiros e Benzedeiros (Remanescentes de Quilombo de Santana da Caatinga – MG. 1999- 2007).** Dissertação - Mestrado em História. Universidade de Brasília, 2007.

CADERNO DE RESENHAS

INTERAÇÃO DE JOGOS NO DESENVOLVIMENTO HUMANO
INTERACTION OF GAMES IN HUMAN DEVELOPMENT

Resenhado por / *Reviewed by*: **Aline de Freitas Coutinho**[1]
Pablo Nobre de Oliveira[2]
Alberson David Garrido Ribeiro[3]
Illgner Anderson Moraes De Souza[4]
Elizangela de Jesus Oliveira[5]

HOCHSPRUNG, Juliana e CRUZ, Dulce. **Jogos digitais/eletrônicos em sala de aula: uma revisão sistemática.** Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital (SBGames) .15 ed. Curitiba, 2017.

Destacando o autor principal do primeiro artigo intitulado “Jogos digitais/eletrônicos em sala de aula: uma revisão sistemática”, Juliana Hochsprung mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação e Comunicação (2018) pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). Possui graduação em Administração pela Faculdade do Vale Itajaí Mirim (2010) e Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Regional de Blumenau (2016). Cursando Especialização em Docência no Ensino Superior (Uniasselvipós).

Informações do autor principal do segundo artigo intitulado “Os *Serious games* e os regimes de sensibilidade: paradoxos do uso de jogos na formação humana”, Rodrigo Lages e Silva possui doutorado em Psicologia: estudos da subjetividade pela UFF (com período de

[1] Universidade Federal do Amazonas- UFAM

[2] Universidade Federal do Amazonas- UFAM

[3] Universidade Federal do Amazonas- UFAM

[4] Universidade Federal do Amazonas- UFAM

[5] Professora Doutora, da Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Administração pela UNIMEP - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA e Mestre em Administração pela FPL -FUNDAÇÃO PEDRO LEOPOLDO DE MINAS GERAIS. Possui graduação em Administração pela UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros (2008). Especialista em Design Instrucional para Educação a Distância pela UNIFEI- Universidade Federal de Itajubá. Possui experiência como docente na Graduação Presencial dos cursos de Administração, Engenharias, e Cursos Superiores em Tecnologia de Logística, Comércio Exterior e Gestão Portuária e Gestão de Recursos Humanos. Atua também como Docente na Pós-graduação em Ciências Administrativas. E-mail elizangelajoliveira@ufam.edu.br

Recebido em 05/12/2019
Aprovado em 13/05/2020

estudos na Universitat Rovira y Virgili? Tarragona/ES, doutorado-sanduíche), mestrado em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e graduação em Psicologia pela UNISINOS.

O artigo intitulado “Jogos digitais/eletrônicos em sala de aula: uma revisão sistemática” dos autores Hochsprung e Cruz, teve como objetivo levantar experiências de uso de *softwares* ou jogos eletrônico-digitais comerciais em sala de aula, a fim de identificar os três contextos propostos pela mídia-educação: educar sobre/para os meios, a partir de uma abordagem crítica da mídia; educar, envolvendo uma visão instrumental dessa mídia; e educar através dos meios, tendo por base a perspectiva expressivo-produtiva. O artigo foi dividido em 4 sessões: Introdução, Procedimentos metodológicos, Resultados e discussões e conclusão.

Na introdução os autores trouxeram vários pontos sobre o tema, discorrem sobre as novas tecnologias de informação e como elas trazem grandes mudanças para a educação. Alguns autores, afirma que os jogos eletrônicos/digitais tornam as pessoas melhores e capazes de mudar o mundo, e que em paralelo à educação, esses tipo de jogos são capazes de promover certas habilidades nos sujeitos que utilizam. Os autores buscam demonstrar o relacionamento entre jogos e educação, e o papel do professor como mediador ao despertar as curiosidades nos alunos, durante a utilização dos jogos no processo de construçao do aprendizado,

No tópico relacionado aos procedimentos metodológicos relata-se que foi realizada uma pesquisa exploratória; essa pesquisa foi estruturada a partir da escolha de agumas etapas que são inerentes desse tipo de pesquisa: Definir a pergunta científica (1); Identificar as bases de dados a serem consultadas, definindo palavras-chave e estratégias de busca (2); Estabelecer critérios para seleção dos trabalhos a partir da busca (3); Conduzir a busca (4); Comparar as buscas e definir seleção inicial dos trabalhos (5); Aplicar critérios de seleção, justificando exclusões (6); Analisar de forma crítica os estudos (7); Elaborar resumo crítico, sintetizando informações disponíveis nos trabalhos (8); Apresentação de uma conclusão (9).

Para os resultados e discussões os autores dividiram o trabalho em três subtópicos: Amostra, Campo de pesquisa, Jogos e softwares em sala de aula. O primeiro subtópico é sobre os dados da pesquisa, bem como um quadro bem detalhados para os leitores compreenderem bem as amostras. O segundo subtópico apresenta onde as pesquisas foram realizadas e também o publico desses lugares e o terceiro subtópico relaciona-se ao processo e aos programas de criação de jogos, buscando identificar quais os jogos aplicados nos estudos a partir dos diferentes contextos, então após isso os autores criaram uma tabela onde foi possivel identificar os jogos/softwares e nos quais contextos encontram-se inseridos.

Para os autores existem poucos estudos que relatam esse tipo de tema, e alguns estudos mostram que os jogos possuem uma grande problemática quando se trata de educação, ja que existe um paradigma a ser rompido quanto a incorporação na escola.

O artigo intitulado "Os *Serious Games* e os Regimes de Sensibilidade: Paradoxos do Uso de Jogos na formação Humana" escrito por Silva *et. al (2018*, tem como objetivo trazer as implicações de jogos digitais em politicas de formação não escolares através da utilização do *serious games*, as sessões do artigo estão divididas em: Introdução, desenvolvimento, Discussão, Conclusões e as Referências.

Na introdução os autores descorrem sobre a descrença com a educação tradicional e que a mesma já vem sendo enraizada a mais de um século e citam Herbart (2010) que

passou a buscar na psicologia explicações para despertar o interesse no processo do conhecimento. Ja que a psicologia e pedagogia relacionaram-se ao processo ensino-aprendizagem.

No tópico intitulado Jogos e Educação os autores discorrem sobre os significados dos aspectos tanto dos jogos quanto do efeito do lúdico para que o leitor possa ter um maior embasamento sobre como os jogos estão relacionados a educação.

O tópico sobre Jogos Digitais e Educação discorre sobre a união entre jogo e educação. Assim, o encontro entre jogo e educação ocorre na convergência da dimensão da ludicidade como estruturante das relações. É o brincar como fator essencial ao desenvolvimento da criança envolvendo a dimensão social e dimensão individual, ou dimensão humana e a dimensão subjetiva.Os autores comentam ainda sobre o *Serious games* no âmbito da formação humana não escolar, isso é, aquela pessoa que busca intervir através de estratégias cotidianas contribuindo para a formação de consciências, promoção de cidadania e valores humanitários em geral.

Nos tópicos que seguem os autores mostrar um pouco mais sobre o *Serious Games* na formação humana, assim como consegui-lo e os estilos de jogos que se encaixam, os autores tambem discorrem sobre algumas crises sociais que o *Serious games* tenta repassar.

Na discussão e conclusões os autores repassam que os jogos ensinam não apenas em relação ao conteúdo de sua temática, mas também ao ato de jogar, constituindo-se um letramento específico: o ludoletramento.

De forma clara e objetiva, os autores dos artigos que aqui foram resenhados conseguem expor a problemática e conceito do ensino com jogos eletrônicos/digitais, abordando o modelo de educação tradicional. O artigo de Juliana Hochsprung e Dulce Márcia faz uma revisão sistemática do assunto, tendo a base de estudo em trabalhos que fizeram algum uso de softwares

ou jogos comerciais em sala de aula, a fins de propósitos educacionais de aprendizagem e identificando e buscando a forma de uso das mídias pelos professores e educadores. Partindo-se do pressuposto que este artigo foi a primeira etapa da revisão sistemática, encontrou-se uma limitação pois poderia ser um trabalho mais aprofundado, levando em consideração a extensão do assunto.

Em relação ao artigo de Rodrigo S, Gabriela S, Leandro S e Júlia Campos, onde a abordagem são os *serious games*, que são jogos onde a temática aborda assuntos mais sérios como pobreza, fome e populações minoritarizadas, é notório que há uma quebra de paradigma entre o entretenimento e seriedade no ensino, o que o diferencia em relação ao apresentado pelo primeiro artigo. A sensibilidade denotada a assuntos sérios apresenta um problema mais que social, como no jogo apresentado *Ayiti the cost of life*, onde é abordado as dificuldades de uma família haitiana em viver sem qualidade de vida mais com felicidade e *Sara A Meaningful Journey Part* One que demonstra os problemas de se viver em regiões de conflitos no Oriente Médio.

Os artigos Jogos digitais/eletrônicos em sala de aula uma revisão sistemática e Os *Serious Games* e os Regimes de Sensibilidade tem como público alvo os docentes e discentes da área de pedagogia e desenvolvedores de *softwares*.Trazendo duas abordagens diferentes sobre o tema de como os jogos podem influenciar na educação, assim como na formação humana.

Referências

HOCHSPRUNG, Juliana e CRUZ, Dulce. **Jogos digitais/eletrônicos em sala de aula: uma revisão sistemática.** Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital (SBGames) .15 ed. Curitiba, 2017.

SILVA, Rodrigo, BULLA, Gabriela, SILVA, Leandro e LUCENA, Júlia. ***Os Serious games* e os regimes de sensibilidade: paradoxos do uso de jogos na formação humana.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas. Vol. 26, n. 117, 2018.

QUALIDADE, LIDERANÇA E CULTURA ORGANIZACIONAL
QUALITY, LEADERSHIP AND ORGANIZATIONAL CULTURE

Resenhado por / *Reviewed by*: **Daiana Pinheiro Farias**[1]
Gustavo Grana Ramos[2]
Igor Viana dos Santos[3]
Nádia Araújo Gomes [4]
Elizangela de Jesus Oliveira[5]

RUFFATTO, J.; PAULI, J.; FERRÃO, A. R. Influência do Estilo de Liderança na Motivação e Conflitos Interpessoais em Empresas Familiares. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 16, n. 1, p. 30-44, 2017.

Juliana Ruffatto é doutoranda em Administração pela UNISINOS com foco em Organizações e Competitividade e com linhas de pesquisa voltadas para Estudos Organizacionais Contemporâneos.

Flavia Monize Barbosa possui experiência em psicologia organizacional, atua na implantação de política de Recursos Humanos em todos os seus subsistemas. No presente momento é acadêmica em graduação especializada da Universidade de São Paulo na linha de Gestão da Qualidade e Mudança.

[1] Graduanda em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Amazonas) E-mail: daiana.farias.pinheiro@gmail.com

[2] Graduando em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Amazonas) E-mail: gustavogranaramos17@gmail.com

[3] Graduando em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Amazonas) E-mail: igor.vianasantos8@gmail.com

[4] Graduanda em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Amazonas) E-mail: nadiagomezaraujo@gmail.com

[5] Professora Doutora, da Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Administração pela UNIMEP - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA e Mestre em Administração pela FPL -FUNDAÇÃO PEDRO LEOPOLDO DE MINAS GERAIS. Possui graduação em Administração pela UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros (2008). Especialista em Design Instrucional para Educação a Distância pela UNIFEI- Universidade Federal de Itajubá. Possui experiência como docente na Graduação Presencial dos cursos de Administração, Engenharias, e Cursos Superiores em Tecnologia de Logística, Comércio Exterior e Gestão Portuária e Gestão de Recursos Humanos. Atua também como Docente na Pós-graduação em Ciências Administrativas. E-mail elizangelajoliveira@ufam.edu.br

Recebido em 05/12/2019
Aprovado em 13/05/2020

Marcel Sigrist Somenzari é mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos e especialista em Gestão Organizacional e de Pessoas pela Universidade Federal de São Carlos. Atua como Analista do Seguro Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

No artigo desenvolvido por Ruffatto, Pauli e Ferrão (2017), foi realizada uma abordagem da relação liderança-conflitos-motivação em empresas que possuem em sua administração o próprio fundador e no quadro funcional membros da família. O estudo buscou identificar características de atuação da liderança na motivação dos funcionários e gestão de conflitos intragrupal em empresas familiares. O estudo foi realizado em nove empresas de pequeno e médio porte cujo líder é proprietário, com uma amostra de 156 funcionários (com ou sem vínculo familiar) de diferentes setores.

Acerca dos resultados, com relação ao impacto gerado pelos estilos de liderança, nota-se que 48% da motivação do indivíduo decorrem da atuação de seu chefe e que o estilo que mais interfere na motivação é o líder por tarefa. Observa-se, também que a relação do estilo gerencial com os conflitos é negativa e o perfil do líder explica 7% dos conflitos. Por último, é constado que o líder por relacionamento influencia nos conflitos, pois envolve aspectos das relações entre o gestor e seus subordinados.

Contudo, o estudo demonstrou algumas características da influência na relação entre conflitos, motivação e liderança em empresas de caráter familiar. Porém, ainda existe uma complexidade referente os termos abordados, no qual os autores enfatizam a realização de futuras pesquisas acerca das razões do surgimento dos conflitos, das estratégias dos líderes, dos elementos motivacionais, além de analisar os grupos inseridos no quadro funcional da empresa, de modo a identificar as distinções perceptivas entre colaboradores familiares e não familiares.

Diante do panorama no qual a literatura carece de trabalhos que evidenciem a relação entre a Gestão da Qualidade e Liderança, Barbosa, Gambi e Gerolamo (2017) procuram aplacar tal lacuna e explorar esta relação em empresas brasileiras, utilizando os modelos de estilos de liderança transformacional-transacional e Competing Values Framework (CVF), para alcançar esta finalidade. O estudo evidenciou que os modelos de liderança apresentam coeficientes de correlação positivas, entretanto alguns perfis se sobressaem, pois expõem coeficientes maiores. Foram identificadas algumas limitações que podem ser resolvidas em trabalhos posteriores, definindo as mesmas correlações para diferentes amostras de respondentes e utilizar, além de princípios, práticas e ferramentas de gestão da qualidade.

No artigo de Somenzari, Ramos e Sacomano Neto (2017) discute-se que o estudo da relação entre cultura organizacional e liderança é essencial para o ganho de desempenho produtivo e que, portanto, podem oferecer vantagens competitivas para a empresa. O objetivo

consistiu em analisar essa correlação em uma organização pública e outra privada, por meio da identificação dos tipos de liderança (transacional, transformacional) ou sua ausência (líder neutro) e a cultura que se faz presente nas organizações (cultura clã, inovativa, de mercado ou hierárquica). Foram utilizados questionários para identificar os tipos de liderança (*Multifactor Leadership Questionnaire)* e as formas de cultura (Modelo de Valores Competitivos).

Tanto a empresa privada como a organização pública, em relação à liderança, o tipo transformacional é aquele que melhor as representa. A cultura inovativa é a que melhor identifica a empresa privada, ao passo que, no órgão público, a cultura hierárquica é a que prevalece. Segundo os autores, em virtude da dimensão da população estudada, a análise da correlação entre os dois aspectos não permite tomar o estudo como referência para futuras generalizações.

Os artigos citados acima foram selecionados em razão de abordarem o conceito de Liderança que está atrelada, dependendo do item analisado, à determinadas condições. É considerado que a Liderança é um elemento importante para que as organizações alcançarem seus objetivos. Percebe-se que o líder tem papel importante para a construção de um ambiente favorável que incentiva os colaboradores a atuarem para contribuir para o sucesso da organização.

No trabalho de Barbosa, Gambi e Gerolamo (2017), no caso da Gestão da Qualidade, que é uma alternativa para as empresas se mantenham competitivas no mercado, a liderança possibilita que esta tenha êxito na sua implementação e manutenção. A forma de atuação do líder pode contribuir para diminuição da resistência dos funcionários da empresa quanto às possíveis mudanças decorridas da implementação da Gestão da Qualidade, e consequentemente facilitar a aceitação da nova conjuntura.

Percebe-se que a importância atribuída à Liderança pode ajudar a organização a atingir suas metas, auxiliar na implementação e manutenção de ferramentas como Gestão da Qualidade, criar um ambiente propício para tal, com colaboradores motivados e com diminuição de possíveis conflitos. Sobre as ressalvas, é notado que a amostra selecionada para a pesquisa observa somente uma perspectiva e isso dificulta a comparação com outros trabalhos que utilizaram amostras distintas, tem-se ainda delimitação apresentada pelo estudo que empregou somente os princípios da Qualidade para verificar a correlação com a liderança.

Neste contexto, é percebido que o estilo de liderança que mais predomina é o transformacional em que o líder propõe-se a ir além das suas atividades gerenciais, isto é, além de suas motivações particulares para que possibilite o desenvolvimento de toda a equipe e, portanto, um melhor resultado para a organização, visto que os esforços se deram em caráter

coletivo possibilitando maior alcance aos colaboradores e eficácia no empenho de suas atividades. Tal estilo é evidenciado tanto por Barbosa, Gambi e Gerolamo(2017) quanto por Somenzari, Ramos e Sacomano Neto (2017), sendo que este último comenta sobre a relação entre cultura e estilo de liderança em seu estudo.

A proposta do artigo de Somenzari, Ramos e Sacomano Neto (2011) torna-se necessária em virtude da escassa produção científica acerca da correlação entre os ambientes dos órgãos públicos e privados por intermédio da análise liderança - cultura organizacional. No entanto, as organizações levadas em considerações no estudo divergem em sua natureza: enquanto a empresa privada consiste em uma *start-up*, a outra organização atende demandas previdenciárias junto ao poder judiciário. Desta forma, tem-se que aspectos culturais podem avantajar-se em determinados pontos para uma organização, ao passo que a outra empresa pode possuir caraterísticas que definam um outro perfil cultural. Por outro lado, a metodologia adotada permitiu quantificar a presença dos quatro tipos de cultura, podendo assim, verificar a influência dos perfis culturais, que não a mais pontuada, nas organizações analisadas. Pode-se inferir então que a presença da cultura clã é significativa em ambas empresas, identificando uma similaridade: as duas estão comprometidas com o desenvolvimento coletivo, utilizando de liderança participativa para ser mais flexível e garantir a lealdade dos colaboradores.

O trabalho de Ruffatto, Pauli e Ferrão (2017), O foco na opinião dos funcionários contribuiu para uma pesquisa mais relevante, pois possibilitou os pesquisadores analisarem diferentes opiniões, de pessoas que estão mais presentes nos trabalhos em grupos e mais sujeitos a conflitos. Neste sentido, foi possível identificar o que leva um funcionário a trabalhar motivado, tal como os problemas que levam os mesmos a se sentirem insatisfeitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. M.; GAMBI, L. N.; GEROLAMO, M. C. Liderança e gestão da qualidade: Um estudo correlacional entre os estilos de liderança e princípios da gestão da qualidade. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 438-449, 2017.

RUFFATTO, J.; PAULI, J.; FERRÃO, A. R. Influência do Estilo de Liderança na Motivação e Conflitos Interpessoais em Empresas Familiares. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 16, n. 1, p. 30-44, 2017.

SOMENZARI, M. S.; RAMOS, A. C. C.; SACOMANO NETO, M. Estilos de liderança e cultura organizacional: Estudo comparativo de uma organização pública via-à-vis uma empresa privada. **Revista ESPACIOS**, v. 38, n. 53, p. 22, 2017.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PESSOAS NO GERENCIAMENTO DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS ENTRE GERAÇÕES

THE IMPORTANCE OF PEOPLE MANAGEMENT IN THE MANAGEMENT OF ORGANIZATIONAL CONFLICTS BETWEEN GENERATIONS

Resenhado por / *Reviewed by* **Emilly Felipe de Lima e Lima[1]**
Alice Nascimento Teixeira Rocha[2]
Ayane Kérollen Souza de Azevedo[3]
Lindara Hage Dessimoni Anunciação de Pinto[4]
Elizangela de Jesus Oliveira[5]

Jessica Thais Lima da Silva, Murilo Henrique Silva Souza, Elisângela de Aguiar Alcalde, Ângela de Souza Brasil, Maria Luzia Lomba de Sousa, Três Alagoas, Brasil: Conexão Eletrônica, 2017, 8 páginas.

Nesta resenha dar-se-á foco ao artigo "A importância da gestão de recursos humanos nas organizações" que tem como autora principal Maria Luzia Lomba de Sousa do ano de 2017. Aborda-se ainda, o artigo sobre "Os desafios da gestão estratégica de pessoas no conflito de gerações nas organizações" dos autores Mario Marcos Lopes e Domingos Sávio de Mecenas do ano de 2019.

[1]Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, Itacoatiara, Amazonas, Brasil emillyfelipelima@gmail.com ORCID: 0000-0003-4486-7047

[2] Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, Itacoatiara, Amazonas, Brasilalice.ntr@gmail.com ORCID: 0000-0001-9866-6529

[3]Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, Itacoatiara, Amazonas, Brasil ayane.kerollen.gomes@gmail.com ORCID: 0000-0002-1766-8117

[4]Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, Itacoatiara, Amazonas, Brasil lindarahage@gmail.com ORCID: 0000-0001-8259-2588

[5] Professora Doutora, da Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Administração pela UNIMEP - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA e Mestre em Administração pela FPL -FUNDAÇÃO PEDRO LEOPOLDO DE MINAS GERAIS. Possui graduação em Administração pela UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros (2008). Especialista em Design Instrucional para Educação a Distância pela UNIFEI- Universidade Federal de Itajubá. Possui experiência como docente na Graduação Presencial dos cursos de Administração, Engenharias, e Cursos Superiores em Tecnologia de Logística, Comércio Exterior e Gestão Portuária e Gestão de Recursos Humanos. Atua também como Docente na Pós-graduação em Ciências Administrativas. E-mail elizangelajoliveira@ufam.edu.br

Recebido em 05/12/2019
Aprovado em 13/05/2020

No primeiro artigo mencionado, o tema central é o estudo da importância da Gestão de Recursos Humanos (GRH), apontando para a área de gestão das organizações que, com o avanço tecnológico e implantação da globalização passou a buscar inovações para garantir qualidade nas tarefas executadas e melhor posicionamento na competitividade no mercado.

Conforme o autor, como a empresa necessita diretamente da contribuição de cada um dos colaboradores que compõem o corpo empresarial, tem-se a necessidade da GRH para gerenciar a entrada dos trabalhadores, bem como suas experiências e formação que proporcionarão um melhor desempenho nas atividades realizadas no local de trabalho, além de proporcionar valorização de cada um dos indivíduos no processo.

Na segunda obra analisada, os desafios impostos ao gestor de pessoas nas organizações e a importância de se identificar e compreender cada geração para que não haja conflito, pois assim é possível que os gestores sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento da organização. São apresentadas as características das gerações X, Y e Z e como cada uma o conhecimento delas pode influenciar no mercado de trabalho. Esses perfis podem ser divididos nas gerações X, Y e Z, compostas por indivíduos que se distinguem uns dos outros não apenas pela faixa etária, mas também por seus anseios e objetivos (TURCHI, 2014),

Dito isto, o artigo mostra que devido aos avanços tecnológicos transformarem o comportamento das pessoas, o desafio do gestor deixou de ser apenas controlar processos e passou a ser promover uma melhor forma de interação para o melhorar o convívio entre os colaboradores, e assim buscar o equilíbrio da empresa.

CRÍTICAS

No primeiro artigo abordado, nota-se a relevância sobre o fato de os autores mostrarem, com citações de diversos teóricos, como a GRH pode ser utilizada estrategicamente para garantir a qualidade dos bens e serviços e aumentar o lucro das empresas, visto que a GRH vem se desenvolvendo e recebendo destaque atualmente.

Além disso, pode-se observar que para evidenciar a importância da GRH com mais firmeza, a pesquisa não se apoiou apenas em um grande número de citações de outras obras sobre o assunto, mas, os autores preocuparam também em selecionar teóricos renomados e devidamente reconhecidos na área de estudo, ou seja, o foco não foi apenas quantidade mas também, qualidade.

De acordo com os autores a GRH busca uma postura participativa dos colaboradores com a empresa. Como um dos autores renomados citados na pesquisa afirma, utilizar apenas de

administração de recrutamento de seleção e demissão não dá a atenção necessária às pessoas que farão parte da empresa, logo faz-se indispensável a implantação da GRH, para gerenciar melhor a entrada dos trabalhadores (MIKOVICH; BOUDREAU, 2000)

A GRH está envolvida em diversos processos em uma organização, como agregar pessoas, aplicar pessoas, recompensar pessoas, desenvolver pessoas e monitorar pessoas. Dito isto, sabe-se que uma empresa é movida não só pelo líder, mas por seus colaboradores, por isso gerir todas as pessoas que trabalham em conjunto para a obtenção de determinado resultado é importante, visto que a falha de qualquer uma dessas pessoas em desempenhar suas tarefas pode gerar um efeito "bola de neve", prejudicando a organização (CHIAVENATO, 1999; GIL, 2008).

Destarte, a metodologia poderia ter sido melhor elaborada, apresentando por exemplo um aspecto quantitativo ao invés de apenas qualitativo, buscando em artigos, teses e outras obras evidências do mérito da implementação da GRH nas organizações e mostrando isso em números de estudos realizados sobre o tema, desta forma se evidenciaria quantitativamente a relevância dos estudos desenvolvidos na área. Entretanto, o artigo mostra claramente os diversos estudos sobre o tema em uma abordagem qualitativa, de forma que isto se faz suficiente para satisfazer o objetivo proposto pelos autores da obra.

No que se refere ao segundo trabalho estudado, a discussão presente na obra mostra-se atual, pois aborda um tema relativamente recente acerca da gestão de pessoas: O conflito entre gerações. Este tópico ganha espaço à medida em que as gerações se tornam cada vez mais distintas, marcadas por características explicitamente divergentes.

Além de discutir as principais características de diferentes gerações, discorre sobre os conflitos resultantes das desavenças entre gerações e o papel que gestor assume – ou deve assumir – na mediação desses conflitos. A metodologia adotada, mesmo que essencialmente qualitativa, apresenta uma ordem extremamente lógica em seus procedimentos e cita, em sua maioria, outras obras atuais, o que torna a sua discussão ainda mais moderna.

As principais ideias são bem expostas e abordadas, e a ideia central da obra é de fácil compreensão, de forma a contribuir com os estudos acerca da temática da mediação de conflitos entre gerações. Como ponto de melhoria, pode-se observar que o artigo apresenta erros de concordância e sentenças mal formuladas que, em alguns pontos, dificulta o entendimento do que está sendo abordado, além de introduzir às discussões algumas informações conflitantes como, por exemplo, algumas datas e períodos de tempo mencionados.

O artigo analisado mostra-se atual, detalhado, minucioso e pertinente quanto ao estudo teórico da mediação de conflitos entre gerações, além de apresentar medidas práticas que podem

ser tomadas pelo gestor de pessoas - ou profissional que esteja atuante na tal função – para minimizar, ou se possível, extinguir os conflitos entre gerações no seu ambiente empresarial.

Estudos nesta área são de grande importância para futuros empreendedores, pois estes terão que lidar com pessoas na construção de seu negócio, bem como para estudiosos e profissionais da área de Engenharia de Produção e Administração. Além disso, recomenda-se a leitura a estudantes de cursos intrínsecos à gestão de pessoas, a gestores ou profissionais que identifiquem conflitos de gerações em seus ambientes de trabalho, e a pesquisadores da área de gestão de recursos humanos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. (2004) *Gestão de pessoas*. Rio de Janeiro: Elsevier.

CHIAVENATO, I. (1999). *Recursos humanos*. São Paulo: Atlas.

GIL, A. C. (2008). *Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais*. São Paulo: Atlas.

MILKOVICH, G. T.; BOUDREAU, J. W. (2000). *Administração de recursos humanos*. 8 ed. São Paulo: Atlas.

TURCHI, S. (2018). *Como melhorar o relacionamento entre equipes de diferentes gerações na era digital?* Out, 2014. Disponível em: <encurtador.com.br/bczPQ/> Acesso em: 15 jun. 2018.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A INFLUÊNCIA DA APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO NO AMBIENTE CORPORATIVO

THE INFLUENCE OF LEARNING AND INNOVATION IN THE CORPORATE ENVIRONMENT

Resenhado por / *Reviewed by* **Larissa Pena Trovão**[1]
Adriane Castro da Silva[2]
Roberta Vilar da Cunha[3]
Elizangela de Jesus Oliveira[4]

SILVA, Talita Caetano; BURGER, Fabrício. **Aprendizagem organizacional e inovação: contribuições da gestão do conhecimento para propulsionar um ambiente corporativo focado em aprendizagem e inovação**. Navus - Revista de Gestão e Tecnologia, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 07-19, dec. 2017. ISSN 2237-4558. Disponível em: <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/569>. Acesso em: 17 de Out de 2019.

VASCONCELOS, R. B. B. de.; OLIVEIRA, M. R. G. de. **Determinantes da inovação em micro e pequenas empresas: Uma abordagem gerencial** [Versão original]. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 58, n. 4, Julho-Agosto, p.349-364, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020180402>. Acesso em: 17 de Out de 2019.

Talita Caetano Silva, é doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento, com enfoque em Sistema de Educação Coorporativa pela Universidade Federal

[1] Universidade Federal do Amazonas larissa.penatrovao2805@gmail.com Itacoatiara-AM-BR

[2] Universidade Federal do Amazonas castro.adriane1@gmail.com Itacoatiara-AM-BR

[3] Universidade Federal do Amazonas roberta.villar15@gmail.com Itacoatiara-AM-BR

[4] Professora Doutora, da Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Administração pela UNIMEP - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA e Mestre em Administração pela FPL -FUNDAÇÃO PEDRO LEOPOLDO DE MINAS GERAIS. Possui graduação em Administração pela UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros (2008). Especialista em Design Instrucional para Educação a Distância pela UNIFEI- Universidade Federal de Itajubá. Possui experiência como docente na Graduação Presencial dos cursos de Administração, Engenharias, e Cursos Superiores em Tecnologia de Logística, Comércio Exterior e Gestão Portuária e Gestão de Recursos Humanos. Atua também como Docente na Pós-graduação em Ciências Administrativas. E-mail elizangelajoliveira@ufam.edu.br

Recebido em 05/12/2019
Aprovado em 13/05/2020

de Santa Catarina (UFSC) e, psicóloga e mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Fabrício Burger, é Master of Business Administration – MBA, Gestão de Projetos pela Universidade de São Paulo e mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Renata Braga Berenguer de Vasconcelos, é doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Administração pela mesma universidade. Marcos Roberto Gois de Oliveira, é doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Administração pela mesma universidade

Inicialmente serão apresentadas as principais ideias sobre o primeiro artigo "Aprendizagem organizacional e inovação: contribuições da Gestão do Conhecimento para propulsionar um ambiente corporativo focado em aprendizagem e inovação", e posteriormente, sobre o segundo artigo estudado "Determinantes da inovação em micro e pequenas empresas: uma abordagem gerencial"

No primeiro artigo estudado, os autores buscaram apresentar a partir de uma revisão bibliométrica, como a gestão do conhecimento pode impulsionar na criação e implantação da inovação e da aprendizagem organizacional no ambiente corporativo.

Neste sentido, os autores iniciam a discussão afirmando que, com a globalização, o avanço tecnológico e a alta competitividade, as organizações estão cada vez mais buscando introduzir a noção de conhecimento, aprendizagem e inovação como alternativa para a sua sobrevivência e sucesso no mercado. Dessa forma, ao proporcionar um ambiente corporativo voltado para a aprendizagem dos seus colaboradores, as organizações passam a adquirir novos conhecimentos que possam responder as mudanças contextuais ou até mesmo gerar soluções inovadores que promovam vantagem competitiva frente aos concorrentes.

Os autores reforçam as ideias de Fleury e Fleury (1994) e Pacheco; Tosta; Freire (2010), destacando que os princípios mais comuns em relação ao

aprendizado organizacional estão direcionados à adaptabilidade e às mudanças vigentes do mercado de trabalho. Assim para os autores o processo de mudança exige o afastamento de zonas de conforto, ocasionando indagações a respeito de crenças e incertezas.

A gestão do conhecimento no mundo contemporâneo caracteriza-se como vantagem competitiva agregando valor para as empresas, fazendo com que os gestores passem a criar métodos para o compartilhamento e aplicação de conhecimento para os seus colaboradores.

Os autores buscaram propor discussões sobre três temáticas que estão entrelaçadas entre si, quais sejam, aprendizagem organizacional, inovação organizacional e Gestão do conhecimento, por meio de um levantamento exploratório. Ainda que seja um assunto muito conhecido atualmente no que se refere ao mundo corporativo, ainda existe um longo caminho a percorrer na implementação e manutenção do conhecimento no planejamento estratégico das organizações.

No segundo artigo estudado, os autores investigaram o impacto de aspectos gerenciais sobre a capacidade inovativa de micro e pequenas empresas e mensurar sua influência, a partir de fatores internos, permitindo assim que as organizações verifiquem e desenvolvam capacidades necessárias para a atividade.

Os autores citam as ideias de Schumpeter (1988), que se refere à capacidade de inovar como sendo importante componente para o funcionamento das organizações e do setor econômico, pois permite que o mercado saia do estado estável.

A vantagem competitiva pode ser compreendida em termos das capacidades dinâmicas que esta desenvolve e de sua habilidade para construir e reformular competências internas e externas para responder rapidamente às mudanças ambientais. Nesta percepção, a inovação pode ser entendida como resultado esperado o que gera tais capacidades, uma vez que é um recurso especial

da firma que a conduz à obtenção de vantagem competitiva e consequentemente, de lucros inesperados (SCHUMPETER, 1988).

Os autores reforçam o conceito proposto por Schumpeter (1988), referindo-se ao empresário como o agente inovador que vai em busca de lucros maiores, otimiza a inovação e impulsiona o desenvolvimento econômico. Ressaltando também a importância do empreendedor na inovação, ao constatar que a gestão praticada pelas lideranças é um componente da capacidade da inovação organizacional.

Como as micro e pequenas empresas (MPEs) passam por dificuldades no acesso e operacionalização de tecnologias, o artigo evidencia que as capacidades gerenciais e comerciais tornam-se decisivas para inovar. Assim, o estudo sugere que a capacidade inovadora oriunda das capacidades dinâmicas reside não apenas na figura do empreendedor e na gestão estratégica exercida, como propõe Teece (2007), mas também se encontra associada às informações e conhecimentos obtidos pelas redes de conhecimento e ao relacionamento com os clientes e com a sociedade.

A seguir serão feitas as apreciações críticas aos dois artigos estudados para elaboração desta resenha.

O artigo intitulado “Aprendizagem organizacional e inovação: contribuições da Gestão do Conhecimento para propulsionar um ambiente corporativo focado em aprendizagem e inovação” trata a temática da Gestão do Conhecimento (GC) e de que modo os temas inovação e Aprendizagem Organizacional (AO) relevaram-se a GC. O artigo faz um levantamento bibliométrico dos trabalhos que abrangem os temas com o propósito de lançar discussões iniciais e para isso utilizou o portal da CAPES para obter os trabalhos referentes aos temas propostos, e priorizando os textos nacionais dentro de um período de tempo entre 2011 e 2016, obtendo um total de 12 publicações.

Os temas tratam da valorização do conhecimento e de seu compartilhamento dentro do ambiente organizacional, de modo a alavancar as

instituições e mantê-las competitivas dentro do mercado. A autora do artigo faz inferências quanto a necessidade das discussões ultrapassarem o meio acadêmico e se tornarem aplicáveis dentro das organizações, como forma de manter as empresas competitivas no mercado. Contudo a unidade amostral da pesquisa é muito limitada. Há limitações quanto ao período de tempo das publicações de apenas 5 anos, além de considerar apenas textos em português, o que pode levantar questionamento sobre a representatividade da amostra.

Por outro lado, o artigo intitulado "Determinantes da inovação em micro e pequenas empresas: uma abordagem gerencial" faz uma pesquisa mais completa e estruturada quanto a questão das ferramentas de inovação nas MPEs de Pernambuco. O método utilizado para mensurar a capacidade inovativa focou em fatores internos relevantes para os setores analisados. O estudo de mostra que as MPEs trazem inovação em pequenos serviços não necessariamente em tecnologia e a liderança, informações e conhecimentos, relacionamento com clientes e a sociedade influenciam positivamente a capacidade inovativa e sua eficiência.

REFERÊNCIAS

SCHUMPETER, J. A. (1988). **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo, SP: Nova Cultural.

TEECE, D. J. (2007). **Explicating dynamic capabilities: The nature and microfoundations of (sustainable) enterprise performance**. *Strategic Management Journal*, *28*(13), 1319-1350. doi:10.1002/smj.640

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

ESTUDOS REALIZADOS SOBRE O CLIMA ORIGANIZACIONAL EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

STUDIES PERFORMED ON ORIGANIZATIONAL CLIMATE IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

Resenhado por / *Reviewed by* **Keith Anny Borges Pereira**[1]
Priscila Ribeiro Maia [2]
Ayane Kérollen Souza de Azevedo[3]
Elizangela de Jesus Oliveira[4]

Nesta resenha dar-se o foco ao artigo "Estudo do Clima Organizacional da Secretaria de Gestão de Pessoas de uma Universidade Federal " dos autores Leandro Dias Curvo e Ligia Maria Heinzmann do ano de 2017. Aborda-se ainda, o artigo sobre "Impactos no Clima Organizacional da Universidade Federal de Goiás e a Rotatividade de Trabalhadores Terceirizados" dos autores Sóstenes Soares Gomes e Djair Picchiai do ano de 2019. No artigo Estudo do Clima Organizacional da Secretaria de Gestão de Pessoas de uma Universidade Federal, de Leandro Dias Curvo e Ligia Maria Heinzmann, o tema central é o Estudo do Clima Organizacional, apontando para a área de Gestão de pessoas que tem passado por grandes transformações nestes últimos anos, em função da necessidade das empresas de incrementar a capacidade competitiva para enfrentar a concorrência dos mercados globalizados. Para Rizzatti (2002) as universidades brasileiras vivenciam um cenário de transformações tecnológicas,

[1] keithannyb@gmail.com ORCID: 0000-0001-8814-7979

[2] priscilamaia440@gmail.com ORCID: 0000-0001-8171-0765

[3] ayane.kerollen.gomes@gmail.com ORCID: 0000-0002-1766-8117

[4] Professora Doutora, da Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Administração pela UNIMEP - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA e Mestre em Administração pela FPL -FUNDAÇÃO PEDRO LEOPOLDO DE MINAS GERAIS. Possui graduação em Administração pela UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros (2008). Especialista em Design Instrucional para Educação a Distância pela UNIFEI- Universidade Federal de Itajubá. Possui experiência como docente na Graduação Presencial dos cursos de Administração, Engenharias, e Cursos Superiores em Tecnologia de Logística, Comércio Exterior e Gestão Portuária e Gestão de Recursos Humanos. Atua também como Docente na Pós-graduação em Ciências Administrativas. E-mail elizangelajoliveira@ufam.edu.br

Recebido em 05/12/2019
Aprovado em 13/05/2020

culturais, científicas e político-institucionais, o que demanda uma adequação às mudanças, a criação de novos paradigmas organizacionais e uma orientação às necessidades da sociedade.

Para desenvolver a pesquisa, o autor utilizou a seguinte pergunta norteadora: como o clima organizacional é percebido pelos colaboradores da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) de uma Universidade Federal?

Para os autores Curvo e Heinzmann (2017) o objetivo deste estudo é avaliar como funciona o clima organizacional da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, qual é a percepção das pessoas em relação ao comportamento organizacional, suas características no ambiente de trabalho e suas melhorias.

O estudo tem um papel fundamental para fins acadêmicos, pois é um tema que descreve o comportamento humano dentro das organizações, contribuindo para compreensão de fatores do clima organizacional com relação ao ambiente de trabalho. Vale ressaltar que é importante nas organizações compreender o comportamento humano, visando que cada pessoa tem seu diferencial na mesma. No entanto, uma avaliação do clima é relevante na estrutura de projetos ligados a melhoria da qualidade, alta produtividade e preparação de políticas estratégicas para gestão de pessoas. Espera-se que com esse estudo possa haver contribuição no fortalecimento de gestão de estratégias, no desenvolvimento de programas para a melhoria no ambiente de trabalho, e assim poder solucionar falhas entre chefias e servidores.

O Clima Organizacional abrange diversos conceitos na visão de vários autores, porém há um verdadeiro significado do conceito de clima organizacional segundo as autoras Puente-Palacios e Freitas (2006) que diz respeito ao relacionamento de satisfação das pessoas que trabalham no ambiente organizacional. É importante que o administrador entenda como o clima organizacional deve ser compreendido e sua influência no desempenho dos colaboradores. Diante do exposto, o estudo do clima organizacional pode tornar-se um dos papéis fundamentais para estratégias dentro das organizações. O clima organizacional pode ser situacional ou percebido de forma diferente pelos colaboradores. Assim é necessário compreender as diversas necessidades de cada indivíduo dentro da organização.

Para Rizzatti (2002) é importante que o estudo do clima organizacional possa descrever o que as pessoas pensam a respeito da organização em seu ambiente de trabalho. O autor em seus estudos ajuda na compreensão do clima organizacional e a identificar categorias através de componentes relacionados a indicadores que possam auxiliar na formação de modelos específicos para determinadas análises em organizações ou instituições, sejam elas públicas ou privadas.

Rizzatti (1995) estabeleceu seis categorias fundamentais para descrever o clima organizacional que são: imagem e avaliação; desenvolvimento de recursos humanos, benefícios e incentivos; organização e condições de trabalho; relacionamento interpessoal; sucessão político-administrativa e comportamento de chefias e satisfação pessoal.

Para o autor Robbins (2010), há uma cultura organizacional que estabelece valores que aponta qual a direção que as pessoas devem caminhar, ou seja, se uma cultura for bem firme, seus aspectos serão positivos no ambiente de trabalho, relacionando-se diretamente ao um clima organizacional positivo.

No segundo artigo "Impactos no Clima Organizacional da Universidade Federal de Goiás e a Rotatividade de Trabalhadores Terceirizados", de Sóstenes Soares Gomes e Djair Picchiai, o tema central são os impactos no clima organizacional, apontando para a área de rotatividade de trabalhadores terceirizados, uma vez que terceirizam parte de suas atividades que ocorrem na limpeza e na segurança envolvendo um maior número de funcionários. Os trabalhadores terceirizados são enviados para as universidades, porém tem seus direitos diferenciados por serem celetistas, com o risco de admissão e demissão, ou seja, dessa forma a rotatividade desses funcionários tende a ser maior que os estatutários.

Ao observar esse cenário segundo Campos; Malik, (2008), o alto índice de rotatividade nas instituições acontece com os trabalhadores com vínculo empregatício regido pela Consolidação da Leis de Trabalho – CLT. O presente artigo estudou essa problemática realizada através de uma pesquisa com colaboradores de empresas terceirizadas, com o propósito de entender quais as diferenças entre o regime de trabalho, estatutário e celetista, verificando os impactos no clima organizacional e a rotatividade de trabalhadores na universidade.

Segundo Sanches e Castro (2015) o clima organizacional é percebido pelos trabalhadores em seu ambiente de trabalho reflete de forma positiva ou negativa no comportamento de cada indivíduo, e o clima organizacional visa proporcionar a análise da organização no ambiente de trabalho, bem como as condições que caracterizam o estado de satisfação dos funcionários, sendo importante para a qualidade de vida, relacionamento interpessoal e qualificação profissional.

Nesse sentido, a rotatividade não é apenas um desafio para a administração de recursos humanos, ela possui impactos para toda organização, isso porque inclui pessoas, custos e perda de produtividade. Já Siqueira (2012), explica que não é conveniente para as organizações substituir funcionários, visto que é alta a demanda de custos, de tempo e recursos investidos na integração de um futuro profissional substituto.

APRECIAÇÃO CRÍTICA DO RESENHISTA

O primeiro artigo aborda seis categorias para o estudo aplicado em uma universidade no setor da Secretaria de Gestão de Pessoas. Analisando o clima organizacional e a partir desses pontos é possível observar como é importante que os funcionários sintam-se bem no ambiente de trabalho, pois para que haja um bom desempenho há necessidade de um clima positivo. É um setor que está diretamente ligado ao público e atende a diversas demandas, o trabalho se torna mais extenuante, e assim os colaboradores ficam menos receptivos influenciando o seu desempenho e suas relações.

O artigo apontou argumentos a serem trabalhados de forma diferenciada por apresentarem atitudes negativas no ambiente de trabalho, mais vale ressaltar também os argumentos positivos encontrados durante a pesquisa. Pode-se considerar que o objetivo foi alcançado devido a pergunta norteadora ser respondida pelos colaboradores da universidade. Apesar de haver inúmeras situações em instituições públicas é possível perceber como o clima organizacional está envolvido no ambiente de trabalho e para isso é necessário que sempre seja realizado algum estudo para obter resultados satisfatórios.

O artigo “Impactos no clima organizacional da universidade federal de Goiás e a rotatividade de trabalhadores terceirizados”, aborda os pontos que influenciam a qualidade de produtos e serviços prestados pelas micro e pequenas empresas na instituição favorecendo o clima e a rotatividade entre os trabalhadores.

Observou-se que o alto índice de rotatividade afeta o clima organizacional da universidade e acarreta alguns prejuízos no ambiente de trabalho e indica que os funcionários não estão adaptados para uma determinada atividade a ser realizada. No entanto, o estudo teve como principal fator investigar o clima organizacional na instituição para entender o porquê dessa rotatividade utilizando a escala *Likert* e o uso de questionários.

Conforme o autor cita em sua pesquisa o clima organizacional negativo pode ocasionar uma rotatividade. Através dos questionários aplicados observou-se que existe uma sobrecarga de atividades consumida pelos funcionários terceirizados e um grande desconforto na relação entre celetista e estatutário. Assim, faz-se necessário a elaboração de estratégias na relação com os terceirizados, uma vez que a perda ou demissão acaba comprometendo a entrega do trabalho.

Conclui-se que os dois artigos têm um ponto em comum entre eles que é o ambiente de trabalho nas universidades e os mesmos possuem objetivos de melhorar o clima organizacional na instituição e assim obter resultados que possam ser utilizados para elaborar estratégias relevantes para evitar a rotatividades dos trabalhadores.

REFERÊNCIA

CURVO, Leandro Dias. HEINZMANN, Lígia Maria. Estudo do clima organizacional da secretaria de gestão de pessoas de uma universidade federal**. RECC – Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, v. 4, n. 2, p. 1-18, 2017.

GOMES, Sóstenes Soares. PICCHIAI, Djair. **Impactos no clima organizacional da universidade federal de goiás e a rotatividade de trabalhadores terceirizados.** RECC – **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR**, v. 5, n. 2, p. 85-107, 2018

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

EXPRESSÕES DE FELICIDADE NO TRABALHO ORGANIZACIONAL: estudo com executivos, profissionais graduados e não graduados

EXPRESSIONS OF HAPPINESS IN ORGANIZATIONAL WORK: study with executives, graduated and non-graduated professionals

Resenhado por / *Reviewed by* **Késsia Kiss Braga Freire**[1]
Raimunda Elzilene Nunes da Silva[2]
Elizangela de Jesus Oliveira[3]

PROLO, I.; ARANTES, D.D. Expressões de Felicidade no Trabalho Organizacional: Estudo com Executivos, Profissionais Graduados e Não Graduados. Caderno **Profissional de Administração da Unimep**, v.8 (2), 20-39.

O trabalho é fundamental para qualquer ser humano, pois movem o sustento e almejado pelas pessoas. Muitas organizações fazem com que as pessoas possam pensar que podem ter a estabilidade, recompensas maiores, valorização profissional e principalmente o reconhecimento de imediato. Porém, nem sempre é assim, pois é exigido demasiados esforços o que com o tempo poderá prejudicar de alguma maneira os indivíduos.

Considerando a forma que o trabalho integra a vida de cada pessoa, problematiza-se: é possível ser feliz dentro do ambiente organizacional? A final, quais são os tipos de expressões de felicidade que podem ser encontradas dentro desse ambiente. São questionamentos que podem ajudar a identificar expressões de felicidades de qualquer individuo no ambiente de trabalho, sendo de qualquer área ou cargo em questão.

[1] Universidade Federal do Amazonas, Instituição de Ciências Exatas e Tecnologia, Itacoatiara, AM, Brasil. kessiabraga209@gmail.com

[2] Universidade Federal do Amazonas, Instituição de Ciências Exatas e Tecnologia, Itacoatiara, AM, Brasil. lenesilva2727@gmail.com

[3] Professora Doutora, da Universidade Federal do Amazonas. Doutorado em Administração pela UNIMEP - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA e Mestre em Administração pela FPL -FUNDAÇÃO PEDRO LEOPOLDO DE MINAS GERAIS. Possui graduação em Administração pela UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros (2008). Especialista em Design Instrucional para Educação a Distância pela UNIFEI- Universidade Federal de Itajubá. Possui experiência como docente na Graduação Presencial dos cursos de Administração, Engenharias, e Cursos Superiores em Tecnologia de Logística, Comércio Exterior e Gestão Portuária e Gestão de Recursos Humanos. Atua também como Docente na Pós-graduação em Ciências Administrativas. E-mail elizangelajoliveira@ufam.edu.br

Recebido em 05/12/2019
Aprovado em 13/05/2020

Durante o período de pesquisa, buscou-se mapear do que se pode constituir a felicidade de entrevistados no ambiente de trabalho. Assim empresas poderão compreender as situações criticas e estabelecer melhorias, buscando assim a satisfação dos indivíduos e consequente o crescimento no mercado.

Existem dois tipos de trabalho: os que modificam a posição dos corpos na terra a outros corpos e o segundo que envolvema submessão de pessoas a outras pessoas. Dessa forma o trabalho é viciante, pois dentro de um contexto produtivo, o homem acostumou-se a gerar renda, sentido necessidade de estar sempre em ocupação.

Durante séculos anteriores, burgueses e o clero fizeram acreditar que somente o trabaho dignifica o homem. Nos dias de hoje, a competitividade capitalista fazem novos argumentos, “quem não trabalha, não deve comer!” em uma sociedade em que cada vez mais o trabalho torna-se necessário.

Pesquisas realizadas no artigo apontaram fatores coreespondentes que indicam que é possivel a felicidade no meio profissional. Porém, identificou fatores que podem ser provocadores da infeliidade, sendo um dos motivos de pedidos de demissão e de mudança de relacionamentos.

Vale identificar que os motivos que condizem o individuo para individuo e de caso para caso executivos como, por exemplo, enxergam a sua satisfação no trabalho como ações que tragam um impacto positivo na sociedade. Em algumas situações as causas da felicidade do trabalho podem aparecer mais forte, independente das circustancias objetivas do trabalho.

APRECIAÇÃO CRÍTICA DO RESENHISTA

Este artigo tem o objetivo de identificar o que é gerado de satisfação ou não no ambiente de trabalho, tendo em vista que qualquer ambiente organizacional tem em si o estresse natural do dia a dia. Independente de o colaborador ser graduado ou não, o seu ambiente deve proporcionar condições de conforto, sendo bem favorável para que o trabalhador possa desempenhar sua atividade com entusiasmo.

Dependendo do gestor oferece a autoridade a felicidade ou não incentivo da empresa, de maneira que gerencia seus subordinados e como é feito. Assim o empregado por sua vez, pode estar satisfeito ou não com o resultado gerado, por entender que poderia ter feito melhor, porém ao ser realizado com determinada pressão gera resultados diferentes dos quais planejou.

Para muitas pessoas o trabalho apresenta seus pontos positivos os quais causam muita satisfação. Pois assim, entende - se que amar aquilo que faz, torna o trabalho mais satisfatorio

e prazeroso. Entretando, somos conhecedores que entre muitas pessoas a insatisfação, causada por vários motivos podem tornar sérios problemas. O mercado de trabalho busca sempre encontrar pessoas que possam se adequar a suas determinadas funções, porém é dificil encontrar pessoas que possam estar se adequando a situações que indicam salários menores, mais funções e menos gratificação.

Nos dia de hoje, podemos ver que muitas empresas acabam não valorizando tanto seus funcionários, na maioria das vezes as expressões da felicidade aparecem com mais intensidade nos grupos profissionais graduados e de não graduados, porém, sabe-se que a necessidade da sobrevivência faz com que o espirito de coletividade da equipe torna-se fundamental para que possam contribuir com expressões de felicidade.

Porém, a infelicidade dos que ainda não se adequaram a suas profissões, podem causar até mesmo uma depressão, ou até mesmo um esgotamento profissional. A empresa pode ser a melhor que existir no mercado, porém se é mal administrada, causa desconforto e até mesmo a infelicidade daqueles que buscam ser visados e o reconhecimento profissional.

REFERÊNCIAS

ROLO, Ivor. Professor e Profissional-Técnico Na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (PPGA/ESPM). Mestre em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD). Especialista em Ecoturismo pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e em Gestão Pública pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Bacharel em Turismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

É revisor permanente nos seguintes congressos: EANPAD (Encontro da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração); SEMEAD (Seminários em Administração FEA/USP) e do EANGRAD (Encontro da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração). Na UNEMAT, coordena o Comitê Científico da Semana Científica. Como professor, atua na Ensino a Distância. Como pesquisador, os interesses de pesquisas são: Universidades; Internacionalização da Educação Superior; Mobilidade Acadêmica Internacional.

DEGANI, Daniela. Formada em Administração de Empresas pela FEA-USP, pós-graduada em comunicação pela ESPM e concluiu, em 2010, o MBA Executivo Internacional pela FIA. Atualmente é Diretora de Marketing da Mead Johnson Nutrition e, antes disso, desenvolveu sua carreira na Unilever, assumindo posições gerenciais no Brasil, Chile e Argentina.

ALTUS CIÊNCIA
REVISTA ACADÊMICA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE CIDADE DE JOÃO PINHEIRO

A NEGAÇÃO DO HOLOCAUSTO EM "TEMPOS SOMBRIOS"

HOLOCAUST DENIAL IN "DARK TIMES"

Resenhado por / *Reviewed by:*Gustavo Henrique Gonçalves Gomes[1]
Maria Célia da Silva Gonçalves[2]

JACKSON, Mick. Negação. GB/EUA: Bleecker Street, BBC Films, 2016. 109 min.

O filme Negação tem como diretor Mick Jackson que além de diretor de cinema, também é produtor, de nacionalidade inglesa. Conhecido por dirigir diversos filmes, principalmente, documentários e biografias. Mick começou sua carreira dirigindo documentários para os canais britânicos, BBC TV e Channel 4, anos mais tarde se mudou para Hollywood. Jackson alcançou um dos seus maiores feitos como diretor no ano de 2010, quando ele ganhou o Emmy pelo filme biográfico Temple Grandin, na categoria "Melhor Diretor de Minissérie, Filme ou Especial Dramático".

Além dos filmes Negação e Temple Grandin, Mick também dirigiu outras obras, sendo importante destacar: "Terça-feira com Morrie", adaptação de 1999 do romance de Mitch Albom, e sua direção no filme "O Guarda-Costas" de 1992.

O roteiro do filme ficou sob a responsabilidade de David Hare e Deborah Esther Lipstadt. Hare é um roteirista, dramaturgo e diretor de nacionalidade britânica. Ele foi indicado ao Oscar por melhor roteiro em duas ocasiões, em 2002 pelo roteiro de "As Horas", e em 2008 por "O Leitor".

[1] Aluno d do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Cidade de João Pinheiro – FCJP. E-mail: gustavohjp22@yahoo.com

[2] Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Estágio Pós-doutoral em Economic History Department of Law, Economics, Management and Quantitative Methods-DEMM da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO-(Benevento, Italy).Visiting Professor da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO. Pós-doutoranda em História pela Universidade de Évora em Portugal. Possui doutorado em Sociologia e mestrado em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de Metodologia Científica e TCC na Faculdade Cidade de João Pinheiro- E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

Recebido em 20/04/2020
Aprovado em 19/05/2020

Já Deborah Lipstadt é uma escritora e historiadora américa ex-participante do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos. Atualmente lecionando na Universidade Emory, na cidade de Atlanta. A participação de Deborah no roteiro foi fundamental, como a história aconteceu com ela, a qual o filme foi baseado, dando assim mais realidade aos acontecimentos do filme.

Em meio ao contexto negacionista, o filme nos mostra como ações e sentimentos intoleráveis ainda permanecem sobre a humanidade. O filme é baseado em fatos reais, contando a história do processo movido por David Irving contra Deborah Lipstadt, a acusando de difamação, pela citação que ela fez em seu livro, sobre o comportamento negacionista em relação ao holocausto que David tinha.

Como o processo foi movido na Inglaterra, Lipstadt estava em desvantagem, já que as leis do país são um pouco diferentes das leis dos Estados Unidos e de outros países, sendo assim o réu não é considerado inocente antes do julgamento, tendo que provar sua inocência.

A responsabilidade da vitória do caso se torna muito grande tanto para Deborah e seus advogados, quanto para toda a classe de historiadores. Pois caso Irving saísse vitorioso nesse julgamento, a narrativa de que há dois pontos de vista, sobre o holocausto e sobre a figura de Hitler, poderiam ser aceitas pela humanidade.

Com a elaboração de estudos para a defesa de Lipstadt, ela e seu advogado Richard Rampton, viajaram para o campo de extermínio de Auschwitz, com o objetivo de provar que os argumentos e provas de Irving estavam equivocados e que ele distorcia fatos históricos tentando redesenhar a história como nós conhecemos sobre a Segunda Guerra Mundial.

Nesse momento do filme é perceptível como o trabalho de pesquisa do advogado nesse caso não pode ser ligado ao lado emocional, já que na análise de Richard em Auschwitz, ele mostra ser muito técnico na medição das cercas, e nem um pouco emocional, já que várias vezes Deborah fica desconfortável pelo comportamento de Richard.

Além desse momento de pesquisa, o comportamento dos outros advogados também se mostra muito técnico, já que eles optaram por não utilizar depoimentos dos sobreviventes de Auschwitz e nem mesmo depoimentos da própria Deborah, com o argumento que a revelação desses sobreviventes só daria o que Irving desejava para convencer o juiz que sua narrativa estava correta.

Por outro lado, David Irving no decorrer do processo estava convicto que o ganharia, já que concordou com tudo que os advogados da ré solicitaram. Irving até mesmo dispensou a contratação de um advogado, se auto representando. Também é apresentado no filme que

Irving, é autodidata, ou seja, ele não teve nenhuma formação acadêmica para poder ser um historiador.

Além disso David inspirou várias coisas que ele dizia nas "pesquisas", de Leuchter que comparavam a quantidade de gás nos escombros das câmaras de gás e a quantidade do mesmo gás que era utilizado para matar piolhos, no galpão onde eram colocadas as roupas infestadas. Esse argumento foi contestado por Richard, pois não havia certeza da veracidade dessas pesquisas e pelo fato de David ter opiniões um pouco diferentes antes dessa pesquisa.

Posteriormente uma série de argumentos de Irving foram refutados no tribunal. O principal deles, foi quando ele foi questionado sobre as câmaras de gás em Auschwitz, que foram intituladas pelo arquiteto-chefe do campo como "Vergasung Keller", que pode ser traduzido como "porão de gaseamento". Questionado ele disse que esses locais tinham como finalidade o gaseamento de corpos. Novamente questionado o porquê de haver um olho mágico na porta da câmara de gás, ele relatou que ali seria um local que também funcionaria como um abrigo antibombas, assim contradizendo seus argumentos.

Como a apresentação de todos esses fatos os roteiristas e o diretor tiveram como objetivo mostrar a história do filme mais fiel possível dos acontecimentos que se desenrolaram desde o lançamento do livro, até o desfecho do julgamento. Além disso a obra nos mostra que mesmo nos dias atuais, muitas pessoas apoiam ideologias e práticas intoleráveis, como o antissemitismo e o preconceito, mostrado diversas vezes tanto por Irving, quanto por seus apoiadores.

A abordagem do filme tem como objetivo de trazer a maior fidelidade aos acontecimentos ocorridos no caso entre Irving e Lipstadt, que ocorreu entre 1996 a 2001. Conseguindo passar para espectador com eficácia os sentimentos vividos pelos personagens, como nos momentos de angústia de Deborah e a intolerância e distorção de David.

Muitas vezes os personagens citam acontecimentos históricos, durante o filme o que faz com que seja mais fácil contextualizar, os acontecimentos e o que significaria a vitória para cada personagem.

A obra é indicada principalmente para pessoas que gostam de filmes com temas relacionados a história, desde estudantes e acadêmicos até o público em geral. Pois por se tratar de uma história real, também apresenta referências ao período histórico da Segunda Guerra Mundial e as atrocidades desse período. Por tudo isso é um filme que merece ser assistido.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os trabalhos para publicação deverão ser apresentados em CD (devidamente etiquetado, com título do texto, nome do autor e e-mail; editor Word for Windows 6.0 ou superior), acompanhados de duas cópias impressas. A identificação do autor e da instituição deverá constar apenas no *arquivo* em CD, que deverá apresentar claramente o título do trabalho científico. Os artigos devem ter entre 12 e 15 laudas e os ensaios entre 20 e 25 páginas (Times New Roman tamanho 12, folha A4), com espaçamento entrelinhas de 1,5. As resenhas e sínteses não devem ultrapassar a 5 laudas. Os trabalhos científicos devem ser normatizados da seguinte forma:

1) Título com as letras maiúsculas, centralizado, tamanho 12, em português e inglês;
2) Identificação do autor logo abaixo do título, tamanho 12;
3) Identificação e endereço da Instituição a qual pertence (m) completos. Todas as notas deverão constar no rodapé.
4) Resumo em português, tamanho 12 e espaço simples, no máximo de 10 linhas;
5) Palavras – chave (máximo de cinco);
6) Abstract, tamanho 12 e espaço simples, reproduzindo o resumo em português;
7) Keywords**;(a tradução para a língua inglesa não poderá ser feita por meio de tradutores automáticos)**
8) Texto de acordo com as normas da ABNT, sem numeração nos subtítulos. A diagramação dos textos obedecerá às normas da Revista ALTUS CIENCIA. As citações devem ser feitas no corpo do texto: (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (SAQUET, 2000) ou (SAQUET, 2000, p.31). Caso o nome do autor esteja sendo mencionado no texto, indicar somente a data. Ex.: "Desta forma, Santos (1997), mostra elementos da ...".
9) Referências Bibliográficas conforme a ABNT. Bibliografia: deve constar no final do trabalho científico e em ordem alfabética. a) Livros: SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data. Ex.: CORRÊA, Roberto. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.; b) Capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org). Título do livro. Local de publicação: Editora, data. Página inicial-final. Ex.: IANNI, Octavio. Dilemas da integração regional. In: SOUZA, Álvaro (Org*).* Paisagem território região: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. p.133-136.; c) Artigo em periódico: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume, número, página inicial-final, mês(es). Ano. Ex.: MACHADO, Lucy. Cognição ambiental, processo educativo e sociedades sustentáveis. Faz Ciência, Francisco Beltrão, vol. 5, n.1, p.131-146, dezembro, 2003.; d) Dissertações e teses: SOBRENOME, Nome. Título da tese (dissertação). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração). Ex.: RIBAS, Alexandre. Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP):uma leitura a partir da COCAMP. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. 224p. (Dissertação, mestrado em Geografia).
10) Os textos deverão ser enviados após a revisão gramatical e ortográfica.